UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

HEITOR VIANNA MOURA

Os outros Rios de Janeiro.
Estudo sociológico sobre o imaginário dos arquitetos no contexto de preparação dos
Jogos Olímpicos de 2016

Versão corrigida

São Paulo
2016

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Os outros Rios de Janeiro.
Estudo sociológico sobre o imaginário dos arquitetos no contexto de preparação dos
Jogos Olímpicos de 2016

Heitor Vianna Moura

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Fraya Frehse

Versão corrigida

De acordo,

Profa. Fraya Frehse

São Paulo
2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M929o Moura, Heitor Vianna
Os outros Rios de Janeiro. Estudo sociológico sobre o imaginário dos arquitetos no contexto de preparação dos Jogos Olímpicos de 2016 / Heitor Vianna Moura ; orientadora Fraya Frehse. - São Paulo, 2016.
190 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Sociologia. Área de concentração: Sociologia.

1. Rio de Janeiro. 2. Jogos Olímpicos de 2016. 3. arquiteto. 4. imaginário. I. Frehse, Fraya , orient. II. Título.

Nome: Heitor Vianna Moura

Título: Os outros Rios de Janeiro. Estudo sociológico sobre o imaginário dos arquitetos no contexto de preparação dos Jogos Olímpicos de 2016

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Sociologia

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

*Aos que nunca me deixaram, meus tios Lolô e
Ricardo e meu avô Armando.*

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Profa. Dra. Fraya Frehse, agradeço por ter me proporcionado condições fundamentais à realização desta dissertação e à minha formação intelectual como pesquisador. Sem o seu comprometimento profissional, a sua generosidade intelectual e a sua paixão pelo conhecimento, nada disso teria sido possível. Estendo esse agradecimento aos colegas do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Sociologia do Espaço (NEPSE), coordenado pela mesma professora.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sem a qual seria impossível me dedicar exclusivamente à pesquisa. Agradeço também aos funcionários e aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, por todo o suporte.

Aos professores Ruy Braga e Francisco Segnini Jr., meus agradecimentos pela troca de conhecimento durante os cursos por eles ministrados. Também aos professores Brasilmar Nunes, Fernanda Sánchez e Heitor Frúgoli Jr., que, fora da sala de aula, sempre estiveram disponíveis para a troca de ideias.

Às professoras Jenny Perez e Bianca Freire-Medeiros, pela rigorosa leitura e pelos comentários preciosos na Banca do Exame de Qualificação, que ajudaram a guiar os passos seguintes deste estudo.

Aos muitos arquitetos que generosamente permitiram que eu conhecesse um pouco do seu mundo. Agradeço especialmente a Caio Calafate, Carla Juaçaba, Carlos Eduardo Spencer, Daniel Gusmão, Diego Portas, Eduardo Mondolfo, Flavio Ferreira, Gregório Rosenbusch, João Pedro Backheuser, Jorge Mario Jauregui, Marcos Sá e Pedro Rivera.

Aos novos amigos que fiz em São Paulo e aos velhos amigos que comemoraram o meu retorno ao Rio de Janeiro, sem os quais a minha vida itinerante teria pouco sentido. Em especial às amigas de orientação, Danielle Uchoa e Nathália Campagnani, que tornaram o processo de pesquisa menos penoso.

À minha namorada, Letícia, que esteve ao meu lado em todos os momentos. Sem a sua palavra de incentivo, o seu olhar amoroso e seu sorriso de alegria, nada teria valido a pena.

Aos meus familiares, pelo amor e pela torcida. .

Aos meus amados pais, que são a razão de tudo.

El sociólogo de la ciudad, por una parte, aumenta y profundiza científicamente el concepto de ciudad, y, por otra, libera la imaginación y se lanza deliberadamente a la utopía para construir la imagen de la ciudad posible, de las ciudades posibles.

Henri Lefebvre, *De lo Rural a lo Urbano*, [1970]
1975, p. 209.

RESUMO

MOURA, H. V. Os outros Rios de Janeiro. Estudo sociológico sobre o imaginário dos arquitetos no contexto de preparação dos Jogos Olímpicos de 2016. 2015.164 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Tendo em conta o contexto de preparação dos Jogos Olímpicos de 2016, em que parte do espaço físico da cidade do Rio de Janeiro é redesenhado a partir de intervenções arquitetônicas e urbanísticas, este estudo se interessa pela atuação de um sujeito específico: o arquiteto. Mais especificamente, investigo as visões deste profissional sobre o Rio de Janeiro no contexto referido, tornando presentes imagens sobre o passado, o presente e o futuro dessa cidade. O objetivo teórico é apreender sociologicamente o imaginário dos arquitetos sobre a cidade em questão, procurando indícios da base social que subjaz às representações que medeiam esse imaginário. Para tanto, os projetos arquitetônicos e urbanísticos premiados pelo Concurso “Porto Olímpico” e pelo Concurso “Sede do Campo Olímpico de Golfe” são objetos de uma análise documental e seus respectivos autores e coautores, entrevistados. Como resultado, chega-se a um imaginário que parece se alimentar ora de imagens de espaços empiricamente existentes (bairros e logradouros cariocas e cidades estrangeiras), ora de imagens que não encontram lugar no mundo empiricamente existente. As representações de cidade reveladas por esse imaginário podem ser relacionadas com duas dimensões da vida social dos arquitetos em questão: sua vivência cotidiana nessa e em outras cidades e sua formação acadêmica. Orientado teoricamente pelos escritos de Henri Lefebvre sobre a produção do espaço e as representações, este estudo busca alargar as possibilidades interpretativas do arcabouço conceitual produzido pelo sociólogo francês e, ao mesmo tempo, dar voz aos arquitetos nos estudos urbanos brasileiros, em que ele raramente aparece como protagonista.

Palavras-chave: Rio de Janeiro; Jogos Olímpicos de 2016; arquiteto; imaginário.

ABSTRACT

MOURA, H. V. **The other *Rios* de Janeiro – A sociological study on the imaginary of architects within the arrangements for the 2016 Olympic Games.** 2015. 164 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Considering the arrangements for the 2016 Olympic Games, where part of the physical space of the city of Rio de Janeiro is redesigned by architectural and urban interventions, this study is concerned with the performance of a very specific character: the architect. More specifically, I explore the conception of architects about the city within the above-mentioned context, bringing to light images of past, present and future of this city. The theoretical purpose herein is to sociologically understand the (Lefebvrian) imaginary of architects about Rio, seeking evidence of the social basis underlying the representations mediated by such imaginary. For that purpose, the architectural and urban designs that won the Porto Olímpico Contest (Concurso “Porto Olímpico”) and the Olympic Golf Course Clubhouse Contest (Concurso “Sede do Campo Olímpico de Golfe”) are subject to a document analysis. In addition, their respective authors and co-authors were also interviewed. As a result, such approach enabled discovering an imaginary that seems to be sustained either by images of empirically existing spaces (neighborhoods and public sites of Rio and foreign cities) or images that do not find their places in the empirically existing world. This imaginary revealed representations of the city that can be associated with two dimensions of the social life of these architects: their life experience in Rio de Janeiro and other cities, and their academic background. Theoretically guided by the concepts of Henri Lefebvre on the production of space and its representations, this study aims to extend the interpretative possibilities of the conceptual framework of the French sociologist, while giving voice to architects in Brazilian urban studies, a field where such subjects are rarely seen as protagonists.

Keywords: Rio de Janeiro; 2016 Olympic Games; architect; imaginary.

LISTA DE FIGURAS

1. “Mapa-conceito” das instalações esportivas dos Jogos Olímpicos de 2016.....	17
2. Mapa de localização dos terrenos destinados a implantação do Porto Olímpico e da Sede do Campo Olímpico de Golfe.	26
3. Mapa das “quatro regiões [olímpicas] na cidade do Rio de Janeiro”.....	67
4. Mapa de localização dos terrenos (Terreno Oeste e Terreno Leste) do Concurso “Porto Olímpico” na região portuária.....	68
5. “Plano Mestre da Vila de Mídia”	69
6. Perspectiva artística aérea do projeto vencedor do Concurso Porto Olímpico, reproduzida no jornal <i>O Globo</i>	72
7. Planta de “localização das instalações” do projeto vencedor do Concurso Porto Olímpico, reproduzida no jornal <i>O Globo</i>	73
8. Perspectiva artística da “pequena praça” no “miolo da quadra” do conjunto edilício situado no Terreno Leste, concebida pela equipe premiada com a primeira colocação.....	78
9. Perspectiva artística do “parque urbano” sobre um “embasamento tipo plataforma” situado no Terreno Oeste, concebido pela equipe premiada com a primeira colocação.....	78
10. Perspectiva artística do “pátio interno à quadra” situado no Terreno Leste, concebido pela equipe premiada com a segunda colocação.....	79
11. Perspectiva artística da “grande praça pública suspensa” situada no Terreno Oeste, concebida pela equipe premiada com a segunda colocação.....	79
12. Perspectiva artística dos “espaços públicos e intra-quadras” situados no Terreno Leste, concebidos pela equipe premiada com a quarta colocação.....	80
13. Perspectiva artística da praça suspensa situada no Terreno Oeste, concebida pela equipe premiada com a quarta colocação.....	80
14. Perspectiva artística dos “espaços verdes internos” nos “miolos da quadra” do conjunto edilício situado no Terreno Leste, concebidos pela equipe premiada com a primeira Menção Honrosa.....	81
15. Perspectiva artística do “terraço verde” situado no Terreno Oeste, concebido pela equipe premiada com a primeira Menção Honrosa.....	82
16. Perspectiva artística das pequenas praças “elevadas acima da rua” situadas no Terreno Leste, concebidas pela equipe premiada com a segunda Menção Honrosa.....	82
17. Perspectiva artística do “parque suspenso” situado no Terreno Oeste, concebido pela equipe premiada com a segunda Menção Honrosa.....	83
18. Perspectiva artística do “parque linear” de livre acesso situado no Terreno Leste, concebido pela equipe premiada com a segunda colocação.....	84
19. Perspectiva artística da “piscina” de acesso restrito aos moradores dos edifícios residenciais situados no Terreno Leste, concebida pela equipe premiada com a segunda colocação.....	84
20. Perspectiva artística das “quadras abertas” de livre acesso situadas no Terreno Leste, concebidas pela equipe premiada com a quarta colocação.....	85

21. Perspectiva artística dos “terraços-jardim” de acesso restrito aos moradores dos edifícios residenciais situados no Terreno Leste, concebidos pela equipe premiada com a quarta colocação.....	85
22. Perspectiva artística dos “espaços verdes internos” de livre acesso situados no Terreno Leste, concebido pela equipe premiada com a primeira Menção Honrosa.....	86
23. Perspectiva artística do “terraço verde” de acesso restrito aos hóspedes e aos trabalhadores dos edifícios situados no Terreno Oeste, concebido pela equipe premiada com a primeira Menção Honrosa.....	87
24. Perspectiva artística do “parque suspenso” de livre acesso situado no Terreno Oeste, concebido pela equipe premiada com a segunda Menção Honrosa.....	87
25. Perspectiva artística dos “pequenos pátios cobertos” na cobertura dos edifícios residenciais de acesso restrito aos seus moradores situados no Terreno Leste, concebidos pela equipe premiada com a segunda Menção Honrosa.....	88
26. Perspectiva artística do térreo dos edifícios residenciais situados no Terreno Leste, concebido pela equipe premiada com a primeira colocação.....	90
27. Perspectiva artística do térreo dos edifícios residenciais situados no Terreno Leste, concebido pela equipe premiada com a segunda colocação.....	90
28. Perspectiva artística do térreo dos edifícios residenciais situados no Terreno Leste, concebido pela equipe premiada com a quarta colocação.....	91
29. Perspectiva artística do térreo dos edifícios comerciais situados no Terreno Oeste, concebido pela equipe premiada com a primeira Menção Honrosa.....	91
30. Perspectiva artística da passarela de pedestre conectando o Terreno Leste ao Terreno Oeste, concebido pela equipe premiada com a primeira colocação.....	93
31. Perspectiva artística da ciclovia no Terreno Leste, concebido pela equipe premiada com a segunda colocação.....	94
32. Perspectiva artística da passarela de pedestre conectando o Terreno Leste ao Terreno Oeste, concebido pela equipe premiada com a quarta colocação.....	94
33. Perspectiva artística da passarela de pedestre conectando o Terreno Leste ao Terreno Oeste, concebido pela equipe premiada com a primeira Menção Honrosa.....	95
34. Perspectiva artística da plataforma de pedestres situada no Terreno Leste, concebida pela equipe premiada com a segunda Menção Honrosa.....	95
35. Perspectiva artística do arranha-céu do Hotel cinco estrelas situado no Terreno Oeste, concebido pela equipe premiada com a primeira colocação.....	97
36. Perspectiva artística do arranha-céu do Hotel cinco estrelas situado no Terreno Oeste, concebido pela equipe premiada com a quarta colocação.....	97
37. Perspectiva artística do arranha-céu do Hotel cinco estrelas situado no Terreno Oeste, concebido pela equipe premiada com a segunda Menção Honrosa.....	98
38. Mapa do “Terreno destinado ao Campo de Golfe Olímpico”.....	107
39. Perspectiva artística aérea do projeto vencedor do Concurso “Sede do Campo Olímpico de Golfe”, reproduzida no jornal <i>O Globo</i>	109
40. “Planta de situação Sede do Campo Olímpico de Golfe, concebida pela equipe premiada com a primeira colocação.....	113
41. “Planta de situação” da Sede do Campo Olímpico de Golfe, concebida pela equipe premiada com a primeira Menção Honrosa.....	114

42. “Planta de situação” da Sede do Campo Olímpico de Golfe, concebida pela equipe premiada com a segunda Menção Honrosa.....	114
43. Perspectiva artística aérea frontal da Sede do Campo Olímpico de Golfe, concebida pela equipe premiada com a primeira colocação.....	116
44. Perspectiva artística da “área de convívio” com a sua “cobertura suspensa e translúcida”, concebida pela equipe premiada com a primeira colocação.....	117
45. Perspectiva artística lateral da Sede do Campo Olímpico de Golfe com seus fechamentos laterais em “vidros fixo e basculantes”, concebida pela equipe premiada com a primeira Menção Honrosa.....	117
46. Perspectiva artística lateral da Sede do Campo Olímpico de Golfe com seus fechamentos laterais em “vergalhões com trepadeiras” e sua cobertura em “vigas de maneiras”, concebida pela equipe premiada com a primeira Menção Honrosa.....	117
47. Perspectiva artística do interior da Sede do Campo Olímpico de Golfe com seus “pórticos”, concebida pela equipe premiada com a segunda Menção Honrosa.....	118
48. Perspectiva artística lateral da Sede do Campo Olímpico de Golfe sem seu “fechamento lateral”, concebida pela equipe premiada com a segunda Menção Honrosa.....	118
49. Perspectiva artística do interior da Sede do Campo Olímpico de Golfe com seu “deck”, concebida pela equipe premiada com a primeira colocação.....	119
50. Perspectiva artística lateral da Sede do Campo Olímpico de Golfe com seu nível elevado no interior, concebida pela equipe premiada com a primeira Menção Honrosa.....	120
51. Perspectiva artística lateral da Sede do Campo Olímpico de Golfe com suas “vigas pretendidas”, concebida pela equipe premiada com a segunda Menção Honrosa.....	120

LISTA DE QUADROS

1. Projetos premiados pelo Concurso “Porto Olímpico” e os nomes dos seus autores e coautores, com dados sobre a sua atuação profissional em escritórios de arquitetura.....76
2. Relação entre as diretrizes do Concurso “Porto Olímpico”, as imagens dos espaços concebidos e os projetos em que tais imagens foram apreendidas.....99
3. Arquitetos do Concurso “Porto Olímpico” entrevistados, com dados sobre a sua idade, a sua nacionalidade, a sua naturalidade, o seu bairro de moradia e a sua formação acadêmica.....101
4. Arquitetos do Concurso “Porto Olímpico”, com dados sobre a data, o local e a duração das entrevistas realizadas com cada um deles.....102
5. Projetos premiados pelo Concurso “Sede do Campo Olímpico de Golfe” e os nomes dos seus autores e coautores, com dados sobre a sua atuação profissional em escritórios de arquitetura.....112
6. Relação entre as diretrizes do Concurso “Sede do Campo Olímpico de Golfe”, as imagens dos espaços concebidos e os projetos em que tais imagens foram apreendidas.....122
7. Arquitetos do Concurso “Sede do Campo Olímpico de Golfe” entrevistados, com dados sobre a sua idade, a sua nacionalidade, a sua naturalidade, o seu bairro de moradia e a sua formação acadêmica.....123
8. Arquitetos do Concurso “Sede do Campo Olímpico de Golfe”, com dados sobre a data, o local e a duração das entrevistas realizadas com cada um deles.....123
9. Arquitetos dos concursos “Porto Olímpico” e “Sede do Campo Olímpico de Golfe” entrevistados, com dados sobre a sua nacionalidade, a sua naturalidade e as cidades e os bairros de moradia e de trabalho.....163

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
------------------------	-----------

PARTE I: Localizando “vazios” e estabelecendo diálogos

CAPÍTULO 1: Quando a sociologia brasileira coloca o arquiteto em primeiro plano.....	33
1.1. Em questão, a profissão do arquiteto	34
1.2. Outra questão: a atuação profissional do arquiteto em cidades brasileiras.....	38
1.3. Em busca de novos caminhos investigativos.....	45

CAPÍTULO 2: Os protagonistas na construção do Rio de Janeiro nos estudos urbanos brasileiros.....	47
2.1. A constituição do campo acadêmico e profissional de arquitetura no Rio de Janeiro.....	48
2.2. Os “construtores” da cidade em foco.....	51
2.3. Sintetizando pontos de vista	60

PARTE II: Adentrando o universo dos arquitetos

CAPÍTULO 3: Os projetos no contexto de preparação dos Jogos Olímpicos de 2016.....	63
3.1. O Porto Olímpico.....	65
3.1.1. Analisando os projetos premiados pelo Concurso “Porto Olímpico”.....	74
3.1.2. Os projetos do Porto Olímpico hoje, segundo os seus autores e/ou coautores.....	100
3.2. A Sede do Campo Olímpico de Golfe.....	106
3.2.1. Analisando os projetos premiados pelo Concurso “Sede do Campo Olímpico de Golfe”.....	111
3.2.2. Os projetos da Sede do Campo Olímpico de Golfe hoje, segundo os seus autores e/ou coautores.....	122
3.3. Buscando proximidades nas diferenças.....	127

CAPÍTULO 4: Os Rios de Janeiro dos arquitetos.....	130
4.1. Do Rio de Janeiro <i>em que quase nada acontece</i> ao Rio de Janeiro <i>em transformação</i>.....	131
4.2. Os outros Rios de Janeiro dos arquitetos.....	137
4.3. Revelando o imaginário dos arquitetos.....	145
 CAPÍTULO 5: Enraizando o imaginário dos arquitetos.....	 147
5.1. Quando espaços empiricamente existentes viram objeto de representação de cidade.....	148
5.2. Isotopias, heterotopias e utopias.....	157
 CONCLUSÃO.....	 170
 BANCOS ELETRÔNICOS DE DADOS CONSULTADOS.....	 173
FONTES PRIMÁRIAS.....	175
FONTES SECUNDÁRIAS.....	177

INTRODUÇÃO

Com a Copa de 2014 e a Olimpíada de 2016 se multiplicarão as possibilidades: novas infraestruturas – avenidas, passarelas, estações – vilas residenciais, equipamentos esportivos, edifícios de escritório, hotéis, a reforma do aeroporto [...]. Construir é importante, mas não basta. O carioca merece a garantia de que cada nova obra esteja em sintonia com a beleza e a qualidade do espaço de sua cidade¹.

Hoje podem criticar o que bem entenderem, falar mal do governo e mal dizer as obras que estão sendo realizadas, mas não tem como negar o fato de que o Rio, apesar da descrença de alguns, está sacudindo a poeira e dando a volta por cima [...]. Além do sucesso da política de segurança pública nas favelas cariocas, sobressaem as obras de infraestrutura para a realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas de 2016².

A meta de sediar as Olimpíadas foi finalmente alcançada e, junto com ela, a chance de promover mudanças estruturais desejadas há 50 anos [...] Depois de termos planejado um futuro melhor com iniciativas que nunca viram realidade, não estamos apenas planejando. Estamos fazendo uma transformação: um Rio mais compacto, menos desigual, com melhor mobilidade. Um Rio tão sonhado começa a acontecer. Avancemos³.

Apesar de sua autoria diversa, estes três trechos, todos selecionados de artigos publicados na seção “Opinião” do jornal *O Globo*, se aproximam em muitos aspectos. Intitulados “Beleza e qualidade”, “Volta por cima” e “Rio em transformação”, os artigos em que os fragmentos se situam foram escritos pelos arquitetos Sérgio Magalhães, Luiz Fernando Janot e Washington Fajardo, respectivamente. O que já indica um primeiro ponto em comum: o fato de todos terem sido escritos por arquitetos. O que torna essa proximidade evidente é a presença do substantivo “arquiteto” após a assinatura de cada texto, tratando-se, assim, de uma categoria de autoclassificação dos respectivos autores.

Já quando situamos espacial e temporalmente os trechos, é possível perceber que todos têm como tema um processo específico pelo qual a cidade do Rio de Janeiro vem passando: as transformações dessa urbe associadas aos Jogos Olímpicos de 2016⁴. Mais especificamente, seus autores se referem a intervenções arquitetônicas e/ou urbanísticas que, no caso em foco, têm como marco temporal inaugural o dia 2 de outubro de 2009. Foi nesta data que o Comitê Olímpico Internacional anunciou o Rio de Janeiro, após duas candidaturas frustradas (para os anos de 2004 e 2012), como sede do que hoje é um dos maiores eventos multiesportivos do

¹ Cf. Sérgio Magalhães, “Beleza e qualidade”, *O Globo* (seção “Opinião”), sábado 24.07.2010, p. 7.

² Cf. Luiz Fernando Janot, “Volta por cima”, *O Globo* (seção “Opinião”), sábado 24.03.2012, p. 7.

³ Cf. Washington Fajardo, “Rio em transformação”. *O Globo* (seção “Opinião”), quarta-feira 15.10.2014, p. 17.

⁴ Os dois primeiros trechos destacam também as transformações no âmbito dos preparativos da Copa do Mundo de 2014, em que a cidade do Rio de Janeiro foi uma das doze cidades-sede brasileiras.

mundo, considerando-se o número de atletas competindo, de países representados e de modalidades esportivas participantes⁵.

Nos três volumes do “Dossiê de candidatura do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016”⁶ foram anunciadas as intervenções arquitetônicas e urbanísticas propostas na cidade, e cuja distribuição se daria por referência a quatro regiões eleitas como sede das principais instalações esportivas. Intituladas “Barra”, “Deodoro”, “Maracanã” e “Copacabana”, nomes de bairros da cidade, elas foram representadas nesse documento por meio de um “mapa-conceito” que reproduzo a seguir:

Figura 1: “Mapa-conceito” das instalações esportivas dos Jogos Olímpicos de 2016⁷

⁵ No ano de 2016, o evento reunirá 10.500 atletas, que representarão 205 países em 42 modalidades esportivas Cf. N/a, “Os Jogos Olímpicos”, *Rio 2016* (seção “Os Jogos”), s/d.

⁶ Cf. Comitê Olímpico Brasileiro, “Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro a Sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 – Volume I”, *Rio 2016* (seção “Documentos Oficiais”), 2009a; Comitê Olímpico Brasileiro, “Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro a Sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 – Volume II”, *Rio 2016* (seção “Documentos Oficiais”), 2009b; Comitê Olímpico Brasileiro, “Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro a Sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 – Volume III”, *Rio 2016* (seção “Documentos Oficiais”), 2009c.

⁷ Cf. Comitê Olímpico Brasileiro, *op. cit.*, 2009a, s/p.

A opção por tais intervenções foi, mais recentemente, ratificada na “Matriz de responsabilidade dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos”⁸ e no “Plano de Políticas Públicas”⁹, que detalhou as obras já em curso no ano de 2014 e as previstas para os anos subsequentes. Segundo ambos os documentos, elaborados pelo Comitê Olímpico Brasileiro¹⁰ em parceria com os governos federal, estadual e municipal, as intervenções em questão têm como objetivo não apenas a “construção” de equipamentos esportivos e de uma estrutura de apoio necessária à realização do evento, mas também de deixar um “legado” para a cidade¹¹.

A despeito das disputas que envolvem a construção discursiva da noção de “legado”, tema de diversos estudos acadêmicos no Brasil¹², é interessante ressaltar um sentido figurado que esse termo carrega, no senso comum: a transmissão de algo do presente para o futuro¹³. Essa relação temporal pode ser notada como um terceiro elemento comum entre os três trechos de artigos que abrem a Introdução deste estudo. Ao escreverem sobre as intervenções arquitetônicas e urbanísticas, os três arquitetos relatam não apenas suas impressões sobre a cidade no momento da publicação dos respectivos textos, mas, sobretudo, suas expectativas em relação ao futuro. É como se o contexto espaço-temporal ligado aos preparativos dos Jogos Olímpicos estimulasse a capacidade de eles imaginarem um Rio de Janeiro em um tempo que ainda está por vir.

Essas três convergências entre os trechos têm o mérito de me conduzir instantaneamente ao tema desta investigação, que diz respeito às *visões que os arquitetos atuantes profissionalmente no Rio de Janeiro têm sobre essa cidade no contexto de*

⁸ Cf. Autoridade Pública Olímpica, “Matriz de responsabilidade dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos”, *Autoridade Pública Olímpica*, [seção “Sobre a Matriz”], 2014a.

⁹ Cf. Autoridade Pública Olímpica, “Plano de Políticas Públicas”, *Autoridade Pública Olímpica* (seção “Legado”), 2014b.

¹⁰ Apesar do COB ser uma organização não governamental de direito privado, sua atuação no evento esportivo em questão não prescinde das decisões tomadas nas três instâncias do poder público.

¹¹ No “Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro a Sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 – Volume I”, por exemplo, o “legado olímpico” para cidade é dividido em quatro dimensões: 1) a “transformação da cidade”; 2) a “inserção social”; 3) a “juventude e [a] educação”; 4) os “esportes”. O que já dá uma ideia da amplitude dos sentidos atribuídos ao termo em questão. Cf. Comitê Olímpico Brasileiro, *op. cit.*, 2009a, pp. 16-19.

¹² Sobre essa temática, cf., entre outros, Tamara Egler e Fabiana Oliveira, “Jogo no Rio”, *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 2010, pp. 87-101; Fernanda Sánchez et. al., “Jogos Pan-Americanos no Rio 2007: um balanço multidimensional”, em Gilmar Mascarenhas, Glauco Bienenstein e Fernanda Sánchez, *O Jogo Continua: Megaeventos esportivos e cidades*, 2011, pp. 99-122; Martin Curi, “A disputa pelo legado em eventos esportivos no Brasil”, *Horizontes Antropológicos*, 2013, pp. 65-88; Alexandre Magalhães, “O ‘legado’ dos megaeventos esportivos: a reatualização da remoção de favelas no Rio de Janeiro”, *Horizontes Antropológicos*, 2013, pp. 89-118.

¹³ Cf. as definições do termo no Aurélio Buarque de Holanda (orgs.). *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*, 1987, p. 1017; Antônio Houaiss (orgs.), *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, 2001, p. 1251.

preparação dos Jogos Olímpicos de 2016. O que, sob esse prisma, faz com que o estudo passe ao largo do impacto das intervenções arquitetônicas e urbanísticas no espaço físico da cidade, privilegiando o Rio de Janeiro simbolicamente construído por aqueles que, em alguma medida, atuam profissionalmente na concepção dessas intervenções.

Interessa, pois, o universo simbólico que os arquitetos investigados produzem e no qual, ao mesmo tempo, interferem, em sua atuação profissional da cidade. Mas quem é esse arquiteto? E qual é o potencial analítico de se investigar sociologicamente as suas visões sobre o Rio de Janeiro no contexto em foco?

O arquiteto, nos termos desse estudo, é todo sujeito formado profissionalmente, em nível de graduação, em arquitetura em instituições universitárias brasileiras ou estrangeira, ciente de que ele ou ela podem, com base nessa formação, se posicionar inclusive criticamente em relação a categoria profissional de arquiteto¹⁴. Baseada numa formação profissional que visa capacitar o arquiteto a refletir e, simultaneamente, a intervir na materialidade física do espaço por meio de projetos figurativos, a atuação profissional desse mesmo arquiteto está marcada por uma dimensão propositiva. Ao entender a formação do arquiteto nesses termos, aproximo-me da proposta de Giulio Argan em seu livro *História da Arte como história da cidade*. Pensando no produto das interferências de arquitetos na materialidade física do espaço urbano, o historiador e crítico de arte escreveu:

A resultante não é um quadro estatístico nem a representação sintética de uma situação social de fato; é um programa, um plano, um projeto tendo em vista a mudança de uma situação de fato reconhecida como insatisfatória. Trata-se, porém, de saber o que e com que fim se programa, se planeja, se projeta¹⁵.

Por tudo isso, ao estudar as visões que esses arquitetos têm sobre o Rio de Janeiro busco me abrir analiticamente para a sua capacidade de atribuir significados à cidade em que atuam profissionalmente. Um leitor mais exigente poderia contra-argumentar: mas por que não privilegiar o ponto de vistas dos taxistas, dos vendedores de rua ou de quaisquer outros profissionais que, ao atuarem profissionalmente no Rio de Janeiro, também tem visões específicas sobre essa cidade¹⁶? Ou as visões dos moradores e frequentadores do Rio de

¹⁴ O contato com a empiria no Rio de Janeiro me permitiu perceber como recorrentes, por exemplo, outras categorias de autotransclassificação desses profissionais: “urbanista”, “paisagista” e “designer”.

¹⁵ Cf. Giulio Argan, *História da arte como história da cidade*, [1983] 1992, pp. 211-212.

¹⁶ O questionamento nos faz lembrar que, segundo Florestan Fernandes, todos os seres humanos vivem socialmente por meio da “comunicação simbólica”. Cf. Florestan Fernandes, *Elementos de sociologia teórica*, [1959] 1970, p. 29.

Janeiro sobre ela¹⁷? É que os arquitetos, à luz dos projetos com os quais visam intervir na materialidade física da cidade empiricamente existente, têm como tornar presentes fisicamente, *em termos projetuais*, outros Rios de Janeiro, que têm por referência um futuro imaginado por eles.

Foi, no entanto, o vasto universo de atividades profissionais ligadas à arquitetura na metrópole carioca que o contato com a realidade empírica me abriu. De fato, com base em conversas informais com um engenheiro e uma arquiteta que atuam no setor imobiliário e de construção civil da cidade, com dois arquitetos que, ao longo de suas respectivas carreiras, atuaram profissionalmente em instituições públicas nas três esferas de poder e, por fim, com dois professores que atuam em instituições públicas de ensino e pesquisa em arquitetura, nos primeiros meses da investigação que deu origem a este estudo (março - julho de 2013), tive como identificar dez tipos de atividades ligadas à atuação profissional do arquiteto no Rio de Janeiro, no contexto de preparação dos Jogos Olímpicos 2016:

- 1) Autoria de projetos de arquitetura e/ou urbanismo por meio de trabalho individual, de formação de equipe temporária, de atuação em escritórios de arquitetura ou em corpos técnicos de órgãos municipais (Secretaria Municipal de Habitação, Secretaria Municipal de Obras e Conservação, Secretaria Municipal de Organismo) ou estaduais (Secretaria de Estado de Obras, Secretaria de Estado de Habitação);
- 2) Gerenciamento e/ou fiscalização de projetos de arquitetura e/ou urbanismo em escritórios de arquitetura, empresas de desenvolvimento imobiliário e/ou de gerenciamento, ou em corpos técnicos de órgãos municipais (Secretaria Municipal de Habitação, Secretaria Municipal de Obras e Conservação, Secretaria Municipal de Organismo, Empresa Olímpica Municipal e Instituto Pereira Passos) e estaduais (Secretaria de Estado de Obras, Secretaria de Estado de Habitação, Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro);
- 3) Execução técnica de projetos de arquitetura e/ou urbanismo em empresas de construção civil, de incorporação imobiliária e/ou empresas de desenvolvimento imobiliário;

¹⁷ É exemplar, nesse sentido, o livro *A imagem da cidade* de Kevin Lynch. Tendo como *locus* empírico as cidades norte-americanas de Boston, Jersey e Los Angeles, o arquiteto argumenta que “cada cidadão tem vastas associações com alguma parte de sua cidade, e a imagem de cada um está impregnada de lembranças e significados” e, por isso, deveriam ser investigadas. Cf. Kevin Lynch, *A imagem da cidade*, [1997] 2011, p. 1.

- 4) Comercialização de terrenos e imóveis em escritórios de consultoria imobiliária e empresas de incorporação imobiliária;
- 5) Auditoria e/ou concessão de certificados de projetos de arquitetura em empresas certificadoras;
- 6) Ensino e pesquisa em instituições públicas ou privadas de ensino e/ou de pesquisa;
- 7) Cargo em órgãos de representação profissional: conselhos (Conselho de Arquitetura e Urbanismo – Rio de Janeiro), entidades de classe (Instituto dos Arquitetos do Brasil – Rio de Janeiro) e sindicato (Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas do Estado de Rio de Janeiro) ligados à profissão de arquiteto;
- 8) Participação em comissões julgadoras de concursos de arquitetura e/u urbanismo;
- 9) Publicização de ideias em evento públicos, acadêmicos, aqui entendidos como eventos organizados por instituições de ensino superior com o intuito de publicizar reflexões de pesquisas desenvolvidas por arquitetos no âmbito de instituições também de ensino superior, e não acadêmicos, e em meios de comunicação de massa;
- 10) Suporte técnico e político a movimentos sociais.

Levando em conta que se trata de um leque amplo demais de atividades para os limites de tempo envolvidos na investigação que deu origem a esta dissertação, decidi restringir a pesquisa empírica aos arquitetos autores e/ou coautores de projetos de arquitetura e/ou urbanismo no contexto da preparação dos Jogos Olímpicos 2016. Recorrendo a esse recorte, a proposta é destacar a capacidade de os arquitetos produzirem imagens particulares – figurativas – da cidade do Rio de Janeiro por meio de uma ferramenta que lhes é exclusiva: o projeto arquitetônico e/ou urbanístico. E, com isso, dou relevo à dimensão propositiva implícita dessa forma atuação profissional que é a arquitetura e/ou o urbanismo, uma vez que o projeto arquitetônico e/ou urbanístico é a expressão mais evidente do intento desse profissional de transformar fisicamente a realidade empírica existente, ainda que esse possa nunca se materializar.

O objetivo me conduz a um plano mais teórico, uma vez que não estou mais diante apenas de visões que os arquitetos têm sobre o Rio de Janeiro, mas sim de um *imaginário* sobre essa cidade que se revela por meio dessa atuação profissional na cidade. Isso porque, nos termos de Henri Lefebvre, é justamente por meio do imaginário que o “possível”, o “virtual”, o “futuro” costumam ser representados, num mundo como o contemporâneo,

dominado por imagens¹⁸. O que me permite formular nos seguintes termos a questão que orienta este estudo: *qual é o imaginário dos arquitetos atuantes profissionalmente na cidade do Rio de Janeiro sobre esta cidade, no contexto da preparação dos Jogos Olímpicos de 2016?*

Sob esse prisma, é fundamental a relevância metodológica das *imagens* que integram o imaginário desses arquitetos, e sem as quais eles não são capazes de comunicar ao outro a sua “intenção ou o [seu] desejo de realizar”¹⁹. Sendo elas “obras individuais”²⁰, interessa, entretanto, focar apenas imagens entre as quais há uma proximidade. Mas que tipo de proximidade seria essa? Cabe aqui restringir a pesquisa a um tipo de conhecimento, o senso comum, entendido como um conhecimento que os seres humanos compartilham, mesmo sem saber, na relação social²¹. Nos termos aqui propostos, isso significa privilegiar o conjunto de significados sobre o Rio de Janeiro reciprocamente experimentados pelos arquitetos em termos imagéticos na relação social que com eles travei, como pesquisador, no âmbito de sua atuação profissional na cidade, como autores e/ou coautores de projetos arquitetônicos e/ou urbanísticos relativos aos Jogos Olímpicos de 2016.

Frente à plêiade de imagens passíveis de serem apreendidas e relacionadas, cheguei, como espero demonstrar adiante, a uma tese acerca do imaginário dos arquitetos acerca do Rio de Janeiro. Os dados que conheceremos ao longo desta dissertação sugerem que esse imaginário é constituído de imagens acerca de espaços específicos dessa cidade e de outras cidades que coexistem no presente, ajudando a forjar imagens de outros Rios de Janeiro. Com isso, o estudo sugere que os espaços projetados pelos arquitetos investigados são povoados por imagens de espaços empiricamente existentes que, por sua vez, aos olhos desses arquitetos, estão imbuídos da possibilidade de uma transformação específica no espaço urbano no qual eles intervêm; em certa medida, na cidade como um todo. Como aqui se trata de uma investigação sociológica, a questão de pesquisa carrega um desafio específico: enraizar socialmente essa cidade imaginária que se revela através de imagens respectivamente dos espaços urbanos que são objeto das intervenções, dos espaços projetualmente concebidos

¹⁸ Cf. Henri Lefebvre, *La presencia y la ausencia. Contribución a la teoría de las representaciones*, [1980] 2006, p. 70. São de minha autoria todas as traduções para o português de textos cujos títulos estão em língua estrangeira.

¹⁹ Cf. Henri Lefebvre, *Critique de la vie quotidienne. Fondements d'une sociologie de la quotidienneté*, 1961, pp. 288, 190.

²⁰ *Idem, Ibidem.*

²¹ Cf. José de Souza Martins, *A sociabilidade do homem simples*, [2008] 2010, p. 54.

e, também, de espaços outros empiricamente existentes no Rio de Janeiro. E eis que chego à segunda questão que me proponho a responder nas páginas que seguem: *qual é a base social do imaginário a ser investigado?* Para tanto, há que se levar em conta, com Henri Lefebvre, que as imagens que integram o imaginário investigado são “formas” que assumem as representações. Apenas estas últimas, as representações, são passíveis de serem enraizadas socialmente, visto que, diferentemente das imagens, seus conteúdos são, ao mesmo tempo, “interiores (dos ‘sujeitos’)” e “exteriores (objetivos por serem sociais e por incluir relações com os objetos)”²².

Se temos em conta que, para Lefebvre, a “‘base’ social”²³ das representações é a “sociedade inteira”²⁴, isso vai, a seu modo, ao encontro ao que afirma, partindo de outra orientação metodológica, Florestan Fernandes, ao afirmar que o ponto de referência de toda investigação sociológica é a “teia de interações e de relações sociais”²⁵. Trata-se de uma teia constituída pelos efeitos recíprocos implícitos nos contatos sociais fortuitos (interações sociais) e pelos vínculos sociais, por sua natureza mais duradouros (relações sociais) entre os seres humanos. Orientando-se por tais referências, cabe à presente investigação situar o imaginário dos arquitetos acerca da cidade do Rio de Janeiro na teia de interações e de relações sociais em que esses arquitetos se inserem, e da qual são evidências as imagens de espaços diversos da cidade que eles produzem no âmbito de sua atuação profissional do contexto de preparação dos Jogos Olímpicos de 2016.

No que se refere a esta segunda questão, o perfil social dos arquitetos investigados permite vincular sociologicamente as imagens de espaço por eles produzidas a duas dimensões da vida social desses profissionais no Rio de Janeiro: os espaços de moradia e de trabalho pelos quais se movimentam, e a formação acadêmica que tiveram. Trata-se, por um lado, dos espaços vividos por esses mesmos arquitetos em seu dia a dia na cidade; por outro lado, das instituições de ensino e pesquisa por eles frequentadas durante a sua trajetória de formação profissional.

A proposta de assumir imagens individualmente produzidas como vias analíticas para chegar à dimensão social que subjaz a sua produção não é nova. Inspira-se numa abordagem

²² Cf. Henri Lefebvre, *op. cit.*, [1980] 2006, pp. 70, 99.

²³ O termo “base” aparece entre aspas simples, pois Lefebvre está pensando em termos marxianos, justamente na tríade “base”, “estrutura” e “superestrutura”.

²⁴ Cf. Henri Lefebvre, *op. cit.*, [1980] 2006, p. 101.

²⁵ Cf. Florestan Fernandes, *op. cit.*, [1959] 1970, p. 20.

metodológica recente e original das relações entre imagem, imaginário e representações de espaço contidas na obra de Lefebvre, com o objetivo de apreender transformações socioculturais no espaço da rua em São Paulo com o advento da modernidade na cidade²⁶. Já aqui realizei uma leitura própria dessa perspectiva.

Nesse sentido mesmo, como apreender as imagens que integram o imaginário dos arquitetos investigados sobre a cidade em questão? E onde buscá-las?

O primeiro passo foi selecionar os arquitetos que integram o referencial empírico na realidade a ser investigada. Optei por concentrar-me em autores e coautores dos projetos de intervenções arquitetônicas e urbanísticas anunciadas pela Autoridade Pública Olímpica como do âmbito dos preparativos desse evento. Os documentos que tomei como referências, para tanto, foram a “Matriz de responsabilidade dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos”²⁷ e o “Plano de Políticas Públicas”²⁸. Em particular, interessei-me pelos “projetos/ações” classificados como “construções”, que chegam à marca de quase três centenas. Mas isso, sabendo que, nestes dois documentos, não há, por sua própria natureza, qualquer referência aos nomes dos arquitetos responsáveis pela concepção dos projetos arquitetônicos e urbanísticos das “construções” listadas.

Para chegar a essas informações, foi necessário empreender uma busca em outras fontes, como os sítios eletrônicos dos órgãos do poder público destinados à publicização de informações sobre a preparação dos Jogos Olímpicos²⁹; os portais eletrônicos das entidades privadas nacionais e internacionais responsáveis pela sua promoção³⁰ e aquele do Instituto dos Arquitetos do Brasil³¹, que foi responsável pela organização de três concursos de arquitetura no âmbito dos Jogos Olímpicos de 2016. Por fim, foram também consultadas revistas e sítios eletrônicos especializados em arquitetura e urbanismo³² e o jornal *O Globo*. Em cada uma dessas fontes, busquei projetos arquitetônicos e/ou urbanísticos que fizessem referência às “construções” anteriormente identificadas, assim como a sua autoria. O que me levou a um

²⁶ Cf. Fraya Frehse. *Ô da Rua! O transeunte e o advento da modernidade em São Paulo*, 2011, *passim*.

²⁷ Cf. Autoridade Pública Olímpica, *op. cit.*, 2014a.

²⁸ Cf. Autoridade Pública Olímpica, *op. cit.*, 2014b.

²⁹ Separadamente, nos âmbitos federal (cf. *Brasil 2016*, ano), estadual (cf. *Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro*), municipal (cf. *Empresa Olímpica Municipal*; *Cidade Olímpica*). E, também, nos três âmbitos simultaneamente (cf. *Autoridade Pública Olímpica*).

³⁰ Cf. *International Olympic Committee*; *Comitê Olímpico Brasileiro*; *Rio 2016*.

³¹ Cf. *Instituto dos Arquitetos do Brasil*; *Instituto dos Arquitetos do Brasil – Departamento Rio de Janeiro*.

³² Cf. *Revista Projeto Design*; *Revista AU*; *ArchDaily Brasil*; *Vitruvius*; *Arq! Bacana*.

corpus menor de projetos, relacionados às competições esportivas³³, à hospedagem dos visitantes³⁴, à infraestrutura de transporte³⁵ e às atividades esportivas e culturais³⁶.

Em face de tamanha diversidade do universo empírico, decidi restringir a investigação aos arquitetos que tornaram públicos documentos que descrevem figurativamente e textualmente, em variáveis níveis de detalhamento, os seus projetos, seja por meio das suas “pranchas”, do seu “memorial descritivo” ou do “resumo da proposta”. Assim, cheguei aos treze projetos arquitetônicos e/ou urbanísticos premiados em dois concursos de arquitetura organizados pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil³⁷: o Concurso “Porto Olímpico” e o Concurso “Sede do Campo Olímpico de Golfe”³⁸. Nos dois âmbitos, incluo tanto os projetos que estão sendo executados, como os que jamais o serão, mas que tiveram as suas qualidades destacadas pela banca de jurados por meio de premiações (ex: 2º, 3º e 4º lugar e menções honrosas). Essa escolha se deu após eu avaliar que, independentemente de serem ou não serem materializados, todos esses projetos me levariam ao que aqui me interessa: as imagens dos espaços empiricamente existentes ou concebidos pelos arquitetos na cidade do Rio de Janeiro, no contexto temporal em foco (2009-2016).

Logo, no entanto, cinco dos treze projetos premiados foram excluídos do *corpus* analítico deste estudo. Isso aconteceu quando nenhum dos seus autores ou coautores atua profissionalmente no Rio de Janeiro, mas em escritórios de arquitetura sediados em outras cidades. Foi o caso de um dos projetos premiados pelo primeiro concurso e quatro do segundo³⁹.

A restrição me levou a um total de oito projetos arquitetônicos e/ou urbanísticos: de um lado, cinco que se dedicaram a concepção de instalações olímpicas na região portuária da cidade; de outro, três que desenvolveram propostas para o edifício sede do Campo de Golfe Olímpico, no bairro da Barra da Tijuca. Na figura a seguir, sinalizo, por meio de um quadrado

³³ São os projetos do Parque Olímpico da Barra da Tijuca, do Parque Olímpico de Deodoro, da Sede do Campo Olímpico de Golfe, da Arena de Handebol, do Velódromo, do Centro de Tênis, do Centro de Esportes Aquáticos, do Estádio Jornalista Mário Filho ou Maracanã e da Marina da Glória.

³⁴ São os projetos da Vila dos Atletas e do Porto Olímpico.

³⁵ São os projetos do Veículo Leve sobre Trilhos, das estações dos corredores de ônibus e da Ponte Cardenal Eugênio Salles.

³⁶ São os projetos do Museu do Amanhã, do Museu de Arte do Rio e do Parque de Madureira.

³⁷ Apesar de diversas tentativas de acesso, o Instituto dos Arquitetos do Brasil não disponibilizou o material relativo aos projetos premiados pelo “Concurso Internacional para o Plano Geral Urbanístico do Parque Olímpico Rio 2016”, apenas reproduções de algumas das perspectivas.

³⁸ Nos documentos dos concursos, eles também são intitulados “Concurso Nacional para o Porto Olímpico” e o “Concurso Nacional de Projetos de Arquitetura para as áreas social e de apoio do Campo Olímpico de Golfe do Rio de Janeiro”, respectivamente.

³⁹ Entre eles, identifiquei arquitetos profissionalmente atuantes em escritórios sediados em outras cidades brasileiras (São Paulo, Curitiba e Caxias do Sul) e, também, estrangeiras (Boston e Paris).

azul, a localização dos terrenos destinados à implantação do Porto Olímpico e, por meio de um círculo verde, os lotes atribuídos à Sede do Campo Olímpico de Golfe:

Figura 2: Localização dos terrenos destinados a implantação do Porto Olímpico e da Sede do Campo Olímpico de Golfe⁴⁰

Uma vez explicitada a seleção dos projetos a serem analisados, resta evidenciar as técnicas de investigação que foram mobilizadas com o objetivo de apreender as imagens que aqui interessam. As pranchas dos projetos arquitetônicos e/ou urbanísticos premiados pelos dois concursos investigados foram objeto de uma minuciosa análise documental, que visou dar conta tanto da dimensão textual quanto visual desses documentos⁴¹. Lembrando da perspectiva de Martins, o objetivo foi buscar indícios do indizível nos textos e do invisível nas imagens⁴². O que, nos termos desse estudo, significou atentar às imagens textuais e visuais dos espaços concebidos que, aos meus olhos, nutrem entre si proximidades. Se tais documentos apresentam indícios das imagens que seus autores têm sobre os espaços por eles concebidos, eles revelam muito pouco sobre como os espaços que são objeto das intervenções

⁴⁰ Mapa reproduzido do *Google Maps* (acesso em 15 de junho de 2015), com marcações de minha autoria.

⁴¹ Segundo as normas presentes nos editais dos dois concursos, os projetos deveriam ser representados por meio de “textos e desenhos” em pranchas impressas e digitais, podendo ser “apresentados em qualquer técnica instrumental e/ou processo gráfico, com total liberdade de composição e representação [fotomontagens, perspectivas, croquis, imagens de maquetes, detalhes construtivos]”. A diferença entre eles é que os participantes do Concurso “Porto Olímpico” deveriam apresentar a sua proposta em seis pranchas, e os do Concurso “Sede do Campo Olímpico de Golfe” em apenas quatro. Cf. Instituto dos Arquitetos do Brasil Departamento Rio de Janeiro, *Edital do Concurso Porto Olímpico*, 2010a, p. 9; Instituto dos Arquitetos do Brasil Departamento Rio de Janeiro, *Edital do Concurso Sede do Campo Olímpico de Golfe*, 2012a, p. 9.

⁴² Cf. José de Souza Martins, *Sociologia da fotografia e da imagem*, 2008, p. 27.

e a cidade são percebidos e representados por tais arquitetos. Para isso, nada como direcionar o olhar para outro lugar social de produção de imagens. Foi com esse fim que, após apreender as imagens presentes nos projetos, entrevistei os arquitetos identificados como autores e/ou coautores desse material. O que serviu não apenas para confrontar os arquitetos com perguntas sobre os tempos mais recentes dos espaços por eles concebidos, mas também para provocá-los com perguntas que tinham a cidade do Rio de Janeiro como referência. Sem descuidar do fato de que essas imagens foram produzidas em situações sociais muito distintas⁴³, as entrevistas serviram para apreender imagens orais, inacessíveis nos documentos anteriormente analisados.

Cada uma dessas técnicas permitiu trazer para o primeiro plano imagens diversas de espaços da cidade do Rio de Janeiro: ora dos sítios e dos bairros em que os projetos se situam, ora dos espaços concebidos ou da cidade como um todo – ou mesmo de espaços outros, localizados em cidades distantes.

Diante de tantas imagens, foi fundamental traçar um caminho que me conduzisse aos significados reciprocamente experimentados pelos arquitetos investigados sobre o Rio de Janeiro.

Com esse fim, serviu-me de referência o método de análise sociológica de imagens textuais e visuais desenvolvido por Frehse a partir de interlocução tanto com a abordagem lefebvriana dos vínculos entre imagens, imaginário e representações, quanto com a técnica de “cruzamento de registros” que é comum na historiografia⁴⁴. Buscando “elementos comuns” nas imagens da rua na São Paulo oitocentista que apreendeu em fontes textuais e fotográficas diversas, a pesquisadora agrupou a plêiade de imagens em função das afinidades temáticas que identificou entre elas, por referência a modos de comportamento corporal e de interação social nas ruas e largos paulistanos de então. Assim, ela constatou que havia mais em jogo, nas imagens da rua, do que “expressões afetivas idiossincráticas”⁴⁵. De fato, elas carregavam indícios de outro nível de realidade social, mais abstrato: o nível das representações⁴⁶. Se as representações estão em um nível mais abstrato, é porque, como propõe Lefebvre, elas “nascem como símbolos do imaginário e se solidificam, tornando-se correntes quase

⁴³ Jean Poupart, por exemplo, faz diversas considerações sobre a “situação um tanto artificial” que é a entrevista, cuja análise nunca pode deixar de considerar. Cf. Jean Poupart, “A entrevista do tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas”, em Jean Poupart et. al., *A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos*, 2010, pp. 215-253.

⁴⁴ Cf. Fraya Frehse. *op. cit.*, 2011, p. 222.

⁴⁵ *Idem*, p. 221.

⁴⁶ *Idem*, p. 226.

instituídas”; e, por isso, o seu modo de existência “só se concebe tendo em conta as condições de existência de tal grupo, povo ou classe”⁴⁷.

Portanto, se temos em conta que, para Lefebvre, o imaginário é mediado por representações cuja base social me proponho a investigar, interessa aqui chegar às imagens de espaços variados que possam me conduzir as representações que aqui procuro. Mas que representações seriam essas? Ao assumir essa abordagem como orientação metodológica, fui levado a um tipo específico de representação: as representações de cidade dos arquitetos investigados. O que permitiu, por meio do cruzamento de dados relativos ao perfil social deles, chegar a ao menos dois elementos da base social que subjaz ao processo de concepção dos espaços empiricamente existentes dessa cidade por parte dos arquitetos, os espaços de moradia e de trabalho dos arquitetos, e a sua formação acadêmica. Para isso, também foi fundamental trazer à tona falas de arquitetos outros, transcritas no meu caderno de campo, que carregam indícios de que não estou diante de uma teia de interações e de relações sociais restrita à população investigada (dez arquitetos), mas de um fenômeno possivelmente mais amplo.

Com este estudo, busquei explorar o fato de que o imaginário dos arquitetos que atuam profissionalmente nessa cidade como autores e coautores de projetos urbanísticos e/ou arquitetônicos é indissociável de relações específicas que eles estabelecem com realidades empiricamente existentes. São elas realidades preñes de significados, (re)produzidos em meio à multiplicidade de vivências desses sujeitos, mas que nem por isso deixam de manifestar proximidades entre si. Por tudo isso, a investigação busca enfrentar dois desafios, o primeiro deles no plano teórico-conceitual e, o segundo, no âmbito do diálogo com a produção acadêmica brasileira.

Há um desafio teórico implícito à presente investigação, que é o aprofundamento numa dimensão específica do empreendimento conceitual de Henri Lefebvre sobre a produção do espaço. O espaço é definido pelo autor como “produto (social)” que “intervém na própria produção”, e que, por isso, não existe “em si”, mas sim como uma “mediação”⁴⁸. Como tal, o espaço é compreendido em três momentos - a “prática espacial”, o “espaço de representação” e a “representação do espaço” –, assegurando ao espaço uma triplicidade: o

⁴⁷ Cf. Henri Lefebvre, *op. cit.*, [1980] 2006, p. 66.

⁴⁸ Cf. Henri Lefebvre, *La production de l'espace*, [1974] 2000, pp. 35, XX.

“percebido”, o “vivido” e o “concebido”⁴⁹. Ora, ao elaborar projetos arquitetônicos e urbanísticos com o intento de intervir na espacialidade física da cidade, o arquiteto contribui para a produção do espaço. Junto com outros profissionais (“especialistas”, “planejadores”, “urbanistas” e “tecnocratas”), esse profissional concebe o espaço por meio de um “sistema de signos verbais elaborados intelectualmente”, que integram as “representações do espaço”⁵⁰. Mas o que dizer do espaço “vivido” por esse profissional, pela “mediação de imagens e símbolos”⁵¹, enquanto habitante e usuário dessa mesma cidade? Ao voltar-se à análise do “movimento dialético entre a vivência e o concebido [que] nunca cessa”⁵², Lefebvre não ignora essa relação, contudo a explora com certa timidez, no que tange à atuação do arquiteto na cidade⁵³. Já este estudo busca lançar mão desse instrumento conceitual como potencial contribuição aos estudos sobre a atuação do arquiteto na cidade, alargando as possibilidades interpretativas do arcabouço conceitual lefebvriano.

Com relação à produção acadêmica brasileira, o objetivo é preencher lacunas que encontrei em estudos sociológicos que elegeram a profissão de arquiteto como objetos de reflexão, e em estudos urbanos que destacaram o papel dos arquitetos nas intervenções arquitetônicas e urbanísticas na cidade do Rio de Janeiro. Para isso, buscarei, na Parte I (Capítulo 1 e Capítulo 2) desta dissertação, situar o presente estudo em meio a essa produção acadêmica brasileira que, em maior ou menor medida, problematizou a atuação profissional do arquiteto. Será possível assim demonstrar que são raras as investigações em que o arquiteto figura como protagonista; e, dentre elas, não encontrei nenhuma que tenha como tema de pesquisa as visões que esses têm sobre a cidade em que atuam profissionalmente. Sendo, justamente, diante desse aparente “vazio” que o presente estudo busca fazer uma contribuição, ainda que seja para apenas apontar novos caminhos investigativos possíveis.

Já na Parte II, procuro adentrar o mundo dos arquitetos. No Capítulo 3, situo o Concurso “Porto Olímpico” e o Concurso “Sede do Campo Olímpico de Golfe” no contexto de preparação dos Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro, e apresento as diretrizes mais gerais dos respectivos concursos. Tudo isso com o auxílio de documentos publicados pelos organizadores e promotores do evento esportivo, e aqueles relativos aos concursos, mas

⁴⁹ *Idem*, pp. 48-49.

⁵⁰ *Idem*, p. 49.

⁵¹ *Idem, Ibidem*.

⁵² Cf. Henri Lefebvre, *op. cit.*, [1980] 2006, p. 77.

⁵³ A leitura de parte da produção teórica desse autor, revelou uma das mais profícuas reflexões sobre essa relação nos artigos “Utopia experimental. Por um novo urbanismo” e “Humanismo e urbanismo. Algumas proposições”, ambos publicados no livro *Do rural ao urbano*, que a presente pesquisa se valeu de sua edição mexicana. Cf. Henri Lefebvre, *De lo rural a lo urbano*, [1970], 1975, pp. 123-133; 147-150.

também com a ajuda de reportagens publicadas no jornal *O Globo*. Depois disso, é a vez de analisar as pranchas das propostas premiadas, assim como os trechos de entrevistas em que os autores e coautores de tais projetos tematizam oralmente os significados que, aos seus olhos, os seus respectivos planos teriam para a cidade do Rio de Janeiro naquele momento. O objetivo do capítulo é apreender as imagens dos espaços concebidos pelos arquitetos; isto é, aquelas forjadas por referência aos espaços que foram objetos das intervenções (por exemplo: os lotes destinados à construção, o entorno imediato destes, o bairro em que se situam).

No Capítulo 4, atravesso as fronteiras dos espaços concebidos pelos arquitetos para refletir sobre a maneira como eles representam a cidade. Em um primeiro momento, analiso os trechos das entrevistas em que eles tematizam o Rio de Janeiro de antes dos preparativos dos Jogos Olímpicos de 2016 e de dias mais recentes, tendo como referência temporal o momento em que as entrevistas foram realizadas, entre novembro de 2014 e janeiro de 2015. Em seguida, é a vez de examinar os trechos em que os arquitetos narram como eles gostariam que fosse a cidade do Rio de Janeiro em um tempo que ainda está por vir. Com isso, consegui chegar a uma plêiade de imagens que, quando cruzadas com as dos espaços concebidos pelos arquitetos, revelam o Rio de Janeiro por que estes esperam, em termos valorativos. Ou melhor, as imagens dos outros Rios de Janeiro.

No Capítulo 5, por fim, busco transcender os limites espaciais indicados pelos arquitetos em seus projetos e nas entrevistas a mim, ao explorar a capacidade de tais profissionais imaginarem a sua cidade ideal. Veremos assim a mobilização de imagens de espaços empiricamente existentes no Rio de Janeiro ou fora dali. São imagens que, quando cruzadas com aquelas apreendidas nos dois capítulos anteriores, trazem indícios das representações de cidade que medeiam o imaginário dos arquitetos. Feito tudo isso, por meio da análise do perfil social dos arquitetos investigados e de trechos das entrevistas, passo a refletir sobre a base social que subjaz às representações anteriormente apreendidas. Evidencia-se assim o quanto ela pode dever à vivência dos arquitetos nessa e em outras cidades e a sua formação acadêmica. Para isso, são empiricamente elucidativos também alguns trechos de meu caderno de campo.

Por fim, na Conclusão, reflito sobre os limites metodológicos e interpretativos que o estudo encontrou, e sobre as possibilidades investigativas para as quais ele sinaliza.

PARTE I:

Localizando “vazios” e estabelecendo diálogos

Ao voltar-me para a questão de como o Rio de Janeiro é imaginado por aqueles que concebem essa cidade por meio de projetos arquitetônicos e urbanístico, não posso deixar de me situar em relação aos trabalhos acadêmicos já produzidos que assumem a atuação e as visões dos arquitetos como problemas de pesquisa, ainda que secundários. Caso contrário, corro o risco de assumir leituras específicas da realidade social como a própria realidade, tornando-me, como alertou Pierre Bourdieu, instrumento daquilo que, em um primeiro momento, me propus a investigar⁵⁴.

Para evitar essa armadilha, o sociólogo francês faz um alerta: todo cientista deve empreender a “história social da emergência” do problema que orienta a sua investigação, o que passa por um diálogo crítico com as investigações que contribuem para fazer dele, antes essencializado, um “problema socialmente produzido”⁵⁵. O que, no caso das ciências sociais, significa reconhecer que não apenas o conhecimento produzido pelos sujeitos investigados é socialmente construído, mas também aquele gestado no campo acadêmico sobre essa mesma realidade. É claro que estamos diante de conhecimentos de ordens distintas, mas igualmente passíveis de estranhamento por aqueles não desejam correr o risco de reproduzir em seus estudos as pré-noções dos sujeitos investigados ou, mesmo, as suas próprias⁵⁶.

Além de buscar evitar uma possível essencialização da questão assumida como problema de pesquisa, a imersão nesses estudos tem como objetivo tornar os “‘vazios’ contidos no sistema de conhecimento” aparentes, possibilitando que “novas indagações” sejam construídas⁵⁷. Afinal, na investigação científica, novos problemas não são produtos exclusivos da mente criativa e especulativa do pesquisador, mas, sobretudo, do permanente diálogo que esse estabelece com seus pares, provocando os limites do que já foi produzido até então.

Certamente não é o caso de restringir a revisão bibliográfica aos trabalhos que elegeram as visões dos arquitetos sobre a cidade do Rio de Janeiro como temas de pesquisa, uma vez que corro o risco, como o próprio levantamento bibliográfico me revelou, de não encontrar com quem dialogar. Também não é viável fazer uma longa revisão crítica de tudo o

⁵⁴ Cf. Pierre Bourdieu, “Introdução a uma sociologia reflexiva”, em Pierre Bourdieu, *O poder simbólico*, [1989] 2011, p. 36.

⁵⁵ *Idem*, pp. 36-37.

⁵⁶ Pierre Bourdieu descreve a combinação dessas prenoções como “um misto falsamente erudito e falsamente objetivo da sociologia espontânea do ‘cientista’ e da sociologia espontânea de seu objeto”. Cf. Pierre Bourdieu, *Ofício de sociólogo*, [1968] 2005, p. 50.

⁵⁷ Cf. José de Souza Martins, *op. cit.*, [2008] 2010, p. 84.

que já foi produzido academicamente sobre a atuação profissional do arquiteto no Brasil, pois isso foge do escopo desta investigação. Mais apropriado, ao meu ver, é situar o arquiteto em dois campos de produção de conhecimento de que o presente estudo faz parte: primeiro, os estudos sociológicos e, num segundo momento, os estudos urbanos mais abrangentes, o que inclui geógrafos, engenheiros, arquitetos, planejadores urbanos, historiadores, antropólogos, sociólogos, educadores, entre outros.

No Capítulo 1, interessa analisar como a atuação profissional do arquiteto vem servindo de objeto de reflexão para a sociologia brasileira, apontando abordagens e interesses analíticos que se aproximam ou se distanciam do presente estudo. Já no Capítulo 2, em que analiso os estudos urbanos mais amplos, particularmente os que tematizam as transformações arquitetônicas e urbanísticas na cidade do Rio de Janeiro, o intuito é localizar o arquiteto em meio aos sujeitos e grupos sociais que, segundo a literatura levantada, seriam responsáveis pela construção material e imaterial desta cidade. Diferentemente do primeiro capítulo, o que está em questão são os sujeitos que a presente pesquisa privilegia, por referência às transformações físicas de natureza arquitetônica e urbanística, no espaço do Rio de Janeiro.

CAPÍTULO 1

Quando a sociologia brasileira coloca o arquiteto em primeiro plano

No intuito de assegurar interlocução com o ponto de vista sociológico, que aqui me interessa, debrucei-me sobre livros, capítulos de livros, artigos, periódicos, teses e anais de congressos que tenham sido produzidos por pesquisadores vinculados a instituições de ensino e de pesquisa em sociologia no país e/ou com formação acadêmica, na graduação e/ou na pós-graduação, em sociologia ou em ciências sociais. Desse modo, contemplo autores que possivelmente não se reconheçam abertamente como “sociólogos”, mas cuja formação e/ou atuação acadêmica assegura um vínculo acadêmico com tal campo do conhecimento e que, aos meus olhos, se expressa nos estudos por eles produzidos.

Quanto às fontes do levantamento bibliográfico, busquei abarcar os principais veículos nacionais de divulgação das pesquisas acadêmicas produzidas no âmbito da sociologia, o banco digital de referências bibliográficas da Universidade em que desenvolvo esta pesquisa e também sugestões de pesquisadores que desenvolvem pesquisas na fronteira interdisciplinar entre a sociologia e a arquitetura⁵⁸. Na base de dados do *Scielo*, a mais abrangente biblioteca eletrônica de periódicos científicos do Brasil, foram consultadas todas as revistas relativas às áreas de Ciências Humanas que, na descrição disponível nesse banco de dados, citavam a sociologia como uma subárea de interesse⁵⁹. Acrescentei também a tal *corpus* os periódicos científicos Cadernos IPPUR, Caderno Metrópole, Centro de Estudos da Metrópole e Espaço & Debates, assim como os anais do Congresso Brasileiro de Sociologia e do Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, organizado respectivamente pela Sociedade Brasileira de Sociologia e pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.

Em face desse extenso banco de dados, a busca foi orientada pelas palavras-chave “arquiteto(a)(s)” e “urbanista(s)”, categorias mobilizadas com frequência pelos respectivos autores para qualificar o sujeito formado em arquitetura cuja a atuação profissional incide sobre espaços da cidade que transcendem os limites do lote, resultando no levanto de 62

⁵⁸ Foram incorporadas as sugestões da minha orientadora, do Prof. Francisco Segnini Jr., livre docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, e da Camila Gui Rosatti, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo.

⁵⁹ Os periódicos consultados foram: *Anais do Museu Paulista*; *Caderno Centro de Recursos Humanos*; *DADOS - Revista de Ciências Sociais*; *Estudos Avançados*; *Horizontes Antropológicos*; *Mana - Estudo de Antropologia Social*; *Revista Brasileira de Ciências Sociais*; *Revista de Sociologia e Política*; *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*; *Sociologias*; *Tempo Social*; *Revista Novos Estudos*.

trabalhos acadêmicos. Após uma análise cuidadosa de cada um destes, foram selecionados apenas aqueles que tomaram a atuação profissional do arquiteto como objeto de reflexão mais detida, contribuindo, cada um ao seu modo, com a construção social do problema nos termos de uma análise sociológica. No total, foram considerados 19 trabalhos, organizados em dois grupos. No primeiro deles, reúno os que investiram no debate acerca do que é ser arquiteto no Brasil, já no segundo, concentro os que problematizaram a atuação profissional de arquitetos em particular nas cidades brasileiras.

Diante dessas diferentes abordagens, submeti todos os trabalhos à mesma indagação: como a atuação profissional do arquiteto aparece em cada uma das investigações? Cabe, aqui, compreender com que interesse analítico e com quais instrumentos conceituais isso se deu. Só assim, será possível situar o presente estudo nessa plêiade de trabalhos.

1.1. Em questão, a profissão do arquiteto

Em uma revisão bibliográfica dos estudos nas ciências sociais sobre profissões no Brasil, a pesquisadora Marília Bonelli⁶⁰ aponta as décadas de 1960 e 1970 como período de emergência das primeiras investigações sobre a temática. Entre os trabalhos desenvolvidos no período, a autora destaca o que seria para ela a primeira pesquisa sociológica sobre a profissão de arquiteto: a dissertação de mestrado de José Carlos Durand, defendida no Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo em 1972, e publicada como livro, com o título *A profissão de arquiteto: estudo sociológico*, em 1974⁶¹. O que coincide com o meu levantamento bibliográfico prévio sobre o assunto, que apontou a obra em questão como a mais antiga nas ciências brasileiras sobre essa profissão.

Em seu estudo, pioneiro no país, Durand se interessa pelas “tendências da profissão de arquiteto como manifestação do amplo processo de proletarização da classe média”⁶², cuja a problemática teórica subjacente, declarada pelo próprio autor, é o debate travado pelo sociólogo americano Wright Mills sobre a emergência de uma “nova classe média”⁶³. Para

⁶⁰ Cf. Marília G. Bonelli, “Estudos sobre profissões no Brasil”, em Sérgio Miceli (org.), *O que ler na Ciência Social Brasileira*, 1999, pp. 290-291.

⁶¹ *Idem*, p. 292.

⁶² Cf. José Carlos Durand, *A profissão de arquiteto: Estudo sociológico*, 1974, p. 5.

⁶³ Cf. Wright Mills, “Antigas profissões e novas especialidades”, em Wright Mills, *A nova classe média*, [1951] 1969.

justificar a escolha do arquiteto como referencial empírico, o autor descreve uma espécie de “drama” entre os profissionais no período diante das “condições de trabalho dadas no setor terciário do sistema produtivo”⁶⁴. A tese por ele defendida é de que, a despeito da dificuldade do exercício autônomo da profissão de arquiteto e da necessária adaptação às novas condições de trabalho, seus protagonistas continuariam exercendo-a dentro de um “estatuto ultrapassado” e de um “sistema de crenças tradicional”⁶⁵. O que se manifestaria por meio de um desencontro entre “sistema de crenças que norteia a atuação do arquiteto” e a “prática cotidiana de trabalho, determinada pelas condições de trabalho”⁶⁶.

Para chegar a sua definição da atuação profissional do arquiteto no período investigado, Durand recorreu à análise de “perfis” de alguns arquitetos brasileiros “notáveis”⁶⁷, à entrevistas com arquitetos que atuavam em diferentes situações de exercício profissional⁶⁸ e à análise de documentos produzidos pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil, entidade de representação profissional da categoria no país⁶⁹. O que permitiu que pesquisador apreendesse um conjunto “crenças”, “ideologia” e “valores” que, aos seus olhos, orientariam a atuação do arquiteto no período.

Após algumas décadas dessa primeira investigação, Durand vai uma vez mais desenvolver uma reflexão sobre a profissão de arquiteto no país, dessa vez escrita em parceria com a pesquisadora Elena Salvatori⁷⁰. Diferentemente do seu livro, não é a inserção dos arquitetos nas novas relações de trabalho o problema de pesquisa, mas a posição de um célebre arquiteto – Oscar Niemeyer – no campo arquitetônico brasileiro. Com um referencial teórico claramente bourdieusiano, os autores buscam desvendar a maneira como o arquiteto em questão construiu e geriu sua posição dominante no campo arquitetônico nacional⁷¹. Sua tese é de que Niemeyer, uma vez atingido o “patamar de excepcionalidade”, administrou a sua “posição dominante, mobilizando com coerência, bom senso e constância um conjunto de dispositivos da cultura erudita”.

⁶⁴ Cf. José Carlos Durand, *op. cit.*, 1974, p. 3.

⁶⁵ *Idem*, pp. 3; 9.

⁶⁶ *Idem*, p. 3.

⁶⁷ *Idem*, pp. 4; 25-40.

⁶⁸ *Idem*, pp. 7; 55-82.

⁶⁹ *Idem*, pp. 7; 83-94.

⁷⁰ Cf. José Carlos Durand e Elena Salvatori, “A gestão da carreira dominante de Oscar Niemeyer”, *Tempo Social*, 2013.

⁷¹ *Idem*, p. 159.

Para fundamentar essa argumentação, os autores tomam as visões que Niemeyer tinha sobre a sua atuação profissional e suas obras e, também, as visões de terceiros sobre elas como objeto privilegiado de investigação. O que faz com que os autores lancem mão de duas fontes fundamentais de pesquisa: documentos produzidos por Niemeyer e documentos escritos por seus contemporâneos sobre ele⁷². O que não apenas sugere um interesse analítico distinto sobre a atuação profissional do arquiteto, mas também apresenta fontes outras de pesquisa.

Durand, no entanto, não foi o único sociólogo brasileiro que se interessou por essa profissão. A pesquisadora Sônia Marques publicou em 1996 o livro *Maestro sem orquestra: Um estudo de ideologia do arquiteto no Brasil – 1820-1950*, resultado da sua dissertação de mestrado defendida em 1983 no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco⁷³. Como o título sugere, a autora se interessa por desvendar como e por que se constitui no período no país um ideário “segundo o qual os arquitetos brasileiros seriam profissionais autônomos, com atitudes progressistas e, até mesmo, revolucionárias”⁷⁴. Sua tese, teoricamente informada pela perspectiva althusseriana, é de que as instituições escolares formadoras do arquiteto atuariam, ao mesmo tempo, como “aparelho ideológico do Estado”, que “quer ser moderno”, e como reprodutoras e consolidadoras da “própria ideologia profissional”, “liberal do ponto de vista do exercício profissional” e “progressista na dimensão política”.

O interesse da autora pelo contexto político-social brasileiro durante o período investigado faz com que a análise do que foi a atuação profissional do arquiteto naquele momento tenha se dado por meio do estudo de dinâmicas próprias dessa profissão, sobretudo ligadas à formação acadêmica dos arquitetos, e de dinâmicas mais amplas, vinculadas à proposta de modernização do Estado brasileiro. Para isso, a autora optou por desenvolver um estudo de caso do curso de arquitetura da Universidade Federal de Pernambuco, tendo como pano de fundo a evolução do ensino superior em arquitetura em todo país. Assim, foram fundamentais sobretudo documentos oficiais produzidos por essa instituição e depoimentos de sujeitos envolvidos na fundação e no funcionamento do curso, assim como documentos

⁷² *Idem*, p. 160.

⁷³ Sônia Marques, *Maestro sem orquestra. Um estudo de ideologia do arquiteto no Brasil – 1820-1950*, [1983] 1996.

⁷⁴ Após diversas tentativas – foram consultados biblioteca e arquivos diversos, assim como a editora em que o livro foi publicado, o programa em que a dissertação foi defendida e a sua autora-, não foi possível ter acesso à publicação original. Por isso, faço uso de uma cópia que, infelizmente, não tem as páginas numeradas.

relativos à constituição de outros cursos de arquitetura, sobretudo aquele que inspirou os moldes de funcionamento do curso pernambucano e muitos outros pelo país: o curso de arquitetura na Escola Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro.

Marques retomou mais recentemente a sua preocupação com a profissão de arquiteto em um artigo escrito em parceria com a também socióloga Ligia Barbosa⁷⁵, mas dessa vez em uma análise comparativa das profissões de arquiteto e de engenheiro no país a partir da seguinte questão: “Por que engenheiros e arquitetos são valorizados diferentemente?”⁷⁶. A tese defendida pelas autoras é de que a maneira que esses dois grupos profissionais manipulam “recursos argumentativos” sobre sua atuação “podem ter efeitos em outras dimensões aparentemente independentes, como o prestígio e o rendimento”⁷⁷. O argumento é por elas sustentado por meio do cruzamento entre dados quantitativos sobre os “rendimentos” e o “perfil ocupacional” dos arquitetos, aliado a uma análise das “representações coletivas sobre o grupo profissional”⁷⁸.

Em comum, observo que os pesquisadores compartilham um interesse investigativo em relação ao que é ser arquiteto no Brasil com base no que revelam esses mesmos profissionais e terceiros, nos períodos investigados. O que não obscurece o fato de as orientações teóricas subjacentes às pesquisas serem muito distintas: trata-se de uma reflexão sobre a classe média norte-americana desenvolvida por Wright Mills⁷⁹; sobre as dinâmicas e a estrutura interna do “campo arquitetônico”, pensado em termos bourdieusianos⁸⁰; sobre as instituições formadoras do arquiteto, a partir de uma perspectiva althusseriana⁸¹; enfim, sobre as diferenças entre a atuação profissional do arquiteto e do engenheiro no país, a partir da análise de dados quantitativos sobre seus rendimentos e o perfil social de cada um deles⁸².

Tangenciando temáticas caras ao que se convencionou chamar de sociologias da profissão, da arte e da educação, a leitura dos trabalhos revela a existência de pesquisas sociológicas no país, ainda que poucas, que tomaram a atuação profissional do arquiteto como

⁷⁵ Em seu doutorado em sociologia pela Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, Sônia Marques defendeu, em 1996, a tese intitulada “Les professions de l’urbanisme au Brésil”. Infelizmente, as suas contribuições à temática aqui investigadas não foram incorporadas pela dificuldade de acesso ao material em questão, tendo em vista que a própria autora informou não possuir uma versão digitalizada da pesquisa.

⁷⁶ Cf. Sônia Marques e Maria Ligia Barbosa, “Arquitetos e engenheiros. Arte e ciência nos conflitos profissionais”, em Encontro Anual da ANPOCS, *Anais do Encontro Anual da ANPOCS*, 2002, p. 10.

⁷⁷ *Idem*, p. 19.

⁷⁸ *Idem*, *Ibidem*.

⁷⁹ Cf. José Carlos Durand, *op. cit.*, 1974.

⁸⁰ Cf. José Carlos Durand e Elena Salvatorio, *op. cit.*, 2013.

⁸¹ Sônia Marques, *op. cit.*, [1983] 1996.

⁸² Cf. Sônia Marques e Maria Ligia Barbosa, *op. cit.*, 2002.

objeto de pesquisa. São estudos que estabelecem um grande diálogo com outros produzidos no campo acadêmico da arquitetura, e que investigam o mercado de trabalho, a inserção no campo das artes e a formação do arquiteto no Brasil⁸³. Apesar das aparentes proximidades com o presente estudo, uma diferença salta os olhos: não são as visões *dos* arquitetos que ocupam o centro das investigações, mas sim as visões dos pesquisadores *sobre* a profissão do arquiteto.

1.2. Outra questão: a atuação profissional do arquiteto em cidades brasileiras

Por se tratar de um *corpus* mais expressivo, os trabalhos foram divididos em dois grupos. No primeiro deles, agrupei as investigações que elegeram as intervenções arquitetônicas e urbanísticas nas cidades brasileiras na primeira metade do século XX como *referências empíricas* de pesquisa. Já no segundo grupo estão os trabalhos que se interessam por intervenções mais recentes, realizadas nas últimas décadas do século XX e início do XXI nas cidades brasileiras.

Os pesquisadores do primeiro grupo se interessam por um período específico, que vai da década de 1930 a 1950, quando a arquitetura “moderna” ou “modernista” deixa a sua marca nas cidades brasileiras. Entre eles, James Holston⁸⁴ toma como problema de investigação a relação entre as “pretensões do modernismo de Brasília” e as “práticas sociais” nesta cidade, cujo resultado, segunda a tese defendida pelo autor, não seria nem o “velho Brasil”, mas tampouco a “cidade imaginada” por seus idealizadores⁸⁵. Segundo Holston, “os valores que os planejadores [Oscar Niemeyer e Lúcio Costa] acreditavam estar concretizando em suas propostas” tinham o intento de produzir um “novo tipo de cidade”, cujas “premissas” foram importadas do modelo de cidade concebido pelos Congressos Internacionais da

⁸³ Cf. Maria J. B. Leite. *Formação sensível do arquiteto*, 2000; Francisco Segnini Jr, *op. cit.*, 2002; Sylvia Ficher, *Ensino e profissão. Os arquitetos da Poli. Ensino e profissão em São Paulo*, 2005; Minoru Naruto, *Repensar a formação do arquiteto*, 2006; Vera Lúcia Domschke. *O ensino da arquitetura e a construção da modernidade*, 2009; Jaqueline A. Souza, *A prática profissional do arquiteto no Brasil. O debate em revistas especializadas (1962-1996)*, 2013.

⁸⁴ O antropólogo americano figura nessa lista, pois, durante o seu trabalho de campo em Brasília, entre os anos de 1980 e 1982, atuou como professor visitante do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Brasília. E, posteriormente, entre os anos de 1996 e 1997, foi professor visitante do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo.

⁸⁵ Cf. James Holston, *Cidade modernista. uma crítica de Brasília e sua utopia*, [1989] 2010, pp. 19-32.

Arquitetura Moderna (CIAM)⁸⁶. Por meio de uma ampla análise documental e etnográfica⁸⁷, o autor busca traduzir duas visões sobre a cidade que, segundo a sua interpretação, se expressariam nas obras de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa: a criação de “fundamentos de uma nova organização urbana em moldes igualitários” e a “subversão” da “relação entre o público e o privado” permitindo, com isso, que a cidade seja “inteiramente pública”⁸⁸.

É sobre esse mesmo projeto arquitetônico e urbanístico que Brasilmar F. Nunes se debruça⁸⁹. Em conjunto da análise das esferas econômica e política do período em que a capital do país é transferida para Brasília, o autor investiga os “elementos de sustentação daquilo que pode ser considerado o discurso fundador da nova capital” no projeto concebido por Oscar Niemeyer e Lúcio Costa por meio da “vasta literatura existente”⁹⁰. Assim como Holston, Nunes destaca o “intercâmbio de ideias” entre os arquitetos brasileiros e os “valores universais da arquitetura” no período, que integram os “preceitos básicos da arquitetura moderna”⁹¹; dentre eles a “percepção de caos urbano” nas cidades tradicionais, a necessidade de novo tipo de “ordenamento” e controle da “propriedade privado do solo”, ampliando os espaços públicos nas cidades⁹².

Apesar de a construção de Brasília ser a mais expressiva experiência brasileira, quiçá mundial, de materialização das ideias “modernistas” no campo da arquitetura e do urbanismo, outras cidades também foram objeto de intervenções mais pontuais, sendo algumas delas objetos de investigação de Maria Arminda Arruda⁹³ e de Silvana Rubino⁹⁴. O objetivo de Arruda é “caracterizar as diversas manifestação do moderno contidas na multiplicidade das linguagens, buscando as relações que entretêm com o movimento profundo de transformação da vida na cidade de São Paulo”⁹⁵. Por meio de um referencial teórico diverso, com especial destaque à obra *Viena Fin-de-Siècle* do historiador Carl Schorske, a autora se interessa pelos “sujeitos enquanto seres imaginantes que permanentemente instituem a vida social-simbólica,

⁸⁶ Cf. James Holston, *op. cit.*, [1989] 2010, pp. 30, 48-49.

⁸⁷ Holston, por um lado, analisou um conjunto de documentos referentes ao “sistema arquitetônico, graficamente representado”, à “doutrina arquitetônica modernista” e ao “projeto de construir uma cidade modernista no Brasil” e, por outro, etnografou “as intenções das populações estudadas” e seu “contradiscurso” (Idem, 73; 16-17).

⁸⁸ Cf. James Holston, *op. cit.*, [1989] 2010, pp. 87, 111-141.

⁸⁹ Cf. Brasilmar Ferreira Nunes, *Brasília. Fantasia corporificada*, 2004.

⁹⁰ *Idem*, 2004, pp. 39, 14.

⁹¹ *Idem*, *op. cit.*, 2004, p. 55.

⁹² *Idem*, 2004, pp. 48-51.

⁹³ Cf. Maria Arminda Arruda, *Metrópole e cultura. São Paulo no meio século XX*, 2001.

⁹⁴ Cf. Silvana Rubino, *Rotas da modernidade. Trajetória, campo e história na atuação de Lina Bo Bardi*, 2002.

⁹⁵ Cf. Maria Arminda Arruda, *op. cit.*, 2001.

construindo as suas significações imaginárias”, estando, entre os sujeitos investigados, o arquiteto Oscar Niemeyer com o seu projeto do Parque do Ibirapuera, em homenagem ao IV Centenário da Cidade de São Paulo, em 1954⁹⁶. Segundo a pesquisadora, que se valeu de uma grande variedade de fontes documentais (ex: o projeto de arquitetura, o noticiário da imprensa e entrevistas e depoimentos), foi por meio desse projeto arquitetônico que São Paulo teria selado o seu “destino de metrópole moderna, comprometida com as novas linguagens, exprimindo uma determinada concepção de cidade”⁹⁷. Essa concepção teria passado a “guiar a imagem de progresso urbano”, que tinha, segundo Arruda, como ponto central uma “visão de constituição do lugar públicos que se fez sob o signo do ordenamento”, revelando a suposta vontade de seus idealizadores de “fixar as maneiras possíveis de sua utilização”⁹⁸.

Já Rubino investiga a produção arquitetônica de outro arquiteto comprometido com as ideias do “modernismo”, a ítalo-brasileira Lina Bo Bardi. Seu objetivo, por sua vez, é “contribuir para a geografia histórica do modernismo, por meio da reconstrução da trajetória de uma arquiteta italiana radicada no Brasil, Lina Bo Bardi, e de duas de suas obras, o Museu de Arte de São Paulo (MASP) e o Museu de Arte da Bahia (MAMB)”⁹⁹. A partir de uma leitura bourdieusiana, Rubino parte do pressuposto de que os “edifícios e alguns espaços da cidade devem ser tratados pela ótica da história intelectual, uma vez que são produtos [...] de um saber especializado, que possui regras próprias, disputas internas etc. – um campo”¹⁰⁰. O que leva a pesquisadora a analisar, por meio de fontes documentais variadas¹⁰¹, os dois projetos arquitetônicos por referência ao lugar que Lina Bo Bardi ocupou no campo arquitetônico no período investigado. O que revela leituras particulares sobre a relação dos espaços projetados com as cidades. Em São Paulo, o MASP celebraria, segundo Rubino, a “modernidade da cidade que se construía (constrói) e destruía (destrói) a cada minuto” e que “afirma a sua centralidade de cidade industrial”, já o MAMB enfatizaria o “passado da primeira capital brasileira” e o “renascimento” de Salvador¹⁰². São ideias que revelam duas

⁹⁶ *Idem*, pp. 51-134.

⁹⁷ *Idem*, p. 101.

⁹⁸ *Idem*, pp. 45; 88-89.

⁹⁹ Cf. Silvana Rubino, *op. cit.*, 2002, s.p.

¹⁰⁰ *Idem*, p. 17.

¹⁰¹ Entre os documentos analisados, estão cartas, projetos, esboços, anotações e artigos da arquiteta, revistas e jornais do período e entrevistas com participantes do processo. Cf. Silvana Rubino, *op. cit.*, 2002, p. 17.

¹⁰² *Idem*, pp. 200, 182.

“concepções de modernidade”, mas que se aproximam, ao destacarem, aos olhos da pesquisadora, o papel da arquitetura no “jogo identitário entre os municípios”¹⁰³.

Em comum, os autores desse primeiro grupo de trabalhos têm o fato de se debruçarem sobre um *corpus* variado de documentos, fontes primárias e secundárias, com o intento desvelar o significado de intervenções arquitetônicas e urbanísticas que, aos seus olhos, estariam comprometidas com as ideias do que se convencionou chamar de “modernismo”, tendo como ponto de referência as interpretações dos pesquisadores sobre as supostas visões dos arquitetos idealizadores. Holston e Nunes destacam alguns “valores” gestados nos CIAMs que teriam reverberado nos projetos desenvolvidos no país – relacionados com os valores mais amplos de igualdade, de ordem e de valorização do espaço público –, já Arruda prefere destacar como as “significações imaginárias” do arquiteto aparecem na concepção de determinado espaço público da cidade – acentuando determinada concepção de ordenamento dos usos do espaço; enfim, Rubino enfatiza a diversidade de concepções de modernidade nas cidades investigadas (São Paulo buscando fortalecer sua centralidade industrial e Salvador a sua centralidade histórica). Em conjunto, todos esses autores enfatizam a estreita relação entre os “valores”, as “significações” e as “concepções” que, aos seus olhos, teriam orientado a concepção dos projetos arquitetônicos e urbanísticos pelos arquitetos investigados tendo em vista a construção uma nova imagem da cidade e, em alguns casos, do país, a partir dos marcos de uma certa interpretação da “modernidade”.

Num segundo grupo, agrego os estudos sociológicos que assumem a atuação do arquiteto entre o final do século XX e o início do XXI como objeto de reflexão, seja na cidade de São Paulo, de Recife, de Fortaleza ou de Niterói. Antonio Arantes, por exemplo, desenvolveu a sua pesquisa as décadas de 1980 e 1990 em São Paulo, tendo como problema investigativo o processo de formação do “lugar político no espaço urbano”¹⁰⁴. Para isso, não deixou de considerar as “cristalizações de significados articulados pelos arquitetos e urbanistas em seus projetos”, as quais, segundo a sua interpretação, contribuiriam para a desautorização do “ponto de vista da população a respeito do futuro da cidade”¹⁰⁵. É, portanto, por meio de suas impressões sobre o patrimônio edificado da cidade e de seus usuários, que o autor, em uma leitura fortemente orientada pela chave teórica certauniana, busca interpretar os significados das intervenções urbanísticas nos espaços urbanos paulistano

¹⁰³ *Idem*, p. 200.

¹⁰⁴ Cf. Antonio Arantes, *Paisagens paulistanas: Transformações do espaço público*, 2000, p. 11.

¹⁰⁵ *Idem*, p. 86.

historicamente centrais. Nessa chave interpretativa, o autor descreve as intervenções arquitetônicas e urbanísticas em ruas e praças paulistas como empreendimentos “disciplinadores de seus usos” e apagadores dos “limites e fronteiras custosamente construídos e incessantemente reconstruídos pelos habitantes das ruas em suas práticas cotidianas”¹⁰⁶.

Também interessado nas intervenções arquitetônicas e urbanísticas em regiões historicamente centrais, Rogério Proença Leite faz uso das conceituações certeaniana ao estudar o “papel dos lugares sociais na construção do espaço público e sua contribuição para repolitização das cidades-patrimônio”¹⁰⁷. Assumindo como campo empírico de pesquisa a cidade de Recife, cujo centro histórico sofreu intervenções arquitetônicas e urbanísticas na década de 1990, o autor pondera também sobre os “valores” e as “visões” de seus idealizados, entre eles arquitetos¹⁰⁸. É por meio de uma ampla análise dos planos e dos projetos urbanísticos para o local, e de entrevistas com alguns agentes responsáveis pelas intervenções, alguns deles arquitetos, que o autor interpreta as intervenções no espaço físico da cidade como a expressão da “construção de uma paisagem moderna de cidade, associada ao progresso e a inserção internacional da nação” e da “definição dos usos dos espaços públicos, mediante práticas que pretendem higienizar, desobstruir e embelezar a cidade”¹⁰⁹.

Linda Gondim, por sua vez, investiga a “natureza e o alcance das intervenções urbanísticas históricas como estratégia da cidade contemporânea, tendo como elemento chave a produção de imagens para o consumo em atividades de turismo, cultura e lazer”¹¹⁰. Em seu trabalho, diferentemente dos dois anteriormente aqui evocados, o arquiteto tem uma posição de destaque, uma vez que a ele é atribuída a capacidade de produção de um “tipo especial de produção simbólica”, na medida que “as representações [sobre a cidade] são mobilizadas de forma explícita, como instrumento de planejamento e gestão do espaço urbano”¹¹¹. Assumindo como caso a ser estudado a construção do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura em Fortaleza na década de 1990, Gondim analisa os documentos relativos ao projeto arquitetônico e reportagens de jornais e revistas, mas também realiza entrevista com o

¹⁰⁶ *Idem*, pp. 122, 125.

¹⁰⁷ Cf. Rogério Proença Leite, *Contra-usos da cidade. Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*, 2004, p. 18.

¹⁰⁸ *Idem*, p. 63.

¹⁰⁹ *Idem*, pp. 96-97.

¹¹⁰ Cf. Linda Gondim, *O dragão do mar e a Fortaleza pós-moderna: Cultura patrimônio e imagem da cidade*, 2007, p. 34.

¹¹¹ *Idem*, pp. 40-41.

arquiteto autor do projeto, para chegar ao que ela definiu como “discursos que fundamentam a produção de uma cidade imaginária”. Segundo a interpretação da autora, o imaginário sobre a cidade dos seus idealizadores se fundamentariam nos binômios “velho/novo” e “local/global”¹¹², sendo o projeto arquitetônico investigado a expressão do intento de “ inserir Fortaleza, uma metrópole periférica, no processo de globalização”¹¹³.

Não foram, no entanto, apenas as intervenções em áreas historicamente centrais das cidades brasileiras, fenômeno recorrente no final do século XX, que despertaram o interesse dos autores quando o que estava em questão eram as visões dos arquitetos sobre as cidades brasileiras. Heitor Frúgoli Jr., por exemplo, foca a sua atenção nos “grupos e instituições privadas envolvidos na definição do que seja central” entre as décadas de 1980 e 1990 na cidade de São Paulo, que se revelariam pelas “visões e representações sobre o ‘centro’ – e, por conseguinte, sobre a cidade - que tais grupos são capazes de impor”¹¹⁴. Trata-se de “representações” que o autor apreende empiricamente através de pesquisa documental, de observação participante e, em especial, de entrevistas, sendo o arquiteto um dos sujeitos que integram os grupos sociais pesquisados. Entre eles, interessa destacar o relativo protagonismo dos arquitetos ao forjar, aos olhos do pesquisador, representações “que não cabem a pobreza, o desemprego e a inserção no mercado informal” no centro tradicional¹¹⁵ e representações da Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini e da Avenida Brigadeiro Faria Lima como uma “nova centralidade”, dada as “caraterísticas arquitetônicas mais globais” da região¹¹⁶.

Também interessada na produção do espaço urbano da cidade de São Paulo nas duas últimas décadas do século XX, Mariana Fix concentra a sua atenção na interpretação do modo como a “financeirização” e a “internacionalização” aparecem no “processo de circulação do capital no meio ambiente construído”¹¹⁷. E, para isso, nada como investigar o “sistema de agentes voltado ao ambiente construído da cidade” no período investigado. Os arquitetos aparecem, por meio de entrevistas, como agentes do “setor imobiliário”, o qual, na

¹¹² *Idem*, pp. 184-89.

¹¹³ *Idem*, p. 41.

¹¹⁴ Cf. Heitor Frúgoli Jr, *op. cit.*, 2000, p. 43.

¹¹⁵ *Idem*, p. 87.

¹¹⁶ *Idem*, p. 181-189.

¹¹⁷ Cf. Maria Fix, *Parceiros da exclusão. Duas histórias da construção de uma ‘nova cidade’ em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada*, 2007, p. 13.

interpretação da autora, estaria inteiramente “voltado[s] à produção da face ‘globalizada’ da cidade”¹¹⁸.

Por fim, um artigo que escrevi em conjunto com Brasilmar F. Nunes aborda o “sentido que apresentam as áreas com características precárias em nossas metrópoles, situando-as dentro do debate sobre o planejamento urbano”¹¹⁹. Para isso, desenvolvemos uma pesquisa sobre a relação entre arquitetos e moradores no Morro Vital Brazil, em Niterói, no processo de elaboração conjunta de projetos arquitetônicos que visavam orientar intervenções futuras nas casas já existentes. Por meio de observação participante, reconhecemos “diferentes concepções do espaço físico”: os moradores atribuíam sentidos que se aproximavam de uma dimensão “qualitativa” e “subjativa” e os arquitetos com “padrões lógicos e racionais de concepção do imóvel”¹²⁰. Apesar de a investigação empírica ter se restringido aos limites das moradias, ampliamos as nossas suas reflexões para toda a cidade, destacando a distância entre a “ação ‘racional’ sobre o território físico”, próprio do urbanismo, que, por sua vez, se constituiu no país sob o esteio do “ordenamento”¹²¹ e a “experiência espontânea do espaço urbano”, largamente observada não só na cidade estudada, mas em todo o país.

Nesse último conjunto de estudos, observo um interesse renovado pela atuação dos arquitetos na cidade nas últimas décadas e, mais especificamente, pelos “significados”, “valores”, “visões”, “representações” e “concepções” que, segundo a interpretação dos pesquisadores, os arquitetos atribuem às cidades em que atuam. Mobilizando diversas técnicas de investigação (entrevistas, observação participante e análise documental) e servindo-se de fontes documentais variadas (projetos arquitetônicos e urbanísticos, jornais e revistas), alguns autores argumentam que as intervenções arquitetônicas e urbanísticas analisadas contribuem com a construção de novas representações para a cidade, mas dessa vez a partir dos marcos de uma certa interpretação da chamada “globalização”, como vimos nos trabalhos realizados de Frúgoli Jr. e Fix sobre São Paulo, de Leite sobre Recife e de Gondim sobre Fortaleza. Entre eles, há também aqueles que interpretam uma dimensão ordenadora nas intervenções estudadas, que se contrapõem, aos seus olhos, as visões e aos usos dos

¹¹⁸ Idem, p. 23.

¹¹⁹ Cf. Brasilmar F. Nunes e Heitor V. Moura, “Sobre a racionalidade e a espontaneidade na produção do espaço urbano: uma experiência no Morro Vital Brazil em Niterói/RJ”, em *Cadernos do PROARQ*, 2012, p. 77.

¹²⁰ Idem, p. 83.

¹²¹ Os autores lançam a hipótese de que a “definição legítima do campo da arquitetura no Brasil se deu a partir da hegemonia modernista”, que por razões diversas foi “implantada e se mantém até hoje”. Cf. *Idem*, p. 87.

frequentadores dos espaços projetados pelos primeiros, o que aparece de maneiras diversas nas leituras de Arantes, Leite, Frúgoli Jr. e Nunes e Moura.

Ainda que todos os trabalhos que elegeram as cidades brasileiras como *locus* empírico de investigação guardem certa proximidade com o presente estudo - haja visto que todos eles, em maior ou menor medida, produzem interpretações sobre as visões que os arquitetos supostamente teriam sobre as cidades em que atuam -, o fato de nenhum deles ter assumido essas visões como tema específico de pesquisa abre espaço para algumas lacunas interpretativas. Reconheço, por exemplo, que na maioria dos estudos os arquitetos integram os respectivos referenciais empíricos dos autores, mas seu modo de ver o espaço urbano não é objeto de reflexão extensa e aprofundada. As suas visões das cidades em que atuam profissionalmente são analisadas por referência a visões outras, forjadas em grupos sociais mais amplos¹²². Já os autores que colocam o arquiteto em primeiro plano preferem centrar a sua análise na produção arquitetônica de um único arquiteto, como os célebres Oscar Niemeyer¹²³ e Lina Bo Bardi¹²⁴.

1.3. Em busca de novos caminhos investigativos

Se, por um lado, a atuação profissional do arquiteto desperta o interesse investigativo de certa sociologia brasileira, por outro os estudos levantados também sinalizam que ainda existem caminhos a serem explorados. Entre aqueles que se ocuparam com o estudo do que é ser arquiteto no Brasil, noto que o que está em foco não são as visões *dos* arquitetos, mas sim as visões dos pesquisadores sobre a profissão do arquiteto. Já nos estudos que elegeram as cidades como *locus* de suas investigações, observo a carência de enfoques dedicados inteiramente ao modo que os arquitetos veem o espaço urbano da cidade, visto que ora essa maneira é analisada por referência a outros grupos sociais, ora fica restrita à produção arquitetônica de um único arquiteto.

¹²² Cf. Heitor Frúgoli Jr, *op. cit.*, 2000; Maria Arminda Arruda, *op. cit.*, 2001; Cf. Brasilmar Ferreira Nunes, *op. cit.*, 2004; Rogério Proença Leite, *op. cit.*, 2004; Maria Fix, *op. cit.*, 2007; Linda Gondim, *op. cit.*, 2007.

¹²³ Cf. James Holston, *op. cit.*, [1989] 2010.

¹²⁴ Cf. Silvana Rubino, *op. cit.*, 2002.

É nesse universo pouco explorado pela produção sociológica que a presente investigação se insere, esperando, em alguma medida, contribuir com a produção do conhecimento e apontar novos caminhos investigativos.

CAPÍTULO 2

Os protagonistas na construção do Rio de Janeiro nos estudos urbanos brasileiros

No intuito situar esta investigação no rol dos estudos urbanos que assumem as transformações arquitetônicas e urbanísticas na cidade do Rio de Janeiro nos séculos XX e XXI como tema mais amplo de investigação, o processo de construção do *corpus* bibliográfico não poderia ser o mesmo do desenvolvido no capítulo anterior. A começar por transcender o campo disciplinar da sociologia, tendo desta vez como interlocutores também geógrafos, engenheiros, arquitetos, planejadores urbanos, historiadores, antropólogos, sociólogos, educadores, entre outros. A escolha tem implicações sobre a eleição das fontes de pesquisas consultadas, que deveriam abrigar toda essa pluralidade¹²⁵.

Tamanha diversidade, no entanto, trouxe uma dificuldade adicional: como levantar e selecionar os estudos sobre a temática aqui em foco, sem correr o risco de se perder em meio a tal multiplicidade? Num primeiro momento, empreendi buscas em relação a palavras-chave que remetessem à temática em questão, tais como: “Rio de Janeiro”, “transformação”, “intervenção”, “planejamento”, “urbano(a)”, “urbanístico(a)” e “arquitetônico(a)”. Como resultado, foram levantados mais de três centenas de trabalhos (entre eles livros monográficos, capítulos de livros, artigos de periódicos, teses, coletâneas e publicações em anais de congresso), que foram submetidos a uma seleção mais criteriosa: escolhi apenas os estudos que assumem as transformações arquitetônicas e urbanísticas no Rio de Janeiro dos séculos XX e XXI como temática central de investigação.

Já contando com um menor número de trabalhos, a minha leitura buscou destacar os sujeitos que foram colocados analiticamente em primeiro plano pelos estudiosos das transformações dessa urbe no período investigado. É claro que levando a sério a tentativa de compreender o lugar analítico dos arquitetos – em meio aos muitos outros sujeitos possíveis – na produção acadêmica, quando o que está em questão são as transformações arquitetônicas e urbanísticas na cidade.

Uma reflexão do tipo, no entanto, só é possível por meio de uma leitura contextualizada do próprio processo de institucionalização da arquitetura como campo

¹²⁵ Com esse objetivo, foram privilegiados os bancos digitais transdisciplinares de informações bibliográficos do *Scielo*, da Universidade de São Paulo (*Dedalus*), da Universidade do Rio de Janeiro (*Minerva*) e da Universidade Federal Fluminense (*Argonautas*).

acadêmico e a sua consolidação como prática profissional na cidade investigada, o que acabou orientando o recorte temporal da presente revisão bibliográfica. Por isso, antes de entrar na análise dos estudos levantados, farei um breve reconstituição dos principais acontecimentos que, segundo a literatura que tematiza de maneira mais ou menos detida a história da profissão do arquiteto no país, marcam historicamente a atuação desse profissional na cidade. O que só é possível na medida em que levo em conta que estou diante de versões específicas dos autores que assumo como fontes secundárias, mas que, em alguma medida, atestam a existência de fatos que marcaram o período por meio dos relatos recorrentes sobre os mesmos.

2.1. A constituição do campo acadêmico e profissional de arquitetura no Rio de Janeiro

Segundo o arquiteto Nireu Cavalcanti, o primeiro registro oficial de formação escolar de arquitetos no Brasil é de 1699, quando o rei de Portugal, D. Pedro II, instituiu, por meio de uma carta régia, o “ensino formal da Arquitetura Militar nas capitanias em que haviam engenheiros destacados”¹²⁶. Essa primeira iniciativa foi seguida, em 1796, pela fundação da Real Academia da Artilharia, Fortificação e Desenho da Cidade do Rio de Janeiro, onde passou a ser ensinada, pela primeira vez no país, arquitetura civil¹²⁷.

Outros pesquisadores, no entanto, não deixam de destacar que antes dessas experiências de ensino outros profissionais já se ocupavam da construção das edificações na cidade: os engenheiros militares estrangeiros, que atuavam sobretudo nos prédios oficiais, e os artífices e mestres de obra, responsáveis por grande parte dos edifícios particulares¹²⁸. Para Lucina Gennari, desde as primeiras décadas do período colonial até o início do século XX, a construção civil foi disputada por um grande número de grupos profissionais, diplomados e não diplomados, o que só se modificou com a consolidação das instituições de ensino superior e a institucionalização das profissões que atuavam nesse nicho¹²⁹.

Com a transferência da corte portuguesa para Rio de Janeiro, em 1808, a colônia portuguesa passou por profundas transformações, o que implicou a estruturação de

¹²⁶ Cf. Nireu O. Cavalcanti, *Arquitetos e engenheiros. Sonho de entidade desde 1798*, 2007, p. 37.

¹²⁷ *Idem*, p. 45.

¹²⁸ Cf. Sônia M. Marques, *op. cit.*, [1983] 1996, s/p.; Jaqueline A. Souza, *op. cit.*, 2013, p. 109.

¹²⁹ Cf. Juliana A. Gennari, “Notas sobre os construtores urbanos na Belle Époque”, em *Encontro Anual da ANPUR*, 2011, pp. 1-7.

instituições de ensino especializado. Com esse intuito, a Missão Artística Francesa fundou no Rio de Janeiro, em 1816, a Escola Real das Ciências, Artes e Ofícios, que foi rebatizada pelo imperador Don Pedro I, em 1824, como Academia Imperial de Belas Artes. Sob forte influência da cultura francesa, eram ministrados nessa instituição cursos de desenho, de artes, de música, de pintura e, pela primeira vez em uma instituição de ensino superior, de arquitetura. Apesar de tal experiência inaugural ter estimulado a criação de outros cursos dedicados exclusivamente à formação de arquitetos em outras cidades do país nas décadas seguintes, alguns estudiosos defendem que isso não foi suficiente para criar um campo de atuação acadêmico e profissional autônomo¹³⁰. Seria exemplo disso, segundo José Carlos Durand e Jaqueline Souza, a existência de engenheiros-arquitetos até o início do século XX, profissionais formados em cursos de engenharia e que, graças a presença, nos currículos, de disciplinas vinculadas à arquitetura, recebiam essa dupla diplomação¹³¹.

Em seu estudo, Durand aponta que, na primeira década do Brasil República (1890-1900), a situação da antiga Academia Imperial de Belas Artes, que passou a se chamar Escola Nacional de Belas-Artes, aparentava ser de eminente declínio, no que tange ao ensino de arquitetura, quando apenas três arquitetos se formaram¹³². A situação parece se alterar, segunda a interpretação desse mesmo autor e de outros, com a expansão das classes médias urbanas e a demanda por construções mais complexas na cidade, como os arranha-céus, quando os pesquisadores verificam um aumento gradual de estudantes inscritos no curso e a contratação de novos professores, muitos deles oriundos da “classe dirigente”, segundo Durand¹³³.

É justamente com a crescente diplomação e a expansão do mercado de trabalho, que as ações no plano dos interesses corporativos começaram a ser observadas com maior vigor. Em 1921, por exemplo, foi fundado o Instituto Central dos Arquitetos no Rio de Janeiro, hoje atuante em nível federal com o nome de Instituto dos Arquitetos do Brasil. No entanto, foi em 1933 que o passo mais importante no processo de institucionalização da profissão foi dado, com a aprovação do decreto-lei 23.569. Assim foram regulamentados no país as profissões de

¹³⁰ Cf. José Carlos Durand, *Arte, privilégio e distinção. Artes plásticas, arquitetura e classe dirigente no Brasil, 1855-1985*, [1989] 2009, pp. 57-62; José Carlos Durand, “Negociação política e renovação arquitetônica. Contribuição à história social da arquitetura brasileira”, em *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1991, pp. 2-4; Sônia M. Marques, *op. cit.*, [1983] 1996, s/p; Sylvia Ficher, *op. cit.*, 2005, pp. 313-314; Jaqueline A. Souza, *op. cit.*, 2013, pp. 119-120.

¹³¹ Cf. José Carlos Durand, *op. cit.*, 1991, pp. 3-4; Jaqueline A. Souza, *op. cit.*, 2013, p. 114.

¹³² Cf. José Carlos Durand, *op. cit.*, [1989] 2009, pp. 62-69.

¹³³ Cf. José Carlos Durand, *op. cit.*, [1989] 2009, pp. 69-73; José Carlos Durand, *op. cit.*, 1991, pp. 2-4; Sônia M. Marques, *op. cit.*, [1983] 1996, s/p; Jaqueline A. Souza, *op. cit.*, 2013, p. 119.

arquiteto, de engenheiro e de agrônomo, e foram fundados órgãos responsáveis pela fiscalização dos respectivos exercícios profissionais: o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e os Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. As iniciativas, segundo Durand e Sônia Marques, foram fundamentais no sentido de ampliar as exigências em relação aos arquitetos diplomados no exterior e de limitar a presença de profissionais não diplomados na construção civil¹³⁴.

Aos olhos de Durand, esse período também é marcado por uma profunda transformação no campo da arquitetura no país, mas dessa vez no âmbito da reformulação dos princípios teóricos e estilístico:

É preciso assinalar que o processo de institucionalização da profissão (a começar pela regulamentação inicial, em 1933) se dá paralelamente à adoção e difusão entre os arquitetos brasileiros da teoria e do estilo específico de arquitetura sustentados pelo chamado movimento internacional da arquitetura moderna, deslanchado na Europa no início do século¹³⁵.

O Rio de Janeiro, como capital política e importante centro de produção e difusão cultural do país, se tornou um dos principais palcos desse movimento arquitetônico. São provas disso alguns acontecimentos destacados por uma farta literatura sobre a produção arquitetônica no período: o profícuo diálogo entre arquitetos nacionais e estrangeiros – como as duas visitas, em 1929 e 1936, do arquiteto francês Le Corbusier à cidade; as mudanças nas estruturas acadêmicas tradicionais – como a reforma empreendida por Lúcio Costa na Escola Nacional de Belas Artes durante a sua breve gestão como diretor em 1931; e o generoso patronato público e privado, que favoreceu projetos alinhados com os princípios da arquitetura moderna – como sugerem os resultados dos concursos de arquitetura realizados, entre 1935 e 1936, para a Associação Brasileira de Imprensa, o Terminal de Hidroaviões e, o mais emblemático deles, o Ministério da Educação e Saúde Pública, hoje marcos arquitetônicos modernistas na paisagem carioca¹³⁶.

Segundo esse conjunto de interpretações sobre história da profissão de arquiteto no Brasil, a arquitetura enquanto campo acadêmico e profissional, tal como a entendemos hoje em dia, se consolida a partir do século XX no país, sendo a cidade do Rio de Janeiro palco de

¹³⁴ Cf. Sônia M. Marques, *op. cit.*, [1983] 1996, s/p; José Carlos Durand, *op. cit.*, 1991, pp. 5-6.

¹³⁵ Cf. José Carlos Durand, *op. cit.*, 1991, pp. 25-26.

¹³⁶ Cf. Yves Bruand, *Arquitetura contemporânea no Brasil*, [1981] 2012, pp. 71-74; Cf. Sônia M. Marques, *op. cit.*, [1983] 1996, s/p; José Carlos Durand, *op. cit.*, [1989] 2009, pp. 148-163; Francisco Segnini Jr, *op. cit.*, 2002, pp. 15-17; Lúcia H. Pereira Silva, *História do urbanismo no Rio de Janeiro: Administração municipal, engenharia e arquitetura dos anos 1920 à Ditadura Vargas*, 2003, pp. 87-95; Clevis Rabelo, *Arquitetos na cidade. Espaços profissionais em expansão - Rio de Janeiro, 1925-1935*, 2011, p. 11.

importantes acontecimentos que marcaram esse processo. Isso porque, aos olhos desses estudiosos, as experiências no âmbito do ordenamento legal da profissão, da reformulação do ensino acadêmico, da introdução de novos princípios teóricos e estéticos e da expansão do mercado de trabalho que se deram nessa cidade ajudaram produzir condições mais favoráveis a atuação desse profissional na cidade.

2.2. Os “construtores” da cidade em foco

Se os relatos dos pesquisadores anteriormente analisados sugerem que, a partir do século XX, há como identificar propriamente a atuação profissional de arquitetos no Rio de Janeiro, resta saber se esses profissionais chegam a integrar o referencial empírico dos estudos urbanos sobre o Rio de Janeiro nesse mesmo século e no seguinte. Para tanto, interessa-me menos o enfoque que os estudiosos deram às intervenções arquitetônicas e urbanísticas por eles estudadas do que o destaque àqueles que, segundo esses pesquisadores, ajudaram a construir essa urbe ao longo dos últimos dois séculos, eles arquitetos ou não.

Para ordenar os estudos levantados, tomo a sequência cronológica de planos e projetos urbanísticos e as intervenções no espaço físico da cidade que foram objeto das reflexões dos trabalhos que seguem. Entre eles, recebem grande destaque dos pesquisadores que se ocuparam do século XX a Reforma Pereira Passos (1903-1906), passando pelos desdobramentos do Plano Agache (1926-1930), do Plano de Desenvolvimento Urbano de C. Doxiadis (1965) e do Plano para a Baixada de Jacarepaguá de Lúcio Costa (1969). Já entre aqueles que privilegiam a virada do século XX e o início do XXI, as principais referências são o primeiro e o segundo Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro (1993 e 2009) e as intervenções no âmbito dos preparativos de megaeventos na cidade, tais como os Jogos Pan-Americanos de 2007, Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016.

Sob a presidência de Rodrigues Alves (1902-1906) e a administração municipal do prefeito Pereira Passos (1902-1906), o Rio de Janeiro foi objeto da mais profunda transformação em seu espaço físico desde a sua fundação, em 1565, quando levamos em conta a sua extensão sobre o território. Para justificar tamanho empreendimento no período, alguns dos trabalhos levantados destacam o papel que tiveram os grupos políticos e econômicos dominantes na materialização das intervenções previstas. Entre eles, Abreu chama a atenção para a estrita estreita relação entre a “elite econômica” e a “elite política” no

período¹³⁷, Andreatta estuda a “burguesia republicana” e as empresas de “caráter multinacional que passam a assumir serviços de transporte, distribuição de energia e telefonia¹³⁸, Marques ressalta a parceria entre o poder público, como “administrador dos serviços de infra-estrutura”, e as “empresas privadas estrangeiras” vencedoras das concessões¹³⁹, Moreira dá ênfase à atuação da “elite burguesa”¹⁴⁰, Vaz e Silveira destacam a atuação dos “agentes do capital”¹⁴¹ e Benchimol investiga a relação entre “capital privado e nacional” e a “classe dominante”¹⁴².

Há também aqueles pesquisadores que destacam a atuação de profissionais específicos nas intervenções no período, como é o caso dos “médicos”, dos “sanitaristas” e dos “higienistas”. Sobre a atuação desses profissionais, Benchimol ressalta como a “medicina social mostrou-se [...] muito eficiente ao formular um discurso sobre o urbano”¹⁴³; Marques argumenta que os profissionais ligados à saúde passaram a atuar sobre o “corpo social” da cidade¹⁴⁴; Silva, por sua vez, reconhece a centralidade do projeto dos “profissionais ligados à saúde”, que se colocavam como “legítimos intérpretes dos anseios das massas populares”¹⁴⁵; e Andreatta, enfim, reconhece o “papel dos médicos na formação da opinião pública e sua influência nas políticas da época do império”¹⁴⁶.

Com intervenções que iam desde a ampliação, a construção e o reordenamento das vias até a modernização do porto, a atuação profissional do engenheiro na cidade também é lembrada por alguns dos estudiosos. Nesse sentido, Silva produz uma reflexão sobre a engenharia como “instrumento de progresso”¹⁴⁷, e Andreatta estuda a emergência de uma “engenharia municipal”¹⁴⁸. Objeto de reflexões mais pontuais, o engenheiro também integra

¹³⁷ Cf. Mauricio de Abreu, *Evolução urbana do Rio de Janeiro*, [1987] 2013, pp. 59-67.

¹³⁸ Cf. Verena Andreatta, *Cidades quadradas paraísos circulares: Os planos urbanísticos do Rio de Janeiro no século XIX*, 2006, pp. 185-187.

¹³⁹ Cf. Eduardo Cesar Marques, “Da higiene à construção da cidade: O Estado e o saneamento no Rio de Janeiro”, em *História, ciências, Saúde – Manguinhos*, 1995, pp. 53-54, 65.

¹⁴⁰ Cf. Clarissa C. Moreira, *A cidade contemporânea entre a tabula rasa e a preservação: Cenários para o porto do Rio de Janeiro*, 2004, pp. 81-82.

¹⁴¹ Cf. Lilian F. Vaz e Carmen B. Silveira, “A área central do Rio de Janeiro: percepções e intervenções – uma visão sintética no decorrer do século XX”, em *Cadernos IPPUR*, 1994, pp. 99-101.

¹⁴² Cf. Jaime L. Benchimol, *Pereira Passos, um Haussmann tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*, 1992, *passim*.

¹⁴³ Cf. Jaime L. Benchimol, *op. cit.*, 1992, p. 118).

¹⁴⁴ Cf. Eduardo Cesar Marques, *op. cit.*, 1995, pp. 61-62.

¹⁴⁵ Cf. Lucia Helena P. Silva, *op. cit.*, 2003, pp. 18-19, 35.

¹⁴⁶ Cf. Verena Andreatta, *op. cit.*, 2006, p. 23.

¹⁴⁷ Cf. Lucia Helena P. Silva, *op. cit.*, 2003, pp. 87-89).

¹⁴⁸ Cf. Verena Andreatta, *op. cit.*, 2006, p. 181-185.

os estudos produzidos por Benchimol, Villaça, Paulilo e Gennari sobre as intervenções no período¹⁴⁹.

E o arquiteto? Salvo as citações pontuais a autores de projetos arquitetônicos que integraram a renovação estética da cidade do início do século XX – tais como Grandjean de Montigny, Adolpho Morais de los Rios, Francisco Oliveira Passos e Heitor de Mello -, apenas dois autores trazem referências mais detidas à atuação profissional de arquitetos na cidade do período. Andreatta reconhece no período um ganho de importância do arquiteto na cidade, seja por conta da construção de “prédios mais modernos” ou de sua atuação no setor imobiliário, que se intensifica nas décadas seguintes¹⁵⁰. Nesse mesmo caminho, Silva, que estuda a história do urbanismo na cidade, afirma que a arquitetura “construiu o seu sistema cognitivo a partir de uma demanda do mercado de bens simbólicos” e, por isso, foi intensamente requisitada pelo Estado e pela burguesia industrial do período¹⁵¹.

Após essas intervenções arquitetônicas e urbanísticas que inauguram o século XX, o Rio de Janeiro foi objeto de muitas outras, das quais as mais abrangentes resultam de planos urbanísticos elaborados pelo poder público. Considerado o primeiro plano que pensou a cidade de maneira mais global, o Plano Agache foi encomendado pela municipalidade em 1926 e entregue por seu autor, o arquiteto e urbanista francês Alfred Agache, em 1930. Apesar de nunca ter sido implantado em sua totalidade, o projeto serviu como referência às intervenções posteriores, sobretudo no que tange à nova organização viária da cidade. Foi também esse o destino do plano encomendado algumas décadas depois ao arquiteto e urbanista grego Constantino Doxiádis, que concebeu o Plano Doxiádis (1965), atualizando algumas ideias já contidas no plano anterior. Com efeito, após esses dois planos foram concebidos ainda estudos menos abrangentes, mas igualmente inspirados nos princípios presentes nesses: o Plano Piloto para a Baixada de Jacarepaguá (1969), cujo o autor é o arquiteto e urbanista Lúcio Costa; o Plano Integrado de Transporte (PIT-Metrô), de 1977; o Plano Urbanístico Básico do Rio (PUB-Rio), de 1977.

Tendo como referência geográfica um território cada vez mais extenso da cidade, quando comparadas com a Reforma Pereira Passos, as intervenções orientadas por esses

¹⁴⁹ Cf. Jaime L. Benchimol, *op. cit.*, 1992, pp. 140-150; Flávio Villaça, “Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil”, em Csaba Déak e Sueli R. Schiffer (orgs.), *O processo de urbanização no Brasil*, [1999] 2010, pp. 199-201; André Luiz Paulilo, *op. cit.*, 2004, p. 515; André Luiz Paulilo, *op. cit.*, 2004, p. 515; Luciana Alem Gennari, *op. cit.*, 2011, *passim*.

¹⁵⁰ Cf. Verena Andreatta, *op. cit.*, 2006, pp. 22-24; 195-196.

¹⁵¹ Cf. Lucia Helena P. Silva, *op. cit.*, 2003, pp. 18-20; 87-96.

planos acabam por acarretar a valorização econômica de regiões da cidade cada vez mais periféricas. É levando em conta essa expansão da cidade que muitos dos trabalhos levantados dão destaque a grupos específicos da elite econômica da cidade que supostamente se beneficiaram dessa política urbana: donos de terrenos, especuladores e investidores imobiliários e construtores. Leitão e Moreira destacam a atuação desses sujeitos na zona oeste da cidade¹⁵²; e Leal, Abreu, Silva, Paulilo e Andreatta em diversas regiões da cidade¹⁵³.

Mas o que dizer dos grupos profissionais que integram o referencial empírico dos estudos anteriormente mencionados, como os médicos e sanitaristas, os engenheiros e os arquitetos? Não encontrei nos estudos levantados sobre o período subsequente qualquer referência a qualquer profissional relacionado à área da saúde, quando o que estava em questão eram as intervenções arquitetônicas e urbanísticas na cidade. O mesmo não acontece com o engenheiro, cuja atuação profissional é destacada por parte dos estudos levantados. Villaça, por exemplo, associa a atuação desse profissional a uma tendência de “tecnocratização” dos planos urbanísticos¹⁵⁴; Silva estuda o processo de sua incorporação à administração municipal, formando um “corpo técnico municipal”¹⁵⁵; Paulilo, por sua vez, associa o planejamento técnico da cidade à “capacidade técnica da engenharia”, sobretudo enquanto parte dos “quadros técnicos dos poderes públicos”¹⁵⁶; enfim, Andreatta descreve a formação de um “corpo técnico do Estado” a partir da paulatina incorporação do engenheiro ao funcionalismo público¹⁵⁷.

O arquiteto também é lembrado, ainda que com menor frequência, por alguns pesquisadores, seja atuando no mercado das construções privadas ou nas intervenções produzidas pelo poder público. Entre eles, Rabelo evidencia a participação do arquiteto na “verticalização das zonas central e sul” por meio da expansão do mercado imobiliário entre os anos de 1925 e 1935¹⁵⁸, Silva argumenta que os arquitetos se ocuparam “dos projetos nobres e monumentais, concretizando por meio da forma a nova concepção de beleza”, encomendados

¹⁵² Geronimo Leitão, *O plano piloto da Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá, 1970-1980. Um estudo das relações existentes entre o Estado e o capital imobiliário no processo de produção do espaço urbano*, 1990, *passim*; Clarissa C. Moreira, *op. cit.*, 2004, pp. 77-116.

¹⁵³ Cf. Maria G. F. Leal, *A construção do espaço urbano carioca no Estado Novo A indústria da construção civil*, 1987, *passim*; Mauricio de Abreu, *op. cit.*, [1987] 2013, p. 142-147; Lucia Helena P. Silva, *op. cit.*, 2003, pp. 41-150; André Luiz Paulilo, *op. cit.*, 2004, pp. 513-525; Verena Andreatta, *op. cit.*, 2006, pp. 46-49, 61-74.

¹⁵⁴ Cf. Flávio Villaça, *op. cit.*, [1999] 2010, pp. 205-211.

¹⁵⁵ Cf. Lucia Helena P. Silva, *op. cit.*, 2003, pp. 18-20, 89-98.

¹⁵⁶ Cf. André Luiz Paulilo, *op. cit.*, 2004, pp. 514-522.

¹⁵⁷ Cf. Verena Andreatta, *op. cit.*, 2006, pp. 64-68).

¹⁵⁸ Cf. Clevio Rabelo, *op. cit.*, 2011, pp. 216-306.

pelo poder público¹⁵⁹; e Andreatta destaca o papel do arquiteto Affonso Reidy no serviço público como formulador de propostas imbuídas do “ideário do movimento moderno”¹⁶⁰.

Entre os estudos levantados sobre o período, no entanto, chama a atenção a referência a um profissional que está ausente nos estudos sobre as primeiras grandes intervenções do século XX: o urbanista. Fruto de uma história social mais recente¹⁶¹, o termo “urbanista” é usado por diversos pesquisadores que se debruçam sobre o período em questão, que vai até o final da década de 1960, ora para identificar os profissionais estrangeiros contratados para elaborar o Plano Agache e o Plano Doxiadis, ora para nomear um novo tipo de profissional que atuaria na estrutura administrativa do poder público. Encontro citações a urbanistas em diversas passagens dos trabalhos de Oliveira, Rezende, Abreu, Vaz e Silveira, Villaça, Silva, Paulilo, Moreira, Andreatta e Troina¹⁶². Silva, diferentemente, faz uma análise mais detida da atuação desse profissional, que, segundo a sua interpretação, seria “formado por um conjunto de engenheiros e arquitetos sem nome” que, uma vez trabalhando no “interior da administração municipal”, passaram a se dedicar exclusivamente a “cuidar dos problemas urbanos”¹⁶³.

Entre eles, também não é possível deixar de citar as publicações que nasceram do projeto de pesquisa “Memória do Urbanismo Carioca”, desenvolvido pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. Entre eles, foram publicados dois volumes que reúnem e divulgam depoimentos de profissionais que estiveram envolvidos com questões urbanas do Rio de Janeiro ao longo de todo o século XX, em que encontramos educadores, sociólogos, administradores, engenheiros, arquitetos e, também, urbanistas¹⁶⁴. Como parte desse mesmo esforço de pesquisa e de registro histórico, também foi publicado um livro que reúne entrevistas com a arquiteta e urbanista Lu Peterson, percorrendo, pela via dos depoimentos da autora, parte da história das lutas e das políticas

¹⁵⁹ Cf. Lucia Helena P. Silva, *op. cit.*, 2003, p. 130.

¹⁶⁰ Cf. Verena Andreatta, *op. cit.*, 2006, pp. 66-68).

¹⁶¹ Segundo Françoise Choay, o termo “urbanista” foi cunhado no início do século XX no contexto europeu de consolidação da sociedade industrial. Cf. Françoise Choay, *O urbanismo: Utopias e realidade, uma antologia*, [1965] 2010, p. 2.

¹⁶² Cf. Elizabeth L. Oliveira, *Política de urbanização da cidade do Rio de Janeiro, 1926-1930*, 1981; Vera Rezende, *Planejamento urbano e ideologia: Quatro planos para a cidade do Rio de Janeiro*, 1982; Mauricio de Abreu, *op. cit.*, [1987] 2013; Lilian F. Vaz e Carmen B. Silveira, *op. cit.*, 1994; Flávio Villaça, *op. cit.*, [1999] 2010; Lucia Helena P. Silva, *op. cit.*, 2003; André Luiz Paulilo, *op. cit.*, 2004; Clarissa C. Moreira, *op. cit.*, 2004; Verena Andreatta, *op. cit.*, 2006.

¹⁶³ Cf. Lucia Helena P. Silva, *op. cit.*, 2003, pp. 143-149.

¹⁶⁴ Cf. Américo Freire e Lucia Lippi Oliveira (orgs.). *Capítulos da memória do urbanismo carioca*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002; Américo Freire e Lucia Lippi Oliveira (orgs.). *Novas memórias do urbanismo carioca*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

públicas que se deram nas favelas cariocas ao longo do século XX¹⁶⁵. São eles importantes registros dos profissionais que estiveram envolvidos nas questões ligadas ao urbanismo na cidade, que nos leva, finalmente, para aqueles estudos que se ocuparam da virada do século XX para o XXI, quando novos tipos de intervenções se deram no Rio de Janeiro.

Avançando alguns anos, chegamos à década de 1990, período em relação ao qual os estudos urbanos levantados analisam as intervenções arquitetônicas e urbanísticas que se deram no âmbito do primeiro e do segundo Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro (1993 e 2009) e dos preparativos da cidade para receber megaeventos diversos, tais como os Jogos Pan-Americanos de 2007, Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016, para citar apenas as intervenções mais investigadas pela literatura levantada.

Em relação a esses estudos, chama logo a atenção o interesse de alguns autores pela suposta articulação de grupos econômicos com a administração pública, na realização das intervenções estudadas. É o caso, por exemplo, de Vainer, que define o processo de elaboração e aprovação do Plano Estratégico como uma “bem orquestrada farsa, cujo objetivo tem sido o de legitimar orientações e projetos caros aos grupos dominantes da cidade”¹⁶⁶; de Oliveira, que destaca a “participação do setor privado na gestão de serviços equipamento públicos”¹⁶⁷; de Molina, que afirma que “a realização de mega-eventos tem como agente principal o Estado (em relação de cumplicidade com o capital)”¹⁶⁸; e de Sánchez *et alii*, que definem os preparativos do evento como uma “afirmação da importância de articulação de capitais privados com a administração pública no processo de desenvolvimento urbano”¹⁶⁹.

Vale ressaltar também, em contrapartida, a existência, dentre os trabalhos levantados, de investigações que lançam luz sobre os discursos e ações dissonantes de grupos que, organizados ou não, teriam resistido e/ou questionado as intervenções em questão. Oliveira,

¹⁶⁵ Cf. Mariana Cavalcanti, Américo Freire e Bianca Freire-Medeiros (orgs.). *Lu Petersen: Militância, favela e urbanismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

¹⁶⁶ Cf. Carlos B. Vainer, “Os liberais também fazem planejamento urbano? Glosas ao ‘Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro’”, em Otília B. F. Arantes, Carlos B. Vainer e Ermínia Maricato (orgs.), *A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos*, 2013b, p. 115.

¹⁶⁷ Cf. Márcio P. Oliveira, “Projeto Rio Cidade: Intervenção urbanística, planejamento urbano e restrição à cidadania na cidade do Rio de Janeiro”, em *Scripta Nova*, 2008a, p. 1.

¹⁶⁸ Cf. Fabio S. Molina, *Mega-eventos e produção do espaço urbano no Rio de Janeiro: Da “Paris dos Trópicos” à “Cidade Olímpica”*, 2013, p. 184.

¹⁶⁹ Cf. Fernanda Sánchez et. al., “Jogos Pan-Americanos Rio 2007: um balanço multidimensional”, em Gilmar Mascarenhas; Glauco Bienenstein; Fernanda Sánchez (orgs.). *O jogo continua: Megaeventos esportivos e cidades*, 2011a, p. 118.

por exemplo, estuda a atividade dos ambulantes durante o projeto Rio Cidade¹⁷⁰; Oliveira, Costas, Lima, e Correia, por sua vez, investigam os moradores e o comerciantes em meio à Operação Urbana Porto Maravilha¹⁷¹; já Mascarenhas et alii, Marques, Raeder, Mascarenhas, e Vainer et alii analisam a atuação das associações entre moradores, de acadêmicos e de movimentos sociais em meio aos preparativos dos Jogos Pan-Americanos de 2007¹⁷².

É, no entanto, principalmente sobre os sujeitos que supostamente dariam o suporte econômico e discursivo as intervenções no período que o interesse dos estudiosos recai. Parte dos pesquisadores, por exemplo, dá destaque aos chamados “consultores internacionais”, nome dado por alguns estudiosos aos profissionais estrangeiro contratados pela Prefeitura como para orientar as intervenções arquitetônicas e urbanísticas na cidade. São eles, segundo Sartor, Vainer, Andrade, Lima Jr., Mascarenhas, Sánchez, Bienenstein, Oliveira, Castro, Santos, Molina, e Lima, profissionais de áreas diversas que já teriam atuado em experiências tidas pelos gestores públicos locais como bem-sucedidas em outras cidades do mundo¹⁷³.

É também referida por alguns dos autores uma rede mais extensa de empresas e instituições que atravessam as fronteiras nacionais: empresas do setor de serviço (turismo,

¹⁷⁰ Cf. Márcio P. Oliveira, *op. cit.*, 2008a.

¹⁷¹ Cf. Elaine F. Oliveira, “Revitalização dos centros urbanos: intervenção público-privada na distribuição sócio-espacial da população e movimentos sociais de contestação”, em *Anais do Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 2008b, *passim*. ; Flávia C. Costas, “Nas tramas da revitalização: políticas, conflitos e movimentos na zona portuária do Rio de Janeiro”, em *Anais da Reunião Brasileira de Antropologia*, 2012, *passim* ; Amanda C. Lima *Dilemas e contradições da "revitalização" de áreas centrais e zonas portuárias: uma análise à luz dos diferentes produtores do espaço urbano na zona portuária do Rio de Janeiro*, 2013, *passim* .

¹⁷² Cf. Gilmar Mascarenhas et al., “Como ficam os movimentos sociais em tempos de empreendedorismo urbano? Conflitos e articulações por ocasião do Pan-2007”, em Gilmar Mascarenhas; Glaucio Bienenstein; Fernanda Sánchez (orgs.). *O jogo continua: Megaeventos esportivos e cidades*, 2011; Guilherme Marques et. al. “Pan Rio 2007: manifestações e manifestantes”, em Gilmar Mascarenhas; Glaucio Bienenstein; Fernanda Sánchez (orgs.). *O jogo continua: Megaeventos esportivos e cidades*, 2011; Sávio Raede, “Conflitos em grandes eventos esportivos”, em Gilmar Mascarenhas; Glaucio Bienenstein; Fernanda Sánchez (orgs.). *O jogo continua: Megaeventos esportivos e cidades*, 2011; Carlos Vainer et. al., “O plano popular da Vila Autódromo: Uma experiência de planejamento conflitual”, em *Anais do Encontro Nacional da ANPUR*, 2013.

¹⁷³ Cf. Carlos Eduardo Sartor, “Imagem da cidade - cidade da imagem: o modelo de intervenção urbana no Rio Cidade”, em *Cadernos Metrópole*, 2000, p. 75; Carlos B. Vainer, *op. cit.*, [2000] 2013b, p. 106; Carlos Fernando Andrade, *Rio de Janeiro: Urbanismo em tempos de retração*, 2009, pp. 175-176; Pedro N. Lima Jr., *Uma estratégia chamada 'planejamento estratégico': Desdobramentos espaciais e a atribuição de sentidos na teoria do planejamento urbano*, 2010, pp. 139-176; Gilmar Mascarenhas. “O ideário urbanístico em torno do olimpismo: Barcelona (1992) e Rio de Janeiro (2007) ”, em Gilmar Mascarenhas; Glaucio Bienenstein; Fernanda Sánchez (orgs.). *O jogo continua: Megaeventos esportivos e cidades*, 2011; Fernanda Sánchez et. al, “Rio 2016: o projeto olímpico e sua economia simbólica”, em *Anais do Encontro Nacional da ANPUR*, 2011c, pp. 13-15; Nelma G. Oliveira, *O poder dos jogos e os jogos de poder: Os interesses em campo na produção de uma cidade para o espetáculo esportivo*, 2012, pp. 190-192; Demian Garcia Castro. *Megaeventos esportivos e empreendedorismo urbano: Os Jogos Olímpicos de 2016 e a produção do espaço urbano no Rio de Janeiro*, 2012, pp. 86-87; Rosane R. O. Santos, *O planejamento da cidade e o planejamento dos jogos? O megaevento olímpico como instrumento de (re)ordenação do território carioca*, 2013, pp. 23-24; Fabio S. Molina, *op. cit.*, 2013, pp. 131-132; Amanda C. Lima *op. cit.*, 2013, pp. 50-58.

comunicação, construção, etc.), instituições promotoras de eventos (Comitê Olímpico Internacional, Federação Internacional de Futebol e seus patrocinadores), instituições e grupos financeiros (Banco Mundial, grupos de investidores, etc.). A presença dessas se dá sobretudo nos estudos que se debruçam sobre os preparativos de eventos esportivos internacionais na cidade, promovidos por instituições internacionais e entendidos pelos gestores públicos como oportunidades para a atração de capitais, empresas e profissionais estrangeiros para a cidade. Ao menos é o que sugerem os trabalhos desenvolvidos por Fridman e Siqueira, Egler e Olivera, Viner, Sánchez et. al, Bienenstein, Oliveira, Castro, Molina e Santos¹⁷⁴.

É claro que também não poderiam ficar de fora do referencial empírico dos trabalhos levantados sujeitos e grupos econômicos locais, alguns deles já presentes nos estudos sobre os períodos anteriormente evocados aqui: proprietários, incorporadores e especuladores imobiliários e toda a rede de sujeitos ligada à construção civil. Segundo os estudos de Sánchez et alii, de Bienenstein, de Castro, de Santos e de Molina, tais agentes econômicos ligados à mais-valia fundiária e imobiliária buscariam se beneficiar das novas dinâmicas imobiliárias provocadas por grandes investimentos públicos em regiões específicas da cidade, quando não eram eles os responsáveis pelas articulações que tornaram tais investimentos possíveis¹⁷⁵.

Por fim, observo também um especial interesse por parte dos pesquisadores por sujeitos que atuam na produção imaterial da cidade ou, mais precisamente, na produção de novas imagens para ela. Com esse fim, Vainer, Lima Jr., Sánchez et alii, Bienenstein et alii, Castro, Oliveira, Santos, Molina e Lima investigam a atuação, nas intervenções em questão, de sujeitos vinculados a meios de comunicação de grande alcance na população¹⁷⁶. Já os

¹⁷⁴ Cf. Fania Fridman e Eduardo C. Siqueira, “Uma cidade global no Rio de Janeiro”, em *Revista Rio de Janeiro*, 2003, *passim*; Tamara T. C. Egler e Fabiana M. Siqueira, “Jogo no Rio”, em *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 2010, *passim*; Carlos B. Vainer, “Cidade de exceção: Reflexões a partir do Rio de Janeiro”, em *Anais do Encontro Nacional da ANPUR*, 2011, pp. 1-4; Fernanda Sánchez et. al., *op. cit.*, 2011a, pp. 114-115; Fernanda Sánchez et. al., *op. cit.*, 2011c, *passim*; Glauco Bienenstein, “O espetáculo na cidade e a cidade no espetáculo: Grandes projetos, megaeventos e outras histórias”, *Anais do Encontro Nacional da ANPUR*, 2011, *passim*; Nelma G. Oliveira, *op. cit.*, 2012, pp. 84-93, 103-112; Demian Garcia Castro. *op. cit.*, 2012, pp. 83-93; Fabio S. Molina, *op. cit.*, 2013, pp. 119-172; Rosane R. O. Santos. *op. cit.*, 2013, pp. 82-85.

¹⁷⁵ Cf. Fernanda Sánchez et. al., *op. cit.*, 2011a, pp. 109-113, Fernanda Sánchez et. al., *op. cit.*, 2011c, pp. 10-13; Glauco Bienenstein et. al. “Megaeventos e metrópoles: Insumos do Pan-2007 e perspectivas para as Olimpíadas de 2016”, em Gilmar Mascarenhas; Glauco Bienenstein; Fernanda Sánchez (orgs.). *O jogo continua: Megaeventos esportivos e cidades*, 2011a, pp. 143-150; Glauco Bienenstein, *op. cit.*, 2011, pp. 8-12; Demian Garcia Castro. *op. cit.*, 2012, pp. 94- 112; Rosane R. O. Santos, *op. cit.*, 2013, pp. 41-55; Fabio S. Molina, *op. cit.*, 2013, pp. 175-183.

¹⁷⁶ Cf. Carlos B. Vainer, *op. cit.*, [2000] 2013b, pp. 105-106; Pedro N. Lima Jr, *op. cit.*, 2010, p. 176; Fernanda Sánchez et. al., *op. cit.*, 2011a, p. 108; SÁNCHEZ, Fernanda, et. al. “O que está em jogo? Contradições, tensões e conflitos na implementação do Pan-2007” em Gilmar Mascarenhas; Glauco Bienenstein; Fernanda Sánchez

trabalhos de Sánchez *et alii*, Bienenstein, Sánchez e Lima, por sua vez, colocam em primeiro plano os profissionais da propaganda e do marketing, que contribuiriam para a construção de imagens fortes para a cidade por meio de suas peças e suas campanhas publicitárias¹⁷⁷.

E o arquiteto, qual o seu lugar nessa plêiade de estudos sobre o período mais recente? A sua atuação na cidade integra o referencial empírico de dois conjuntos de estudos: o primeiro destaca o papel dele na concepção de projetos arquitetônicos, e o segundo investiga a sua presença no debate público sobre as intervenções em questão. No primeiro conjunto aloco os trabalhos de Sánchez, de Carvalho e Amaral, de Bienenstein, de Passos e Sánchez, de de Castro, de Oliveira, de Correia, de Lima e de Santos e Molina, que se interessam especialmente pelos projetos arquitetônicos que, aos olhos desses pesquisadores, ajudariam no processo de construção de novas imagens para a cidade, tais como a Cidade da Música na Barra da Tijuca; o (não construído) Museu Guggenheim; o Museu de Arte do Rio e o Museu do Amanhã, na região portuária; e o Museu da Imagem e do Som, no bairro de Copacabana¹⁷⁸. Com exceção do Museu de Arte do Rio, todos esses equipamentos foram concebidos por célebres arquitetos internacionais, como os franceses Christian de Portzamparc e Jean Nouvel, o espanhol Santiago Calatrava e a equipe do escritório americano Diller Scofidio + Renfro, respectivamente.

Já como segundo grupo reconheço estudos que preferem destacar a atuação de arquitetos específicos no debate e nas decisões tomadas pelos gestores públicos acerca das intervenções nos espaços físicos da cidade, seja questionando-as ou buscando legitimá-las. É ao menos o que Bienenstein, Sánchez, Oliveira, Santos, Lima e Correia fazem, ao destacar o papel do Instituto dos Arquitetos do Brasil na organização eventos com a presença de consultores internacionais, na promoção de concursos para escolher projetos de arquitetônicos e urbanísticos de grande expressão na cidade e no debate público sobre a transferência de alguns equipamentos olímpicos para a região portuária da cidade.

(orgs.). *O jogo continua: Megaeventos esportivos e cidades*, 2011b, p. 223; Fernanda Sánchez et. al, *op. cit.*, 2011c, pp. 8-9; Glauco Bienenstein et. al., *op. cit.*, 2011, pp. 127-129; Demian Garcia Castro. *op. cit.*, 2012, p. 83; Nelma G. Oliveira, *op. cit.*, 2012, pp. 177-179; Rosane R. O. Santos, *op. cit.*, 2013, p. 74; Fabio S. Molina, *op. cit.*, 2013, pp. 119-125; Amanda C. Lima *op. cit.*, 2013, p. 70.

¹⁷⁷ Cf. Fernanda Sánchez et. al., *op. cit.*, 2011a, p. 108; Fernanda Sánchez et. al, *op. cit.*, 2011c, pp. 5-10; Glauco Bienenstein et. al., *op. cit.*, 2011, pp. 128-130; Amanda C. Lima *op. cit.*, 2013, p. 102.

¹⁷⁸ Cf. Glauco Bienenstein et. al., *op. cit.*, 2011, pp. 5-7; Demian Garcia Castro. *op. cit.*, 2012, pp. 80-86; Nelma G. Oliveira, *op. cit.*, 2012, p. 76; Amanda C. Lima *op. cit.*, 2013, pp. 40-41; Rosane R. O. Santos, *op. cit.*, 2013, pp. 69-73; Fabio S. Molina, *op. cit.*, 2013, p. 166.

2.3. Sintetizando pontos de vista

Se, por um lado, os estudos urbanos sobre as intervenções arquitetônicas e urbanísticas na cidade do Rio de Janeiro nos séculos XX e XXI apontam um interesse absolutamente variado por aqueles que teriam supostamente contribuído para a construção desta cidade, não são poucos os estudos levantados que, desde a primeira década do século XX, destacaram o papel dos arquitetos nas intervenções arquitetônicas e urbanísticas. Justamente, segundo as interpretações sobre história da profissão de arquiteto referidas na primeira seção deste capítulo, no período em que é possível identificar propriamente a atuação desse profissional na cidade.

Apesar disso, apenas três deles colocam esse profissional em primeiro plano. São eles o trabalho de Rabelo sobre a atuação dos arquitetos entre os anos de 1925 e 1935, cuja reflexão está centrada sobretudo na expansão dos “espaços profissionais” que teria se dado no período¹⁷⁹, o trabalho de Silva sobre a formação de um “corpo burocrático ligado aos problemas urbano” entre os anos de 1920 e 1945¹⁸⁰ e o livro organizado por Cavalcanti, Freire e Freire-Medeiros que reúne os depoimentos da arquiteta e urbanista Lu Peterson sobre as lutas e as políticas públicas que se deram nas favelas cariocas ao longo do século XX. As reflexões dos dois primeiros autores, no entanto, buscam compreender as transformações que se dão no campo de atuação profissional do arquiteto no Rio de Janeiro, fugindo do seu escopo considerações sobre a relação que os arquitetos investigados estabelecem com essa cidade. Já o terceiro, apesar de cobrir essa relação, se restringe à reunião de seis entrevistas realizadas com a arquiteta e a urbanista pesquisada, não chegando a promover uma análise aprofunda sobre ela.

Diante de tal lacuna, por que não adentrar o universo dos arquitetos a fim de conhecer a cidade do Rio de Janeiro que, aos seus olhos, emerge das transformações arquitetônicas e urbanísticas mais recentes, ligadas aos Jogos Olímpicos de 2016? É a partir das lentes desse artífice que o Rio de Janeiro passado, presente e futuro será estudado nos capítulos que seguem.

¹⁷⁹ Cf. Clevio Rabelo, *op. cit.*, 2011, *passim*.

¹⁸⁰ Cf. Lucia Helena P. Silva, *op. cit.*, 2003, *passim*.

PARTE II:

Adentrando o universo dos arquitetos

Após localizar o presente estudo em certa literatura brasileira produzida sobre a temática e os sujeitos aqui investigados, é a vez de assumir o olhar do arquiteto sobre a cidade do Rio de Janeiro como ponto de vista privilegiado. Para isso, levarei em conta a sua atuação como autor e coautor de projetos arquitetônicos e/ou urbanísticos no contexto de preparação dos Jogos Olímpicos de 2016. Mas isso com o objetivo de apreender as imagens desses arquitetos sobre espaços variados, tais como: os espaços por eles concebidos, os sítios e os bairros em que os projetos se situam, e, eventualmente, outros bairros da cidade ou mesmo outras cidades. São imagens que, pela sua proximidade temática, me permitem chegar a representações da cidade (re)produzidas pelos arquitetos em questão e, pela via da análise do perfil social desses mesmos indivíduos, à base social de tais representações.

CAPÍTULO 3

Os projetos no contexto de preparação dos Jogos Olímpicos de 2016

Enquanto escrevo estas linhas, diversos profissionais envolvidos na concepção, no planejamento e na execução dos projetos arquitetônicos e urbanísticos no âmbito dos preparativos dos Jogos Olímpicos de 2016 aceleram seus ritmos de trabalho. Os novos edifícios, traçados viários e demais intervenções previstas pelos organizadores e promotores do evento esportivo começam, enfim, a tomar forma e os cariocas passam a conhecer os novos contornos da cidade. Antes disso, no entanto, algumas dessas intervenções foram objetos de concorridos concursos públicos, tiveram suas localizações modificadas, suas concepções projetuais revistas se, até mesmo, suas execuções canceladas.

É justamente a partir desse longo processo que antecede a completa materialização – ou não materialização – de tais intervenções que esta segunda parte da dissertação tem início, tendo como referência os dois concursos de que os projetos arquitetônicos e urbanísticos a serem aqui investigados são fruto: o Concurso “Porto Olímpico” e o Concurso “Sede do Campo Olímpico de Golfe”.

Em primeiro lugar, busco destacar, nas páginas que seguem, alguns fatos que ajudam o leitor a localizar os respectivos projetos em meio às transformações recentes da cidade, e que têm início já no momento em que o Rio de Janeiro submete ao Comitê Olímpico Internacional a sua proposta de candidatura no ano de 2009. Com esse intuito, assumo como ponto de partida os projetos encomendados pela Prefeitura do Rio de Janeiro, com base em dois documentos publicados no âmbito dos concursos em questão, ambos organizados pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil Departamento Rio de Janeiro: respectivamente os editais (documento textual que torna públicas as diretrizes que orientam o concurso) e os termos de referência (outro documento textual que apresenta aos participantes do concurso informações detalhadas sobre o projeto encomendado, e serve de base à análise das propostas pelos jurados).

Após situar o leitor em relação às diretrizes mais amplas dos respectivos projetos, é a vez de contextualizar suas concepções e materializações em meio aos preparativos dos Jogos Olímpicos de 2016 na cidade. Para tanto, recorro aos três volumes do “Dossiê de candidatura

do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016”¹⁸¹, em busca de referências aos equipamentos olímpicos encomendados pelos concursos em foco. Ademais, rastreio as páginas do jornal *O Globo* na tentativa de chegar as reportagens que me levem aos fatos que marcaram a concepção e a execução dos projetos ora investigados: por exemplo, a divulgação dos concursos de arquitetura e urbanismo, o anúncio dos projetos premiados e a materialização dos projetos vencedores¹⁸². Não se trata aqui de assumir qualquer um dos documentos como retrato fiel da realidade social, uma vez que cada um deles traz versões específicas sobre essa mesma realidade; cabe, sim, destacar a sequência de “fatos”¹⁸³ que marcaram, segundo esses documentos, o período.

Concluída essa etapa, há como debruçar-se sobre os projetos arquitetônicos e urbanísticos premiados pelos dois concursos investigados, aprofundando-se naqueles que foram concebidos por arquitetos profissionalmente atuantes na cidade do Rio de Janeiro. Com as pranchas de oito projetos em mãos, sendo cinco deles referentes ao Concurso “Porto Olímpico” e três premiados pelo Concurso “Sede do Campo Olímpico de Golfe”, o objetivo da análise documental é apreender imagens textuais e visuais dos espaços concebidos pelos arquitetos que carreguem indícios das propriedades comuns entre as propostas analisadas.

Uma vez localizados os projetos na cidade e apreendidas as imagens dos espaços concebidos pelos arquitetos contidas nas pranchas das suas propostas, me deparei com o desafio de analisar como os sítios, os bairros e a cidade que foram objetos das intervenções são percebidos e representados por esses arquitetos mais recentemente, diante da possibilidade de materialização de seus projetos que houvera na época dos concursos. Para isso me concentrei na análise de algumas imagens orais apreendidas nas entrevistas com alguns dos autores e/ou coautores dos respectivos projetos, tendo como referência os espaços por eles projetados. Após o contato via correio eletrônico com os quinze arquitetos que atuaram profissionalmente na cidade do Rio de Janeiro no momento em que os projetos foram concebidos, foi possível entrevistar dez deles, seis premiados pelo primeiro concurso e quatro pelo segundo.

¹⁸¹ Cf. Comitê Olímpico Brasileiro, *op. cit.*, 2009a, Comitê Olímpico Brasileiro, *op. cit.*, 2009b, Comitê Olímpico Brasileiro, *op. cit.*, 2009c.

¹⁸² O levantamento das reportagens no jornal *O Globo* teve como data limite o mês de dezembro de 2014.

¹⁸³ Segundo Howard Becker, “uma parte de qualquer relato sobre a sociedade é uma descrição de como as coisas são: como alguns tipos de coisas são, em algum lugar, em algum momento”, sendo isso que diferencia os *fatos das interpretações*. Cf. Howard Becker, *Falando da sociedade: Ensaaios sobre as diferentes maneiras de representar o social*, [2007] 2009, p. 23. O que, na presente investigação, significou privilegiar descrições amparadas por documentos oficiais e anúncios públicos dos organizadores e dos promotores do evento esportivo e dos concursos ora estudados.

Com o objetivo de apreender imagens espaciais inacessíveis nos documentos anteriormente analisados, destaquei, neste capítulo, apenas trechos de falas em que os respectivos autores discorrem em tempos mais recentes sobre as suas impressões a respeito dos projetos por eles concebidos entre os anos de 2010 e 2012. De fato, as entrevistas foram realizadas entre os meses de outubro de 2014 e janeiro de 2015. Considerando que nenhum dos projetos em questão havia se materializado até então – e a grande maioria, na verdade, jamais o será até a data dos Jogos Olímpicos, pelo que deixa intuir o momento de fechamento definitivo desta dissertação (dezembro de 2015) –, o conteúdo das falas analisadas nesse capítulo tem um tom hipotético: é que provoqueei os autores e coautores a refletir sobre o significado que os seus projetos teriam para a cidade hoje, caso tivessem sido executados. O que virá à tona são imagens dos espaços projetados que tem como ponto de referência as potenciais transformações que esses produziram nos sítios, nos bairros e na cidade em que esses foram concebidos.

3.1. O Porto Olímpico

Promovido pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro por meio do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, e organizado pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil – Departamento Rio de Janeiro, o Concurso “Porto Olímpico” foi lançado no dia 9 de novembro de 2010 com a divulgação de um edital. Segundo esse documento, o seu objetivo era escolher a “melhor proposta arquitetônica e de urbanização para as instalações olímpicas e seu respectivo entorno”, tendo como destaque a construção da “Vila de Mídia” e da “Vila de Árbitro”¹⁸⁴. A sua função nos Jogos Olímpicos de 2016 é prover acomodação para os “membros da imprensa e árbitros, para o pessoal técnico da organização do evento, assim como setores operacionais e administrativos” do evento¹⁸⁵.

Para tanto, os projetos deveriam contemplar atividades diversas: “moradias”, “apart-hotéis”, “hotel três estrelas”, “hotel temporário em prédios com salas comerciais”, “centro empresarial” e “hotel com 500 quartos e centro de exposições / convenções”¹⁸⁶. Com uma área construída estimada em 694.200 m², de fato os edifícios a serem projetados abrigariam,

¹⁸⁴ Cf. Instituto dos Arquitetos do Brasil Departamento Rio de Janeiro, *Edital do Concurso Porto Olímpico*, 2010a, p. 2.

¹⁸⁵ Cf. Instituto dos Arquitetos do Brasil Departamento Rio de Janeiro, *Termo de Referência do Concurso Porto Olímpico*, 2010b, p. 4.

¹⁸⁶ *Idem*, pp. 10-15.

segundo esse documento, atividades estratégicas para a realização dos Jogos Olímpicos de 2016, sem deixar de atender também as necessidades da região após o evento¹⁸⁷.

O local destinado à implantação do projeto arquitetônico e urbanístico são dois terrenos (“Terreno Oeste” e “Terreno Leste”) separados pela Avenida Francisco Bicalho e que, juntos, totalizam uma área de 149.694 m²¹⁸⁸. Localizados na região portuária da cidade, esses são representados fisicamente no Termo de Referência em duas imagens, a primeira delas situando a “Vila de Mídia” (como o projeto é referido) na cidade por referência aos demais equipamentos olímpicos (Figura 3), e a segunda situando o local em relação a seu entorno mais imediato, dando destaque aos “bens tombados / preservados” (em azul) e aos meios de transporte de massa na sua vizinhança, como a rodoviária e a estação de metrô (em marrom) (Figura 4):

Figura 3: Mapa das “As quatro regiões [olímpicas] na cidade do Rio de Janeiro”¹⁸⁹

¹⁸⁷ Cf. Instituto dos Arquitetos do Brasil Departamento Rio de Janeiro, *op. cit.*, 2010a, p. 1; Instituto dos Arquitetos do Brasil Departamento Rio de Janeiro, *op. cit.*, 2010b, pp. 3-4.

¹⁸⁸ Cf. Instituto dos Arquitetos do Brasil Departamento Rio de Janeiro, *Termo de Referência do Concurso Porto Olímpico*, 2010b, pp. 7-8

¹⁸⁹ Cf. Instituto dos Arquitetos do Brasil Departamento Rio de Janeiro, *op. cit.*, 2010b, p. 18.

Figura 4: Mapa da localização dos terrenos (Terreno Oeste e Terreno Leste) do Concurso “Porto Olímpico” na região portuária¹⁹⁰

Se, por um lado, são imagens que dão conta de uma representação específica da cidade e de parte da região portuária, por outro nos ajudam a localizar espacialmente o projeto em questão. A primeira delas permite observar a proximidade do projeto com a área mais central da cidade, e a segunda revela o patrimônio histórico da região e a presença de uma infraestrutura de transporte consolidadas. São aspectos que também são destacados textualmente no Termo de Referência do Concurso, que descreve o projeto como parte do “esforço de revitalização do centro da cidade”, de “reconhecimento das preexistências ambientais e culturais” e de valorização da “infraestrutura” preexistente¹⁹¹.

¹⁹⁰ *Idem*, p. 18.

¹⁹¹ *Idem*, pp. 3-4.

A proposta em foco, porém, se diferencia daquela que foi enviada para o Comitê Olímpico Internacional no momento da candidatura da cidade como sede do evento, em 2009, e à qual tive acesso por meio dos três volumes do “Dossiê de candidatura do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016”. Nestes documentos, é sugerido que as acomodações dos árbitros e dos profissionais da mídia sejam construídas nas proximidades do “Parque Olímpico da Barra da Tijuca”, onde a maioria das modalidades esportivas seriam disputadas. Para os árbitros, a sugestão é hospedá-los dentro da “Vila dos Atletas”, em particular “em uma área separada dos atletas e oficiais técnicos das delegações”¹⁹². Já para os profissionais da mídia a proposta é construir uma “Vila de Mídia” em um terreno vizinho¹⁹³.

A proximidade espacial entre os dois equipamentos propostos pode ser observada na representação do “Plano Mestre da Vila de Mídia” (Figura 5) presente no Dossiê, em que sinalizo a “Vila de Mídia” com um quadrado azul, “Vila dos Atletas/Vila de Árbitros” com um quadrado amarelo e a “Vila o “Parque Olímpico da Barra da Tijuca” com um quadrado vermelho:

Figura 5: Perspectiva artística do “Plano Mestre da Vila de Mídia”¹⁹⁴

¹⁹² Cf. Comitê Olímpico Brasileiro, *op. cit.*, 2009b, p. 182.

¹⁹³ Cf. Comitê Olímpico Brasileiro, *op. cit.*, 2009c, p. 70.

¹⁹⁴ “Plano Mestre da Vila de Mídia” reproduzido do “Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro a Sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 – Volume III”, com marcações de minha autoria. Cf. Comitê Olímpico Brasileiro, *op. cit.*, 2009c, p. 72.

O que, no entanto, não significou a exclusão da região portuária do planejamento inicial dos organizadores e promotores do evento, uma vez que o Dossiê tematiza as intervenções previstas para esse perímetro como “um dos mais importantes projetos de legado da Candidatura Rio 2016”¹⁹⁵. Para essa região, a proposta é reformar os ancoradouros do porto para receber “cruzeiros para membros das emissoras detentoras de direitos e parceiros de marketing” e de construir a “Vila do Porto”, descrita como “um complexo residencial que irá acomodar os clientes dos Jogos”¹⁹⁶. Há também, entre as sugestões reproduzidas no Dossiê, a proposta de “melhorias pontuais na infraestrutura de transporte” e de “reforma dos espaços públicos para a comunidade local”¹⁹⁷.

As diferenças observáveis entre o Dossiê de Candidatura e os documentos do Concurso “Porto Olímpico”, publicados um ano mais tarde, em 2010, atestam que a “Vila de Mídia” e a “Vila de Árbitros” tiveram sua localização modificadas após o anúncio da cidade como sede do evento. Vejamos agora, pela mediação das páginas do jornal *O Globo*, os acontecimentos que marcaram essa transferência, assim como os desdobramentos do Concurso “Porto Olímpico” no período investigado. O que ajudará a situar os projetos concebidos pelos arquitetos em tempos mais recentes.

Na mesma semana em que a cidade foi anunciada como sede dos Jogos Olímpicos de 2016, foi publicada uma reportagem em que o então e ainda atual prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, afirmava o seu desejo de transferir parte dos equipamentos olímpicos para a região portuária da cidade¹⁹⁸. Para isso, a Prefeitura, segundo a reportagem, iria propor ao Comitê Olímpico Internacional que as sedes do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos de 2016 e do Comitê Olímpico Brasileiro e o Museu Olímpico fossem construídos nessa região¹⁹⁹.

O tema, no entanto, só voltou às páginas do jornal no ano seguinte, com a publicação de uma nova declaração do prefeito da cidade sobre a “formalização” de uma proposta de “transferência de algumas instalações olímpicas para o Porto”²⁰⁰. Segundo a reportagem, tal proposta, elaborada em parceria com o Instituto dos Arquitetos do Brasil – Departamento Rio

¹⁹⁵ Cf. Comitê Olímpico Brasileiro, *op. cit.*, 2009c, p. 74.

¹⁹⁶ *Idem, Ibidem.*

¹⁹⁷ *Idem, Ibidem.*

¹⁹⁸ Cf. Waleska Borges e Selma Shimidt, “Porto terá sedes de comitês e Museu Olímpico. Instalações não constavam no dossiê da candidatura”, *O Globo* (seção “Rio”), quarta-feira 7.10.2009, p. 14.

¹⁹⁹ *Idem, Ibidem.*

²⁰⁰ Cf. Isabel Bastos, “A nova âncora do Porto. Prefeitura pedirá ao COI transferência de instalações: objetivo é revitalizar região central”, *O Globo* (seção “Rio”), domingo 2.5.2010, p. 18.

de Janeiro e aprovada por instituições federais e estaduais, previa a construção da “Vila de Mídia” e de mais dois centros de mídia impressa e televisiva, chamados de *Main Press Center* e de *International Broadcasting Center*, assim como a adaptação de construções de construções já existentes na região, no intuito de abrigar as competições de boxe, levantamento de peso, tênis de mesa e *badminton*²⁰¹. Sujeita à aprovação do COI, a Prefeitura também anunciou nessa mesma reportagem a sua intenção de realizar um concurso de arquitetura e de urbanismo para escolher o melhor projeto para tais instalações²⁰².

Como sugerem algumas reportagens publicadas nos meses seguintes, a proposta da Prefeitura de transferência de alguns equipamentos olímpicos para a região portuária parece ter sido bem recebida pelo o Comitê Olímpico Internacional. Isso porque, alguns meses depois, foi anunciada no jornal a realização de um concurso nacional para a escolha da melhor proposta de arquitetura e urbanismo das “vilas de mídia e de árbitros e dos centros de mídia não credenciada, de logística e de controle tecnológico dos jogos” na região portuária²⁰³. Promovido pela Prefeitura da cidade e organizado pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil – Departamento Rio de Janeiro, esse concurso foi tematizado por outras reportagens publicadas no jornal, que tornaram públicos alguns detalhes sobre a sua realização: o número de propostas esperadas pela instituição organizadora²⁰⁴, as datas de realização da disputa e de divulgação do resultado²⁰⁵, os prêmios previstos para os arquitetos vencedores²⁰⁶ e a localização exata dos terrenos destinados ao concurso²⁰⁷.

Em meados de 2011 as páginas do jornal finalmente anunciaram o resultado, o qual teve como vencedor o projeto concebido pelo arquiteto carioca João Pedro Backheuser em parceria com o escritório de arquitetura catalão *Alonso Balaguer*²⁰⁸. Na reportagem

²⁰¹ *Idem, Ibidem.*

²⁰² *Idem, Ibidem.*

²⁰³ Cf. N/a, “Projetos olímpicos do Porto: concurso mundial. Vila de Mídia ficará no Santo Cristo e Vila de Árbitros, no terreno da Usina de Asfalto”. *O Globo* (seção “Rio”), sábado 23.07.2010, p. 29.

²⁰⁴ Cf. N/a, “IAB fará concurso para projetos no Porto. Entidade espera até 300 equipes de arquitetos de todo o Brasil participando”, *O Globo* (seção “Fórum Cidade Sede”), sábado 4.9.2010, p. 17.

²⁰⁵ Cf. N/a, “Fechada parceria para Porto Olímpico. IAB e Prefeitura fazem concurso para escolher projetos; resultado sai em fevereiro”, *O Globo* (seção “Rio”), sexta-feira, 10.09.2010, p. 29.

²⁰⁶ Cf. Luiz Ernesto Magalhães, “Rio 2016: obras na Zona Portuária terão concurso. Arquitetos disputarão prêmio de até R\$ 37,5 mil por dois projetos que farão parte da revitalização da região”, *O Globo* (seção “Rio”), sábado 23.10.2010, p. 25.

²⁰⁷ Cf. Flávia Monteiro, “Concurso Porto Olímpico dá a largada na terça. Serão selecionados projetos para a construção das quatro instalações previstas para a Zona Portuária”, *O Globo* (seção “Morar Bem”), domingo 24.10.2010, p. 3.

²⁰⁸ Cf. Rogério Daflon, “Porto Olímpico do Rio começa a tomar forma. Carioca se alia a arquiteto catalão e vence concurso para construir em 850 mil metros quadrados na Região Portuária”, *O Globo* (seção “Rio”), quarta-feira 29.6.2011, p. 20.

correspondente, aparecem trechos da entrevista realizada pelo repórter com os seus autores, assim como uma vista aérea do projeto vencedor e uma planta com a localização das edificações projetadas. Por meio das imagens publicadas no jornal, o leitor tem o seu primeiro contato com a distribuição volumétrica do conjunto edilício proposto (Figura 6), assim como com a distribuição do programa de atividades prevista nos dois terrenos destinados as intervenções e, também, no seu entorno (Figura 7):

Figura 6: Perspectiva artística aérea do projeto vencedor do Concurso Porto Olímpio, reproduzida no jornal *O Globo*²⁰⁹

²⁰⁹ *Idem, Ibidem.*

Figura 7: Planta da “localização das instalações” do projeto vencedor do Concurso Porto Olímpico, reproduzida no jornal *O Globo*²¹⁰

Uma vez anunciada a proposta arquitetônica e urbanística vencedora que orientaria a construção dos equipamentos olímpicos na região, as reportagens seguintes passaram a tematizar a sua materialização. Entre elas, algumas abordam o custo estimado da construção e o tempo necessário para a construção das obras²¹¹, a sua centralidade em meio aos preparativos dos Jogos Olímpicos de 2016²¹², os detalhes da proposta arquitetônica e urbanística vencedora²¹³, os possíveis impactos das novas edificações para a região²¹⁴ e o

²¹⁰ *Idem, Ibidem.*

²¹¹ Cf. Mariana Durão, “Porto Olímpio custará mais de R\$ 3 bilhões. Início das obras na área que abrigará Centro de Tecnologia e vilas de Mídia e Árbitros está previsto para 2013”, *O Globo* (seção “Economia”), sábado 9.7.2011, p. 35.

²¹² Cf. N/a, “De papel secundário a estrela”, *O Globo* (seção “Rio”), sábado 6.8.2011, p. 12.

²¹³ Cf. Karina Tavares, “Miolo Olímpico. Projeto para o Porto retoma proposta urbanística que o Rio deixou de lado”, *O Globo* (seção “Morar Bem”), domingo 7.8.2011, pp. 1,3.

²¹⁴ Cf. Isabela Bastos, “Porto terá o maior prédio residencial da cidade. Edifícios de 40 andares e 1.330 apartamentos fará parte de conjunto que será construído para as Olimpíadas”, *O Globo* (seção “Rio”), segunda-feira 4.6.2012, p. 17.

lançamento oficial de um dos edifícios no mercado imobiliário²¹⁵. Todas elas, portanto, apontando o avanço das obras na região portuária da cidade.

No dia 14 de março de 2014, no entanto, uma reportagem torna público o desejo da Prefeitura da cidade em transferir as atividades olímpicas inicialmente pensadas na região portuária para o bairro da Barra da Tijuca ou seu entorno²¹⁶. O que é confirmado em reportagens posteriores, que também noticiam a paralização das obras do projeto vencedor do Concurso Porto Olímpico por parte das empresas responsáveis pela sua construção²¹⁷.

De sua parte, a Prefeitura confirmou a sua decisão e anunciou a escolha de um terreno no bairro do Anil, na zona oeste da cidade, como novo destino dos equipamentos olímpicos em questão, ressaltando a sua proximidade com o “Parque Olímpico da Barra da Tijuca”²¹⁸. Com isso, os edifícios concebidos pelo projeto vencedor do Concurso “Porto Olímpico” deixaram de ser considerados “equipamentos olímpicos” pelos promotores e organizadores desse evento e, por uma decisão dos empreendedores privados responsáveis pela sua execução, tiveram a sua materialização adiada na região portuária da cidade.

Em meio aos fatos que marcaram a eleição da região portuária como sede das instalações que abrigariam os profissionais da imprensa, os árbitros e outros profissionais que atuariam nos Jogos Olímpicos de 2016 e sua posterior transferência para a zona oeste da cidade, está uma lógica mais ampla de produção do espaço urbano na cidade. De um lado, estão as políticas de intervenção na região central e, por extensão, na região portuária presentes desde a década de 1980²¹⁹. De outro, estão as propostas de expansão do seu tecido urbano para a zona oeste, que tem como marco a elaboração do Plano Piloto para a Baixada de Jacarepaguá por Lúcio Costa em 1969 e sua paulatina materialização nas décadas seguintes²²⁰.

Não por acaso os preparativos dos Jogos Olímpicos de 2016 expressam essas diferentes lógicas territoriais em prática na cidade. Segundo Bienenstein, Santos e Molina, a

²¹⁵ Cf. Karine Tavares, “O primeiro residencial do Porto. Unidades mais baratas custam R\$ 420 mil. Projeto é diferente do proposto inicialmente”, *O Globo* (seção “Morar Bem”), terça-feira 2.6.2013, p. 21.

²¹⁶ Cf. Luiz Ernesto Magalhães, “Porto Maravilha deverá deixar de fazer parte do Projeto Olímpico. Prefeito quer que árbitros e jornalistas fiquem mais perto do Parque, na Barra”, *O Globo* (seção “Rio”), sexta-feira 14.3.2014, p. 13.

²¹⁷ Cf. Luiz Ernesto Magalhães, “Sem pouso certo. Permanece indefinido o endereço dos 1300 quartos das vilas de Árbitro e de Mídia”, *O Globo* (seção “Rio”), quarta-feira 2.7.2014.

²¹⁸ Cf. Isabela Bastos, “Da Porto para o Anil. Prefeitura transfere vila de acomodações dos Jogos para conjunto do Minha Casa Minha Vida”, *O Globo* (seção “Rio”), segunda-feira 24.11.2014, p. 7.

²¹⁹ Cf. Clarissa da Costa Moreira, *op. cit.*, 2004, pp. 80-89; Verena Andreatta, *op. cit.*, 2006, pp. 67-71; 75-77.

²²⁰ *Idem, Ibidem.*

concentração de investimentos na Barra da Tijuca já estava presente nos preparativos da cidade para os Jogos Pan Americanos de 2007 e foi reforçado como estratégia territorial nos Jogos Olímpicos de 2016²²¹. Enquanto isso, os investimentos na região portuária da cidade foram impulsionados pela criação da Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha no ano de 2009, por meio da articulação dos três níveis de governo, que procurou se beneficiar dos investimentos públicos e privados do evento esportivo em questão²²². O que ajuda a localizar o projeto do Porto Olímpico em meio as disputas que envolvem a produção do espaço urbano carioca, sobretudo se levarmos em conta as diversas alterações realizadas desde 2009.

3.1.1. Analisando os projetos premiados pelo Concurso “Porto Olímpico”

Segundo a Ata de Julgamento do Concurso “Porto Olímpico”, redigida por uma Comissão Julgadora composta por nove arquitetos²²³, foram recebidos de todo o país 84 projetos, dentre os quais apenas um foi excluído por infringir uma das normas do edital²²⁴. Apesar de o resultado do Concurso só ter se tornado público no mês de junho de 2011, a escolha dos projetos premiados se deu no dia 6 de fevereiro desse mesmo ano, data em que a ata foi lavrada. No documento, o júri ressalta a “excepcional contribuição” do conjunto de propostas avaliadas e justifica a premiação de seis delas²²⁵.

Como destaquei ainda na Introdução deste estudo, apenas um dos projetos premiados *não* tem como autores e/ou coautores arquitetos profissionalmente atuantes em escritórios sediados na cidade do Rio de Janeiro, o que faz com que eu contemple cinco dos seis projetos destacados pelo júri. No quadro a seguir, sinalizo com a cor azul os projetos cujas pranchas serão analisadas, junto com os nomes dos seus autores e coautores, além dos escritórios em que eles atuam profissionalmente e as cidades-sede dos respectivos escritórios²²⁶:

²²¹ Cf. Glauco Bienenstein, *op. cit.*, 2011, pp. 8-12; Rosana Rebeca de Oliveira dos Santos, *op. cit.*, 2013, pp. 41-43; 68-79; Fabio Silveira Molina, *op. cit.* 2013, pp. 153-171.

²²² *Idem, Ibidem.*

²²³ Trata-se de Gisele Raymundo, Miriam d’Ávila Cavalcanti, Washington Fajardo, Augusto Ivan Freitas Pinheiro – indicados pela entidade promotora, o Instituto Pereira Passos -, Ivan Mizoguchi, Alder Catunda, Marcio Tomassi, Ricardo Villar e Sérgio Ferraz Magalhães – indicados pela entidade organizadora, o Instituto dos Arquitetos do Brasil. Cf. Instituto dos Arquitetos do Brasil Departamento Rio de Janeiro, *Ata de Julgamento do Concurso Porto Olímpico*, 2011, p. 1.

²²⁴ *Idem, Ibidem.*

²²⁵ *Idem*, pp. 2-4.

²²⁶ Não incluo no quadro os colaboradores, os consultores e os estagiários citados nas pranchas de alguns dos projetos, visto que a intenção é centrar a investigação nos seus autores e coautores. No entanto, é interessante

Quadro 1: Projetos premiados pelo Concurso “Porto Olímpico” e os nomes dos seus autores e coautores, com dados sobre a sua atuação profissional em escritórios de arquitetura ²²⁷

Premiação obtida pelo projeto	Nome dos arquitetos autores e coautores do projeto	Escritório de arquitetura em que atuam profissionalmente os arquitetos	Cidade sede do escritório
1º lugar	Autor: João Pedro Backheuser	BLAC – Arquitetura e Cidade	Rio de Janeiro
2º lugar	Autor: Roberto Aflalo Filho	Aflalo & Gasperini Arquitetos	São Paulo
	Coautor: Flavio Ferreira	Flavio Ferreira Arquitetura e Urbanismo	Rio de Janeiro
	Coautor: Marcos Favero	N/a*	N/a
	Coautor: Carlos Eduardo Spencer	N/a*	N/a
	Coautor: Miguel Aflalo	Aflalo & Gasperini Arquitetos	São Paulo
	Coautor: José Luiz Lemos	Aflalo & Gasperini Arquitetos	São Paulo
3º lugar	Autor: Francisco Spadoni	Spadoni e Associados Arquitetura	São Paulo
	Coautor: Tiago de Oliveira Andrade	Spadoni e Associados Arquitetura	São Paulo
4º lugar	Autor: Jorge Mario Jáuregui	Jorge Mario Jáuregui @telier Metropolitano	Rio de Janeiro
Menção Honrosa	Autor: Daniel de Barros Gusmão	DG – Arquitetura e Planejamento	Rio de Janeiro
	Coautor: Mauro Resnitzky	Girimun Architects	Wan Chai
Menção Honrosa	Autor: Eduardo Campos da Paz Mondolfo	Eduardo Mondolfo Arquitetos	Rio de Janeiro

* Os arquitetos Marcos Favero e Carlos Eduardo Spencer me declararam não atuar profissionalmente em nenhum escritório de arquitetura, apesar de, excepcionalmente, se associarem a escritórios cariocas na concepção de projetos específicos. Ambos, no entanto, são professores da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, sediada nesta cidade

Segundo o documento produzido pela Comissão Julgadora, os projetos premiados se aproximam por terem se destacado em relação aos critérios que, aos olhos dos jurados, seriam fundamentais para o projeto encomendado pelo Concurso: 1) “a qualidade espacial”; 2) “a viabilidade econômica”; 3) “a inserção no contexto urbanístico”; 4) “a capacidade de influenciar a criação de novas referências a ocupação urbana”²²⁸. Se, por um lado, esses

ressaltar que apesar do Concurso ser restrito aos profissionais registrados no Brasil, isso não impediu a colaboração e a consultoria de empresas e profissionais estrangeiros em quatro dos seis projetos premiados.

²²⁷ Quadro de minha autoria a partir do cruzamento dos nomes dos arquitetos publicados junto com pranchas dos projetos premiados e os dados levantados em sítios eletrônicos diversos sobre a atuação profissional dos seus autores e coautores, posteriormente confirmados com os respectivos arquitetos por meio de contatos via correio eletrônico.

²²⁸ *Idem*, p. 2.

critérios fundamentaram, segundo a Ata, a escolha dos jurados pelos projetos em questão, por outro lado não são essas as propriedades comuns que o presente estudo visa destacar. O que me interessa, ao analisar os projetos premiados, são as imagens textuais e figurativas do espaço concebido que impregnam as pranchas e que, aos meus olhos, se apresentam como indícios das propriedades comuns que aqui procuro.

Entre as recorrências que observo nos cinco projetos, inicio com aquela que, segundo a minha leitura, parece estruturar todas as propostas analisadas: a concepção de áreas comuns. Sua presença está diretamente relacionada às diretrizes do projeto encomendado pelo Concurso, cujo Termo de Referência sugere a concepção de “áreas de lazer e recreativas”, “equipamentos sociais” e “espaços públicos”, voltados para os futuros frequentadores e moradores do conjunto edilício e do seu entorno²²⁹.

Nas propostas analisadas, a centralidade das áreas comuns é evidenciada pelos arquitetos, que as tornam eixos orientadores da distribuição espacial do conjunto arquitetônico e urbanístico a ser construído. Nesse sentido, os arquitetos premiados com a primeira colocação elegem como “ponto de partida e conceito chave” o “desejo claro de gerar espaço público de qualidade para o cidadão”²³⁰. Já a equipe que concebeu o projeto premiado com a segunda colocação preferiu “áreas livres centrais” nos dois terrenos selecionados pelo Concurso²³¹. O grupo de arquitetos que obteve a quarta colocação optou por povoar o projeto com “parques”, “praças” e “terraços-jardim”²³². A equipe liderada pelo arquiteto Daniel Gusmão, por sua vez, criou um “circuito verde” que, ao atravessar os dois terrenos, atuaria “organizando e aumentando consideravelmente a quantidade de espaços públicos”²³³. Por fim, a proposta elaborada pela equipe de Eduardo Mondolfo prevê a criação de “grandes parques públicos e também pequenos espaços”²³⁴.

Se a descrição textual presente nas pranchas dos projetos revela a preocupação de todos os arquitetos com a concepção de áreas comuns, ela é visualmente reforçada na representação de espaços com dimensões variadas e condições de acessibilidade contrastantes. Ao menos é o que parecem sugerir as imagens reproduzidas a seguir, onde os arquitetos representam visualmente áreas comuns de pequena escala (por exemplo, uma

²²⁹ Cf. Instituto dos Arquitetos do Brasil Departamento Rio de Janeiro, *op. cit.*, 2010b, pp. 11; 16.

²³⁰ Cf. João Pedro Backheuser et. al., *Pranchas Digitais - Concurso Porto Olímpico*, 2011, p. 3.

²³¹ Cf. Roberto Aflalo et. al., *Pranchas Digitais - Concurso Porto Olímpico*, 2011, p. 1.

²³² Cf. Jorge Mario Jáuregui et. al., *Pranchas Digitais - Concurso Porto Olímpico*, 2011, pp. 1, 3.

²³³ Cf. Daniel de Barros Gusmão et. al., *Pranchas Digitais - Concurso Porto Olímpico*, 2011, p. 1.

²³⁴ Cf. Eduardo Mondolfo et. al., *Pranchas Digitais - Concurso Porto Olímpico*, 2011, p. 1.

“pequena praça”, um “pátio interno” e um “espaço intra-quadra”) e de grande escala (por exemplo, um “parque” e uma “grande praça”) no mesmo projeto:

Figura 8: Perspectiva artística da “pequena praça” no “miolo da quadra” do conjunto-edifício situado no Terreno Leste, concebida pela equipe premiada com a primeira colocação²³⁵

²³⁵ Cf. João Pedro Backheuser et. al., *op. cit.*, 2011, p. 6.

Figura 9: Perspectiva artística do “parque urbano” sobre um “embasamento tipo plataforma” situado no Terreno Oeste, concebido pela equipe premiada com a primeira colocação²³⁶

Figura 10: Perspectiva artística do “pátio interno à quadra” situado no Terreno Leste, concebido pela equipe premiada com a segunda colocação²³⁷

²³⁶ Idem, p. 3.

²³⁷ Cf. Roberto Aflalo et. al., *op. cit.*, 2011, p. 2.

Figura 11: Perspectiva artística da “grande praça pública suspensa” situada no Terreno Oeste, concebida pela equipe premiada com a segunda colocação²³⁸

Figura 12: Perspectiva artística dos “espaços públicos e intra-quadras” situados no Terreno Leste, concebidos pela equipe premiada com a quarta colocação²³⁹

²³⁸ Idem, p. 6.

²³⁹ Cf. Jorge Mario Jáuregui et. al., *op.cit.* , 2011, p. 2.

Figura 13: Perspectiva artística da praça suspensa situada no Terreno Oeste, concebida pela equipe premiada com a quarta colocação²⁴⁰

²⁴⁰ Idem, p. 5.

Figura 14: Perspectiva artística dos “espaços verdes internos” nos “miolos da quadra” do conjunto edilício situado no Terreno Leste, concebidos pela equipe premiada com a primeira Menção Honrosa²⁴¹

²⁴¹ Cf. Daniel de Barros Gusmão et. al., *op. cit.*, 2011, p. 6.

Figura 15: Perspectiva artística do “terraço verde” situado no Terreno Oeste, concebido pela equipe premiada com a primeira Menção Honrosa²⁴²

Figura 16: Perspectiva artística das pequenas praças “elevadas acima da rua” situadas no Terreno Leste, concebidas pela equipe premiada com a segunda Menção Honrosa²⁴³

²⁴² *Idem*, p. 3.

²⁴³ Cf. Eduardo Mondolfo et. al., *op. cit.*, 2011, p. 5

Figura 17: Perspectiva artística do “parque suspenso” situado no Terreno Oeste, concebido pela equipe premiada com a segunda Menção Honrosa²⁴⁴

Também é possível observar nas propostas a combinação entre áreas comuns de livre acesso e áreas comuns de acesso restrito aos moradores e trabalhadores dos edifícios projetados, visualmente representados na prancha de quatro dos cinco projetos analisados:

²⁴⁴ *Idem*, p. 3

Figura 18: Perspectiva artística do “parque linear” de livre acesso situado no Terreno Leste, concebido pela equipe premiada com a segunda colocação²⁴⁵

Figura 19: Perspectiva artística da “piscina” de acesso restrito aos moradores dos edifícios residenciais situados no Terreno Leste, concebida pela equipe premiada com a segunda colocação²⁴⁶

²⁴⁵ Cf. Roberto Aflalo et. al., *op. cit.*, 2011, p. 2

²⁴⁶ *Idem, Ibidem.*

Figura 20: Perspectiva artística das “quadras abertas” de livre acesso situadas no Terreno Leste, concebidas pela equipe premiada com a quarta colocação²⁴⁷

Figura 21: Perspectiva artística dos “terraços-jardim” de acesso restrito aos moradores dos edifícios residenciais situados no Terreno Leste, concebidos pela equipe premiada com a quarta colocação²⁴⁸

²⁴⁷ Cf. Jorge Mario Jáuregui et. al., *op.cit.* , 2011, p. 2.

²⁴⁸ *Idem*, p. 4.

Figura 22: Perspectiva artística dos “espaços verdes internos” de livre acesso situados no Terreno Leste, concebido pela equipe premiada com a primeira Menção Honrosa²⁴⁹

²⁴⁹ Cf. Daniel de Barros Gusmão et. al., *op. cit.*, 2011, p. 4.

Figura 23: Perspectiva artística do “terraço verde” de acesso restrito aos hóspedes e aos trabalhadores dos edifícios situados no Terreno Oeste, concebido pela equipe premiada com a primeira Menção Honrosa²⁵⁰

Figura 24: Perspectiva artística do “parque suspenso” de livre acesso situado no Terreno Oeste, concebido pela equipe premiada com a segunda Menção Honrosa²⁵¹

²⁵⁰ *Idem*, p. 3.

²⁵¹ Cf. Eduardo Mondolfo et. al., *op. cit.*, 2011, p. 3.

Figura 25: Perspectiva artística dos “pequenos pátios cobertos” na cobertura dos edifícios residenciais de acesso restrito aos seus moradores situados no Terreno Leste, concebidos pela equipe premiada com a segunda Menção Honrosa²⁵²

O que contribui para trazer para o primeiro plano imagens do espaço concebido como *um espaço repleto de áreas comuns de grande e de pequena escala* e como *um espaço repleto de áreas comuns públicas e privadas*, estas últimas ausentes apenas dos documentos do projeto vencedor do concurso, que não faz referência a áreas comuns privadas. São imagens, portanto, que respondem às diretrizes do projeto encomendado por meio da concepção de áreas comuns de tipologias e níveis acessibilidade diversos.

Levando-se em consideração que o conjunto edilício encomendado pelo Concurso deveria abrigar atividades diversas, tais como moradia, comércio e lazer, era de se esperar que a distribuição dos diferentes usos assumisse um papel central nos projetos premiados. Mais do que isso, as propostas também respondem às diretrizes do projeto encomendado ao proporem um certo hibridismo entre as atividades, o qual se expressa quase sempre a partir da justaposição dos usos diversos em um mesmo edifício. É exemplo dessa demanda dos organizadores e dos promotores do Concurso a sugestão, no Termo de Referência, de que os edifícios residenciais abriguem “em pavimentos inferiores, ou em trechos desses, a área de lazer destinada aos moradores bem como o comércio e serviços, ou parte desses, que complementarão o uso residencial”²⁵³.

Essa relação aparece, por exemplo, em alguns trechos dos textos reproduzidos nas pranchas dos projetos. Os arquitetos premiados com a primeira colocação sugerem a criação de um “setor de uso misto com a presença intensa de unidades residenciais, espaços comerciais, de serviço e áreas públicas”, em que as atividades comerciais ocupam a base de

²⁵² *Idem*, p. 6.

²⁵³ Cf. Instituto dos Arquitetos do Brasil Departamento Rio de Janeiro, *op. cit.*, 2010b, p. 11.

todos os edifícios projetados²⁵⁴. É uma solução que se aproxima das propostas das demais equipes, visto que os segundos colocados concebem os edifícios residenciais “com lojas em todo o seu térreo”²⁵⁵. Já a equipe de Jáuregui projeta o térreo de todos os edifícios com “diferentes níveis de porosidade [...] em relação com as áreas de comércio”²⁵⁶, os arquitetos liderados por Gusmão descrevem a “ocupação de lojas e comércio ao nível da rua” dos edifícios residenciais²⁵⁷ e os premiados com a segunda Menção Honrosa sugerem que a base de todos os edifícios seja ocupada por “lojas e salas comerciais ao longo de seu perímetro”²⁵⁸.

Em comum há, nos trechos textuais presentes nas pranchas da totalidade dos projetos, edifícios que combinam ao menos dois usos distintos. O que, aos meus olhos, carrega indícios de que estamos diante da imagem do espaço concebido como aquele *que combina usos diversos*, cuja recorrência pode ser interpretada como uma resposta às diretrizes do Concurso.

Se a justaposição de usos diversos atravessa todas as propostas aqui contempladas, é a presença de atividades comerciais no térreo dos edifícios a solução mobilizada por todos os arquitetos. A razão dessa escolha é textualmente justificada em duas das pranchas analisadas: os primeiros colocados afirmam que essa escolha faz com que o “público permeie o privado” através da intensa circulação de pessoas²⁵⁹; já os premiados com a primeira Menção Honrosa argumentam que essa combinação de usos ajuda a criar “espaços públicos e ruas naturalmente vigiados e animados” e a produzir “uma intensa vida ao nível da rua”²⁶⁰. O que é visualmente reforçado nas pranchas de quatro dos cinco projetos analisados, que representam o térreo dos edifícios em contato com as áreas comuns repleto de frequentadores:

²⁵⁴ Cf. João Pedro Backheuser et. al., *op. cit.*, 2011, p. 6.

²⁵⁵ Cf. Roberto Aflalo et. al., *op. cit.*, 2011, p. 2.

²⁵⁶ Cf. Jorge Mario Jáuregui et. al., *op. cit.*, 2011, p. 2.

²⁵⁷ Cf. Daniel de Barros Gusmão et. al., *op. cit.*, 2011, p. 4.

²⁵⁸ Cf. Eduardo Mondolfo et. al., *op. cit.*, 2011, p. 5.

²⁵⁹ Cf. Pedro Backheuser et. al., 2011, p. 5.

²⁶⁰ Cf. Daniel de Barros Gusmão et. al., *op. cit.*, 2011, pp. 4, 5.

Figura 26: Perspectiva artística do térreo dos edifícios residenciais situados no Terreno Leste, concebido pela equipe premiada com a primeira colocação²⁶¹

Figura 27: Perspectiva artística do térreo dos edifícios residenciais situados no Terreno Leste, concebido pela equipe premiada com a segunda colocação²⁶²

²⁶¹ Cf. João Pedro Backheuser et. al., *op. cit.*, 2011, p. 5.

²⁶² Cf. Roberto Aflalo et. al., *op. cit.*, 2011, p. 2.

Figura 28: Perspectiva artística do térreo dos edifícios residenciais situados no Terreno Leste, concebido pela equipe premiada com a quarta colocação²⁶³

²⁶³ Cf. Jorge Mario Jáuregui et. al., *op. cit.*, 2011, p. 1.

Figura 29: Perspectiva artística do térreo dos edifícios comerciais situados no Terreno Oeste, concebido pela equipe premiada com a primeira Menção Honrosa²⁶⁴

O que, aos meus olhos, é indício textual e visual de que estamos diante da imagem do espaço concebido pelos arquitetos como *um espaço intensamente povoado*, ausente apenas nos documentos do projeto premiado com a segunda Menção Honrosa. É uma imagem que não deixa de responder às expectativas dos organizadores e dos promotores do Concurso que, no Termo de Referência, afirmam esperar que a atração de novos frequentadores provoque uma intensa “interação social” e “animação” nas áreas comuns²⁶⁵.

Ainda em face dos mesmos documentos, observo uma clara preferência dos arquitetos pela circulação de pedestres e de ciclistas nos espaços por eles concebidos, em detrimento do transporte individual motorizado, por meio de automóveis e motos. O que responde às diretrizes do projeto encomendado, visto que, no Termo de Referência, é solicitado que o uso de bicicleta seja “devidamente valorizado no desenho dos espaços públicos” e que as calçadas recebam uma especial atenção nas propostas²⁶⁶

De fato, os autores dos projetos optam pela criação de vias separadas do tráfego de veículos, seja por meio de calçadas, rampas, passarelas, plataformas e ciclovias. Com esse intuito, a equipe vencedora concebe “calçadas cômodas para pedestres” para a circulação no Terreno Leste²⁶⁷. Já os autores do projeto premiado com a segunda colocação propõem a construção de novas “vias para pedestres e ciclistas” que ajudem na circulação entre os dois terrenos e, também, no entorno imediato, sugerindo a sua conexão com as vias já

²⁶⁴ Cf. Daniel de Barros Gusmão et. al., *op. cit.*, 2011, p. 2.

²⁶⁵ Cf. Instituto dos Arquitetos do Brasil Departamento Rio de Janeiro, *op. cit.*, 2010b, pp. 8; 11.

²⁶⁶ Cf. Instituto dos Arquitetos do Brasil Departamento Rio de Janeiro, *op. cit.*, 2010b, pp. 16-17.

²⁶⁷ Cf. João Pedro Backheuser et. al., *op. cit.*, 2011, p. 5

existentes²⁶⁸. O que também é proposto pelos premiados com a quarta colocação, que concebem um “sistema de ciclovias [que] conectará o novo setor com os bairros do entorno e com o porto”²⁶⁹. Por fim, os autores e coautores dos projetos premiados com as menções honrosas projetam um “circuito” –“circuito verde” e “circuito olímpico”, respectivamente - para unir os dois terrenos entre si e com o entorno. A proposta, no primeiro destes projetos, é definida como “passeios e ciclovias [que] possibilitam a conexão ao longo da comunidade e arredores”²⁷⁰ e, no segundo, como circuito formado por “ciclovias, transportes públicos e conexões com caminhos para pedestres”²⁷¹.

As vias dedicadas exclusivamente à circulação de pedestres e ciclistas também são visualmente representadas nas pranchas dos projetos, que reproduzem imagens de passarelas e plataformas para pedestres e ciclovias:

Figura 30: Perspectiva artística da passarela de pedestre conectando o Terreno Leste ao Terreno Oeste, concebido pela equipe premiada com a primeira colocação²⁷²

²⁶⁸ Cf. Roberto Aflalo et. al., *op. cit.*, 2011, p. 1.

²⁶⁹ Cf. Jorge Mario Jáuregui et. al., *op. cit.*, 2011, p. 1.

²⁷⁰ Cf. Daniel de Barros Gusmão et. al., *op. cit.*, 2011, p. 6.

²⁷¹ Cf. Eduardo Mondolfo et. al., *op. cit.*, 2011, p. 1.

²⁷² Cf. João Pedro Backheuser et. al., *op. cit.*, 2011, p. 1.

Figura 31: Perspectiva artística da ciclovia no Terreno Leste, concebido pela equipe premiada com a segunda colocação²⁷³

Figura 32: Perspectiva artística da passarela de pedestre conectando o Terreno Leste ao Terreno Oeste, concebido pela equipe premiada com a quarta colocação²⁷⁴

²⁷³ Cf. Roberto Aflalo et. al., *al. op. cit.*, 2011, p. 2.

Figura 33: Perspectiva artística da passarela de pedestre conectando o Terreno Leste ao Terreno Oeste, concebido pela equipe premiada com a primeira Menção Honrosa²⁷⁵

Figura 34: Perspectiva artística da plataforma de pedestres situada no Terreno Leste, concebida pela equipe premiada com a segunda Menção Honrosa²⁷⁶

Todas elas são representações textuais e visuais que, presentes em todos os cincoprojetos, trazem para o primeiro plano a imagem do espaço concebido pelos arquitetos como *um espaço que favorece a circulação de pedestres e de ciclistas*, tal como solicitado pelos organizadores e promotores do Concurso. Se anteriormente vimos algumas das vias para pedestres e ciclistas projetadas pelos arquitetos tinham como intuito a conexão dos

²⁷⁴ Cf. Jorge Mario Jáuregui et. al., *op. cit.*, 2011, p. 6.

²⁷⁵ Cf. Daniel de Barros Gusmão et. al., *op. cit.*, 2011, p. 2.

²⁷⁶ Cf. Eduardo Mondolfo et. al., *op. cit.*, 2011, p. 5.

edifícios com o seu entorno, veremos a seguir outras referências às áreas vizinhas. Os arquitetos vencedores, por exemplo, buscam valorizar a “paisagem marítimo-portuária” do entorno com a criação de um parque suspenso, que proporcionaria aos visitantes “uma nova perspectiva sobre a cidade e a Baía de Guanabara”²⁷⁷. Os premiados com a segunda colocação, por sua vez, propõem a criação de um “eixo visual” que torna a o “morro [do Pinto] e a igreja [localizada no seu cume] sempre visíveis” dos edifícios por eles projetados e sugerem a preservação de um “galpão” vizinho ao terreno, que garantira a “memória e o espírito do lugar”²⁷⁸. Já os quartos colocados enfatizam a “rica história da zona portuária” e mapeiam os edifícios institucionais e culturais do seu entorno²⁷⁹. Por fim, os premiados com a primeira menção honrosa, justificam a criação do “circuito verde”, para além das razões anteriormente mencionadas, como um meio de criar uma conexão dos edifícios projetados com “as margens do cais do porto e, conseqüentemente, com toda a orla carioca”²⁸⁰. Em comum, as soluções arquitetônicas e urbanísticas descritas parecem tentar integrar os espaços concebidos aos elementos paisagísticos e edifícios já existentes nas proximidades, tal como é sugerido pelos organizadores e promotores do Concurso que, no Termo de Referência, recomendam que os novos edifícios reconheçam as “preexistências ambientais e culturais”²⁸¹.

Há, no entanto, também arquitetos que projetam artefatos arquitetônicos que contrastam com o seu entorno, com o intuito declarado de marcar a presença do “novo” na região em que se situa. O que responde às diretrizes do projeto encomendado no que diz respeito ao Hotel com 500 quartos, que é descrito no Termo de Referência como futuro “marco arquitetônico, não só para o Porto Olímpico, mas também de sua região”²⁸².

Ao menos esse é o caso de três dos cinco projetos analisados (premiados com a primeira e a quarta colocação e a segunda Menção Honrosa), que conceberam edifícios que marcam presença na paisagem, seja pela morfologia e estética *sui generis* ou pela altura sobressalente. Não à toa os autores dos três projetos em questão descrevem tais edifícios, respectivamente, como “marco ou ponto de referência da entrada-saída da cidade” e “edifício-marco singular e de aspecto mutante”²⁸³; “*landmark* e peça central na área”²⁸⁴; “escultura

²⁷⁷ Cf. João Pedro Backheuser et. al., *op. cit.*, 2011, pp. 1, 3.

²⁷⁸ Cf. Roberto Aflalo et. al., *op. cit.*, 2011, pp. 1, 2.

²⁷⁹ Cf. Jorge Mario Jáuregui et. al., *op. cit.*, 2011, p. 1.

²⁸⁰ Cf. Daniel de Barros Gusmão et. al., *op. cit.*, 2011, p. 1

²⁸¹ Cf. Instituto dos Arquitetos do Brasil Departamento Rio de Janeiro, *op. cit.*, 2010b, p. 8.

²⁸² Cf. Instituto dos Arquitetos do Brasil Departamento Rio de Janeiro, *op. cit.*, 2010b, p. 13.

²⁸³ Cf. João Pedro Backheuser et. al., *op. cit.*, 2011, p. 4.

²⁸⁴ Cf. Jorge Mario Jáuregui et. al., *op. cit.*, 2011, p. 1.

monolítica”, “marco visual” e “ícone”²⁸⁵. São edifícios – ou melhor, arranha-céus - cujo apelo visual é reforçado visualmente nas pranchas dos projetos, cujas imagens visuais evidenciam a sua presença em meio às demais construções da região:

Figura 35: Perspectiva artística do arranha-céu do Hotel cinco estrelas situado no Terreno Oeste, concebido pela equipe premiada com a primeira colocação²⁸⁶

Figura 36: Perspectiva artística do arranha-céu do Hotel cinco estrelas situado no Terreno Oeste, concebido pela equipe premiada com a quarta colocação²⁸⁷

²⁸⁵ Cf. Eduardo Mondolfo et. al., *op. cit.*, 2011, p. 3.

²⁸⁶ Cf. João Pedro Backheuser et. al., *op. cit.*, 2011, p. 1.

²⁸⁷ Cf. Jorge Mario Jáuregui et. al., *op.cit.* , 2011, p. 6.

Figura 37: Perspectiva artística do arranha-céu do Hotel cinco estrelas situado no Terreno Oeste, concebido pela equipe premiada com a segunda Menção Honrosa²⁸⁸

Todas essas representações textuais e visuais construídas por referência ao entorno dos terrenos destinados aos projetos contribuem para fazer do espaço concebido pelos arquitetos *um espaço integrado com os elementos paisagísticos e edifícios do seu entorno* e, referência ausente apenas no projeto premiado com a segunda Menção Honrosa, e *um espaço que acrescenta elementos arquitetônicos marcantes ao seu entorno*, que não aparece apenas nos projetos premiados com a segunda colocação e a primeira Menção Honrosa. São imagens que, assim como as anteriores, em grande medida parecem responder às expectativas dos organizadores e promotores do Concurso.

Se, de um lado, os espaços concebidos pelos arquitetos são dotados de especificidades, de outro a análise das pranchas dos projetos arquitetônicos e urbanísticos revela imagens mais ou menos compartilhadas sobre tais espaços. É evidente que parte dessa coincidência pode ser atribuída ao fato de todos os participantes terem buscado atender as mesmas diretrizes estabelecidas pelos organizadores e promotores do Concurso, sendo a premiação um reconhecimento de seu êxito. Como eu procuro evidenciar no quadro a seguir:

²⁸⁸ Cf. Eduardo Mondolfo *et al.*, *op. cit.*, 2011, p. 3.

Quadro 2: Relação entre as diretrizes do Concurso “Porto Olímpico”, as imagens dos espaços concebidos e os projetos em que tais imagens foram apreendidas

Diretrizes do Concurso apreendidas no seu Termo de Referência	Imagens do espaço concebido apreendidas nas pranchas dos projetos	Projetos em que as imagens foram apreendidas
A concepção de “áreas de lazer e recreativas”, “equipamentos sociais” e “espaços públicos”, voltados para os futuros frequentadores e moradores do conjunto edilício e do seu entorno	um espaço repleto de áreas comuns de grande e de pequena escala	1º, 2º e 4º colocados e 1ª e 2ª Menção Honrosa (5/5)
	um espaço repleto de áreas comuns públicas e privadas	2º e 4º colocados e 1ª e 2ª Menção Honrosa (4/5)
A concepção de edifícios residenciais que abriguem “em pavimentos inferiores, ou em trechos desses, a área de lazer destinada aos moradores bem como o comércio e serviços, ou parte desses, que complementarão o uso residencial”	espaço que combina usos diversos	1º, 2º e 4º colocados e 1ª e 2ª Menção Honrosa (5/5)
A atração de novos frequentadores que provoque uma intensa “interação social” e “animação” nas áreas comuns	um espaço intensamente povoado	1º, 2º e 4º colocados e 1ª Menção Honrosa (4/5)
O uso de bicicleta “devidamente valorizado no desenho dos espaços públicos” e especial atenção nas propostas às “calçadas”	um espaço que favorece a circulação de pedestres e de ciclistas	1º, 2º e 4º colocados e 1ª e 2ª Menção Honrosa (5/5)
A concepção de novos edifícios que reconheçam as “preexistências ambientais e culturais”	um espaço integrado com os elementos paisagísticos e edilícios do seu entorno	1º, 2º e 4º colocados e 1ª Menção Honrosa (4/5)
A concepção do Hotel com 500 quartos como futuro “marco arquitetônico, não só para o Porto Olímpico, mas também de sua região”	um espaço que acrescenta elementos arquitetônicos marcantes ao seu entorno	1º e 4º colocados e 1ª Menção Honrosa (3/5)

Apesar desta relação, também é possível que as propriedades comuns sejam reveladoras de um imaginário mais amplo sobre o espaço imaginado por eles como desejável. Para buscar verificar esta hipótese, vejamos outro tipo de imagem: as imagens orais apreendidas nas entrevistas sobre os espaços por eles projetados em tempos mais recentes.

3.1.2. Os projetos do Porto Olímpico hoje, segundo os seus autores e/ou coautores

Para apreender as imagens orais dos espaços projetados, entrevistei seis arquitetos autores e coautores dos cinco projetos anteriormente analisados, sendo dois deles responsáveis pelo mesmo projeto, o premiado com a segunda colocação. Os entrevistados contam com perfis sociais relativamente diversos: há arquitetos com idades entre 40 e 72 anos, nascidos na cidade do Rio de Janeiro e fora dela (Niterói e Rosário), moradores de bairros diversos e com formação em arquitetura em instituições variadas. São dados que eu apresento no quadro a seguir, sendo que substituí os nomes dos arquitetos por letras, no intuito dificultar a associação das falas aos seus emissores, assim, resguardar a privacidade dos entrevistados:

Quadro 3: Arquitetos do Concurso “Porto Olímpico” entrevistados, com dados sobre a sua idade, a sua nacionalidade, a sua naturalidade, o seu bairro de moradia e a sua formação acadêmica

Arquiteto entrevistado	Idade	Nacionalidade	Naturalidade	Bairro de moradia atual	Instituição de formação acadêmica em arquitetura: Graduação	Instituição de formação acadêmica em arquitetura: Pós-graduação
A	44 anos	Brasileira	Rio de Janeiro	Ipanema	Universidade Santa Úrsula (1994)	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco (1996)
B	40 anos	Brasileira	Rio de Janeiro	Jardim Botânico	Universidade Federal do Rio de Janeiro (1999)	Universidade Federal do Rio de Janeiro (2011)
C	72 anos	Brasileira	Rio de Janeiro	Cosme Velho	Universidade Federal do Rio de Janeiro (1966)	Universidade de Harvard (1981); Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006)
D	não informada	Argentina	Rosário	Urca	Universidade Nacional de Rosário (1973)	Universidade Federal do Rio de Janeiro (1991)
E	43 anos	Brasileira	Niterói	Flamengo	Universidade Federal do Rio de Janeiro (1993)	Universidade da Pensilvânia (1996)
F	58 anos	Brasileira	Rio de Janeiro	Jardim Botânico	Universidade Federal do Rio de Janeiro (não informado)	Universidade da Califórnia (sem data)

Como já mencionei anteriormente, as entrevistas com esses arquitetos foram realizadas entre os meses de novembro de 2014 e janeiro de 2015, cinco delas nos escritórios de arquitetura em que os entrevistados atuam profissionalmente e uma (arquiteto B) em uma das salas de aula em que o respectivo arquiteto leciona, no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Como detalha o quadro a seguir:

Quadro 4: Arquitetos do Concurso “Porto Olímpico”, com dados sobre a data, o local e a duração das entrevistas realizadas com cada um deles

Arquiteto	Data	Local	Duração
A	9.1.2015	Escritório do arquiteto em Ipanema	1h e 27min
B	16.11.2014	Sala de aula do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro na Gávea	2h e 25 min
C	27.11.2014	Escritório do arquiteto no Cosme Velho	2h e 5min
D	3.12.2014	Escritório do arquiteto na Glória	1h e 41 min
E	12.11.2014	Escritório do arquiteto no Flamengo	2h e 29min
F	9.12.2014	Escritório do arquiteto no Centro	1h e 11min

Considerando o período em que as entrevistas foram realizadas, não é possível desassociar o seu conteúdo da decisão da Prefeitura de transferir os equipamentos olímpicos localizados na região portuária para um terreno mais próximo do Parque Olímpico da Barra da Tijuca, o que foi publicamente anunciado no mês de março de 2014 no jornal O Globo. Em resposta à decisão dos representantes do poder municipal, todos os arquitetos destacaram durante as entrevistas o seu desapontamento: a medida, segundo eles, não apenas desqualificava o trabalho de todos os profissionais envolvidos na elaboração de propostas para o Concurso²⁸⁹, como comprometia as transformações na região portuária da cidade.

Sobre este último ponto, são reveladores os trechos das entrevistas em que os autores e coautores dos projetos, em contraponto as mudanças em questão, descrevem a importância que, aos seus olhos, o Porto Olímpico teria para a cidade do Rio de Janeiro, caso fosse construído. Para os arquitetos A, B, C e D, por exemplo, a materialização do Porto Olímpico

²⁸⁹ Entre os entrevistados, os arquitetos D e E colocaram em dúvida a sua participação futura em outros concursos públicos de arquitetura e urbanismo no Brasil, uma vez que muitas das vezes o projeto vencedor não seria executado.

seria “o mais importante legado das Olimpíadas”, “o grande potencial de mudança na cidade”, “a grande transformação na cidade” e “a marca verdadeiramente positiva na cidade no futuro”, respectivamente. Já para os arquitetos E e F, a sua materialização representaria, respectivamente, “a mais importante intervenção na cidade nos últimos dez anos” e a “oportunidade de se colocar uma mostra clara de que tipo de urbanismo podemos imaginar para esse século, o século XXI”.

Diante desse conjunto de falas impregnadas pelas expectativas dos arquitetos nas intervenções arquitetônicas e urbanísticas encomendadas pelo Concurso “Porto Olímpico”, interessa investigar como o espaço por eles projetados contribuiria, aos seus olhos, para as transformações em questão nos sítios, nos bairros e na cidade em que esses foram concebidos. Nesse sentido são reveladores trechos das entrevistas que permitem chegar às imagens mais ou menos compartilhadas sobre os espaços por eles projetados, forjadas por referência aos acontecimentos mais recentes. Como ponto de partida, observo que algumas das falas dão conta da expectativa de parte dos entrevistados de que as intervenções propostas representariam uma mudança na lógica de ocupação da cidade, tendo como eixo estruturador a ocupação das suas regiões mais centrais, em detrimento da expansão horizontal do tecido da cidade. É o que eu interpreto a partir da fala do arquiteto A, que creditou ao projeto por ele concebido, junto com outras intervenções próximas ao “centro histórico da cidade”, a possibilidade de “alterar toda a lógica de crescimento e de ocupação da cidade, cada vez mais espalhada pelo território”. Ou do depoimento do arquiteto B, que atribuiu ao Concurso e, em particular, ao projeto de sua autoria a possibilidade de a cidade “reorientar a sua lógica de crescimento”:

Trazer esses equipamentos para a região portuária da cidade, antes excluída, tem um significado amplo para cidade, uma vez que ela ajuda a reorientar a sua lógica de crescimento. É a cidade que se reencontra com o seu núcleo tradicional de ocupação, densifica as regiões que já tem uma infraestrutura implementada[...]. Acho que o nosso projeto seria um marco nesse sentido²⁹⁰.

O arquiteto C se aproximou, sem saber, dos dois trechos anteriormente apresentados, ao elogiar o “grande volume construtivo solicitado pelo Concurso” como elemento chave para pensar “uma cidade mais densa e mais concentrada nos seus núcleos mais antigos, rompendo com a lógica de crescimento da cidade hoje”. Por sua vez, os arquitetos D e F, em referências

²⁹⁰ Entrevista com o arquiteto B, morador do bairro do Jardim Botânico e graduado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, realizada na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro no bairro da Gávea no dia 16.11.2014..

à suposta concentração dos investimentos olímpicos no bairro da Barra da Tijuca, afirmaram respectivamente que o projeto de cada um evitaria “abrir novas áreas de investimentos, pois investe nas [áreas] já consolidadas” e valorizaria “o centro da cidade, que é a região mais importante de qualquer cidade”.

Essas cinco evocações, selecionadas das entrevistas com os arquitetos A, B, C, D e F, contribuem para fazer do espaço por eles projetados a partir das solicitações dos organizadores e promotores do Concurso como *um espaço que favoreceria a ocupação das áreas mais centrais da cidade*.

Outra expectativa que eu identifico na fala de alguns dos arquitetos entrevistados é que os espaços por eles projetados representariam uma mudança na lógica de mobilidade nas áreas mais centrais da cidade, contribuindo com o rompimento da circulação centrada no transporte individual motorizado. Ao menos é o que parece sugerir o arquiteto B, que opinou que o seu projeto, ao conceber espaços para moradia próximo as áreas mais centrais da cidade, estaria “desincentivando o uso do automóvel, tão necessário em áreas que não são bem servidas de um sistema de transporte tão eficiente”. Sua colocação se relaciona com um dos trechos da entrevista do arquiteto C, em que ele afirma que a integração do seu projeto com “os transportes de massa e sua proximidade do centro” tornaria o uso do “transporte individual secundário” na região. São opiniões que se aproximam do conteúdo de duas outras falas, selecionadas das entrevistas realizadas com os arquitetos D e E, em que os arquitetos afirmam que os projetos por eles concebidos ajudaria a “questionar a lógica rodoviarista da cidade, fortemente presente na cidade desde a década de 1950” e valorizaria “o uso de meios de transportes coletivos, dominante em todos os grandes centros do mundo”.

Nesse contexto, os trechos das entrevistas com os arquitetos B, C, D e E contribuíram para a imagem do espaço por eles projetados em conformidade com as diretrizes do Concurso como *um espaço que favoreceria a circulação via meios de transporte coletivos nas áreas mais centrais da cidade*.

Há ainda, nas entrevistas realizadas, trechos que permitem a interpretação de que os espaços projetados pelos arquitetos representariam, aos olhos de seus autores e coautores, a valorização das áreas comuns públicas na região portuária. É o que eu interpreto a partir das falas dos arquitetos B e D: o primeiro afirmou que o seu projeto “evitou a todo custo se aproximar da lógica dos condomínios fechados com suas áreas de convívio fechadas, controlada” e o segundo por ter lamentado pelo “atual estado dos poucos espaços públicos da região portuária”, o que o seu projeto teria buscado reverter criando “áreas que incentivam o

convívio dos seus frequentadores, com livre acesso”. Expectativa que também está presente na entrevista realizada com o arquiteto E, que destaca “a qualidade dos espaços públicos criado por todas as propostas”, que funcionariam como “áreas de convívio para os antigos e os novos moradores”. Por fim, o arquiteto F argumentou que essa seria uma qualidade presente em todos os projetos premiados, como sugere o trecho a seguir:

O que tinha de maior valor nos projetos vencedores para a cidade era a valorização do espaço público. Esse era o grande significado dos projetos para a cidade, pois toda aquela área abandonada, desértica, seria povoada. Já imaginou que incrível ver aquilo tudo cheio de gente? Seria fantástico para a cidade²⁹¹.

Essas evocações, de trechos das entrevistas realizadas com os arquitetos B, D, E e F, parecem ser expressões da imagem do espaço por eles projetados para o Concurso como *um espaço que favoreceria as áreas comuns públicas na região portuária*.

Por fim, reconheço ainda na fala de três dos seis arquitetos entrevistados a alusão de que os espaços por eles projetados representariam uma mudança na lógica de distribuição das atividades na região portuária, favorecendo a combinação de diversos usos. O que me permite interpretar isso é a fala do arquiteto C, que afirma ter buscado romper com os “erros” do passado por meio do seu projeto:

Você deve saber que durante muito tempo foi proibido construir habitações no centro, pois naquela época acreditavam que era preciso separar os usos na cidade. Isso é herança do urbanismo moderno, que já foi intensamente criticado em todo mundo. O que não pode acontecer é a gente insistir nesse erro, criar espaços que ficam vazios fora do horário comercial. Misturar os usos é fundamental na criação de espaços dinâmicos, sempre habitados. Era essa a mensagem do projeto para a cidade²⁹².

A mesma referência ao “urbanismo modernista” aparece em um dos trechos das entrevistas realizadas com o arquiteto D, que argumentou que seu projeto ajudaria a “romper com essa lógica tributária do urbanismo modernista, em que as funções eram separadas na cidade”, pois possibilitaria “inaugurar um novo urbanismo, plurifuncional” nas áreas mais centrais da cidade. Por fim, o arquiteto E afirmou durante as entrevistas que o seu projeto traria para área central da cidade “a diversidade de usos, que torna o centro de outras cidades do mundo tão intensos”.

²⁹¹ Entrevista com o arquiteto F, morador do bairro do Jardim Botânico e graduado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, realizada no seu escritório no bairro do Centro no dia 9.12.2014.

²⁹² Entrevista com o arquiteto C, morador do bairro Cosme Velho e graduado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, realizada no seu escritório no bairro do Cosme Velho no dia 27.11.2014.

Em comum, os trechos das entrevistas com os arquitetos C, D e E parecem traduzir a imagem do espaço por eles projetados como *um espaço que favoreceria a combinação de usos diversos nas áreas mais centrais da cidade*.

Se por um lado, os trechos das entrevistas anteriormente reproduzidos trazem à tona imagens do espaço por eles projetados por referência à hipotética possibilidade de eles virem a ser materializados, por outro eles qualificam as transformações esperadas por seus autores e seus coautores à região portuária ou, em termos mais amplos, às áreas mais centrais da cidade por meio do seu projeto. Sob esse novo ângulo, me deparei com imagens do espaço projetado que superaram os limites do terreno em que foram concebidos, tendo em vista que seus autores revelaram suas expectativas em relação às potenciais mudanças nos padrões de ocupação, de circulação e de interação social dos seus projetos em todo o seu entorno. O que, no entanto, parece ainda responder às diretrizes do Concurso em questão, assim como as imagens dos espaços concebidos apreendidas nas pranchas de seus respectivos projetos.

3.2. A Sede do Campo Olímpico de Golfe

Promovido pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, por meio do “Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016”, Concurso “Sede do Campo Olímpico de Golfe” teve o seu Edital publicado no dia seis de agosto de 2012. Segundo esse documento, o Concurso tinha como objetivo selecionar a melhor proposta arquitetônica para a “Sede da Área Social e o Núcleo de Serviços” deste equipamento esportivo²⁹³. Sua função durante os Jogos Olímpicos de 2016, segundo o Termo de Referência do concurso, era abrigar os esportistas, suas equipes e os espectadores durante as partidas lá disputadas, assim como permitir que as atividades necessárias ao funcionamento do campo de golfe fossem realizadas²⁹⁴.

Com esse intuito, o seu “programa” foi dividido em quatro “núcleos de atividades”: 1) a “área social”, local da “portaria”, do “bloco social”, da “Sede da Confederação Brasileira de Golfe” e da “Sede da Federação de Golfe do Estado do Rio de

²⁹³ Instituto dos Arquitetos do Brasil Departamento Rio de Janeiro, *Edital do Concurso Sede do Campo Olímpico de Golfe*, 2012a, p. 1.

²⁹⁴ Instituto dos Arquitetos do Brasil Departamento Rio de Janeiro, *Termo de Referência do Concurso Sede do Campo Olímpico de Golfe*, 2012b, p. 5.

Janeiro; 2) o “núcleo de serviços”, local do “edifício de manutenção”, do “depósito de equipamento” e do “depósito de insumos agrícolas”; 3) o “campo de golfe”, local dos “lavabos”; 4) a “área técnica e de serviço”, local da “coleta seletiva” e da “subestação, cisterna e reservatória de água”²⁹⁵. Todo esse conjunto edilício teve a sua área construída estimada em 3743m² pelos organizadores do Concurso, não necessariamente tendo que ser concebida em um único edifício.

O local escolhido para a implantação do projeto foi um terreno de 950.000m² no bairro da Barra da Tijuca, a cinco quilômetros do “Parque Olímpico da Barra da Tijuca”²⁹⁶. Ao descrevê-lo, o Termo de Referência destaca o fato do terreno integrar uma “área de preservação ambiental”, sendo margeado por uma “vegetação nativa” e pela Lagoa de Marapendi²⁹⁷. Sua relação com esse entorno é representada por meio de uma das imagens reproduzidas no documento, que busca situar o terreno do concurso (em verde claro) em meio a toda essa “área verde”, que reproduzo a seguir:

Figura 38: Mapa do “Terreno destinado ao Campo de Golfe Olímpico”²⁹⁸

Sua construção, no entanto, não estava prevista no momento da candidatura da cidade como sede dos Jogos Olímpicos de 2016. Ao menos foi o que sugeriu a minha leitura dos três volumes do “Dossiê de candidatura do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016”, em que constatei que o golfe não foi citado como uma das modalidades esportivas do evento e, por conseguinte, suas instalações não foram mencionadas

²⁹⁵ *Idem*, p. 5.

²⁹⁶ *Idem*, pp. 10-11.

²⁹⁷ *Idem*, p. 12.

²⁹⁸ *Idem*, *Ibidem*.

nestes documentos²⁹⁹. É provável que a sua ausência tenha relação com a “reestreia” do esporte nos Jogos Olímpicos de 2016, uma vez que a última vez que essa modalidade foi disputada no âmbito desse evento foi em 1904, na cidade de St. Louis³⁰⁰. O que me levou instantaneamente para as páginas do jornal *O Globo*, em busca de anúncios oficiais dos promotores e dos organizadores do evento que dessem conta dos acontecimentos que marcaram o processo de concepção e materialização desse equipamento esportivo.

Na ausência de uma localização predefinida, foram levantadas uma série de reportagem tematizando a disputa entre os interessados em sediar tal evento, entre eles: dois clubes de golfes tradicionais na cidade³⁰¹, um hotel localizado no município de Búzios³⁰² e um condomínio residencial localizado no bairro da Barra da Tijuca³⁰³. Todas essas opções, no entanto, foram descartadas pela Prefeitura, que, ao ser interpelada pelos jornalistas, enumerou algumas razões para isso. Segundo os representantes do poder municipal, o alto custo de manter um dos clubes de golfe ativos na cidade fechado para reformas seria inviável³⁰⁴, a localização em um município fora da Região Metropolitana dificultaria a logística do evento³⁰⁵ e o fato do terreno do condomínio residencial ser alvo de uma disputa judicial impedia a construção no local³⁰⁶.

Em meio a tal impasse, uma reportagem publicada em março de 2012 anuncia um acordo entre a Prefeitura e empresários para a construção do campo de golfe em um terreno desocupado na Barra da Tijuca, o que não foi confirmado por representantes do poder municipal³⁰⁷. Apesar disso, alguns meses depois, a própria Prefeitura anunciou nas páginas desse jornal o resultado do concurso, organizado pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil –

²⁹⁹ Cf. Comitê Olímpico Brasileiro, *op. cit.*, 2009a, Comitê Olímpico Brasileiro, *op. cit.*, 2009b, Comitê Olímpico Brasileiro, *op. cit.*, 2009c.

³⁰⁰ Cf. N/a, “O golfe”, *Rio 2016* (seção “Esportes”), s/d.

³⁰¹ Cf. Ludmilla Lima, “Nos bastidores do golfe. Gávea e Itanhangá negociam Jogos Olímpicos em seus campos”, *O Globo* (seção “Jornais do Bairro”), quinta-feira 5.11.2009, pp. 28-31; Natanael Damasceno, “Itanhangá diz que campo de golfe poderia ser reformado para 2016. Para presidente do clube, obras custariam menos do que a construção de um novo”, *O Globo* (seção “Rio”), sexta-feira 10.6.2011, p. 24.

³⁰² Cf. N/a, “Aberto para competições. Búzios Golf Club amplia campo e torce para receber Jogos Olímpicos de 2016”, *O Globo* (seção “Rio”), domingo 13.2.2011, p. 36.

³⁰³ Cf. Isabela Bastos e Ludmilla de Lima, “Condomínio na Barra vai abrigar campo de golfe. Consórcio assumirá dia 17 os serviços públicos no Porto”, *O Globo* (seção “Rio”), quarta-feira 8.6.2011, p. 18.

³⁰⁴ Cf. Natanael Damasceno, *op. cit.* *O Globo* (seção “Rio”), sexta-feira 10.6.2011, p. 24.

³⁰⁵ Cf. N/a, *op. cit.*, *O Globo* (seção “Rio”), domingo 13.2.2011, p. 36.

³⁰⁶ Cf. Natanael Damasceno e Candida Simone, “Terreno onde prefeitura quer campo de golfe é alvo de disputa na Justiça. No condomínio Reserva Uno, anúncio de Paes é recebido com surpresa”, *O Globo* (seção “Rio”), sábado 9.7.2011, p. 21.

³⁰⁷ Cf. N/a, “Acordo com empresários pode garantir campo de golfe. Iniciativa privada deverá arcar com os custos do projeto, em troca de benefícios urbanísticos”, *O globo* (seção “Rio”), domingo 4.3.2012, p. 32.

Departamento Rio de Janeiro, para a escolha do melhor projeto arquitetônico do edifício sede do campo em questão³⁰⁸. Seus vencedores foram os arquitetos Pedro Rivera e Pedro Évora, sócios do escritório carioca Rua Arquitetos, que tiveram a seguinte imagem do projeto reproduzidas no jornal³⁰⁹:

Figura 39: Perspectiva artística aérea do projeto vencedor do Concurso “Sede do Campo Olímpico de Golfe”, reproduzida no jornal *O Globo*³¹⁰

Uma vez escolhido o terreno e o projeto arquitetônico para a sede do campo de golfe, sua materialização passou a ser objeto de uma grande polêmica. O que se vê no jornal ao longo dos anos de 2012, 2013 e 2014 é uma intensa disputa entorno da sua construção. Isso porque, segundo o jornal, para viabilizá-la, o prefeito havia encaminhado para a Câmara dos Vereadores um projeto de lei que mudaria os parâmetros ambientais e urbanísticos vigentes na região do futuro campo de golfe, situado em uma “zona de conservação ambiental”³¹¹. Para tornar o terreno edificável, a proposta elaborada pelo poder municipal previa algumas medidas de “compensação ambiental”, nas palavras do prefeito, sendo a principal delas a transformação dos lotes voltados para a praia da Área de Preservação Ambiental de Marapendi em um parque de preservação ambiental e, portanto, não edificável.

³⁰⁸ Cf. Diego Barreto, “Escolhido projeto de neto de medalhista olímpico. Paisagem vencedora no concurso da sede de golfe”, *O Globo* (seção “Rio”), terça-feira 2.10.2012, p. 24.

³⁰⁹ *Idem, Ibidem.*

³¹⁰ *Idem, Ibidem.*

³¹¹ Cf. Luiz Ernesto Magalhães, “Uma tacada polêmica. Projeto de Paes muda lei ambiental para setor privado construir campo de golfe na Barra”, *O Globo* (seção “Rumo à 2016”), sexta-feira 2.11.2012.

A partir desse momento, as páginas do jornal passaram a serem ocupadas por notícias sobre as frustradas tentativas de aprovação do projeto de lei na Câmara dos Vereadores³¹² e, também, sobre as ações judiciais movidas no Ministério Público contrárias à sua construção³¹³. O que, no entanto, não foi suficiente para impedir a aprovação do projeto de lei³¹⁴, que foi seguido por anúncios da Prefeitura a respeito da materialização do Campo de Golfe e do parque de preservação ambiental³¹⁵. São notícias que, ao contrário do projeto anterior, parecem confirmar a execução do projeto escolhido pelo concurso no terreno escolhido, no bairro da Barra da Tijuca.

A construção do Campo Olímpico de Golfe no bairro da Barra da Tijuca se inscreve, portanto, em uma lógica de produção do espaço urbano distinta do projeto anterior. Se o Porto Olímpico se localiza em uma área já consolidada no espaço intrametropolitano e vizinha ao seu centro histórico, a escolha do bairro na zona oeste da cidade para a construção do Campo Olímpico de Golfe se dá em meio as dinâmicas de expansão do tecido urbano da cidade. É nesse sentido que Bienenstein e Molina argumentam que as intervenções realizadas na Barra da Tijuca no âmbito dos Jogos Olímpicos são uma expressão da reestruturação urbana da cidade em torno da construção de uma nova centralidade da cidade nesse bairro³¹⁶. Não por

³¹² Cf. Luiz Ernesto Magalhães, “Mudou de tom. Redução de parque avança e proteção empaca. Câmara vota hoje projeto que libera golfe sem preservar a reserva”, *O Globo* (seção “Rio”), quinta-feira 20.12.2012, p. 21; Luiz Ernesto Magalhães, “Câmara lota para discussão de projeto sobre campo de golfe. Emenda que prevê isenção de IPTU e ISS provoca polêmica no plenário”, *O Globo* (seção “Rio”), sexta-feira 21.12.2012, p. 25; Luiz Ernesto Magalhães, “Paes joga duro com a Câmara. Prefeito ameaça cancelar parcerias se veto em projeto do pacote olímpico for derrubado”, *O Globo* (seção “Rio”), sábado 22.12.2012, p. 10; Luiz Ernesto Magalhães, “Em resposta à Câmara, Paes diz não à especulação. ‘Cancelo os contratos (de obras beneficiadas por manobra de vereadores) e repensamos tudo de novo’, afirma”, *O Globo* (seção “Rio”), domingo 23.12.2012, p. 24.

³¹³ Cf. Emanuel Alencar, “Ação pede paralisação das obras do campo de golfe das Olimpíadas. Advogado quer projeto parado até apresentação de relatórios ambientais”, *O Globo* (seção “Rio”), quinta-feira 17.10.2013, p. 19; N/a, “Campo de golfe da Barra na mira do MP. Promotores recomendam interrupção das obras em instalação olímpica”. *O Globo* (seção “Rio”), segunda-feira 31.3.2014, p.15; Fábio Teixeira, “Campo de golfe: nova ação do MP. Órgão quer anular licença ambiental do projeto, cujas obras já passam da metade, segundo Comitê Rio 2016”, *O Globo* (seção “Jornais de Bairro”), quinta-feira 21.8.2014, p. 2; Fábio Teixeira, “Olimpíadas: obras do campo de golfe podem ser paralisadas. Juiz dá prazo final para MP, prefeitura e construtora entrarem em acordo”, *O Globo* (seção “Rio”), sexta-feira 5.9.2014, p. 15.

³¹⁴ Cf. Renata Leite, “Pacote Olímpico: Câmara mantém vetos de Paes. Emendas apresentadas por vereadores no ano passado favoreciam a especulação imobiliária em área da Barra”. *O Globo* (seção “Rio”) sexta-feira 15.3.2013, p. 15.

³¹⁵ Cf. Claudio Nogueira, “Novo cenário. Grama de ouro. Mesma empresa que cuida do gramado do Maracanã vai ser responsável pelo plantio e pela manutenção do piso do futuro campo de golfe das Olimpíadas”, *O Globo* (seção “Esportes”), sábado 16.3.2014, p. 40; Luiz Ernesto Magalhães, “Parque ambiental de Marapendi será implementado até 2016. Ideia da prefeitura que área seja marco da realização das Olimpíadas”, *O Globo* (seção “Rio”), sexta-feira 25.4.2014, p. 17; Luiz Ernesto Magalhães, “Sem novos edifícios” – “Reservado para o verde. Prefeitura começa a tirar do papel projeto de um grande parque na APA de Marapendi”, *O Globo* (seção “Rio”), segunda-feira 29.12.2014, p. 8.

³¹⁶ Cf. Glaucio Bienenstein, *op. cit.*, 2011, pp. 8-12; Glaucio Bienenstein et. al., *op. cit.*, 2011, pp. 143-150; Fabio Silveira Molina, *op. cit.* 2013, pp. 188-192.

acaso, o bairro em questão é descrito no “Dossiê de candidatura do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016” como o “coração dos jogos”³¹⁷. O que nos ajuda a localizar esse projeto em meio as transformações arquitetônicas e urbanísticas recentes pelas quais tem passado a cidade.

3.2.1. Analisando os projetos premiados pelo Concurso “Sede do Campo Olímpico de Golfe”

Segundo a Ata de Julgamento do Concurso “Sede do Campo Olímpico de Golfe”, escrita por uma Comissão Julgadora composta por cinco arquitetos³¹⁸, foram recebidos de todo o país 57 trabalhos, entre os quais apenas um deles foi desclassificado por infringir uma das normas do Edital³¹⁹. A escolha dos projetos premiados se deu no dia 27 de setembro de 2012, data em que a ata foi lavrada. Nesse documento, os jurados destacam a “boa qualidade dos projetos apresentados” e ressaltam a “capacidade técnica e criativa dos jovens arquitetos brasileiros”, visto que, ao contrário do Concurso “Porto Olímpico”, os participantes desse concurso deveriam ter menos de 15 anos de formado³²⁰.

Como ressaltei nas notas introdutórias, quatro dos sete projetos premiados não têm como autor ou coautor arquitetos profissionalmente atuantes em escritórios na cidade do Rio de Janeiro, o que faz com que a minha análise se restrinja a apenas três deles. No quadro a seguir, destaco com a cor azul os projetos que serão analisados nas páginas seguintes, seguido pelos nomes dos seus autores e coautores, os escritórios em que eles atuam profissionalmente e a cidade sede dos respectivos escritórios:

³¹⁷ Comitê Olímpico Brasileiro, *op. cit.*, 2009b, *passim*.

³¹⁸ A Comissão Julgadora foi composta pelos arquitetos Michael Johnson e Gustavo Nascimento, indicados pelo Comitê Organizador dos Jogos de 2016, e Nivaldo Andrade, Fernando Alencar e Eduardo Horta, indicados pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil – Departamento Rio de Janeiro. Cf. Instituto dos Arquitetos do Brasil Departamento Rio de Janeiro, *Ata de Julgamento do Concurso Sede do Campo Olímpico de Golfe*, 2012c, p. 1.

³¹⁹ *Idem, Ibidem*.

³²⁰ *Idem*, p. 3.

Quadro 5: Projetos premiados pelo Concurso “Sede do Campo Olímpico de Golfe” e os nomes dos seus autores e coautores, com dados sobre a sua atuação profissional em escritórios de arquitetura³²¹

Premiação obtida pelo projeto	Nome dos arquitetos autores e coautores do projeto	Escritório de arquitetura em que atuam profissionalmente os arquitetos	Cidade sede do escritório
1º lugar	Autor: Pedro Évora	RUA Arquitetos	Rio de Janeiro
	Coautor: Pedro Rivera	RUA Arquitetos	Rio de Janeiro
2º lugar	Autor: João Gabriel de Moura Rosa Cordeiro	Estudio 41	Curitiba
	Coautor: Emerson Vidigal	Estudio 41	Curitiba
	Coautor: Eron Costin	Estudio 41	Curitiba
	Fabio Henrique Faria	Estudio 41	Curitiba
3º lugar	Autor: Luiz Adriano Trindade de Almeida	Triptyque Architecture	São Paulo e Paris
	Coautor: Anna Carolina Bueno Cardoso	Triptyque Architecture	São Paulo e Paris
	Coautor: Guillaume Philippe Sibaud	Triptyque Architecture	São Paulo e Paris
	Coautor: Gregory Arnaud Franck Bousquet	Triptyque Architecture	São Paulo e Paris
	Coautor: Olivier Jacques Antoine Raffaelli	Triptyque Architectur	São Paulo e Paris
Menção Honrosa	Autor: Caio Calafate	Grupo Arquitetura	Rio de Janeiro
	Coautor: Gregorio Rosenbusch	N/a*	N/a
	Coautor: Juliana Sicuro	OCO Arquitetura	Rio de Janeiro
	Coautor: Pedro Varela	Grupo Arquitetura	Rio de Janeiro
	Coautor: Vitor Garcez	OCO Arquitetura	Brasil, Rio de Janeiro
Menção Honrosa	Autor: Carla Juaçaba	Carla Juaçaba Arquitetura	Rio de Janeiro
Menção Honrosa	Autor: Marina Milan Acayaba	Ar. Arquitetos	São Paulo
	Coautor: Juan Pablo Rosenberg	Ar. Arquitetos	São Paulo
Menção Honrosa	Autor: Matias Revello Vazquez	Vazquez Arquitetos	Caxias do Sul

* O arquiteto Gregorio Rosenbusch declarou, durante a entrevista realizada no mês de dezembro de 2014, que no ano de 2012 ele atuava profissionalmente em colaboração com escritórios cariocas, situação diferente da que ele se encontrava naquele momento, quando havia aberto o escritório Rosenbusch Arquitetos e Associados, localizado no município de Petrópolis (RJ).

³²¹ Quadro de minha autoria a partir do cruzamento dos nomes dos arquitetos publicados junto com pranchas dos projetos premiados e os dados levantados em sítios eletrônicos diversos sobre a atuação profissional dos seus autores e coautores, posteriormente confirmados com os respectivos arquitetos por meio de contatos via correio eletrônico.

Ainda segundo o documento produzido pela Comissão Julgadora, os projetos premiados foram escolhidos a partir de alguns critérios estabelecidos no Termo de Referência do concurso – “paisagismo, acessibilidade plena, sustentabilidade e segurança e operação” – e outros acrescentados pelo corpo de jurados, sendo eles: “implantação (locação e orientação), partido arquitetônico, expressão arquitetônica e custo estimado de construção e manutenção”³²². Vejamos a seguir se, além de compartilharem qualidades em relação a tais critérios, as imagens dos espaços concebidos que impregnam as pranchas dos projetos analisados estabelecem proximidades entre si.

Como ponto de partida da análise dos documentos, trago para primeiro plano as representações textuais e visuais que, aos meus olhos, apontam para uma preocupação comum dos arquitetos autores e coautores das três propostas: a relação que o conjunto edilício projetado estabelece com o seu entorno. Mas que entorno é esse? A “planta de situação”³²³ reproduzida em cada uma das plantas sugere que seus autores tomam como referência desse entorno o próprio campo de golfe em que o edifício por eles projetado se situa, basicamente representado como uma grande superfície com diferentes tons da cor verde, aparentemente fazendo referência ao seu relevo e à sua vegetação, como podemos ver a seguir:

³²² *Idem*, p. 1.

³²³ De modo mais preciso, o termo “planta de situação” é definido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), como: “Planta que compreende o partido arquitetônico como um todo, em seus múltiplos aspectos. Pode conter informações específicas em função do tipo e porte do programa, assim como para a finalidade a que se destina. Nota: Para aprovação em órgãos oficiais, esta planta deve conter informações completas sobre localização do terreno”. Cf. Associação Brasileira de Normas Técnicas. *Representação de Projetos de Arquitetura*, 1994, p. 1.

Figura 40: “Planta de situação” da Sede do Campo Olímpico de Golfe, concebida pela equipe premiada com a primeira colocação³²⁴

³²⁴ Cf. Pedro Évora e Pedro Rivera, *Pranchas Digitais - Concurso Sede do Campo Olímpico de Golfe*, 2012, p. 2.

Figura 41: “Planta de situação” da Sede do Campo Olímpico de Golfe, concebida pela equipe premiada com a primeira Menção Honrosa³²⁵

Figura 42: “Planta de situação” da Sede do Campo Olímpico de Golfe, concebida pela equipe premiada com a segunda Menção Honrosa³²⁶

Diante dessas representações do seu entorno, que desconsideram os espaços que superam o lote destinado a construção do campo de golfe, os arquitetos parecem compartilhar

³²⁵ Cf. Caio Calafate et. al., *Pranchas Digitais - Concurso Sede do Campo Olímpico de Golfe*, 2012, p. 2.

³²⁶ Cf. Carla Juaçaba, *Pranchas Digitais - Concurso Sede do Campo Olímpico de Golfe*, 2012, p. 2.

o interesse em projetar edifícios que se confundam com as características do terreno em que se situa. O que, em certa medida, se relaciona com o fato do terreno ser descrito pelos organizadores e promotores do Concurso, por meio do Termo de Referência, como cercado por “uma bela e surpreendente paisagem natural”, sendo esperado das propostas o “uso de vegetação característica” e um conjunto edilício “bem ambientado”³²⁷.

Isso aparece com clareza no projeto vencedor, intitulado por seus autores e coautores como “A varanda como partido”. Por trás desse título sugestivo está a intenção dos arquitetos em “desenhar um edifício organizado como uma confortável varanda, dissolvendo os limites entre a paisagem, o objeto e os usuários”³²⁸. Em comum, os premiados com a primeira Menção Honrosa também expressam textualmente uma intenção semelhante, já evidente no título do projeto: “Um lugar de mediação entre a arquitetura e a paisagem”. Para isso, seus autores e coautores concebem edifícios cujo perímetro é “desfolhado em camadas, tem espessura e profundidade, constitui-se não como uma pele, mas como lugar de transição”³²⁹. Por fim, a arquiteta Carla Juaçaba, que intitula o seu projeto de “Sede do Clube de Golfe suspensa”, concebe um edifício que, segundo a sua descrição, tem uma “espacialidade que se dilata sobre o terreno”, formando um “caminho na paisagem”³³⁰.

São fragmentos de textos que trazem para o primeiro plano imagens do espaço concebido como *um espaço que estabelece uma relação mimética com o seu entorno*, respondendo às diretrizes do Concurso.

Não é, no entanto, essa a única imagem do espaço concebido que tem como referência a relação entre os edifícios projetados e o seu entorno. Nas pranchas analisadas, é possível observar que o interesse comum dos arquitetos em borrar os limites entre as áreas internas dos edifícios projetados e suas áreas externas se expressa na eliminação de barreira visuais. O que também parece responder às solicitações dos organizadores e promotores do Concurso, que, por meio do Termo de Referência, dizem esperar que as propostas possam oferecer uma “ambientação favorecida pelas possibilidades paisagísticas [...] na relação com jardins previstos no entorno imediato e locais de permanência de pessoas”³³¹.

³²⁷ Cf. Instituto dos Arquitetos do Brasil Departamento Rio de Janeiro, *op. cit.*, 2012b, pp. 12; 14.

³²⁸ Cf. Pedro Évora e Pedro Rivera, *op. cit.*, 2012, p. 1.

³²⁹ Cf. Caio Calafate et. al., *op. cit.*, 2012, p. 1.

³³⁰ Cf. Carla Juaçaba, *op. cit.*, 2012, p. 2.

³³¹ Cf. Instituto dos Arquitetos do Brasil Departamento Rio de Janeiro, *op. cit.*, 2012b, p. 6.

Com o intuito de facilitar o acesso visual dos frequentadores do edifício ao campo de golfe, todos os arquitetos optam pelo uso de elementos vazados e transparentes nos espaços em questão. Na prancha do projeto vencedor, por exemplo, seus autores e coautores descrevem a concepção de uma “cobertura suspensa e translúcida” e o emprego de “vidros”, “parasóis”, “brises” e “cobogós”³³². São soluções arquitetônicas semelhantes às descritas pelos arquitetos premiados com a primeira Menção Honrosa, que optam pelo uso de fachadas “avarandadas”, de “vidros fixo e basculantes”, de “estrutura de vergalhões com trepadeiras” e “vigas de maneiras”³³³. Por fim, o último projeto abusa do uso de “pórticos”, “muxarabis de madeira”, “janelas de vidros” e “laterais completamente abertas”³³⁴.

Se as descrições textuais dos projetos revelam o uso de elementos que visam favorecer o acesso visual das áreas internas dos edifícios às áreas externas - e vice-versa -, as representações visuais desses reforçam essa intenção. Ao menos é o que parece sugerir algumas das perspectivas dos edifícios, com as suas laterais e as suas coberturas totalmente abertas ou fechadas com elementos que não bloqueiam o acesso visual do interior do edifício para o seu interior e vice-versa. É o que sugere as imagens a seguir, em que o olhar do observador consegue atravessar todo o edifício até chegar ao lado oposto:

Figura 43: Perspectiva artística aérea frontal da Sede do Campo Olímpico de Golfe, concebida pela equipe premiada com a primeira colocação³³⁵

³³² Cf. Pedro Évora e Pedro Rivera, *op. cit.*, 2012, pp. 1, 2.

³³³ Cf. Caio Calafate et. al., *op. cit.*, 2012, p. 1.

³³⁴ Cf. Carla Juaçaba, *op. cit.*, 2012, p. 2.

³³⁵ Cf. Pedro Évora e Pedro Rivera, *op. cit.*, 2012, pp. 1.

Figura 44: Perspectiva artística da “área de convívio” com a sua “cobertura suspensa e translúcida”, concebida pela equipe premiada com a primeira colocação³³⁶

Figura 45: Perspectiva artística lateral da Sede do Campo Olímpico de Golfe com seus fechamentos laterais em “vidros fixo e basculantes”, concebida pela equipe premiada com a primeira Menção Honrosa³³⁷

Figura 46: Perspectiva artística lateral da Sede do Campo Olímpico de Golfe com seus fechamentos laterais em “vergalhões com trepadeiras” e sua cobertura em “vigas de maneiras”, concebida pela equipe premiada com a primeira Menção Honrosa³³⁸

³³⁶ Cf. Pedro Évora e Pedro Rivera, *op. cit.*, 2012, pp. 1.

³³⁷ Cf. Caio Calafate et. al., *op. cit.*, 2012, p. 1.

³³⁸ Cf. Caio Calafate et. al., *op. cit.*, 2012, p. 4.

Figura 47: Perspectiva artística do interior da Sede do Campo Olímpico de Golfe com seus “pórticos”, concebida pela equipe premiada com a segunda Menção Honrosa³³⁹

Figura 48: Perspectiva artística lateral da Sede do Campo Olímpico de Golfe sem seu “fechamento lateral”, concebida pela equipe premiada com a segunda Menção Honrosa³⁴⁰

São elas representações visuais dos projetos que, somadas as descrições textuais, contribuem para trazer para o primeiro plano a imagem do espaço concebido como *um espaço cujo interior se conecta visualmente com o seu exterior*, cuja recorrência pode ser interpretada como uma resposta às diretrizes do Concurso.

Há também nas três propostas analisadas uma clara intenção de explorar o potencial paisagístico do entorno mais distante, se aproximando também das solicitações dos organizadores e promotores do Concurso. Isso porque no Termo de Referência as futuras

³³⁹ Cf. Carla Juaçaba, *op. cit*, 2012, p. 1.

³⁴⁰ Cf. Carla Juaçaba, *op. cit*, 2012, p. 4.

edificações são descritas a partir das potencialidades “visuais sobre a paisagem do entorno”³⁴¹. Isso é perceptível quando se observa a opção dos autores e coautores dos projetos por soluções arquitetônicas que buscam produzir situações favoráveis à observação da paisagem distante, como a concepção de espaços acima do nível do chão. Com o intuito de projetar um “generoso caminho que se eleva e aponta ao campo de golfe, com vista privilegiada” os arquitetos vencedores do Concurso projetam edificações “elevadas em relação ao solo [...] formando um grande *deck*” e, também, um “terraço jardim”³⁴². Já a equipe premiada com a primeira colocação prefere não elevar o edifício em relação ao solo, mas combinar um “duplo alinhamento ritmado de colunas altas e esbeltas” e desviveis 1,50m acima e abaixo do nível da varanda”, produzindo uma certa verticalidade no interior do edifício que amplia o alcance visual dos seus frequentadores³⁴³. A arquiteta Carla Juaçaba, por sua vez, opta por uma “arquitetura suspensa”, projetando um edifício inteiramente apoiado nos pontos mais altos do terreno por meio de “vigas protendidas”. Seu objetivo, segundo a descrição textual do projeto, é criar um edifício que “quando não é mais arquitetura, é apenas um terraço mirante: caminho sobre a paisagem”³⁴⁴.

Essas soluções arquitetônicas são visualmente representadas nas pranchas dos mesmos projetos, reforçando a intenção de seus autores de conceber espaços favoráveis à observação da paisagem distante. Não é à toa que as imagens a seguir representam não apenas os edifícios projetados pelos autores, mas os futuros frequentadores observando essa mesma paisagem:

³⁴¹ Cf. Instituto dos Arquitetos do Brasil Departamento Rio de Janeiro, *op. cit.*, 2012b, p. 6.

³⁴² Cf. Pedro Évora e Pedro Rivera, *op. cit.*, 2012, pp. 1, 2.

³⁴³ Cf. Caio Calafate et. al., *op. cit.*, 2012, p. 1.

³⁴⁴ Cf. Carla Juaçaba, *op. cit.*, 2012, p. 2.

Figura 49: Perspectiva artística do interior da Sede do Campo Olímpico de Golfe com seu “deck”, concebida pela equipe premiada com a primeira colocação³⁴⁵

Figura 50: Perspectiva artística lateral da Sede do Campo Olímpico de Golfe com seu nível elevado no interior, concebida pela equipe premiada com a primeira Menção Honrosa³⁴⁶

Figura 51: Perspectiva artística lateral da Sede do Campo Olímpico de Golfe com suas “vigas protendidas”, concebida pela equipe premiada com a segunda Menção Honrosa³⁴⁷

Esses são detalhes dos projetos que contribuem para fazer do espaço concebido pelas três equipes *um espaço que favorece a observação do seu entorno mais distante*, tal como sugerido pelos organizadores e promotores do Concurso.

As pranchas dos projetos arquitetônicos carregam indícios bastante específicos das imagens que seus autores e coautores compartilham, mesmo sem saber sobre o espaço por eles concebidos. Diferentemente dos projetos do Porto Olímpico, elas pouco se relacionam com o entorno para além do lote em que foram projetados. Também aqui a recorrência das

³⁴⁵ Cf. Pedro Évora e Pedro Rivera, *op. cit.*, 2012, p. 2.

³⁴⁶ Cf. Caio Calafate et. al., *op. cit.*, 2012, p. 3.

³⁴⁷ Cf. Carla Juaçaba, *op. cit.*, 2012, p. 4.

imagens, como procuro evidenciar no quadro a seguir, está diretamente relacionada com algumas das diretrizes estabelecidas pelos organizadores e promotores do Concurso:

Quadro 6: Relação entre as diretrizes do Concurso “Sede do Campo Olímpico de Golfe”, as imagens dos espaços concebidos e os projetos em que tais imagens foram apreendidas

Diretrizes do Concurso apreendidas no seu Termo de Referência	Imagens do espaço concebido apreendidas nas pranchas dos projetos	Projetos em que as imagens foram apreendidas
O “uso de vegetação característica” e a concepção de edifícios “bem ambientado”	um espaço que estabelece uma relação mimética com o seu entorno	1º colocado e 1ª e 2ª Menção Honrosa (3/3)
A “ambientação favorecida pelas possibilidades paisagísticas [...] na relação com jardins previstos no entorno imediato e locais de permanência de pessoas”.	um espaço cujo interior se conecta visualmente com o seu exterior	1º colocado e 1ª e 2ª Menção Honrosa (3/3)
As potencialidades “visuais sobre a paisagem do entorno” dos edifícios	um espaço que favorece a observação do seu entorno mais distante	1º colocado e 1ª e 2ª Menção Honrosa (3/3)

3.2.2. Os projetos da Sede Olímpica de Golfe hoje, segundo os seus autores e/ou coautores

Com o intuito de apreender imagens dos espaços projetados que tivessem como referência os sítios, os bairros e a cidade eleitos como objeto de intervenção, analisarei a seguir alguns trechos das entrevistas realizadas com 4 autores ou coautores dos projetos premiados. Entre eles, apenas o projeto premiado com a primeira Menção Honrosa teve 2 profissionais da equipe entrevistados. Considerando que o Concurso restringiu a participação de arquitetos com menos de 15 anos de formados, era de se esperar que a faixa etária dos arquitetos premiados fosse menor que do grupo anteriormente analisado, dessa vez entre vinte e sete e quarenta anos. Com relação aos outros dados do perfil social desses, observo que apenas um deles não nasceu na cidade do Rio de Janeiro, que os bairros de moradia são variados e que não é possível falar em uma formação acadêmica comum em arquitetura. A seguir, vejamos esses dados detalhadamente, mais uma vez preservando os nomes dos entrevistados:

Quadro 7: Arquitetos do Concurso “Sede do Campo Olímpico de Golfe” entrevistados, com dados sobre a sua idade, a sua nacionalidade, a sua naturalidade, o seu bairro de moradia e a sua formação acadêmica

Arquiteto	Idade	Nacionalidade	Naturalidade	Bairro de moradia atual	Instituição de formação acadêmica em arquitetura: Graduação	Instituição de formação acadêmica em arquitetura: Pós-graduação
G	40 anos	Brasileira	Rio de Janeiro	Humaitá	Universidade Federal do Rio de Janeiro (1997)	Universidade Federal do Rio de Janeiro (2007)
H	27 anos	Brasileira	Rio de Janeiro	Cosme Velho	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2010)	Universidade Federal do Rio de Janeiro (cursando)
I	30 anos	Brasileira	Brasília	"zona sul" (bairro não mencionado)	Universidade Federal do Rio de Janeiro (2014)	Não
J	38 anos	Brasileira	Rio de Janeiro	Leblon	Universidade Santa Úrsula (2000)	Não

As entrevistas com os quatro arquitetos foram realizadas no mês de outubro e do ano de 2014, três delas nos escritórios de arquitetura em que os arquitetos atuam profissionalmente e uma delas em um restaurante sugerido pelo entrevistado, localizado no bairro de Laranjeiras. Como aponta o quadro a seguir:

Quadro 8: Arquitetos do Concurso “Sede do Campo Olímpico de Golfe”, com dados sobre a data, o local e a duração das entrevistas realizadas com cada um deles

Arquiteto	Data	Local	Duração
G	29.10.2014	Escritório do arquiteto no Humaitá	1h e 21 min.
H	12.11.2014	Escritório do arquiteto em Santa Teresa	1h e 40min.
I	4.11.2014	Restaurante em Laranjeiras	1h e 31 min
J	6.11.2014	Escritório do arquiteto em Copacabana	47 min

Ao contrário do projeto anterior, as notícias que se tinha sobre o projeto vencedor no momento em que as entrevistas foram realizadas era que ele estava sendo executado. O que,

no entanto, não pareceu ser visto com grande entusiasmo pelos arquitetos, inclusive por aquele cujo o projeto havia sido premiado com a primeira colocação. A razão disso, segundo os arquitetos entrevistados, é que o projeto vencedor, assim como os demais premiados, não contribuiria para uma transformação efetiva do seu entorno e da cidade como um todo.

Essa expectativa dos arquitetos em relação à materialização do projeto se revela fundamentalmente quando os arquitetos são questionados sobre o significado que teria os espaços por eles projetados para cidade, caso fossem executados. Diante dessa pergunta, todos eles apontaram a desvinculação dos respectivos projetos em relação à cidade. Ao menos é o que eu interpreto das falas dos arquitetos G e H, em que o primeiro afirmou que não ver como o seu projeto daria “alguma contribuição para a cidade” e o segundo argumentou que seria uma “certa ingenuidade acreditar que o edifício [por ele projetado] contribuiria para a cidade”. Já o arquiteto I, manifestou que a possibilidade de gerar alguma transformação na cidade não fez parte das suas preocupações ao se juntar a uma das equipes premiadas, como o trecho a seguir sugere:

A gente tinha uma disponibilidade de tempo e nos mobilizamos para isso. Mas nós nunca acreditamos, pelo menos eu, que aquele edifício fosse transformar a realidade da cidade. Era um edifício que nos interessava pensar como ele seria e eventualmente construí-lo, mas nunca imaginei que aquilo contribuiria para a cidade³⁴⁸.

O que parece corroborar com a percepção do arquiteto J, que afirmou que o seu projeto era “completamente desvinculado com a realidade da cidade”, uma vez que ele estaria “completamente isolado, em todos os sentidos”.

O suposto isolamento do espaço por eles projetado em relação à cidade, atribuído pelos arquitetos, parece assumir sentidos mais precisos em outros trechos das entrevistas. É o caso dos três entrevistados que atribuem um isolamento entre o seu projeto e a vida social da cidade. Essa relação parece estar implícita na fala do arquiteto H, que argumentou que “população do Rio de Janeiro” não estaria “envolvida no projeto”. Ou do arquiteto I, que descreveu o seu projeto como “distante da vida social da cidade, de certo modo elitista”. O que o arquiteto J pareceu corroborar ao opinar que o “programa meio inglês e um pouco aristocrático” do projeto encomendado não teria qualquer relação com a “população da cidade”.

³⁴⁸ Entrevista com o arquiteto I, morador da zona sul e graduado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, realizada em um restaurante no bairro de Laranjeiras no dia 4.11.2014.

Há também nas entrevistas trechos que atribuem ao projeto um isolamento de outro tipo, relacionado à sua distância espacial da malha propriamente urbana da cidade. Como sugere a fala do arquiteto G, que relacionou o pequeno “impacto dele para a vida na cidade” com o fato do campo de golfe não ser “uma coisa na malha urbana, que participa ativamente na vida da cidade”. A mesma relação lógica pode ser observada na observação do arquiteto H, que argumentou que o “projeto não dá qualquer contribuição para a cidade, a começar pelo fato dele não ser propriamente na cidade, pois ele está isolado espacialmente dela”. É o que o arquiteto J também pareceu sugerir quando descreveu o espaço por ele projetado como “uma casa no campo”, que não teria qualquer “relação com a cidade, com a urbanidade”.

Nesse contexto, os trechos das entrevistas com os quatro arquitetos entrevistados contribuiriam para a imagem do espaço por eles projetado em resposta às diretrizes do Concurso como *um espaço isolado do restante da cidade*.

Dando continuidade ao tom crítico das falas dos arquitetos em relação aos projetos por eles concebidos, observo que os arquitetos associam os espaços por eles projetados a uma tendência de construção e ocupação em áreas menos centrais da cidade, particularmente na zona oeste da cidade. Nesse sentido, o arquiteto G argumentou que o seu projeto, seria “um estímulo para construir em um lugar que não deveria ser construído”, visto que “depois não vai ter como resolver isso, não vai ter como segurar essa expansão da cidade”. Com uma opinião semelhante, o arquiteto H questionou os rumos que a cidade vem tomando ao supostamente concentrar os investimentos dos Jogos Olímpicos de 2016 no bairro da Barra da Tijuca, como o trecho a seguir revela:

Eu vejo um futuro pouco promissor para a cidade. É claro que vão ficar algumas infraestruturas importantes para a cidade, como os corredores BRT, mas poucas contestam os erros da cidade já existente. Pelo contrário. Uma prova disso é a concentração de equipamentos olímpicos, como o campo de golfe, na Barra da Tijuca. Isso só reforça a cidade que deveria ser superada, entende? Afinal, a quem que interessa essa concentração de investimento na Barra? A cidade só perde³⁴⁹.

Com um mesmo tom crítico à suposta concentração de investimentos na zona oeste da cidade, o arquiteto I afirmou que o “campo de golfe está inserido em um projeto de cidade fadado ao fracasso, que é o espraiamento sem controle da cidade”. O que, ele completou, interditaria a possibilidade de transformação da cidade, tal como ele deseja:

³⁴⁹ Entrevista com o arquiteto H, morador do bairro Cosme Velho e graduado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, realizada no seu escritório no bairro de Santa Teresa no dia 12.11.2014.

O campo de golfe inserido em uma área de proteção ambiental na Barra da Tijuca é apenas um dos erros do planejamento da cidade que comprometem o seu futuro. O que se vê é a insistência por um projeto de cidade já desgastado, que insiste na expansão da cidade, ao invés de fortalecer as suas áreas centrais e já consolidadas³⁵⁰.

Essas três evocações, selecionadas das entrevistas com os arquitetos G, H e I, parecem traduzir a imagem dos espaços por eles projetados, entendido como parte de uma lógica de planejamento urbano mais amplo da cidade, como *um espaço que favoreceria a ocupação de áreas menos centrais da cidade*.

Outra perspectiva que eu identifiquei na fala dos arquitetos entrevistados é que os espaços por eles projetados representariam, por sua localização, o fortalecimento dos padrões de circulação e de interação social associados por eles ao bairro da Barra da Tijuca. Ao menos é o que parece sugerir o arquiteto G, que definiu esse bairro como a “síntese da cidade que hoje os urbanistas de todo o mundo buscam superar”, que seria para eles “a cidade do carro, dos condomínios e dos shoppings centers”. O que, o arquiteto H, pareceu concordar quando lançou a seguinte questão: “o que esperar de pessoas que moram em um lugar em que, salvo a praia, as áreas de convívio são todas elas privadas e a circulação se dá prioritariamente dentro de seus carros particulares?”. Com esse mesmo tom crítico, o arquiteto I argumentou que o Rio de Janeiro convive com dois tipos de ocupação, mas que, para o seu desalento, o representado pela Barra da Tijuca vem ganhando espaço, como:

O que se viu foi um duplo movimento. De intensificação do espraiamento da cidade para a Barra, com o campo de golfe e outros equipamentos olímpicos, que representa a cidade rodoviária, fechada em grandes condomínios e pobre em espaços públicos. E outro de retorno ao centro da cidade, que valoriza a cidade densa, diversa, rica em espaços públicos e de infraestrutura consolidada. O problema é que o primeiro projeto foi intensificado em detrimento do segundo, reservando ao futuro do Rio um projeto de cidade da década de 1970, hoje falido em todo o mundo³⁵¹.

Tais alusões ao bairro da Barra da Tijuca nas entrevistas com os arquitetos G, H e I, parecem ser expressões da imagem do espaço por eles projetados para o Concurso como *um espaço que favoreceria a circulação via transportes individuais motorizados no bairro da Barra da Tijuca* e *um espaço que favoreceria as áreas comuns privadas no bairro da Barra da Tijuca*.

³⁵⁰ Entrevista com o arquiteto I, morador da zona sul e graduado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, realizada em um restaurante no bairro de Laranjeiras no dia 4.11.2014.

³⁵¹ Entrevista com o arquiteto I, morador da zona sul e graduado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, realizada em um restaurante no bairro de Laranjeiras no dia 4.11.2014.

As falas impregnadas de críticas às transformações na cidade no momento da entrevista, sendo os seus projetos da Sede do Campo Olímpico de Golfe apenas uma das suas expressões, parecem revelar o desapontamento dos arquitetos diante da impossibilidade do projeto por eles concebidos transformar a cidade com vista a um futuro por eles desejado. Sob esse novo ângulo, me deparo com imagens do espaço projetado que, por referência a espaços outros da cidade, se contrapõe às imagens apreendidas nas entrevistas realizadas com os arquitetos premiados no Concurso “Porto Olímpico”.

3.3. Buscando proximidades nas diferenças

Localizar o Concurso “Porto Olímpico” e o Concurso “Sede do Campo Olímpico de Golfe” nas transformações arquitetônicas e urbanísticas recentes pelas quais tem passado a cidade no contexto dos preparativos dos Jogos Olímpicos de 2016, permite reconhecer que estamos diante de projetos com características muito distintas, tanto no que diz respeito às atividades que cada um deles se destina, quanto em relação à localização dos terrenos escolhidos como objeto das futuras intervenções. Há diferenças também em relação ao processo de materialização dos projetos vencedores, visto que no momento em que as entrevistas foram realizadas os projetos se encontravam em fase distintas de desenvolvimento. Enquanto os anúncios oficiais dos organizadores e promotores do evento esportivo sugerem uma incerteza em relação à materialização do projeto escolhido pelo primeiro concurso, as notícias referentes ao premiado pelo segundo concurso confirmam a sua paulatina construção.

É claro que essas diferenças se traduzem nos espaços projetados pelos arquitetos, visto que, em primeira instância, esses deveriam responder às diretrizes dos respectivos concursos. Nesse sentido, não surpreende o fato de as imagens dos espaços concebidos, apreensíveis a partir das pranchas das propostas premiadas de um mesmo concurso, nutrirem proximidades. O que nada revela, a princípio, sobre as potenciais proximidades que o grupo mais amplo de arquitetos investigados estabelecem entre si, pois, para isso, as imagens dos espaços por eles concebidos deveriam também ser pensados em relação aos sítios, aos bairros e à cidade em que esses potencialmente se materializariam.

Com esse fim, analisei o conteúdo das entrevistas com alguns dos autores e coautores dos projetos anteriormente analisados, mais precisamente aquelas falas em que eles descreveram o significado que os seus projetos, que respondiam às diretrizes projetuais dos

respectivos Concursos, teriam para a cidade, caso tivessem sido construídos. Em resposta à minha provocação, os arquitetos premiados pelo Concurso “Porto Olímpico” trouxeram para o primeiro plano imagens dos espaços por eles concebidos forjadas por referência à região portuária e à região central da cidade, enquanto os segundos tomaram o bairro da Barra da Tijuca como referência espacial. Nada mais evidente, visto que as regiões e o bairro referidos são justamente aqueles que as respectivas intervenções se dariam, caso os projetos fossem construídos.

Revelador, nesse caso, é o fato de as imagens dos espaços projetados pelo primeiro grupo de arquitetos terem sido forjadas em vista de um futuro valorativamente esperado para aquelas regiões citadas, enquanto as do segundo foram forjadas por referência a uma Barra da Tijuca valorativamente indesejada por seus autores e coautores. O que, aos meus olhos, permite uma aproximação entre algumas imagens que, à primeira vista, estão impregnadas de sentidos opostos. Esse parece ser o caso das que busco contrapor a seguir:

. O espaço concebido pelos arquitetos A, B, C, D e F como *um espaço que favoreceria a ocupação das áreas mais centrais da cidade* e o espaço concebido pelos arquitetos G, H e I como *um espaço que favoreceria a ocupação de áreas menos centrais da cidade*.

. O espaço concebido pelos arquitetos B, C, D e E como *um espaço que favoreceria a circulação via meios de transporte coletivos nas áreas mais centrais da cidade* e o espaço concebido pelos arquitetos G, H e I como *um espaço que favoreceria a circulação via transportes individuais motorizados no bairro da Barra da Tijuca*

. O espaço concebido pelos arquitetos B, D, E e F como *um espaço que favoreceria as áreas comuns públicas na região portuária* e o espaço concebido pelos arquitetos G, H e I como *no bairro da Barra da Tijuca e um espaço que favoreceria as áreas comuns privadas no bairro da Barra da Tijuca*.

Quando relacionadas, as imagens revelam que os arquitetos investigados compartilham entre si expectativas comuns sobre os padrões de ocupação, de circulação e de interação social, que se expressam a partir das suas percepções sobre duas regiões da cidade.

Enquanto a atual região portuária representa uma extensão do núcleo histórico da cidade do Rio de Janeiro, cuja vocação portuária teve início após o século XVIII³⁵², o bairro da Barra da Tijuca é a expressão da expansão da cidade para a sua zona oeste, que teve início na década de 1970 após a elaboração do seu plano urbanístico por Lúcio Costa e a da intensa exploração imobiliária. Como desdobramento do modelo urbano de base moderna, a região de ocupação mais recente se diferencia da primeira pela separação de funções em seu território, pelo privilégio da circulação via automóveis, pela multiplicação de espaços de convivência privados, representando, aos olhos dos arquitetos investigados, outro tipo de urbanidade³⁵³.

³⁵² Cf. Augusto Ivan de F. Pinheiro e Nina Maria de C. E. Rabha, *Porto do Rio de Janeiro. Construindo a modernidade*. 2004, pp. 15-22.

³⁵³ Em seu livro sobre os dois modelos urbanos presentes na cidade do Rio de Janeiro, a “tabula rasa” e a “preservação”, Clarissa Moreira também elege as duas regiões como representantes de modos de urbanidades opostos. Segundo a pesquisadora, o primeiro representaria o modo de vida baseado no “encontro, na vida pública e na ‘espontaneidade’”, enquanto o segundo dá lugar ao “controle” à “separação” e à “homogeneidade”. Cf. Clarissa da Costa Moreira, op. cit., 2004, p. 89.

CAPÍTULO 4

Os Rios de Janeiro dos arquitetos

No capítulo anterior, vimos que o projeto arquitetônico e urbanístico pode ser mais do que uma proposta que visa intervir na materialidade física do espaço em que ele será materializado, uma vez que por meio deles os arquitetos também projetam imagens sobre o seu entorno mais imediato e sobre o bairro ou a região em que ele se situa, muitas vezes pensadas por referência a uma ordem alternativa. Isso não significa, no entanto, que os arquitetos tenham plena autonomia para expressar por meio dos seus projetos todas as suas intenções, uma vez que eles devem responder às expectativas dos seus clientes, que não necessariamente são análogas às suas³⁵⁴. São provas dessa tensa relação as expectativas diametralmente opostas que os arquitetos investigados disseram ter depositado nas propostas elaboradas no âmbito do primeiro e do segundo concurso.

Levando em conta os constrangimentos inerentes à relação arquiteto-cliente na produção de um projeto arquitetônico e urbanístico³⁵⁵, analisarei a seguir os trechos das entrevistas em que os arquitetos expressam suas impressões sobre a cidade do Rio de Janeiro como um todo, não tendo mais o projeto por eles elaborados como referência explícita. Com perguntas sobre o passado, o presente e o futuro da cidade, foi possível apreender imagens com temporalidades diversas. São imagens que se relacionam entre si, visto que é por referência às impressões sobre o passado dessa cidade e o seu presente que um futuro é imaginativamente construído e que, por isso, ajudam a situar temporalmente as visões que os arquitetos têm sobre ela. Sendo os preparativos da cidade para os Jogos Olímpicos de 2016 o marco temporal desta investigação, as impressões sobre uma cidade de outrora têm como referência o momento anterior ao anúncio da cidade como sede deste evento esportivo, ou seja, o ano de 2009. O presente, por sua vez, é aqui entendido como o momento em que as entrevistas foram realizadas. Já a cidade do futuro é conceituada como o Rio de Janeiro valorativamente esperado por eles em um tempo que ainda está por vir. Para chegar a tais

³⁵⁴ Segundo Christian de Montlibert, a relação entre o cliente e o arquiteto é apenas a manifestação mais evidente da “impossível autonomia do arquiteto”, visto que esses fazem parte de conjunto mais amplo de “agentes da produção do espaço” que interferem na mesma. Cf. Christian de Montlibert, *L'impossible autonomie de l'architecte*, 1995, pp. 41-43.

³⁵⁵ Howard Becker define os “mundos da arte” como uma “rede estabelecida de cadeias cooperativas que ligam os participantes entre si” e, por conseguinte, toda obra de arte constitui a “produção comum de todas as pessoas que cooperam [...] tendo em vista a criação de obras dessa natureza”. Nesses termos, os artefatos arquitetônicos também não poderiam ser analisados sem se levar em conta que esses são produto de uma rede mais ampla de pessoas que cooperam entre si. Cf. Howard Becker, *Mundos da arte*, [1982]2008, p. 54.

imagens da cidade, mais uma vez adotei como critério para se chegar aos sentidos comuns o fato das imagens serem compartilhadas por no mínimo cinco dos dez arquitetos entrevistados.

4.1. Do Rio de Janeiro *em que quase nada acontece* ao Rio de Janeiro *em transformação*

“Como era para vocês a cidade do Rio de Janeiro antes de ela ser escolhida sede dos Jogos Olímpicos de 2016?” Foi a partir dessa pergunta que provoqueei os dez arquitetos entrevistados a resgatarem de sua memória as lembranças de um Rio de Janeiro do passado. Para isso, foi mobilizada uma plêiade de imagens, sobre as quais destaco a convergência de sentidos que elas parecem estabelecer entre si. É de uma cidade “estagnada”, “morta”, “problemática”, “desanimada”, “paralisada” e “tomada por um grande marasmo” que os arquitetos falam ao descreverem o Rio de Janeiro antes do ano de 2009, não necessariamente assumindo essa data como marcador temporal em suas falas. Vejamos, a seguir, alguns trechos das entrevistas que nos remetem às impressões dos arquitetos sobre o passado dessa cidade, sem esquecer que todas essas imagens foram forjadas no momento em que as entrevistas foram realizadas.

Elegendo marcadores temporais diversos como ponto de partida de suas respostas, os arquitetos descreveram com desânimo o passado da cidade. O arquiteto A e D qualificaram a cidade de outrora como “morta”, o primeiro tendo como referência temporal a “as décadas de 1990 e 1980” e o segundo “o final do século XX”. Já o arquiteto G preferiu recordar o ano em que ele se formou, 1997, quando, segundo ele, a cidade já tinha passado por “quase 30 anos de estagnação, em que absolutamente nada acontecia por aqui”.

Há também entrevistados que preferiram não eleger uma data específica ao descrever o Rio de Janeiro do passado, mas sim o marcador temporal da própria pergunta, o que não impediu que mobilizassem imagens que se aproximam das anteriormente destacadas. É o caso do arquiteto B, que reconheceu que o Rio de Janeiro “era uma cidade bastante problemática”, o que, segundo ele, “não quer dizer que ela tenha resolvido todos os seus problemas, mas que ao menos algo vem sendo feito nesse sentido”. Impressão semelhante ao do arquiteto C, que definiu o passado da cidade como “inferno astral”, uma vez que “tudo que se tentou fazer nela não deu certo”. Ou o arquiteto F, que, em uma passagem metafórica, definiu a cidade como “grande museu em processo de decadência”, como podemos ver no trecho da entrevista reproduzido a seguir:

A cidade parecia viver de um passado glorioso, que o tempo já havia levado. Era como um grande museu em processo de decadência, que tentava manter a sua dignidade por meio da memória de um dia ter sido a capital política, econômica e cultural do país. Era uma cidade que vivia desse passado, sem nenhuma perspectiva sobre o seu futuro. Era uma cidade paralisada, entende³⁵⁶?

Seu relato não está muito distante da definição dos arquitetos E, H, I e J, que descreveram o Rio de Janeiro de outrora como uma cidade “muito desanimada”, “parada”, “tomada por um grande marasmo” e “sem nada para fazer”, respectivamente.

Se o conjunto de imagens apreendidas nas dez entrevistas realizadas contribuem para fazer do Rio de Janeiro de outrora, imaginado pelos arquitetos, uma *cidade em que quase nada acontece*, outros trechos das entrevistas ajudam a forjar imagens que se reportam a essa primeira. Isso aconteceu quando alguns arquitetos descreveram duas dimensões da vida na cidade no contexto referido: a sua economia e a sua produção arquitetônica e urbanística. São enfoques que merecem a nossa atenção, pois ampliam os sentidos atribuídos, em um primeiro momento, à essa cidade no período ora investigado.

A preocupação com a situação econômica adversa da cidade está presente na fala de sete dos dez arquitetos entrevistados, que elegeram as décadas de 1980 e 1990 como referências temporais, justamente quando foi registrado no Estado do Rio de Janeiro uma variação do Produto Interno Bruto menor que em todas as outras unidades federativas³⁵⁷. O arquiteto B, por exemplo, argumentou que ao “perder quase todas as indústrias” no período, a cidade “não tinha dinheiro para nada”. O arquiteto H, por sua vez, disse ter “sentido na pele” o “complicado momento que a cidade passou” em função da “perda de seu poder econômico”. São impressões que reaparecem no relato do arquiteto E, como podemos observar no trecho a seguir:

A verdade é que quando não se tem dinheiro, nada acontece. Por isso que o Rio de Janeiro da década de 1980 e 1990 deve ser esquecido. Era uma recessão danada em quase todo o país, mas que aqui apareceu com ainda mais intensidade, pois o capital já tinha fugido para outros estados nas décadas anteriores. Pode ver, São Paulo sofreu bem menos que o Rio nesse período³⁵⁸.

³⁵⁶ Entrevista com o arquiteto F, morador do bairro do Jardim Botânico e graduado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, realizada no seu escritório no bairro do Centro no dia 9.12.2014.

³⁵⁷ Cf. Mauro Osorio Silva, *Rio nacional, Rio local. Mitos e visões sobre a crise carioca e fluminense*, 2005, p. 53.

³⁵⁸ Entrevista com o arquiteto E, morador do bairro do Flamengo e graduado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, realizada no seu escritório no bairro do Flamengo no dia 12.11.2014.

Como consequência desse momento econômico descrito como adverso, alguns arquitetos relatam a falta de investimentos na cidade e a situação pouco favorável do seu mercado de trabalho. É o que lembrou o arquiteto C ao narrar o resultado da “descrença generalizada na cidade”, que se manifestou na falta de “investimentos públicos e privados em tudo que é lugar”, deixando a cidade “completamente abandonada”. Ou os arquitetos F e A, que relatam a sensação de “desemprego generalizado” e o “desinteresse de investir na cidade”. Por fim, o arquiteto J descreveu a dramática situação dos profissionais que atuavam na construção civil da cidade no período, como os arquitetos:

Quase não se tinha trabalho. Quando eu falo do arquiteto, não é só isso. Quando a economia não tá emperrada, a construção civil volta a funcionar. Quando eu falo que o arquiteto não tinha trabalho, significa eu todo um entorno desempregado. Com isso, toda uma geração ficou sem ter o que fazer. Foram quase 20 anos sem trabalho, sem nada³⁵⁹.

Se a economia carioca nas décadas de 1980 e 1990 foi descrita como recessiva pelos arquitetos A, B, C, E, F, H e J, alguns entrevistados também destacaram os limites encontrados pela produção arquitetônica e urbanística na cidade nesse mesmo período, quando ocorreu uma queda do emprego com carteira assinada na indústria e na construção civil na Região Metropolitana do Rio de Janeiro³⁶⁰.

Após definir os programas de urbanização municipal Favela Bairro e Rio Cidade³⁶¹ como “episódios dentro de um marasmo” na década de 1990, o arquiteto G foi radical na sua avaliação sobre as duas últimas décadas do século XX: “a gente não produziu arquitetura, não dá nem para pensar nisso”. Sensação que também está presente na fala dos arquitetos A e J, que descreveram a cidade do período como “carente de projetos, de melhorias para a cidade” e “pouco significativo em termos de arquitetura”, respectivamente. O arquiteto E, por sua vez, argumentou que foi esse contexto pouco favorável que motivou a sua saída do país, como o trecho a seguir sugere:

O nosso início da democracia, na década de 1980 e 1990, foi um desastre em termos de profissão. A maioria dos meus amigos que ficaram aqui desistiram da arquitetura ou ficaram

³⁵⁹ Entrevista com o arquiteto J, morador do bairro do Leblon e graduado na Universidade Santa Úrsula, no seu escritório no bairro de Copacabana no dia 6.11.2014.

³⁶⁰ Cf. André Urani *et. al.*, “Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro”, *Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade*, 2006, p. 44.

³⁶¹ Os programas Favela Bairro e Rio Cidade tiveram início na primeira gestão do prefeito César Maia (1993-1997), o primeiro deles com o objetivo de implementar infraestrutura em regiões classificadas pelo poder público como “favela” e o segundo realizando obras de infraestrutura em alguns bairros da cidade. Cf. Carlos Fernando de S. L. Andrade, *op. cit.*, 2009, pp. 179-185.

fazendo banheiro para dondoca. Eram coisas que não empolgavam. Como pintou uma oportunidade, eu fui e não me arrependo³⁶².

Para os que ficaram na cidade, as comparações entre esse momento anterior e as transformações arquitetônicas e urbanísticas mais recentes na cidade foram inevitáveis. É o que sugere o relato do arquiteto I, que disse ser “impensável imaginar todas essas intervenções urbanísticas antes disso”, uma vez que “há muito tempo que não se fazia nada nesse porte”. Impressão semelhante ao do entrevistado B, que se queixou da “ausência de uma perspectiva estratégica de intervenções, como se vê hoje”, uma vez que faltavam “projetos que operassem de fato na cidade de modo mais amplo e eficiente”. Também em um tom elogioso às intervenções recentes, o arquiteto F argumentou que a última vez que a cidade viu transformações nesse porte foi no longínquo ano de 1965:

São muitos aspectos a serem considerados, mas pode-se notar que nada significativo foi pensado em infraestrutura urbana nessa cidade desde 1965, ou seja, desde Carlos Lacerda. O Aterro é dessa época, o Plano Doxiadis, a estação do Rio Guandu, o Túnel Rebouças. Ou seja, as grandes obras de infraestrutura, de apoio e de organização do crescimento urbano foram feitas nesse governo polêmico, mas muito eficiente³⁶³.

Essas evocações contribuem para fazer do Rio de Janeiro do passado *uma cidade onde os investimentos públicos e privados eram escassos*, segundo os arquitetos A, B, C, E, F, H e J, e *uma cidade com uma produção arquitetônica e urbanística diminuta*, segundo os arquitetos A, B, E, F, G, I e J. Imbuídas de valorações negativas, essas imagens encontram como contraponto as impressões que alguns entrevistados têm sobre o tempo presente. É que, marcadas por uma relação de dependência com um passado desolador, as imagens do Rio de Janeiro hoje estão impregnadas pela expectativa de sua transformação. Se isso já estava presente em algumas das falas anteriores, vejamos como os arquitetos descreveram a cidade hoje, quando interpelados durante as entrevistas.

Se as falas sobre o passado da cidade remetem à sensação de inércia e de paralisação, são os sentimentos de mudança e de transformação que dão o tom aos relatos a seguir, onde os arquitetos descrevem o Rio de Janeiro após a escolha como sede dos Jogos Olímpicos de

³⁶² Entrevista com o arquiteto E, morador do bairro do Flamengo e graduado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, realizada no seu escritório no bairro do Flamengo no dia 12.11.2014.

³⁶³ Entrevista com o arquiteto F, morador do bairro do Jardim Botânico e graduado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, realizada no seu escritório no bairro do Centro no dia 9.12.2014.

2016³⁶⁴. É o que transmite a fala do entrevistado A, que afirmou acreditar que os Jogos Olímpicos contribuíram para “essa coisa do vamos mudar o Rio”, que deu uma “injeção de ânimo na cidade”. Ou o arquiteto E, que comemorou o fato da cidade “estar com o queijo e a faca na mão”, sendo fundamental “aproveitar esse momento sem precedente na história recente da cidade”. Nesse mesmo sentido, os arquitetos G e J descreveram o a cidade como “no meio da furação” e o momento como “renascimento da cidade”, respectivamente.

Entre os entrevistados, há também quem tenha demonstrado certa apreensão e dúvida em relação às consequências das intervenções realizadas no âmbito dos preparativos dos Jogos Olímpicos de 2016, mas sem deixar de exaltar a suposta importância das transformações em andamento na cidade. É o caso do arquiteto C, que se disse incapaz de avaliar as transformações hoje na cidade, uma vez que não consegue “acompanhar tudo o que está acontecendo, já que há obras em todos os cantos”. Ou o arquiteto F, que afirmou que a cidade “está no centro do mundo”, sendo grande a “responsabilidade” dos protagonistas das intervenções. Isso porque, segundo o entrevistado, uma eventual falha “não seria uma vergonha local, mas um vexame global”. Também impressionados com a quantidade de intervenções realizadas na cidade, os arquitetos B, H e I afirmaram que a cidade “ está bombando”, está no “epicentro das mudanças” e virou “grande canteiro de obras”, respectivamente.

Os nove relatos nos permitem contemplar uma mudança significativa no conteúdo dos sentidos atribuído ao Rio de Janeiro de outrora para o Rio de Janeiro do momento da entrevista. É o que evidenciam alguns dos adjetivos e expressões que ajudam a construir uma imagem mais ampla sobre o Rio de Janeiro em tempos mais recentes: seu “renascimento”, se “movimentando como nunca”, uma “injeção de ânimo”, “com o queijo e a faca na mão”, “no meio do furacão”, no “centro do mundo”, com “algo acontecendo em todos os cantos”, como um “grande canteiro de obras”, “está bombando” e no “epicentro das mudanças”. Estamos, portanto, diante da imagem do Rio de Janeiro de hoje como *uma cidade em transformação*, segundo os arquitetos A, B, D, E, F, G, H, I e J, totalizando 9.

Mas a que tipo de transformação esses arquitetos fazem referência nas entrevistas? Em meio às falas, observei que muitos deles destacaram, em maior ou menor medida, as transformações acarretadas pelas intervenções arquitetônica e urbanística em execução na

³⁶⁴ Para ser mais exato, a pergunta formulada para os arquitetos nas entrevistas, cujas respostas serão analisadas a seguir, foi: “Como é para você cidade o Rio de Janeiro após ter sido escolhida sede dos Jogos Olímpicos de 2016?”.

cidade. Dentre eles, estão os relatos que enfatizam a importância dos investimentos em infraestrutura, sobretudo no transporte coletivo, e a atividade intensa nos canteiros de obra da cidade. O que aparece com clareza no seguinte trecho da entrevista com o arquiteto H:

A cidade está sendo reconstruída. Tem diversas linha de BRT [*Bus Rapid Transit*], com milhões de estações de ônibus. Tem também a extensão da linha amarela do metrô, que agora chega na Barra. São bons projetos, isso não tem como negar. O Parque de Madureira é um deles, que é para mim uma grande realização urbana, independente das características arquitetônicas e urbanísticas. São projetos que tem o seu mérito, sabe? Além disso, tem uma série de torres surgindo aqui e acolá. Tem muita coisa sendo construída³⁶⁵.

São impressões que aparecem em passagens dispersas das entrevistas realizadas com outros arquitetos. Como sugerem as falas dos arquitetos A, D, E e F, que afirmaram, respectivamente, que: os “meios de transportes estão passando por uma revolução”, a “arrumação no sistema de transporte [...] é o maior legado”, há “um processo de intensa modernização, com nova estrutura, novos prédios” e “houve uma série de ganhos que vão ser acrescentados para a cidade, como infraestrutura e transporte”.

Em meio a essa diversidade de depoimentos, não deixaram de existir críticas aos projetos arquitetônicos e urbanísticos em questão, ainda que, em maior ou em menor medida, todos eles tenham reconhecido o seu valor. É o caso dos arquitetos C e G que criticam o investimento nos corredores exclusivos de ônibus, o primeiro por achar que mais importante seria o “investimento nas linhas e estações de trem” e o segundo por acreditar que eles poderiam “incentivar a ocupação de áreas sem qualquer controle”. Ou ainda os que disseram acreditar que o “momento está sendo mal aproveitado” ou o que se diz “cético em relação às respostas encontradas” pelos projetos, afirmações selecionadas das entrevistas com os arquitetos H e I. Em comum, todos os trechos reforçam ideia de que as transformações na cidade hoje estão diretamente relacionadas com os projetos arquitetônicos e urbanísticos em execução.

Por fim, há ainda alguns depoimentos que associam os acontecimentos mais recentes na cidade a um momento favorável à atuação do arquiteto como profissional, como sugerem trechos apreendidos em seis entrevistas. Penso, por exemplo, em breves passagens sobre a questão em cinco entrevistas, respectivamente selecionadas das entrevistas com os arquitetos A, B, E, H e I e reproduzidas a seguir: “um momento muito especial para os arquitetos na cidade”, “hoje o curso de arquitetura é um dos mais procurados na PUC-Rio [Pontifícia

³⁶⁵ Entrevista com o arquiteto H, morador do bairro Cosme Velho e graduado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, realizada no seu escritório no bairro de Santa Teresa no dia 12.11.2014.

Universidade Católica do Rio de Janeiro]”, “tá todo mundo vindo trabalhar aqui, veio o [Cristian de] Portzamparc [autor do projeto da Cidade da Música, no bairro da Barra da Tijuca], o [Santiago] Calatrava [autor do projeto do Museu do Amanhã, na região portuária] e o escritório Diller Scofidio” [autor do projeto do Museu da Imagem e do Som, no bairro de Copacabana], “não tem mais aquele desespero em busca de projetos como antes” e “nós temos oportunidades como nunca aqui”,. O que é reforçado em um trecho mais detalhado selecionado da entrevista realizada com o arquiteto F, que reproduzo a seguir:

Essa geração de hoje não tem ideia de como o mercado de trabalho está bom na cidade hoje, tá todo mundo querendo fazer obra. Desde a dondoca que quer reformar o apartamento para alugar até o poder público, com as grandes obras de infraestrutura. Outra coisa interessante é a quantidade de concursos de arquitetura na cidade, eu não lembro de ter visto tantos sendo realizados em um espaço de tempo tão curto. Resta saber o que nós [arquitetos] vamos deixar para a cidade. Espero que possamos nos orgulhar no futuro do que está sendo projetado por nós na cidade hoje³⁶⁶.

Associadas à imagem do Rio de Janeiro como uma cidade em transformação, as novas falas apresentadas abrem espaços para imagens outras. Estou falando das imagens do Rio de Janeiro como *uma cidade que se transforma por meio intervenções arquitetônica e urbanística diversas*, segundo os arquitetos A, C, D, E, F, G, H e I, e *uma cidade abundante de oportunidades para a atuação profissional do arquiteto*, segundo os arquitetos A, B, E, F, H e I.

Em maior ou em menor medida, as falas de todos os entrevistados trouxeram para primeiro plano imagens pouco animadoras sobre o passado da cidade, que encontram como contraponto uma plêiade de imagens acerca do seu presente, todas elas imbuídas de expectativa positivas diante das suas possíveis transformação. É uma relação de interdependência entre o passado e o presente que alude valorativamente a outro tempo histórico: o futuro. Vejamos, a seguir, como esses anseios aparecem nas falas dos mesmos arquitetos quando o que está em questão é o Rio de Janeiro vindouro, aqui referido como os outros Rios de Janeiro.

4.2. Os outros Rios de Janeiro dos arquitetos

³⁶⁶ Entrevista com o arquiteto F, morador do bairro do Jardim Botânico e graduado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, realizada no seu escritório no bairro do Centro no dia 9.12.2014.

Se as falas anteriormente apresentadas evidenciaram que as imagens sobre o Rio de Janeiro de ontem e de hoje não podem ser desvencilhadas das expectativas sobre o seu futuro, resta saber que imagens esses arquitetos mobilizam para descrever a cidade que potencialmente estaria por vir. Para isso, todos os entrevistados foram interpelados com a mesma questão: como seria o Rio de Janeiro dos seus sonhos? Com essa pergunta, entramos no plano do “possível”, do “virtual” e do “futuro”, que, segundo Lefebvre, integra e constitui o que ele conceitua como “imaginário”³⁶⁷. É o que eu chamarei, a seguir, de outros Rios de Janeiro.

Ainda que a questão formulada tenha como referência espacial a cidade do Rio de Janeiro como um todo, chamou a minha atenção o fato de todas as respostas terem destacado uma região específica da cidade: as suas áreas mais centrais. Com referências ao seu centro histórico, à sua região portuária e, até mesmo, à sua zona norte, os arquitetos parecem descrever o Rio de Janeiro dos seus sonhos como aquela cidade que ocupa as suas áreas mais centrais, em detrimento das áreas mais afastadas. Essa relação é evidenciada pelos trechos reproduzidos a seguir, retirados das dez entrevistas que realizei:

Investir no porto é investir na cidade que os urbanistas defendem: a cidade compacta, que ocupa os seus vazios e valoriza a infraestrutura já implantada”³⁶⁸.

É sempre uma corrida. A cidade cresceu e a gente tem que atender essa nova área com infraestrutura. Deveria ser o inverso, mais planejada, mas compacta³⁶⁹.

O Rio de Janeiro precisa diminuir ou, ao menos, parar de crescer. Ele precisa se reencontrar com as suas áreas mais antigas³⁷⁰.

Deveria se construir menos e, dentro do possível, nada. E reaproveitar muito mais aquilo que já está aqui. Há muita construção abandonada ou semiabandonada no centro da cidade e nos bairros próximos que pode ser refuncionalizada³⁷¹.

A cidade não pode ser muito grande, pouco densa. É impossível manter uma cidade assim. O atual paradigma de boa cidade é uma cidade densa e pequena, que valoriza o seu centro³⁷².

³⁶⁷ Cf. Henri Lefebvre, *op. cit.*, [1980] 2006, p. 70.

³⁶⁸ Entrevista com o arquiteto A, morador do bairro de Ipanema e graduado na Universidade Santa Úrsula, realizada no seu escritório no bairro de Ipanema no dia 9.1.2015.

³⁶⁹ Entrevista com o arquiteto B, morador do bairro do Jardim Botânico e graduado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, realizada na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro no bairro da Gávea no dia 16.11.2014..

³⁷⁰ Entrevista com o arquiteto C, morador do bairro Cosme Velho e graduado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, realizada no seu escritório no bairro do Cosme Velho no dia 27.11.2014.

³⁷¹ Entrevista com o arquiteto D, morador do bairro da Urca e graduado na Universidade Nacional de Rosário, realizada no seu escritório no bairro da Glória no dia 3.12.2014.

Eu sempre achei que o vetor de crescimento que a cidade deveria seguir deveria ser na direção do porto, uma área que está colada no centro da cidade³⁷³.

Eu proporia redefinir as áreas de ação centrais, centrando nas áreas que já tenham uma infraestrutura consolidada. É preciso requalificá-las e densificá-las, dentro do possível³⁷⁴.

Eu adensaria mais a cidade. Onde já tem cidade, tem que adensar. A zona norte, que é vizinha ao centro, é o típico de lugar que pode ser adensado³⁷⁵.

A gente acredita em trazer a cidade para próximo do centro e só crescer a partir do momento em que o centro não tem mais condições de crescer³⁷⁶.

O Rio de Janeiro do futuro tem que ser denso, compacto, valorizando o seu centro histórico³⁷⁷.

Esses são todos trechos de falas que parecem contribuir com a imagem do outro Rio de Janeiro como *uma cidade que ocupa suas áreas mais centrais*, presente nas entrevistas de todos os arquitetos entrevistados.

Não apenas os trechos anteriormente destacados, no entanto, fazem referência à região central da cidade, quando o que está em questão é o Rio de Janeiro valorativamente esperado pelos arquitetos. Isso porque o desejo por uma cidade densamente construída e com o seu centro habitado está imbuída de expectativas que ultrapassam a mera distribuição demográfica e a forma construída da cidade futura. É o caso, por exemplo, dos arquitetos que imaginaram um outro Rio de Janeiro com suas áreas mais centrais, hoje ocupadas sobretudo com atividades comerciais e de serviços, e habitadas por novos residentes³⁷⁸. Nesse sentido, o

³⁷² Entrevista com o arquiteto E, morador do bairro do Flamengo e graduado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, realizada no seu escritório no bairro do Flamengo no dia 12.11.2014.

³⁷³ Entrevista com o arquiteto F, morador do bairro do Jardim Botânico e graduado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, realizada no seu escritório no bairro do Centro no dia 9.12.2014.

³⁷⁴ Entrevista com o arquiteto G, morador bairro Humaitá e graduado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, realizada no seu escritório no bairro do Humaitá no dia 29.10.2014.

³⁷⁵ Entrevista com o arquiteto H, morador do bairro Cosme Velho e graduado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, realizada no seu escritório no bairro de Santa Teresa no dia 12.11.2014.

³⁷⁶ Entrevista com o arquiteto I, morador da zona sul e graduado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, realizada em um restaurante no bairro de Laranjeiras no dia 4.11.2014.

³⁷⁷ Entrevista com o arquiteto J, morador do bairro do Leblon e graduado na Universidade Santa Úrsula, no seu escritório no bairro de Copacabana no dia 6.11.2014.

³⁷⁸ Segundo Magalhães, a população residente no centro vem “declinando ao longo dos anos, passando de 61.088 em 1980 para 39.116 em 2000”. Entre as razões para isso, o autor destaca a saída voluntária das classes mais privilegiadas para zona sul, zona norte e, mais recentemente, zona oeste e as diversas ações diretas do município com o intuito de diminuir a sua função habitacional da região, sobretudo por parte de sua população mais pobre. Cf. Roberto A. Magalhães, *A requalificação do centro do Rio de Janeiro na década de 1990: a construção de um objeto difuso*, 2008, pp. 13; 36-37.

arquiteto A disse desejar a “habitabilidade” de áreas “próximas aos principais pólos geradores de trabalho, como o centro”, e o B defendeu que:

Trazer morador para o centro da cidade seria o ideal, pois traz mais vitalidade e agitação, no bom sentido. É melhor ter algo concentrado populacionalmente e em termos de uso, que tudo disperso, em que você tem que pegar carro para andar quilômetros e quilômetros, pois tudo é meio setorial³⁷⁹.

O que também é desejado pelos arquitetos E, G e I, que disseram sonhar com uma “densidade construída e populacional para o centro”, a “construção de habitação social nas áreas consolidadas da cidade” como forma de “habitar o centro do Rio” e uma “nova lógica de trabalhar no centro e viver no centro”, respectivamente.

Se por um lado os trechos selecionados das entrevistas com cinco arquitetos (A, B, E, G e I) sugerem um outro Rio de Janeiro em que suas áreas centrais são ocupadas por atividades diversas, outros trechos ampliam essa reflexão para toda a cidade. Esse é o caso dos arquitetos A e D, que defiram o Rio de Janeiro dos seus sonhos como uma “cidade tem de ser mista socialmente e nas suas ocupações de uso” e uma cidade “multifuncional”, respectivamente. O arquiteto E, por sua vez, disse desejar um Rio de Janeiro “24 horas, com atrativos culturais, comerciais, residenciais, hoteleiros [...] de uso misto” e o arquiteto G afirmou que “gostaria de morar em um lugar em que a moradia, o trabalho, a vida social e a cultura sejam uma coisa só”.

Com ou sem referência às áreas mais centrais da cidade, os trechos das entrevistas com os arquitetos A, B, D, E, G e I contribuem ao seu modo para a imagem do outro Rio de Janeiro como *uma cidade que mistura usos diversos em seu território*.

Também partindo das áreas centrais da cidade como referências, alguns arquitetos preferiram descrever o Rio de Janeiro dos seus sonhos dando destaque a formas específicas de circulação. Entre eles, o arquiteto A argumentou que a ocupação dessas áreas “minimizaria a necessidade de novas infraestrutura urbana e de mobilidade”. O que o arquiteto E pareceu concordar, visto que ele imaginou que:

Com tudo bem próximo, a casa, o trabalho, o mercado e tudo mais, os moradores do centro teriam tudo a sua disposição. Ainda que muito bem servidos com linhas de metrô, trem e

³⁷⁹ Entrevista com o arquiteto B, morador do bairro do Jardim Botânico e graduado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, realizada na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro no bairro da Gávea no dia 16.11.2014.

ônibus, seus deslocamentos seriam predominantemente curtos, a pé ou de bicicleta. Eles habitariam, portanto, os espaços públicos da região. Isso seria ainda mais fantástico³⁸⁰.

Com sentidos semelhantes, os arquitetos G e H defenderam que essa nova forma de ocupação da cidade, possibilitaria que seus novos moradores fizessem “quase tudo andando ou de bicicleta e, quando preciso, dispusessem de uma ampla rede de transporte coletivo” e “enfrentaria o mundo do carro”, respectivamente.

Não é, no entanto, apenas por referência às áreas mais centrais da cidade que os arquitetos destacam a centralidade das formas de circulação no Rio de Janeiro esperado por eles. É exemplo disso o número expressivo de trechos em que os entrevistados expressaram o seu desejo de que o uso do transporte individual motorizado tivesse um papel reduzido na circulação da cidade futura. Entre eles, os arquitetos A, C e E afirmaram que “a desvalorização do carro deveria ser imediata”, que “tiraria a ponte Rio-Niterói, pois ela lava ainda mais carros para o Rio” e que estava “convicto de que as pessoas não vão mais gostar de carros daqui a 50 anos”, respectivamente”. Com sentidos semelhantes, o arquiteto G declarou que o seu “sonho é o Rio sem automóvel”, o arquiteto H defendeu que “é preciso enfrentar o mundo do carro individual” e, por fim, o arquiteto J sustentou que “é mais que evidente a crise do transporte individual na cidade”.

A aversão à ideia de um Rio de Janeiro tomado pelo transporte individual em um tempo vindouro é contraposta por outros trechos das entrevistas que nos remetem à uma cidade em que os trajetos mais distantes são percorridos por meio de transportes coletivos de massa, como ônibus, metrô e trem. Ao menos é o que parece sugerir os trechos das entrevistas em que os arquitetos afirmam que o Rio de Janeiro valorativamente esperado por eles depende do “investimento radical no transporte público”, da ampliação “das linhas de metrô e transformar os trens em metrô” e da radicalização com “questão da mobilidade”, como afirmaram os arquitetos A, B e C. O que se aproxima das falas dos arquitetos D, G e H, que descreveram a Rio de Janeiro dos seus sonhos como uma cidade “toda conectada com transporte público de massa de qualidade, não poluente, silencioso e rápido”, que “prioriza o transporte de massa” e que investe “em mobilidade urbana na cidade, em transporte coletivo”, respectivamente.

³⁸⁰Entrevista com o arquiteto E, morador do bairro do Flamengo e graduado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, realizada no seu escritório no bairro do Flamengo no dia 12.11.2014.

Já quando o que estava em questão eram trajetos mais curtos feitos pelos seus moradores e seus frequentadores pela cidade, alguns entrevistados destacaram a circulação de pedestres e de ciclistas no Rio de Janeiro por eles desejado. O arquiteto A, por exemplo, declarou que o “ideal seria que todos pudessem ir da casa para o trabalho a pé ou de bicicleta”, o arquiteto B imaginou um “Rio mais *friendly* para o pedestre” e o E desejou uma cidade em que “você andaria 1 ou 2 quarteirões para acessar os serviços básicos, em um lugar seguro, fresco e saudável”. Enquanto isso, o arquiteto G descreveu o outro Rio de Janeiro como uma cidade “amena, com espaços confortáveis para viver, para circular a pé e se deslocar de bicicleta”, o arquiteto H disse esperar um maior uso das “bicicletas nos deslocamentos diários” e, por fim, o arquiteto I contou sonhar com uma “cidade pedestre”.

Se por um lado alguns os trechos das falas dos arquitetos A, C, E, G, H e J sugerem que o outro Rio de Janeiro é imaginado com a presença reduzida do transporte individual motorizado, outros trechos apontam os modos de circulação que, aos olhos de parte dos entrevistados, deveriam ser valorizados. São esses outros trechos das entrevistas que me remetem à imagem do outro Rio de Janeiro como *uma cidade que prioriza a circulação via meios de transporte coletivos de massa*, segundo os arquitetos A, B, C, D, G e H, e *uma cidade que prioriza a circulação de pedestres e ciclistas*, segundo os arquitetos A, B, E, G, H, e I.

Observo também que ao descreverem o Rio de Janeiro dos seus sonhos, parte dos entrevistados descreveram a importância que as áreas comuns públicas teriam nessa outra cidade. Entre eles, os arquitetos E e F destacaram o papel fundamental que teriam áreas do tipo nas regiões mais centrais da cidade, o primeiro deles dizendo sonhar com “ruas e praças cheias de novos frequentadores” e o segundo afirmando que seria “incrível ver as lindas praças do centro tomadas por pessoas durante a noite”. Já as falas dos outros entrevistados fazem referência à cidade como um todo, em que o arquiteto A defendeu a presença de “espaços públicos atraentes”, o arquiteto B desejou a uma melhoria “em termos de passeio, de poder andar, tenha um trato mais sensível ao meio natural da cidade. Criando espaços públicos com mais vida, mais povoados”, o arquiteto D pediu a existência de “lugares do encontro de diferentes pessoas, usos, tipologias, estéticas”, o arquiteto G sugeriu a construção de espaços “capazes de suscitar novos exemplos de urbanidade, novas partes e lugares desejáveis de serem vividos, democráticos” e, por fim, o arquiteto J defendeu um “enfoque mais amigável com a calçada, com a rua e com toda a vitalidade do térreo, como praças e parques”.

Estamos diante, portanto, de falas dos arquitetos A, B, D, E, F, G e J que colaboram para a construção imaginária de um outro Rio de Janeiro como *uma cidade repleta de áreas comuns públicas*, tais como praças, largos, jardins, calçadas e outras áreas com acesso livre para todos que desejam frequentá-las

Alguns desses arquitetos, no entanto, foram além em suas descrições das áreas comuns públicas dessa cidade imaginária, destacando o caráter público e congregador dessas como qualidade fundamentais para tal cidade. É o caso dos arquitetos A, B e D que disseram, respectivamente, sonhar com uma cidade “rica do ponto de vista do encontro da diferença nos seus espaços públicos”, que proporcione “espaços e situações em que a mistura social é bem trabalhada” e que “valorize o encontro da diferença, e não o encontro do mesmo nos seus espaços públicos”. A concepção é reforçada pela fala do arquiteto G, que define a cidade como “lugar do conflito”, sendo a sua maior riqueza a sua dimensão pública que obriga o seu morador a “estar em choque com situações que não necessariamente são as que você acredita, uma vez que tem universos e interesses distintos em conflito”. Aproximando-se, portanto, da definição de outro arquiteto sobre a cidade ideal:

Não é o lugar ideal para encontrar a pessoa que você marcou, mas você pode sair e esbarrar com alguém que pode mudar a sua vida. Essa é a cidade ideal, uma cidade que seja rica do ponto de vista da sociabilidade, dos encontros, dos desencontros. É isso que eu imagino como um caráter urbano, que não é bucólico e individual, mas tem um caráter público, da congestão. Essa é a condição da cidade ideal.³⁸¹

Com os cinco trechos selecionados das entrevistas com os arquitetos A, B, D, G e H, é a imagem do outro Rio de Janeiro como *uma cidade do encontro da diferença* que vem para o primeiro plano, se opondo à percepção de uma cidade que segrega espacialmente as diferenças sociais, econômicas e culturais

Se, por um lado, essa imagem da cidade tem como referência os espaços públicos como locais privilegiados do encontro dessa diferença, os arquitetos não ignoram que a diversidade socioeconômica está desigualmente distribuída na cidade. Não à toa muitos dos entrevistados disseram sonhar com uma cidade menos desigual. Nesse sentido, o arquiteto A defendeu que “todos os cariocas deveriam ter condições de vida dentro do mínimo razoável de saneamento básico, transporte, saúde e segurança” e o arquiteto B argumentou que “o

³⁸¹ Entrevista com o arquiteto H, morador do bairro Cosme Velho e graduado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, realizada no seu escritório no bairro de Santa Teresa no dia 12.11.2014.

contraste tem que ser menos violento, a desigualdade precisa ser menos absurda”. Por sua vez, o arquiteto D destacou o papel do urbanismo para diminuir as “diferenças”:

Aqui o desafio é conectar a cidade e a sociedade dividida, partida. Está claro que há uma partição estrutural nas nossas cidades, as latino-americanas. Assim, o urbanismo, para mim, tem que tentar construir pontos de conexão, pontos de passagem, articular, compor com as diferenças. Isso é uma tarefa que está longe de ser realizadas, mas primeiro você tem que pensar o que você quer, para depois poder se encaminhar para isso. Se você não tem a ideia, não vai conseguir nada³⁸².

Por fim, os arquitetos E, G, H, I e J disseram sonhar, respectivamente, com uma cidade “com menos disparidade social”, “mais aberta, mais democrática, mais justa”, com “qualidade nas condições das pessoas em moradias populares”, “menos dividida, menos cheia de contraste” e sem o “limite entre a favela e a cidade”.

Em suas recorrências, as falas dos arquitetos A, B, D, E, G, H, I e J abrem espaço para a imagem do outro Rio de Janeiro como *uma cidade mais igualitária*, rejeitando as desiguais condições de vida que, aos seus olhos, encontram sua população.

Também referido em mais da metade das entrevistas realizadas, há o clamor dos arquitetos por uma cidade mais segura. É o que sugerem as falas dos arquitetos A e C, em que os arquitetos disseram sonhar com uma cidade “segura” e “menos segura”, respectivamente. O arquiteto D, por sua vez, argumentou que a “sensação de segurança” é fundamental para o povoamento das ruas e das praças dessa cidade, cujo trecho é reproduzido a seguir:

A cidade precisa ser menos violenta em diversos aspectos. É a sensação de segurança que torna as ruas vazias, os parques pouco frequentados e outros espaços públicos desertos. Em uma cidade segura, teríamos uma cidade com praça cheias, uma vida noturna nas ruas. Hoje o carioca prefere se esconder nos seus carros e casas e acabam procurando lazer em shoppings e parques fechados. Isso é terrível para a cidade³⁸³.

Essa concepção é reforçada ainda pelos arquitetos E, F, I e J, que descrevem a cidade ideal como aquela que “você se sente seguro em qualquer lugar da cidade e horário do dia”, que não mais “transmita essa sensação de insegurança constante”, que não “faça com que cada passeio por ela seja um risco” e que “não dê medo o tempo todo”, respectivamente.

³⁸² Entrevista com o arquiteto D, morador do bairro da Urca e graduado na Universidade Nacional de Rosário, realizada no seu escritório no bairro da Glória no dia 3.12.2014.

³⁸³ Entrevista com o arquiteto D, morador do bairro da Urca e graduado na Universidade Nacional de Rosário, realizada no seu escritório no bairro da Glória no dia 3.12.2014.

Tais evocações selecionadas das entrevistas com os arquitetos A, C, D, E, F, I, e J contribuem para fazer do outro Rio de Janeiro imaginário dos arquitetos como *uma cidade mais segura*, substituindo a sensação do medo pela tranquilidade.

Por fim, identifico ainda cinco trechos nas entrevistas em que os arquitetos fazem referência ao seu desejo por um Rio de Janeiro futuro mais cosmopolita. Observo essa representação da cidade nas entrevistas dos arquitetos D, E e F, que afirmaram que o Rio de Janeiro precisa “se abrir ainda mais para o mundo, ser mais cosmopolita”, “de uma injeção multicultural” e “recuperar o cosmopolitismo que a fundou”, deixando de “se fechar para o resto do mundo”. Nesse sentido, os arquitetos G e J disseram acreditar que os Jogos Olímpicos poderiam contribuir com a relação dessa cidade com o restante do mundo, o primeiro deles afirmando que o evento esportivo seria “uma forma de abrir uma janela para o mundo [...] uma porta de mão dupla, na verdade e o segundo argumentando que esse ajudaria a cidade a “ser mais comunicativa” e “menos ensimesmada”.

O resultado é que as falas dos arquitetos D, E, F, G e F ajudam a forjar a imagem do outro Rio de Janeiro como *uma cidade cosmopolita*, em oposição ao fechamento da cidade para o restante do mundo.

Se as impressões dos arquitetos sobre o passado e o presente da cidade do Rio de Janeiro revelam imagens imbuídas de expectativas em relação intervenções realizadas na cidade no momento das entrevistas, os trechos em que os arquitetos descrevem o “Rio de Janeiro dos seus sonhos” qualificam essas expectativas. Ao menos é o que parece sugerir as imagens apreendidas em no mínimo metade das entrevistas, que aos meus olhos tornam presentes os outros Rios de Janeiro imaginado por eles.

4.3. Revelando o imaginário dos arquitetos

Ao definir a profissão do arquiteto na Introdução desta dissertação, ressalttei a dimensão propositiva da sua atuação profissional. A concepção de um projeto arquitetônico e urbanístico é a sua expressão mais bem-acabada, uma vez que os arquitetos se orientam, entre outras coisas, pelo ímpeto de transformar o espaço físico que será objeto de intervenção, sempre tendo em vista condições futuras tidas por eles como desejáveis. No entanto, não se pode perder de vista que a mediação do cliente é também um aspecto importante a ser considerado.

Na presente pesquisa vimos, por exemplo, a relevância das diretrizes que guiaram os dois concursos na análise dos projetos vencedores, assim como foi possível observar que no momento das entrevistas seus autores e coautores depositaram expectativas divergentes quando a sua hipotética materialização. Enquanto os participantes do Concurso “Porto Olímpico” afirmaram ter depositado na sua materialização a possibilidade de uma transformação efetiva na cidade, as falas dos outros sugerem um desencontro entre os espaços por eles concebidos e suas expectativas em relação a cidade por eles desejada. O que, apesar da aparente divergência, revela potenciais proximidades entre os sentidos que boa parte dos arquitetos entrevistados atribuem aos padrões de ocupação, de circulação e de interação social por eles desejados.

Não mais tendo como referência explícita os espaços por eles concebidos, outros trechos das entrevistas ajudaram a reforçar as proximidades anteriormente observadas, visto que ao descreverem o Rio de Janeiro dos seus sonhos os arquitetos entrevistados trouxeram para o primeiro plano imagens de uma cidade que se aproximam dos padrões anteriormente observados. É esse novo cruzamento que me permite afirmar que estamos, portanto, diante de cinco imagens compartilhadas entre os arquitetos sobre os outros Rios de Janeiro. São elas: *uma cidade que ocupa suas áreas mais centrais; uma cidade que mistura usos diversos em seu território; uma cidade que prioriza a circulação via meios de transporte coletivos de massa; uma cidade que prioriza a circulação de pedestres e ciclistas; uma cidade repleta de áreas comuns públicas.*

Reveladoras de um imaginário mais amplo sobre o Rio de Janeiro em um tempo que ainda está por vir, essas, no entanto, não são as únicas imagens que os arquitetos parecem compartilhar. Ao menos é o que sugerem outros trechos das entrevistas, em que ao menos metade dos arquitetos dez arquitetos entrevistados descreveram a cidade a cidade dos seus sonhos como: *uma cidade do encontro da diferença; uma cidade mais igualitária; uma cidade mais segura; uma cidade cosmopolita.* São imagens que parecem dar conta de uma dimensão que supera os limites de um projeto arquitetônico e urbanístico, mas que, nem por isso, deixam de integrar o imaginário desse grupo profissional.

CAPÍTULO 5

Enraizando o imaginário dos arquitetos

No capítulo anterior, foram imagens apreendidas de um Rio de Janeiro em um tempo que ainda está por vir aos olhos dos arquitetos entrevistados, ao menos nos seus sonhos. São imagens impregnadas por temporalidades diversas, uma vez que foram forjadas por referência à percepção dos arquitetos sobre o seu passado, a partir de seu presente. E não poderia ser diferente, uma vez que a imagem, ao mesmo tempo, em que “arranca o passado da noite (do ‘inconsciente’, se assim nós quisermos falar) e da dispersão, para conduzi-lo ao dia e atualizá-lo”, também “se prospecta, então, para longe: o possível e o impossível”³⁸⁴.

Se as imagens são reveladoras de um encadeamento de tempos históricos, não podemos ignorar que elas também podem ser refenciadas espacialmente. Isso fica evidente nos projetos arquitetônicos e urbanístico, cujos autores concebem, pela mediação de imagens textuais e visuais, aqueles espaços. É o que Lefebvre conceitua como “espaço concebido” - no âmbito das “representações do espaço” -, cujas representações são “construídas a partir de um saber e de uma lógica, que implicam aquisições da matemática, das técnicas”³⁸⁵.

Ao mesmo tempo, não podemos ignorar que é provável que algumas das imagens apreendidas tenham sido forjadas a partir do contato desses mesmos sujeitos com a cidade, sobretudo se levarmos em conta que são todos eles moradores dela. Portanto, estamos também diante do “espaço vivido” – no âmbito do “espaço de representação” -, que é “povoado de objetos, de projetos de trajetos, aos quais se vinculam as representações e que formam parte do representado”³⁸⁶. Isso significa, que, em suas diferenças, o espaço concebido e o espaço vivido não são excludentes; ao contrário, eles “coexistem, concordam entre si ou interferem um no outro”³⁸⁷.

Tudo isso nos leva à complexa relação que é inerente à atuação do arquiteto na cidade, uma vez que implica o confronto entre a “observação puramente empírica” – fruto de sua vivência - e a “construção *a priori*” – resultado de uma elaboração intelectual³⁸⁸. Como buscou expressar o autor na seguinte passagem:

³⁸⁴ Cf. Henri Lefebvre, *op. cit.*, 1961, p. 289.

³⁸⁵ Cf. Henri Lefebvre, *op. cit.*, [1980] 2006, p. 62.

³⁸⁶ *Idem, ibidem.*

³⁸⁷ Cf. Henri Lefebvre, *op.cit.*, [1974] 2000, p. 52.

³⁸⁸ Cf. Henri Lefebvre, *op. cit.*, [1970] 1975, p. 124.

Os autores dos projetos empregaram, conscientemente ou inconscientemente, os procedimentos de investigação do pensamento programático, que opera sobre objetos virtuais (possíveis) e confronta-os com a experiência. Ou seja, tenta fazer com que entre em prática o objeto imaginado, em uma palavra, realizá-lo. Esse pensamento quer inventar formas, mas formas concretas. Não se priva, pois, de apelar a imaginação, solicitada e controlada por dados práticos³⁸⁹.

A seguir, veremos que ao descreverem nas entrevistas a cidade valorativamente esperada por eles, os arquitetos mobilizaram imagens de espaços empiricamente existentes, muitas vezes alhures. Isso porque, se o imaginário dos outros Rios de Janeiro não se dá no vazio, ele também não se expressa exclusivamente por referência à cidade que é objeto de sua intervenção. Pelo contrário, veremos nas próximas páginas que muitas das imagens mobilizadas por eles têm como referência cidades outras ou recortes muito específicos de regiões ou de bairros cariocas. São imagens de espaços variados que me conduzem às representações de cidade dos arquitetos em questão.

Vejamos como as representações que medeiam o imaginário desses arquitetos potencialmente se enraízam no contato real ou imaginário deles com os espaços empiricamente referidos. O que, possivelmente, pode revelar que a base social do imaginário ora investigado é constituída por vínculos socioespaciais, aqui entendidos como “vínculos que os seres humanos estabelecem com o espaço e, ente si pela mediação do espaço”³⁹⁰, que superam a vivência deles com e na cidade do Rio de Janeiro. É a hora, enfim, de atravessarmos as fronteiras espaciais.

5.1. Quando espaços empiricamente existentes viram objeto de representações de cidade

Após apreender algumas imagens que parecem integrar o imaginário dos arquitetos investigados sobre os outros Rios de Janeiro, é a vez de analisar os trechos das entrevistas em que eles associam espaços empiricamente existentes a essas imagens, que não os sítios, os bairros e a cidade que são objeto das intervenções propostas pelos arquitetos. São cidades estrangeira ou bairros e logradouros cariocas que, aos olhos dos arquitetos, estão associados à uma ordem outra.

O que me permitiu chegar a essa relação foi a análise das respostas dos entrevistados a seguinte pergunta: como seria a sua cidade ideal? Ainda que a questão formulada remetesse à

³⁸⁹ *Idem, Ibidem.*

³⁹⁰ Cf. Fraya Frehse, *op. cit.*, 2011, p. 23.

ideia de uma cidade não específica – em certa medida, genérica –, quase todos os entrevistados expressaram seus anseios por meio de referências a espaços empiricamente existentes, que estavam associados às mesmas imagens anteriormente apreendidas, quando esses se referiam aos outros Rios de Janeiro.

Com relação à imagem de *uma cidade que ocupa suas áreas mais centrais*, não faltaram referência às cidades estrangeiras que, aos olhos dos entrevistados, teriam optado por uma configuração urbana mais densa e compacta, voltando o seu crescimento para suas áreas já consolidadas. É o que percebi nas falas dos arquitetos A e F, que destacaram as experiências de outras cidades que interviram em suas regiões portuárias, próximas às suas áreas centrais. O primeiro deles, por exemplo, elegeu a experiência da cidade de Barcelona como um modelo a ser seguido, como sugere este trecho:

Não tenho dúvidas que o que Barcelona fez com o seu porto para receber as Olimpíadas [de 1992] será discutido ainda por muitos anos. Ainda que ela não tenha sido a primeira cidade a fazer isso, ela se tornou um modelo de cidade que se voltou para a recuperação das áreas mais centrais, pensando em um modelo mais compacto. É claro que ela tem os seus problemas também, mas até hoje é o caso bem-sucedido mais conhecido, que é difundido nas faculdades de arquitetura de todo o mundo³⁹¹.

O segundo entrevistado, por sua vez, preferiu citar as experiências das cidades de Baltimore, Roterdã, Boston, Barcelona e Nova York, cuja “revitalização do porto” supostamente teria permitido que elas “ocupassem seus vazios, dotados de uma infraestrutura já implementada”, transformando tais experiências em “casos que a gente estuda ainda hoje na faculdade”.

O fato de a entrevista ser atravessada por questões relativas aos preparativos do Rio de Janeiro aos Jogos Olímpicos de 2016, possivelmente favoreceu a citação de cidades que já tenham recebido esse evento, como é o caso de Barcelona no trecho anterior. Citada por dois outros entrevistados, Londres, a última cidade a sediar o evento em questão, também foi referenciada como exemplo a ser seguido. Ao comparar as diferentes experiências, o arquiteto B lembrou que, “enquanto outras cidades, como Londres, tentam retrain a mancha urbana para não ter que alimentar a infraestrutura, o Rio se alarga”, o que, segundo ele, teria sido objeto de “diversos estudos acadêmicos”. Argumento muito semelhante ao do arquiteto C, que elogiou os preparativos da cidade inglesa no âmbito do evento esportivo:

³⁹¹ Entrevista com o arquiteto A, morador do bairro de Ipanema e graduado na Universidade Santa Úrsula, realizada no seu escritório no bairro de Ipanema no dia 9.1.2015.

Eles [os londrinos] pegaram uma área pobre da cidade, bem perto do centro e com infraestrutura já instalada, e melhoram a acessibilidade para o centro. Ao contrário do Rio, os londrinos perseguiram a ideia de uma cidade cada vez mais compacta e densa. Foi essa ideia que orientou o projeto olímpico deles, tal como vem acontecendo em diversas cidades europeias³⁹².

Esses trechos se somam a muitos outros que destacaram uma tendência de diversas cidades do mundo à valorização de suas regiões historicamente mais centrais. Vejamos alguns trechos que confirmam essa percepção:

O problema é que nós estamos com o dever de casa atrasado, já que só começamos a olhar para o nosso centro com mais carinho nas duas últimas décadas. O centro é o lugar mais importante e os europeus já sabem disso faz tempo. Na FAU [Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro], a gente repete isso desde a década de 1980, isso já é consenso³⁹³.

É fundamental criar o que as cidades interessantes criam, né? O que as cidades europeias têm de mais encantador? São aquelas ruelas nos seus centros históricos, aquele cuidado com sua parte histórica e seu povoamento por toda parte. Afinal, eu nunca vi ninguém ir para Paris ou Londres conhecer o subúrbio. É a densidade e a diversidade dessas cidades que encantam. Elas devem servir de modelo, de exemplo para nós³⁹⁴.

Por muito tempo as cidades europeias e, principalmente, as americanas optaram pela expansão, pelo espraiamento. Isso é um erro que todas elas buscaram corrigir, que na faculdade de arquitetura a gente chama de *sprawl*. Nova York é um exemplo disso. Mas poderíamos citar Paris, Roma, Barcelona, Londres ou qualquer grande cidade no mundo³⁹⁵.

O que se vê hoje em todo o mundo, principalmente na Europa, é um movimento que busca valorizar as suas áreas mais consolidadas, que já têm infraestrutura. Ou seja, os seus centros. Essa história de continuar se expandindo é um erro. Os urbanistas de todo o mundo já sabem disso desde a crise do urbanismo modernista, mas aqui nós ainda estamos aprendendo³⁹⁶.

Em face desses trechos, é possível observar uma relação entre a imagem de um Rio de Janeiro outro e as imagens de cidades empiricamente existentes no continente europeu, como Barcelona, Londres, Paris, Roma e Roterdã, e nos Estados Unidos da América, como Nova York, Baltimore e Boston. Estas, algumas vezes, são citadas por referência ao suposto debate travado entre os urbanistas, nacionais ou estrangeiros, dentro ou fora do campo acadêmico.

³⁹² Entrevista com o arquiteto C, morador do bairro Cosme Velho e graduado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, realizada no seu escritório no bairro do Cosme Velho no dia 27.11.2014.

³⁹³ Entrevista com o arquiteto C, morador do bairro Cosme Velho e graduado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, realizada no seu escritório no bairro do Cosme Velho no dia 27.11.2014.

³⁹⁴ Entrevista com o arquiteto E, morador do bairro do Flamengo e graduado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, realizada no seu escritório no bairro do Flamengo no dia 12.11.2014.

³⁹⁵ Entrevista com o arquiteto G, morador bairro Humaitá e graduado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, realizada no seu escritório no bairro do Humaitá no dia 29.10.2014.

³⁹⁶ Entrevista com o arquiteto H, morador do bairro Cosme Velho e graduado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, realizada no seu escritório no bairro de Santa Teresa no dia 12.11.2014.

Isso porque, como sugere algumas das falas, as cidades que optaram pela valorização dos seus centros históricos e, por conseguinte, por uma configuração urbana mais compacta e densa foram e ainda são estudadas nas faculdades de arquitetura, sendo muitas vezes tomadas, ainda que com ressalvas, como modelos a serem seguidos.

As cidades anteriormente referidas não são muito diferentes das mencionadas pelos arquitetos quando as imagens que estão em questão são de *uma cidade que prioriza a circulação via meios de transporte coletivos de massa* e de *uma cidade que prioriza a circulação de pedestres e ciclistas*. No entanto, agora observo uma particularidade: são as experiências pessoais dos respectivos arquitetos em cada uma delas que dão o tom das falas. É o caso do arquiteto A, que disse ter adorado “essa sensação de não precisar de carro para nada, nem mesmo de taxi” na cidade de Nova York. O arquiteto D também elogiou em sua fala a circulação pela cidade norte-americana, que afirmou ter se surpreendido, em uma viagem recente para a lá, com “investimento enorme em ciclovias, no alargamento das calçadas, sem contar a rede de metrô de dar inveja a qualquer cidade brasileira”. Por fim, o arquiteto G decorre mais detidamente sobre a sua experiência nessa cidade:

Eu gosto muito de Nova York [...]. Ela é muito aberta, muito fácil. Seja porque tem um sistema de quadricula e numeração, seja porque tem um transporte fenomenal. Tem calçadas boas. Ela é uma cidade de pedestres, do andar ao ar livre. Ela tá implementando muito rápido as ciclovias, porque suas avenidas são largas, suas calçadas são largas. Lá eles estão restringindo o automóvel, alargando as calçadas e botando praças. É sempre uma grande experiência visitá-la³⁹⁷.

Também citada por alguns entrevistados, Londres é elogiada, sobretudo, pela sua extensa rede de transporte. O que faz parte das lembranças de viagem do arquiteto B, que afirmou que em toda a sua estadia não usou “o carro ou taxi nenhuma vez”, pois, além de ser “um prazer andar pelas suas ruas, quando não está nevando”, a cidade “conta com uma fantástica rede de metrô”. Ou ainda o arquiteto E, que disse sempre usar como exemplo em seu escritório a relação do maior edifício de Londres – *The Shard*, de autoria do arquiteto Renzo Piano – com a rede de transporte.

Londres é uma cidade maravilhosa, que tá bombando nos últimos anos. Talvez seja hoje uma das cidades mais agradáveis para se morar. O prédio do *Shard* é um exemplo que eu sempre uso aqui no escritório. Aquilo é um exemplo maravilhoso, apesar de sua altura gigantesca, ele não tem garagem. Como isso é possível? Ele está em cima de uma estação de metrô, que é um

³⁹⁷ Entrevista com o arquiteto G, morador bairro Humaitá e graduado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, realizada no seu escritório no bairro do Humaitá no dia 29.10.2014.

ponto modal. Isso deveria ser um modelo a ser seguido, o futuro da cidade depende dessa integração com os meios de transporte de massa³⁹⁸.

A cidade de Paris também é lembrada por dois entrevistados, os arquitetos B e J. O primeiro deles, citou a “incrível rede de metrô” e “seus passeios encantadores”. Enquanto o segundo, buscou relacionar a maneira de circular pela cidade com a sua configuração urbana:

Paris, né? Tem aquela coisa da escala urbana perfeita, que a gente pode chamar de perfeita. Estou falando isso em relação ao homem. É uma cidade que te convida a circular por ela de maneira próxima, de andar pela rua, pelos parques. É uma delícia, eu adoro passear por lá³⁹⁹.

Se somam as referências às três cidades as falas dos arquitetos C e G, que enaltecem o uso de bicicleta e a restrição à circulação de carros em diversas cidades do mundo. O primeiro deles descreveu as políticas restritivas nas cidades de Londres, Nova York e Paris, como podemos ver na reprodução do trecho a seguir:

A luta atual do tráfego é evitar que os carros circulem, principalmente no seu centro. Em Londres tem pedágio. Em Nova York e Paris não tem lugar para estacionar. Uma boa cidade é aquela que evita que os carros andem no centro. É o atraso, a burrice, a falta de informação que permite isso⁴⁰⁰.

Já o segundo, o arquiteto G, defendeu que “hoje existe uma nova consciência em relação ao transporte de bicicleta, que é algo viável e já pode ser visto em diversas cidades europeias”, estando a cidade de Amsterdã na “*avant-garde* do debate”. O que teria sido empiricamente observado por ele, que se disse “impressionado com a multiplicação de ciclistas nas ruas” toda vez que viaja para a região.

Tal como nos exemplos anteriores, as referências ficaram restritas as cidades europeias e norte-americanas, especialmente três delas: Londres, Paris e Nova York. Aqui, no entanto, uma particularidade chamou a minha atenção, que foi o fato dos entrevistados terem supostamente baseado as suas observações por meio de experiências empíricas nas cidades em questão.

Observo esse suposto vínculo entre os entrevistados e os espaços por eles referidos também quando a imagem que estava em questão era de *uma cidade repleta de áreas comuns*

³⁹⁸ Entrevista com o arquiteto E, morador do bairro do Flamengo e graduado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, realizada no seu escritório no bairro do Flamengo no dia 12.11.2014.

³⁹⁹ Entrevista com o arquiteto J, morador do bairro do Leblon e graduado na Universidade Santa Úrsula, no seu escritório no bairro de Copacabana no dia 6.11.2014.

⁴⁰⁰ Entrevista com o arquiteto C, morador do bairro Cosme Velho e graduado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, realizada no seu escritório no bairro do Cosme Velho no dia 27.11.2014.

públicas. Em certa medida, essas referências já estavam presentes em alguns dos trechos reproduzidos anteriormente. Foi o caso, por exemplo, do arquiteto B que descreveu o andar pelas ruas de Londres como “um prazer” e os passeios de Paris como “encantadores”, do arquiteto G que retratou a cidade de Nova York como “uma cidade pedestre, do andar ao ar livre” ou do arquiteto J que definiu Paris como “uma cidade que te convida a circular por ela de maneira próxima, de andar pela rua, pelos parques”.

Foi, no entanto, Barcelona a cidade mais lembrada pelos arquitetos, quando o que estava em questão era a qualidade dos espaços públicos. Descrita pelo arquiteto B como uma cidade que “cuida bem dos seus passeios” e que tem “praças e parques sempre animados”, outros foram mais detalhistas e narraram suas experiências por lá:

Barcelona não é uma inspiração, é um exemplo. Poucas cidades no mundo tem um espaço público tão vibrante e com tanta qualidade, tanto construtiva como espacial e de uso. Não adianta ter um negócio bem construído, ser bonito e não ter um restaurante legal. Lá tem tudo isso, é um conjunto de fatores que transforma aquele espaço em um local que você quer estar. E, no meu caso, voltar⁴⁰¹.

O exemplo a ser seguido deveria ser o Port Vell, em Barcelona, onde o espaço público é dotado não apenas de qualidade arquitetônica, mas de intensidade de uso. Eu sempre fico impressionado como lá está sempre cheio de gente, fazendo coisas diversas. Acho que aquilo é a expressão da cidade que eu gostaria de viver⁴⁰².

Talvez a cidade que é mais rica, que mais se aproxima do que a gente fala, é Barcelona. Com sua *rambla* e a cidade medieval, ela está cheia de vida, de história, de centros culturais, de habitações. Por isso é um lugar vivo e rico de opções, com suas *ramblas* e calçadas sempre cheias. É uma cidade que me encanta toda vez que eu vou⁴⁰³.

Ainda que as referências à cidade catalã sejam as predominantes, outras também são citadas. Como o arquiteto F, que elogiou as “calçadas com colunatas protegidas” na cidade de Bolonha, que confeririam ao local uma “qualidade fenomenal no seu espaço público”. O arquiteto I, que destacou a qualidade do espaço público de Buenos Aires, cidade cujas ruas, calçadas e praças colocariam “seus moradores e frequentadores em lugares de muita dignidade”. Ou ainda o arquiteto J, que descreveu o seu encantamento com “as praças das cidades europeias”, quase sempre “muito frequentadas por todos os moradores”.

⁴⁰¹ Entrevista com o arquiteto A, morador do bairro de Ipanema e graduado na Universidade Santa Úrsula, realizada no seu escritório no bairro de Ipanema no dia 9.1.2015.

⁴⁰² Entrevista com o arquiteto D, morador do bairro da Urca e graduado na Universidade Nacional de Rosário, realizada no seu escritório no bairro da Glória no dia 3.12.2014.

⁴⁰³ Entrevista com o arquiteto E, morador do bairro do Flamengo e graduado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, realizada no seu escritório no bairro do Flamengo no dia 12.11.2014.

Há também quem reconheça na cidade do Rio de Janeiro logradouros supostamente capazes de proporcionar o convívio social sem qualquer restrição de acesso, ainda que para isso o recorte tenha sido bastante restrito. É o caso do arquiteto D, que descreveu o Aterro do Flamengo como um lugar que “convida ao passeio e que atrai todo tipo de gente” e o bairro da Urca como “agradável ambiente para passeios ao ar livre”. Ou dos arquitetos E e J que, respectivamente, descreveram a praia de Copacabana como “convidativa para um passeio a qualquer hora do dia” e “espaço público significativo, desejável de ser utilizado”.

Tendo a cidade de Barcelona como a representação mais evidente da cidade capaz de proporcionar o convívio de seus moradores e frequentadores em locais de acesso não restrito, os arquitetos não deixam de citar outras cidades europeias (Paris, Londres e Bolonha) uma norte-americana (Nova York) e uma sul-americana (Buenos Aires). Dessa vez, no entanto, alguns logradouros específicos na cidade do Rio de Janeiro não deixaram de ser referidos, como o Aterro do Flamengo, o bairro da Urca a praia de Copacabana, todos eles localizados na zona sul da cidade.

O mesmo acontece quando a imagem que está em questão é *uma cidade que mistura usos diversos em seu território*, quando as referências espaciais englobam tanto cidades europeias e norte-americanas, como espaços empiricamente existentes da capital fluminense. No caso das cidades estrangeiras, vemos que os exemplos se repetem. Londres, por exemplo, foi elogiada pelos arquitetos A, B e C por “mesclar numa mesma área diferentes usos”, “ter um mundo de coisas em apenas uma quadra” e “incentivar a moradia em antigas regiões comerciais”, respectivamente. Barcelona, por sua vez, teve o seu centro histórico descrito pelo arquiteto D como de “intensa diversidade”. Já Nova York foi referida pelo arquiteto E como uma “cidade 24h”, visto que seria capaz de reunir “atrativos culturais, comerciais, residenciais, hoteleiros” e pelo arquiteto G como uma “congestão de coisas em um pequeno recorte da cidade”. São as mesmas cidades citadas pelo arquiteto I, que identificou essa proximidade entre elas:

Eu acho que ela [a cidade ideal] seria uma cidade que você consegue apreender com bastante tranquilidade. Que você se sente seguro, próximo das pessoas, que você tenha acesso as coisas com facilidade. Isso pode parecer um pouco com a ideia de uma cidade pequena, talvez não de uma metrópole. Mas, na verdade, algumas grandes cidades são assim, pois em um pequeno recorte encontramos uma mistura de usos e social incrível, com fácil acesso e apreensão. Estou falando, por exemplo, de algumas partes de Nova York, Londres, Barcelona, Paris e qualquer grande cidade no mundo. São todas elas extremamente densas e diversas⁴⁰⁴.

⁴⁰⁴ Entrevista com o arquiteto I, morador da zona sul e graduado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, realizada em um restaurante no bairro de Laranjeiras no dia 4.11.2014.

No entanto, não apenas espaços empiricamente distantes são objetos de referências, mas também recortes da cidade em questão. O bairro do Catete, por exemplo, foi descrito pelo arquiteto D como um lugar “que se encontra de tudo”. Citado por três entrevistados, o bairro de Copacabana foi referido pelos arquitetos D, E e J pela sua orla “permeada por restaurantes, bares, comércios e moradias”, sua “concentração de tudo: tem gente morando, visitando, comprando, se divertindo, trabalhando” e onde “é possível encontrar tudo misturado”, respectivamente. O Humaitá, em um sentido semelhante, foi considerado pelo arquiteto G como um bairro “com um *mix* de usos grande, com muita moradia, local de trabalho e comércio”.

Há ainda aquelas imagens que os arquitetos mobilizam sem se referir a espaços empiricamente existentes na cidade do Rio de Janeiro, como a que está associada a *uma cidade mais segura* e a *uma cidade cosmopolita*. Com relação a primeira delas, muito dos entrevistados narraram as suas experiências em outras cidades do mundo, como sugerem os trechos a seguir:

As cidades que a maioria das pessoas gostariam de conhecer, têm uma coisa em comum: não tem essa coisa de ter medo de andar na rua. Em Londres é assim, Paris, Berlim, Barcelona... A gente que mora no Rio não sabe nem o que é isso, entende? A gente sente isso quando viaja para esses lugares⁴⁰⁵.

O meu sonho é me sentir seguro andando na rua em qualquer horário, como acontece quando eu viajo. E isso não é apenas coisa de turista não, porque eu já morei em outras cidades em que você nota isso no dia dia das pessoas. Não é que não haja violência, mas as pessoas não são neuróticas com isso⁴⁰⁶.

Sonho dos sonhos é não ter medo. Quando você viaja lá para fora e começa a andar na rua à noite, você até estranha. Não era para eu ter medo não? Eu tô falando isso das cidades europeias, de Nova York, ou seja, das grandes cidades do mundo⁴⁰⁷.

Em relatos mais breves, outros três arquitetos não deixam de associar a ideia de segurança a algumas das cidades anteriormente citadas. Entre elas, Londres e Nova York forma lembradas pelos arquitetos B e G, Paris pelos arquitetos F e J e Barcelona pelo arquiteto D.

⁴⁰⁵ Entrevista com o arquiteto A, morador do bairro de Ipanema e graduado na Universidade Santa Úrsula, realizada no seu escritório no bairro de Ipanema no dia 9.1.2015.

⁴⁰⁶ Entrevista com o arquiteto E, morador do bairro do Flamengo e graduado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, realizada no seu escritório no bairro do Flamengo no dia 12.11.2014.

⁴⁰⁷ Entrevista com o arquiteto J, morador do bairro do Leblon e graduado na Universidade Santa Úrsula, no seu escritório no bairro de Copacabana no dia 6.11.2014.

Já a segunda imagem, é associada a três cidades anteriormente referidas: Nova York, Londres e Paris. A primeira delas foi descrita como “a capital do mundo”, a cidade em que “todo o mundo está representado” e o lugar em que “tudo acontece” respectivamente pelos arquitetos F, G e H. Já a capital inglesa foi representada pelos arquitetos E e G como “berço do que há de mais novo no mundo” e um dos “mais importantes e influentes centros culturais do mundo”. Por fim, os arquitetos C e F destacaram que Paris “ainda preserva o cosmopolitismo do século XX” e “permanece lançando moda para todo o mundo”.

Se diversos espaços empiricamente existentes serviram de referências para as imagens que integram o imaginário dos outros Rios de Janeiro dos arquitetos, não posso dizer o mesmo quando o que está em questão são as imagens de *uma cidade do encontro da diferença* e *uma cidade mais igualitária*. Em relação à primeira delas, apenas o arquiteto D fez referência à espaços específicos - a Champs Élysees [em Paris], a Calle Corrientes [em Buenos Aires], a Time Square [em Nova York] e o Largo do Machado e a praia de Copacabana [Rio de Janeiro] -, como exemplo da “existência de muita diferença junta”. Enquanto isso, a segunda imagem careceu de qualquer referência espacial, apesar de ter sido referida por mais da metade dos arquitetos ao descreverem a sua cidade ideal.

Em meio a essa variedade de espaços empiricamente existentes, algumas regularidades chamam a minha atenção. É o caso das repetidas referências a cidades específicas, tornando-as objeto de representação de uma ordem outra, que alude justamente às imagens associadas aos outros Rios de Janeiro dos arquitetos. As cidades de Nova York, Londres e Paris são citadas por diversos arquitetos entrevistados como espaços da possibilidade de que determinados ideários se realizem, uma vez que são descritas como cidades que: ocupam suas áreas mais centrais, priorizam a circulação via meios de transporte coletivos de massa; priorizam a circulação de pedestres e ciclistas; estão repletas de áreas comuns públicas; misturam usos diversos em seu território; são mais seguras; e são cosmopolitas. Já a cidade de Barcelona, citada em menor número, está fortemente associada a imagem de uma cidade repleta de áreas comuns públicas e mais segura.

Se certas cidades europeias e norte-americanas viraram objeto de representação dos outros Rios de Janeiro imaginados pelos arquitetos, esses mesmos arquitetos não deixaram de reconhecer que espaços específicos da cidade, todos eles localizados na sua zona sul, também estariam imbuídos da possibilidade de uma transformação efetiva. Sobre tudo quando o que está em questão são as imagens de uma cidade que valoriza as áreas comuns de acesso público e incentiva a mistura de usos.

Há também aquelas imagens que a grande maioria dos arquitetos preferiu não associar a espaços empiricamente existentes. É o caso da cidade do encontro da diferença e da cidade mais igualitária, cujas imagens parecem estar, aos olhos dos arquitetos entrevistados, espacialmente desenraizadas.

São todas elas referências que, aos meus olhos, carregam indícios de que os arquitetos ora investigados projetam em cidades outras, sobretudo europeias e norte-americanas, ou espaços específicos da cidade do Rio de Janeiro, todos situados na zona sul, a possibilidade de materialização de seus anseios de uma ordem outra para a cidade em que atuam profissionalmente. É como se esses espaços empiricamente existentes expressassem, aos olhos dos respectivos arquitetos, a possibilidade de o Rio de Janeiro vir a se transformar.

O que essas considerações parecem revelar é que não estamos diante apenas de imagens dos outros Rios de Janeiro, mas de *representações de cidade* dos arquitetos investigados. O que me leva para um nível outro nível de realidade. Para chegar a esse grau mais abstrato, transformei em critério para a identificação de indícios de representações o fato das imagens com afinidades temáticas terem aparecido em no mínimo metade das falas dos arquitetos entrevistados (5 arquitetos). O que, segundo a minha análise, me permite chegar a oito diferentes representações de cidade. São elas: *a cidade densa e compacta*, *a cidade da mistura de usos*; *a cidade dos transportes coletivos, dos ciclistas e dos pedestres*; *a cidade das áreas comuns públicas*; *a cidade do encontro da diferença*; *a cidade igualitária*; *a cidade segura*; *a cidade cosmopolita*. Dentre estas, as quatro primeiras convergem com algumas das imagens dos espaços por eles concebidos, apreendidas nas pranchas das propostas e nas entrevistas, e as quatro últimas não.

Cabe agora entender em que medida as referências a espaços empiricamente existentes são reveladoras de um fenômeno social mais amplo, não sendo elas apenas produtos idiossincráticos do contato imaginário dos respectivos arquitetos com esses espaços. Para isso, nada como buscar enraizar as representações anteriormente apreendidas na teia de relações e interações que esses arquitetos fazem parte.

5.2. Isotopias, heterotopias e utopias

Se as imagens, que são as “formas” que assumem as representações⁴⁰⁸, estão prenhes de tempos históricos diversos, os trechos anteriormente analisados sugerem que elas têm também um conteúdo espacial. Não apenas por terem sido construídas a partir da visão dos arquitetos acerca do Rio de Janeiro empiricamente existente, objeto de suas intervenções arquitetônicas e urbanísticas, mas também por, segundo as falas dos arquitetos, terem sido forjadas no contato real ou imaginário desses com espaços outros. Diante da sua dimensão espaço-temporal, penso que as noções de “isotopia”, “heterotopia” e “utopia”, cunhadas por Lefebvre ao conceituar o “espaço diferencial urbano”⁴⁰⁹, me ajudam a refletir sobre essa relação⁴¹⁰.

O autor conceitua a primeira delas como “lugar do mesmo” ou “mesmos lugares”, pois são as “partes comparáveis do espaço que se expressam e se lêem (nos planos, nos percursos, nas imagens mais ou menos elaboradas pelos ‘sujeitos’) de modo que se possa aproximá-las”⁴¹¹. É, nos termos deste estudo, o que os arquitetos parecem expressar ao descreverem a cidade do Rio de Janeiro hoje por meio de imagens específicas, resultado da sua faculdade de reconhecer proximidades em meio a pluralidade de seus espaços. Sem essa capacidade de reconhecer espaços análogos ou homólogos, os arquitetos não seriam capazes de conceituar a cidade em que atuam, senão como um aglomerado de espaços prenhes de especificidades.

Já a heterotopia é, justamente, a expressão do seu contrário: o “outro lugar” ou o “lugar do outro”⁴¹². O que a caracteriza, portanto, é a “diferença” em relação ao “lugar inicialmente considerado”, ou seja, a isotopia. Só podendo ser concebidos por meio dessa relação dinâmica com os primeiros, ao mesmo tempo “excluído e imbricado”, a heterotopia se constitui pela sua capacidade de provocar o “lugar do mesmo” com suas diferenças⁴¹³. O que, no caso aqui em questão, se revela a partir da constante evocação de imagens de outras cidades ou bairros e logradouros específicos do Rio de Janeiro como contraponto à cidade existente. Ao produzir imaginariamente esses espaços heterópicos, os arquitetos provocam a “ordem próxima” – o Rio de Janeiro presente – por meio de uma “ordem distante” – os lugares outros.

⁴⁰⁸ Cf. Henri Lefebvre, *op. cit.*, [1980] 2006, p. 70.

⁴⁰⁹ O “espaço diferencial urbano” é definido por Lefebvre como: “cada lugar e cada momento não tendo existência senão num conjunto, pelos contrastes e oposições que vinculam aos outros lugares e momentos, distinguindo-o”. Cf. Henri Lefebvre, *A Revolução urbana*, [1970] 1999, p. 42.

⁴¹⁰ *Idem*, pp. 42-43.

⁴¹¹ *Idem*, p. 117.

⁴¹² *Idem*, *Ibidem*.

⁴¹³ *Idem*, *Ibidem*.

Por fim, há ainda a utopia: “o não-lugar, o lugar daquilo que não acontece e não tem lugar, o lugar do alhures”⁴¹⁴. Reunindo a ordem próxima e a ordem distante, a utopia procura o seu lugar no mundo sem nunca o encontrar, pois, a cima de tudo, ela é “um projeto de futuro, liberado dos limites do passado e do existente”⁴¹⁵. O que, parece ser o caso das imagens apreendida que, apesar de não serem legíveis e visíveis nos espaços por eles projetados, informam a sua atuação na cidade. Em particular, essas imagens não são mobilizadas por referência a qualquer espaço empiricamente existente.

Se o Rio de Janeiro do imaginário dos arquitetos se torna presente a partir dessa tríade de natureza dialética, que coloca em contato a cidade em que eles atuam profissionalmente com outros espaços e, mesmo, com espaços que não encontram o seu lugar no mundo, em que medida eu posso falar de uma base social do imaginário ora investigado? A seguir, buscarei indícios da dimensão social que subjaz a produção das representações de cidade apreendidas a partir da análise de dados referentes ao perfil social dos arquitetos investigados e, também, do cruzamento com anotações do meu caderno de campo. A decisão de incorporar ao estudo a transcrição de falas produzidos em contextos outros e por arquitetos diversos foi justamente provocar os limites dessa reflexão, trazendo para o debate elementos que podem sugerir que estou diante de um fenômeno mais amplo.

Ao longo das entrevistas, observei que alguns dos espaços heterotópicos foram construídos por referência ao debate acadêmico sobre a produção do espaço urbano na cidade contemporânea. Isso se dá, sobretudo, quando o que está em questão é a representação de cidade como densa e compacta. Nesse contexto, o arquiteto A citou a experiência de Barcelona como “o caso bem-sucedido mais conhecido, que é difundido nas faculdades de arquitetura de todo o mundo”, o arquiteto B descreveu o caso de Londres como objeto de “diversos estudos acadêmicos”, o arquiteto C destacou que na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro o cuidado com os centros históricos nas cidades europeias é estudado “desde a década de 1980”, o arquiteto F argumentou que se “estuda ainda hoje na faculdade” a “revitalização do porto” das cidades de Baltimore, Roterdã, Boston, Barcelona e Nova York e, por fim, o arquiteto G lembrou que o fenômeno do espraiamento, em inglês *sprawl*, é muito estudado na faculdade.

⁴¹⁴ *Idem*, p. 118.

⁴¹⁵ Cf. Henri Lefebvre, *op. cit.*, [1980] 2006, p. 169.

Quando amplio essa reflexão para outros lugares sociais, que não as entrevistas, observo que algumas das falas transcritas no meu caderno de campo também fazem referências semelhantes. Apreendidas por meio da observação direta em eventos realizados dentro ou fora de instituições de ensino ou por meio de conversas informais com arquitetos em contextos variados, não foram poucas as falas desses profissionais que destacaram o debate acadêmico sobre as cidades concentrado nas áreas mais centrais, em favor de uma configuração urbana mais densa e compacta. Como podemos ver na reprodução a seguir de alguns trechos transcritos no meu caderno de campo:

Assim como o Brasil aprendeu com Le Corbusier como deveria ser a cidade modernista, sendo Brasília a sua maior expressão. Agora nós precisamos aprender com o italiano Aldo Rossi, que defende a dimensão histórica da cidade, e Richards Rogers, que propõe uma cidade compacta e conectada. Londres, Roma e Nova York já aprenderam⁴¹⁶.

Existem hoje uma série de livros sobre as experiências de Barcelona, Roterdã e Buenos Aires que mostram os efeitos positivos da revitalização de sua região portuária para a cidade. Toda a região central se valorizou com a ocupação dessas áreas, antes abandonada [...]. É sobre isso que devemos discutir aqui⁴¹⁷.

Hoje se estuda os efeitos da revitalização de áreas abandonadas das cidades, sobretudo nos centros históricos. É claro que tem toda a questão da gentrificação, que precisa ser evitada. São desafios que precisam ser enfrentados para chegarmos na cidade do século XXI, densa e compacta⁴¹⁸.

Não é mais possível defender aqui [na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro] uma cidade espalhada e que separa os seus usos, como se fazia na década de 1950. Os dilemas são outros e a cidade do Rio de Janeiro tem que ser pensado a partir deles. Londres, Barcelona e outras cidades europeias nos ajudam a pensar esse outro modelo de cidade⁴¹⁹.

A ideia de preservação já domina o debate acadêmico europeu desde meados do século XX, estando cada vez mais presente nos EUA. É claro que aqui no país esse debate também está presente faz tempo, mas ele ainda convive com políticas públicas que expande o seu território e prestam pouco atenção nos seus centros históricos⁴²⁰.

⁴¹⁶ Conversa informal com o arquiteto Marcos Sá no seu escritório no bairro do Flamengo no dia 22.5.2013.

⁴¹⁷ Fala de arquiteto não identificado durante o debate “Os projetos da Prefeitura do Rio para o centro da cidade” realizado no Instituto dos Arquitetos do Brasil no bairro do Flamengo no dia 10.6.2013.

⁴¹⁸ Fala do arquiteto e professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo Eduardo Nobre durante o seminário “Mega-eventos e transformações urbanas no Rio de Janeiro” organizado pelo Programa de Pós-Graduação de Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro no dia 11.6.2013.

⁴¹⁹ Conversa informal nos corredores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro com um aluno de graduação dessa mesma faculdade no dia 15.05.2014.

⁴²⁰ Fala de arquiteto não identificado durante a palestra “Guilherme Assange: Rio Metropolitano” realizada Studio-X no Centro no dia 24.7.2014.

Se esse conjunto de dados sugere que a representação de cidade em questão tem como suporte o conhecimento produzido nas instituições de ensino, é provável que estejamos diante de indícios de seu enraizamento social. Ou seja, no sistema de transmissão de conhecimento que é comum a todos os arquitetos investigados, a formação em nível de graduação e, quando houver, de pós-graduação em arquitetura. O que, no caso dos sujeitos entrevistados, engloba tantas instituições de ensino sediadas no Rio de Janeiro – Universidade Santa Úrsula, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro -, em outras cidades brasileiras – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco (Recife), - ou estrangeira – Universidade de Columbia (Nova York), Universidade de Harvard (Cambridge), Universidade Nacional de Rosário (Rosário), Universidade da Pensilvânia (Filadélfia), Universidade da Califórnia (Berkeley).

De fato, se estendermos a investigação à produção acadêmica de arquitetos e urbanistas é possível verificar que a investigação e a defesa de uma morfologia urbana menos dispersas está presente tanto nos círculos acadêmicos estrangeiros como brasileiros. Os trabalhos da norte-americana Jane Jacobs, dos ingleses Richard Rogers e Mike Jenks e do dinamarquês Jan Gehl, por exemplo, fornecem subsídios teórico-metodológicos sobre a contenção da dispersão urbana, seja como uma estratégia deliberada por parte do poder público ou como parte constitutiva da evolução urbana das cidades contemporâneas⁴²¹. No Brasil, por sua vez, alguns pesquisadores fazem sua contribuição ao mobilizar a noção de “cidade compacta” na análise das transformações urbanas das cidades brasileiras, como é o caso das pesquisas de Geovany Silva e Marta Romero, Pedro Abramo e Carolina Pescatori⁴²². São todos eles exemplos da circulação da representação de uma cidade densa e compacta em centros acadêmicos estrangeiros e brasileiros.

Considerar que o imaginário dos arquitetos é, em parte, constituído “a partir de um saber e de uma lógica” que, tal como definiu Lefebvre, integram as “representações do espaço”, pode parecer uma obviedade⁴²³. Ainda mais quando nos defrontamos com o alerta desse autor acerca do risco de a arquitetura e de o urbanismo substituírem a realidade urbana

⁴²¹ Cf. Jane Jacobs, *Morte e vida de grandes cidades*, [1961] 2009; Richard Rogers *et. al.*, *Cidades para um pequeno planeta*, [1997] 2001; Mike Jenks *et. al.*, *The compact city. A sustainable urban form?*, 1996; Jan Gehl, *Cidade para pessoas*, [2010] 2013.

⁴²² Cf. Marta Romero e Geovany Silva, “O urbanismo sustentável no Brasil. A revisão de conceitos urbanos para o século XXI”, *Arquitextos*, 2011; Pedro Abramo, “A cidade com-fusa: a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas”. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 2011; Carolina Pescatori, “Cidade compacta e cidade dispersa: ponderações sobre o projeto do Alphaville Brasília”. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 2015.

⁴²³ Cf. Henri Lefebvre, *op. cit.* [1980] 2006, p. 62.

por “representações (ideológicas e institucionais)”, não reconhecendo que o todo espaço é “produto e, em seguida, que esse produto não resulta do pensamento conceitual”⁴²⁴. Sendo a produção de um conhecimento que se encerra em si mesmo e cuja circulação se restringe aos seus pares a sua manifestação mais evidente, como adverte o autor no trecho a seguir:

Os arquitetos parecem ter estabelecido e dogmatizado um conjunto de significações, mal explicitado como tal e que parece através de diversos vocabulários: ‘função’, ‘forma’, ‘estrutura’, ou antes funcionalismo, formalismo, estruturalismo. Elaboram-no não a partir das significações percebidas e vividas por aqueles que habitam, mas a partir do fato de habitar, por eles interpretado. Esse conjunto é verbal e discursivo, tendendo para a metalinguagem. É grafismo e visualização. Pelo fato de que esses arquitetos constituem um corpo social, que eles se ligam a instituições, seu sistema tende a se fechar sobre si mesmo, a se impor, a eludir qualquer crítica⁴²⁵.

Ainda que a prática do arquiteto nunca esteja livre do risco de um desenraizamento da realidade social que ele visa compreender e intervir – o mesmo se aplica à produção de conhecimento sociológico sobre a cidade, por exemplo -, vimos que os sujeitos estudados não deixaram de fazer referências a sua vida cotidiana na cidade do Rio de Janeiro ou, no caso dos espaços heterotópicos, em bairros e logradouros dessa cidade e em cidade outras. O que foram tomadas por mim como indícios de que algumas das imagens apreendidas foram potencialmente forjadas e informadas pela vivência dos arquitetos nesses lugares empiricamente existentes.

Foi com esse fim que, durante as entrevistas, perguntei aos arquitetos em que cidades eles já haviam morado e, no caso do Rio de Janeiro, quais bairros eles haviam residido. Com o mesmo interesse, perguntei a todos eles o seu atual local de trabalho, mais especificamente o bairro em que se situa o escritório em que cada um deles atua profissionalmente. Ainda que seja importante considerar que por meio das entrevistas tenho acesso apenas ao que eles *dizem que fazem* e não o que eles de *fato fazem*, penso que os dados coletados são indícios dos vínculos socioespaciais que os arquitetos entrevistados potencialmente estabelecem com as cidades, bairros ou logradouros referidos em outros trechos das entrevistas. Vejamos no quadro a seguir o que foi possível apreender nos relatos dos arquitetos sobre seus espaços de moradia e de trabalho, agora mais detalhadamente:

⁴²⁴ Cf. Henri Lefebvre, *op. cit.*, [1970] 2008, pp. 45, 139.

⁴²⁵ Cf. Henri Lefebvre, *op. cit.*, [1968] 2001, pp. 111.

Quadro 9: Arquitetos dos concursos “Porto Olímpico” e “Sede do Campo Olímpico de Golfe” entrevistados, com dados sobre a sua nacionalidade, a sua naturalidade e as cidades e os bairros de moradia e de trabalho

Nome	Nacionalidade	Naturalidade	Cidades de moradia e respectivo ano ou período	Bairros de moradia anteriores e atual no Rio de Janeiro	Bairro do escritório de arquitetura atual no Rio de Janeiro
A	Brasileiro	Rio de Janeiro	Lenoi (1986); São Paulo (1994); Olinda (1996); Nova York (2000)	Gávea e Ipanema (hoje)	Ipanema
B	Brasileiro	Rio de Janeiro	Porto (sem data); Londres (sem data)	Santa Teresa e Jardim Botânico (hoje)	Gávea
C	Brasileiro	Rio de Janeiro	Uberaba (1943-1960); Cambridge (1979-1981); Maracaibo (1982-1983); Lisboa (sem data); Stuttgart (sem data)	Cosme Velho (hoje)	Cosme Velho
D	Argentino	Rosário	Rosário (nascimento-1980)	Urca (hoje)	Glória (hoje)
E	Brasileiro	Niterói	Niterói (sem data); Filadélfia, (1994-1996); São Francisco (1996-2003)	Flamengo (hoje)	Flamengo
F	Brasileiro	Rio de Janeiro	Milão (sem data); Paris (sem data); Salvador (sem data); São Francisco (sem data)	Jardim Botânico	Centro
G	Brasileiro	Rio de Janeiro	Dessau (1994); Belém (1999-2000)	Laranjeiras, Santa Teresa e Humaitá (hoje)	Humaitá
H	Brasileiro	Rio de Janeiro	Lisboa (sem data); Boston (sem data)	Laranjeiras, Leblon e Cosme Velho (hoje)	Lapa / Santa Teresa
I	Brasileiro	Brasília	Brasília (1985 - 1988); Buenos Aires (sem data); Rio de Janeiro (2010)	"zona sul" (bairro não mencionado)	N/a (atualmente mora na cidade de Petrópolis)
J	Brasileiro	Rio de Janeiro	Campinas (1979 - 1982); Paris (1983)	Copacabana e Leblon (hoje)	Copacabana

Observo que todos os entrevistados citaram experiências de moradia em cidades estrangeiras, sempre por um período igual ou superior a seis meses. Entre as mencionadas estão as argentinas Buenos Aires e Rosário, a venezuelana Maracaibo, as americanas Lenoir, Nova York, Cambridge, Boston, Filadélfia e São Francisco, as alemãs Dessau e Stuttgart, a inglesa Londres, a francesa Paris, a italiana Milão e as portuguesas Lisboa e Porto. Entre elas, São Francisco, Paris e Lisboa são referidas como local de moradia por dois dos dez

entrevistados. Com representantes em três continentes, as cidades europeias foram citadas por nove deles, as norte-americanas por seis e as sul-americanas por três, sugerindo uma preferência pelos dois primeiros continentes.

Quando o está em questão é a moradia em outras cidades brasileiras, curiosamente não mencionadas nos trechos destacados nos capítulos anteriores, observo que a quase totalidade dos 10 arquitetos revelou ter tido uma experiência do tipo. Entre as citadas estão as cidades de Brasília, Belém, Olinda, Salvador, Uberaba, Campinas, São Paulo, Petrópolis e Niterói. É uma relação que mostra a concentração dos arquitetos por cidades localizadas na região Sudeste, situadas, sobretudo, nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Adentrando agora a cidade do Rio de Janeiro, noto que os bairros de moradia e de trabalho mencionados pelos arquitetos são quase todos localizados na zona sul da cidade. Entre os bairros de residência, no presente ou no passado, foram citados Laranjeira, Leblon, Cosme Velho, Jardim Botânico, Humaitá, Copacabana, Gávea, Ipanema, Urca e Flamengo, sendo que os quatro primeiros referidos por dois deles. Já os bairros citados como sede dos escritórios de arquitetura em que esses atuam profissionalmente atualmente foram Humaitá, Copacabana, Ipanema, Gávea, Cosme Velho, Glória e Flamengo. As únicas exceções à predileção pelos bairros localizados na zona sul foi a alusão de um arquiteto de sua antiga residência em Santa Teresa e a localização de dois escritórios na Lapa e no Centro, todos eles situados na área central da cidade.

Ainda que não seja possível apontar uma correspondência exata entre os espaços empiricamente referidos nos trechos analisados nos capítulos anteriores e as cidades e os bairros mencionados pelos entrevistados como local de moradia e trabalho, observo uma certa proximidade entre eles. Isso porque nas duas situações as cidades empiricamente referidas se localizam preferencialmente no continente europeu ou nos Estados Unidos da América, e os bairros na zona sul da cidade do Rio de Janeiro. O que sugere, portanto, a possibilidade de uma homologia entre os espaços idealmente referidos e os espaços supostamente vividos pelos entrevistados.

Também considero fundamentais os relatos dos arquitetos sobre suas experiências mais fugazes em outras cidades, quando eles descrevem suas impressões ao visitá-las. Vimos isso em um conjunto expressivo de trechos anteriormente analisados, em que os arquitetos fazem referência as cidades por eles visitadas quando o que está em questão são as representações da cidade segura, da cidade das áreas comuns públicas, da cidade da mistura

de usos e da cidade dos transportes coletivos, dos ciclistas e dos pedestres. Vejamos a seguir alguns exemplos que, aos meus olhos, são os mais representativos dessa relação:

As cidades que a maioria das pessoas gostariam de conhecer, têm uma coisa em comum: não tem essa coisa de ter medo de andar na rua. Em Londres é assim, Paris, Berlim, Barcelona... A gente que mora no Rio não sabe nem o que é isso, entende? A gente sente isso quando viaja para esses lugares⁴²⁶.

Talvez a cidade que é mais rica, que mais se aproxima do que a gente fala, é Barcelona. Com sua *rambla* e a cidade medieval, ela está cheia de vida, de história, de centros culturais, de habitações. Por isso é um lugar vivo e rico de opções, com suas *ramblas* e calçadas sempre cheias. É uma cidade que me encanta toda vez que eu vou⁴²⁷.

Nova York é uma loucura, tem uma congestão de coisas em um pequeno recorte da cidade. Toda vez que eu vou para lá, fico completamente louco com a sua mistura. É a única cidade que eu conheço que funciona 24 horas por dia, pois elas consegue reunir atrativos culturais, comerciais, residenciais, hoteleiros,...tudo em um só lugar⁴²⁸.

Paris, né? Tem aquela coisa da escala urbana perfeita, que a gente pode chamar de perfeita. Estou falando isso em relação ao homem. É uma cidade que te convida a circular por ela de maneira próxima, de andar pela rua, pelos parques. É uma delícia, eu adoro passear por lá⁴²⁹.

Para corroborar com essa relação, não faltaram anotações no meu caderno de campo de falas em que arquitetos diversos relatam suas experiências em cidades outras. A seguir, seleciono aquelas que, aos meus olhos, reforçam as representações anteriormente referidas:

Eu sinto muito medo de andar na rua de noite aqui no Rio. Acho que todo mundo, né? É tão libertador você viajar para um lugar, como Londres ou Nova York, e você se sentir segura a qualquer hora do dia. Não é que a violência não exista lá, mas você não tem essa sensação [...]. Eu sinto muita falta disso aqui⁴³⁰.

Eu viajei recentemente para o sul da Europa e vi muita gente sentada no banco da praça. Isso aqui é mal visto, é coisa de vagabundo, de desocupado. [...] É preciso mudar essa nossa relação com o público. Aqui nós cuidamos muito bem do privado, porém o público não é considerado de todos, mas dos outros. É preciso uma mudança de mentalidade⁴³¹.

⁴²⁶ Entrevista com o arquiteto A, morador do bairro de Ipanema e graduado na Universidade Santa Úrsula, realizada no seu escritório no bairro de Ipanema no dia 9.1.2015.

⁴²⁷ Entrevista com o arquiteto E, morador do bairro do Flamengo e graduado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, realizada no seu escritório no bairro do Flamengo no dia 12.11.2014.

⁴²⁸ Entrevista com o arquiteto G, morador bairro Humaitá e graduado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, realizada no seu escritório no bairro do Humaitá no dia 29.10.2014.

⁴²⁹ Entrevista com o arquiteto J, morador do bairro do Leblon e graduado na Universidade Santa Úrsula, no seu escritório no bairro de Copacabana no dia 6.11.2014.

⁴³⁰ Conversa informal com arquiteto não identificado durante a palestra “2X Londres: pensando a arquitetura fora da caixa” realizada no Studio X no Centro no dia 3.4.2014.

⁴³¹ Fala do arquiteto Lauro Cavalcanti durante a palestra “Lauro Cavalcanti: das varandas aos pilotis” realizada no Studio X no Centro no dia 24.7.2014.

Eu sempre tento trazer experiências de outras cidades para o meu projeto, é preciso estar antenado com o que deu certo ou não. [...] E a tendência pelo mundo a fora é de uma cidade com diferentes usos, com uma circulação 24h por dia. Eu sempre tento empurrar isso para os meus clientes e cada vez vejo com mais esperança. Essas construtoras estão com uma cabeça novas, que viajam muito. Essa garotada conhece Londres, Berlim e Paris melhor do que o Rio de Janeiro. Eles sabem o que dá certo lá e querem trazer para aqui⁴³².

Eu fui recentemente para Barcelona e fiz algo que nunca tinha feito, me desloquei um dia inteiro só de bicicleta. É incrível como a cidade está aberta para esse tipo de transporte, vi muita gente indo trabalhar assim. [...] O Rio precisa estar mais atento a isso, não dá mais para ficar falando que o calor desestimula o ciclista. Se as pessoas andam de bicicleta debaixo de neve em Amsterdã, por que não andariam debaixo do sol aqui⁴³³?

Por fim, há ainda aquelas representações de cidade que foram forjadas por meio imagens que não fazem referências a espaços empiricamente existentes. É o caso das representações da cidade relativas a esta como espaço do encontro da diferença, e da cidade igualitária: as falas dos arquitetos sugerem que essas não fazem parte da realidade empírica desses sujeitos no Rio de Janeiro; aparecem apenas como construções mentais que exploram o espaço entre o possível e o impossível. O que pode significar que estamos diante daquilo que Lefebvre chamou de “utopia abstrata ou concreta: ”exploração do possível por proposições ou representações, pelo simbolismo ou pelo imaginário. O movimento de análise dialético levado a cabo segundo conceitos metodológicos e teóricos, reúne: a racionalidade (nos meios e nos fins) e o irracional (a vivência, as emoções, os sentimentos, ou seja, os afetos inerentes à obra)⁴³⁴.

É claro que os arquitetos não são os únicos sujeitos capazes de atribuir sentidos outros às cidades em que vivem e atuam profissionalmente, por vezes por meio de imagens que apontam para um projeto de futuro liberado dos limites do mundo empiricamente existente. No entanto, é impossível ignorar que essa capacidade é constitutiva do *métier* desse profissional, como confirmam as respostas dos arquitetos entrevistados sobre a importância de seu ofício para a cidade, entre as quais reproduzi as que considero mais representativas a seguir:

O arquiteto hoje ajuda a pensar a cidade do futuro, ainda que suas propostas não se realizem. É claro que a gente fica frustrado com isso, como aconteceu com o Porto Olímpico. Mas eu acho que o que ficou para a cidade foi esse debate de uma cidade que aproxima as pessoas, aquilo que tá no centro de qualquer debate sobre a cidade⁴³⁵.

Os engenheiros gostam de chamar a gente de louco, mas eu não acho isso ruim. A nossa sociedade só é assim hoje por que alguém teve a coragem, independente dos outros, propor

⁴³² Fala do arquiteto Daniel Gusmão durante a palestra “Nova Arquitetura Carioca VII” realizada no Studio X no Centro no dia 20.5.2014.

⁴³³ Conversa informal com o arquiteto João Pedro Backheuser no seu escritório em Ipanema no dia 8.5.2013.

⁴³⁴ Cf. Henri Lefebvre, op. cit., [1980] 2006, pp. 253-254.

⁴³⁵ Entrevista com o arquiteto A, morador do bairro de Ipanema e graduado na Universidade Santa Úrsula, realizada no seu escritório no bairro de Ipanema no dia 9.1.2015.

algo diferente. É isso que eu tento fazer em todos os meus projetos, ainda que isso me traga alguns problemas [risos]⁴³⁶.

Eu acho que o arquiteto tem o papel de ser um eterno provocador. Ele deve sempre propor algo que está além do que foi encomendado, ainda que o cliente não aceite, ele passa a pensar que existe outra maneira de fazer. Quando o que está em questão é a cidade, ele deve pensar o impensável, o impossível⁴³⁷.

Junto com esses trechos, que enfatizam a dimensão provocadora do *métier* arquitetônico, encontro algumas anotações no meu caderno de campo que reforçam esse aspecto. Entre elas, destaco algumas transcrições das conversas informais que tive com arquitetos que cursaram a disciplina “A profissão do arquiteto: desafios e perspectivas”, ministrada pelo professor Francisco Segnini Jr, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Com todos eles atuando profissionalmente no mercado paulistano, era assunto constante das conversas dentro e fora da sala de aula a distância entre suas construções imaginárias e sua prática profissional cotidiana. Vejamos algumas falas sobre a questão, transcritas de meu caderno de campo:

Às vezes eu fico achando que a gente vive num mundo imaginário, criando praças, ruas e prédios que nunca existirão. No fundo, a gente sabe disso, mas isso já faz parte da gente. Todo arquiteto, os bons, é claro, é meio lunático. Você já viu os projetos não realizados do [Joaquim] Guedes, do [Vilanova] Artigas e [Sérgio] Bernardes. É uma loucura⁴³⁸!

A gente sai da faculdade achando que vai mudar o mundo, cheio de ideias de como as coisas podem ser diferentes. A verdade é que a gente nunca perde esse desejo, ainda que o mundo real sempre impeça que nossos sonhos se realizem [...]. É difícil explicar, mas todo arquiteto tem um pouco disso⁴³⁹.

Se você conversar com qualquer arquiteto, principalmente aqueles que ainda estão na faculdade, você vai ver que todos eles já têm na cabeça tudo que deve ser feito na cidade. Quando a gente entra no mercado de trabalho e vê que as coisas não são bem assim, a nossa imaginação vai sendo tolhida. [...] Mas é o que eu sempre digo, não se pode perder nunca a capacidade de pensar além do que está aí, já posto. Quando você perde isso, deixou de ser arquiteto⁴⁴⁰.

⁴³⁶ Entrevista com o arquiteto D, morador do bairro da Urca e graduado na Universidade Nacional de Rosário, realizada no seu escritório no bairro da Glória no dia 3.12.2014.

⁴³⁷ Entrevista com o arquiteto H, morador do bairro Cosme Velho e graduado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, realizada no seu escritório no bairro de Santa Teresa no dia 12.11.2014.

⁴³⁸ Fala de uma arquiteta durante a aula da disciplina “A profissão do arquiteto: desafios e perspectivas” realizada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, no dia 17.5.2013.

⁴³⁹ Conversa informal com um arquiteto após a aula da disciplina “A profissão do arquiteto: desafios e perspectivas” realizada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo no dia 27.10.2013.

⁴⁴⁰ Conversa informal com um arquiteto após a aula da disciplina “A profissão do arquiteto: desafios e perspectivas” realizada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo no dia 13.11.2013.

Essa é apenas uma pequena amostra dos trechos transcritos no meu caderno de campo ao longo dos dois anos de pesquisa, em que os meus interlocutores sempre ressaltaram a dimensão propositiva de sua atuação profissional. Por vezes com uma forte dosagem de fantasia e de sonho, a dimensão utópica de suas provocações, no entanto, nunca rompe completamente com o desejo de se realizar⁴⁴¹. O que, no caso dos arquitetos, está amparado pelas intervenções possíveis do espaço físico. Essa dimensão, inclusive, é tema de uma das disciplinas eletivas oferecidas atualmente na graduação do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, intitulada “Projeto de Arquitetura Utópica”. Segundo a sua ementa, que reproduzo a seguir, o imaginário e o sonho serviriam de apoio para as possíveis intervenções práticas:

O Projeto de Arquitetura Utópica se dedica à elaboração de modelos concretos baseados no imaginário e na fantasia. Discute o compromisso com as possibilidades de realização e de utilização prática. Visão do futuro no espaço arquitetônico projetado. Elaboração de cenários físico-sociais hipotéticos. Projeção de uma realidade imaginária. Projetos de prédios ideais que utilizem tecnologias altamente aperfeiçoadas. Elaboração de estruturas arquitetônicas e cenários físico-sociais hipotéticos a partir da discussão teórico-prática dos conceitos: utopia, imaginação, criatividade, ação crítica, projeto e tecnologia⁴⁴².

O que, aos meus olhos, são indícios de que as representações que medeiam o imaginário investigado provavelmente se enraízam numa teia de interações e de relações sociais que, apesar de estar vinculado à formação desses arquitetos, não parece ser tão tangível como as anteriormente referidas. É que ela parece estar enraizada no conhecimento de senso comum que se constrói nas interações sociais com outros arquitetos, ao compartilharem suas expectativas e suas frustrações diante do seu ofício. O que pode se dar dentro da sala de aula, nos corredores da faculdade e em situações sociais diversas que permitam essa interação com os seus pares. Ou mesmo por meio da interlocução, mediada por revistas, livros e documentos audiovisuais, com arquitetos que, apesar de notáveis, não deixam de expressar essa distância entre o seu ímpeto de transformar a realidade social existente e as condições de sua prática profissional cotidiana

⁴⁴¹ Ao definir o conceito de utopia, o historiador britânico Gregory Claeys argumenta que a utopia não pode ser “reduzida a um impulso psicológicos, sonho, fantasia, projeção, desejo e vontade, embora esses possam servir de apoio para sua criação e descoberta”, visto que ela se situa entre o “possível” e o “impossível”. Cf. Gregory Claeys, *Utopia. A história de uma ideia*, [2011] 2013, p. 11,15.

⁴⁴² Departamento de Arquitetura e Urbanismo, “Disciplinas”, *Curso de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro*, [seção “Graduação”], s.d.

Quanto a essa questão, não podemos esquecer as contribuições de alguns pesquisadores sobre a profissão do arquiteto que, em maior ou menor medida, já apontam para essa característica da atuação profissional do arquiteto. Durand, por exemplo, descreve a arquitetura como um exercício de prospecção: o “arquiteto deve pensar não apenas em termos da realidade atual (que a ciências social contribui a esclarecer), mas antecipar, intuitivamente, necessidades virtuais ainda não conscientes do homem comum”⁴⁴³. Marques, por sua vez, afirma que é próprio do “ideário do arquiteto a concepção idealista do processo de criação artística, menosprezando, muitas vezes, as condições materiais que delimitam, em última análise as possibilidades desse processo”⁴⁴⁴.

Ou ainda desconsiderar que a “utopia” é uma noção frequentemente mobilizada por teóricos na análise da história da arquitetura e do urbanismo. O historiador britânico Gregory Claeys analisa a história da cidade medieval à moderna a partir de utopias forjadas dentro de duas tradições contrastantes, a urbana e a rural⁴⁴⁵, a arquiteta francesa Françoise Choay produz uma antologia do pensamento urbanístico por meio do contraste entre as noções de “utopias” e de “realidades”⁴⁴⁶ e, pensando especificamente o caso brasileiro, o antropólogo norte-americano James Holston faz uma análise crítica à utopia que teria orientado a concepção do projeto urbanístico de Brasília na década de 1950⁴⁴⁷.

Em suma, estamos diante de indícios que sugerem que o imaginário dos arquitetos ora investigados se enraíza em uma teia de relações e interações sociais que superam o grupo aqui investigado. O que me leva a considerar três dimensões da vida social desses sujeitos: 1) a formação acadêmica em arquitetura, que coloca o arquiteto em contato com experiências internacionais, sobretudo europeias e norte-americana, de intervenções arquitetônicas e urbanísticas 2) as experiências vividas por eles em bairros específicos do Rio de Janeiro, localizados sobretudo na sua zona sul, e em cidades particulares, quase sempre localizadas no continente europeu ou nos EUA; 3) as interações sociais com seus pares pela mediação de sentidos compartilhados sobre uma cidade virtual, cuja construção é constitutiva do *métier* do arquiteto.

⁴⁴³ Cf. José Carlos Durand, *op. cit.*, 1974, p. 24.

⁴⁴⁴ Cf. Sônia Marques, *op. cit.*, [1983] 1996, s.p.

⁴⁴⁵ Cf. Gregory Claeys, *op. cit.*, [2011] 2013, pp. 113-127.

⁴⁴⁶ Cf. Françoise Choay, *op. cit.*, [1965] 2010.

⁴⁴⁷ Cf. James Holston, *op. cit.*, [1989] 2010.

CONCLUSÃO

A incursão pelo imaginário dos arquitetos me levou para espaços que jamais poderia ter imaginado, quando elegi a cidade do Rio de Janeiro como *locus* desta investigação. Foram cidades, bairros e logradouros que, aos olhos dos arquitetos investigados, estariam associados a possibilidade de uma ordem outra por referência ao Rio de Janeiro presente e passado. Além disso, também fui levado a imaginar, junto com os sujeitos investigados, espaços que não encontram no mundo empiricamente existente o seu lugar, mas que nem por isso parecem deixar de informar a atuação dos arquitetos na cidade do Rio de Janeiro.

Tudo isso só foi possível pela mediação das imagens que tornaram presentes os outros Rios de Janeiro dos arquitetos investigados, e cuja produção é indissociável da teia de relações e interações sociais de que estes sujeitos fazem parte. Foi diante do desafio de analisar dimensão social que subjaz a produção das imagens em questão, que encontrei indícios de que algumas das imagens apreendidas compartilham o fato de terem sido forjadas a partir no contato real dos arquitetos com os espaços empíricos referidos. Já outras, por sua vez, parecem ter como suporte social o conhecimento produzido no âmbito da sua formação acadêmica, dentro ou fora da sala de aula.

Apesar da existência de dados que sugerem a pertinência empírica das hipóteses que guiaram este estudo, é impossível deixar de reconhecer, por fim, que, para sustentá-las, um empreendimento investigativo mais extenso teria sido necessário. Dentre as possibilidades, há espaço para a análise das imagens da cidade que vêm à tona em outros lugares sociais, como nos meios de comunicação de massa, nos debates públicos e nas salas de aula⁴⁴⁸, fazendo punções em lugares diversos da teia de interações e de relações sociais que aqui busquei investigar. De fato, há inevitáveis riscos em restringir, como fiz aqui, a apreensão analítica de imagens orais sobre a cidade à situação de entrevista, visto que as imagens e referências espaciais ali referidas estão intrinsecamente relacionadas à temática mais ampla e à maneira como as perguntas se encadearam durante a entrevista, assim como ao modo como transcorreu a minha interação com os arquitetos desde o meu primeiro contato com eles.

Sobre as interações que estabeleci com meus interlocutores durante a entrevista, penso também ser fundamental fazer algumas ressalvas. É provável que o fato dos entrevistados não terem me identificado como arquiteto, mas sim como mestrando em sociologia, tenha

⁴⁴⁸ Para este estudo, a investigação desses outros lugares sociais serviu apenas como contraponto para a reflexão.

influenciado substancialmente a sua maneira de representar na minha frente a realidade em questão⁴⁴⁹. Além da mobilização de um léxico direcionado a não iniciados nos conhecimentos da arquitetura e do urbanismo, também é possível que os espaços referidos tenham sido eleitos em função dessa distância. Nesse sentido, não posso descartar que a escolha de bairros na zona sul do Rio de Janeiro e de cidades norte-americanas e europeias como objetos de representação de uma ordem outra talvez seja tributário da tentativa dos entrevistados de elegerem referências espaciais mais amplamente conhecidas por não especialistas.

Além disso, não deixa de ser temerário assumir os relatos de dez arquitetos sobre as suas vivências nessa e em outras cidades ou sobre a sua atuação profissional como fontes privilegiadas para chegar a dados sobre a vida social dos sujeitos, visto que suas falas nada mais são que representações produzidas em uma situação social específica. Por isso, admito hoje que, para sustentar as hipóteses levantadas, teria sido importante a investigação da vida social dos arquitetos a partir de outros ângulos: a análise de suas trajetórias acadêmicas (sua formação nas instituições de ensino); a observação participante de sua atuação profissional nos escritórios, seus espaços privilegiados de interação social; a análise documental da dimensão visual dos projetos arquitetônicos e urbanísticos, para mencionar algumas das possibilidades metodológicas com que entrei contato durante o processo de pesquisa.

Apesar das lacunas mais evidentes, penso que o estudo cumpriu, a seu modo, alguns papéis. Em primeiro lugar, sinaliza para as possibilidades investigativas que o instrumental conceitual produzido por Henri Lefebvre oferece a estudos que se propõem a estudar a atuação profissional do arquiteto na cidade, justamente ao voltar-se à análise do “movimento dialético entre a vivência e o concebido”⁴⁵⁰. A perspectiva permite enfrentar ao mesmo tempo não apenas duas dimensões da vida social dos arquitetos, mas também duas temáticas sociológicas mais amplas: a produção do espaço urbano e a produção do conhecimento arquitetônico e urbanístico, a primeira delas no âmbito de uma sociologia da cidade, ou urbana, e a segunda de uma sociologia do conhecimento.

Em segundo lugar, esta investigação espera contribuir para os estudos urbanos brasileiros pelo fato de trazer para o primeiro plano de uma pesquisa qualitativa falas de arquitetos sobre a cidade em que atuam. De fato, espero ter não apenas apontado caminhos investigativos *sui generis* que podem ser aprofundados, mas também sinalizado para a

⁴⁴⁹ Sobre essa questão, Poupart descreve como que as “intervenções, as atitudes e as características do entrevistador são capazes de marcar as falas do entrevistador”. Cf. Jean Poupart, *op. cit.*, 2010, pp. 235-238.

⁴⁵⁰ Cf. Henri Lefebvre, *op. cit.*, [1980] 2006, p. 77.

importância de se problematizar o lugar desses outros espaços (europeus, norte-americanos e da zona sul carioca), quando o que está em questão é a atuação profissional do arquiteto na cidade. Se as imagens de espaços diversos me conduziram a representações de cidade, também evidenciei que a relação entre as imagens forjadas por referência aos espaços do Rio de Janeiro e de outras cidades são marcadas ora pela proximidade, ora pela distância. O que, em certa medida, ajuda a problematizar não apenas o que, aos olhos desses arquitetos, têm de comum esses diferentes espaços, mas o que torna cada um deles particular. A importância desse aspecto, no meu ponto de vista, está em contribuir para o que Frehse alerta, recorrendo a Lefebvre: que se evitem interpretações redutoras das “diferenças empíricas da realidade”, e que muitas vezes aparecem nos estudos urbanos brasileiros⁴⁵¹.

Por fim, este estudo dialogou, a seu modo, com uma questão de minha orientadora que acompanha esta investigação desde os seus primórdios: qual o imaginário de cidade que impregna a atuação profissional dos arquitetos e/ou urbanistas em relação às urbes onde e/ou que projetam, respectivamente? Tendo constatado que boa parte dos sujeitos investigados elegeram como referências espaciais de suas imagens do Rio de Janeiro bairros e logradouros da zona sul carioca e, sobretudo, cidades europeias e norte-americanas, é para mim inevitável concluir esta dissertação com uma provocação aos arquitetos hoje atuantes na cidade do Rio de Janeiro: O quanto será que estes estariam projetando um Rio de Janeiro desenraizado da realidade sócio-histórica dessa cidade? As limitações metodológicas deste estudo não me permitem, hoje, responder essa questão. Mas, se a resposta fosse positiva, o desafio desses profissionais não seria diferente daquele que é enfrentado por quem elegeu a sociologia como ofício. Ao menos é o que sugere a análise de Frehse acerca das “u-topias (urbanas) do pensamento sociológico”, em que ela argumenta que desde os primeiros tempos da disciplina “cidades específicas viraram objetos de representação de cidade” e, assim, passaram a ser não raro “conceitualmente referenciadas para explanar características da vida social” de cidades outras⁴⁵².

Enfim, se fosse esse o caso entre os arquitetos atuantes no Rio de Janeiro, então parece-me urgente, tanto para estes como para os sociólogos, pensar essa cidade de ontem, de hoje e de amanhã “nos seus próprios termos”. Mas isso é assunto para uma próxima investigação.

⁴⁵¹ Cf. Fraya Frehse, “Os tempos (diferentes) do uso das praças da da Sé em Lisboa e em São Paulo”, em Carlos Fortula e Rogerio P. Leite (orgs.), *Diálogos urbanos. Território, cultura, património*, 2013, p.130.

⁴⁵² Cf. Fraya Frehse, “U-topias do pensamento sociológico”, em *Estudos Avançados*, 2012, p. 192.

BANCOS ELETRÔNICOS DE DADOS CONSULTADOS

a. Acervo

ACERVO O GLOBO. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/> maio de 2014.

b. Catálogos

ARGONAUTAS. Disponível em: http://www.bibliotecas.uff.br/catalogo_online

DEDALUS. Disponível em: <http://www.dedalus.com.br/>.

MINERVA. Disponível em: <http://146.164.2.115/F?RN=18525366>

SCIELO. Disponível em: <http://www.scielo.org/php/index.php>.

c. Sítios eletrônicos

ARCHDAILY BRASIL. Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br>.

ARQ! BACANA. Disponível em: <http://www.arqbacana.com.br/>.

AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA. Disponível em: <http://www.apo.gov.br/site/>.

BRASIL 2016. Disponível em: <http://www.brasil2016.gov.br/pt-br>.

CIDADE OLÍMPICA. Disponível em: <http://www.cidadeolimpica.com.br/>.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO. Disponível em: <http://www.cob.org.br/>.

CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO. Disponível em: <http://www.cau.puc-rio.br/home/>

EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: <http://www.emop.rj.gov.br/index.asp>.

EMPRESA OLÍMPICA MUNICIPAL. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/eom>.

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO. Disponível em: <http://nova.fau.ufrj.br/>

INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL – DEPARTAMENTO RIO DE JANEIRO. Disponível em: <http://www.iabrij.org.br/>.

INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL, Disponível em: <http://www.iabrij.org.br/>.

INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. Disponível em: <http://www.olympic.org/>.

REVISTA AU. Disponível em: <http://au.pini.com.br/>.

REVISTA PROJETO DESIGN. Disponível em: <https://arcoweb.com.br/projetodesign>.

RIO 2016. Disponível em: <http://www.rio2016.com/>.

VITRUVIUS. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/jornal>.

FONTES PRIMÁRIAS

a. Documentos do Concurso “Porto Olímpico” e do Concurso “Sede do Campo Olímpico de Golfe” e dos projetos arquitetônicos e urbanísticos premiados

Editais e Termos de Referência dos Concursos

INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL DEPARTAMENTO RIO DE JANEIRO.
Edital do Concurso Porto Olímpico. Rio de Janeiro: IAB-RJ, 09.11.2010a.

INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL DEPARTAMENTO RIO DE JANEIRO.
Edital do Concurso Sede do Campo Olímpico de Golfe. Rio de Janeiro: IAB-RJ, 06.08.2012a.

INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL DEPARTAMENTO RIO DE JANEIRO.
Termo de Referência do Concurso Porto Olímpico. Rio de Janeiro: IAB-RJ, 09.11.2010b.

INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL DEPARTAMENTO RIO DE JANEIRO.
Termo de Referência do Concurso Sede do Campo Olímpico de Golfe. Rio de Janeiro: IAB-RJ, 06.08.2012b.

Atas dos Concursos

INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL DEPARTAMENTO RIO DE JANEIRO.
Ata de Julgamento do Concurso Porto Olímpico. Rio de Janeiro: IAB-RJ, 06.02.2011.

INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL DEPARTAMENTO RIO DE JANEIRO.
Ata de Julgamento do Concurso Sede do Campo Olímpico de Golfe. Rio de Janeiro: IAB-RJ, 27.09.2012c.

Pranchas Digitais

AFLALO, Roberto et. al. *Pranchas Digitais - Concurso Porto Olímpico*. Rio de Janeiro: IAB-RJ, 2011.

BACKHEUSER, João Pedro et. al. *Pranchas Digitais - Concurso Porto Olímpico*. Rio de Janeiro: IAB-RJ, 2011.

CALAFATE, Caio et. al. *Pranchas Digitais - Concurso Sede do Campo Olímpico de Golfe*. Rio de Janeiro: IAB-RJ, 2012.

ÉVORA, Pedro; RIVERA, Pedro. *Pranchas Digitais - Concurso Sede do Campo Olímpico de Golfe*. Rio de Janeiro: IAB-RJ, 2012.

GUSMÃO, Daniel de Barros et. al. *Pranchas Digitais - Concurso Porto Olímpico*. Rio de Janeiro: IAB-RJ, 2011.

JÁUREGUI, Jorge Mario et. al. *Pranchas Digitais - Concurso Porto Olímpico*. Rio de Janeiro: IAB-RJ, 2011.

JUAÇABA, Carla. *Pranchas Digitais - Concurso Sede do Campo Olímpico de Golfe*. Rio de Janeiro: IAB-RJ, 2012.

MONDOLFO, Eduardo C. et. al. *Pranchas Digitais - Concurso Porto Olímpico*. Rio de Janeiro: IAB-RJ, 2011.

FONTES SECUNDÁRIAS

a. Livros, capítulos, artigos, teses e publicações em anais de congresso

ABRAMO, Pedro. “A cidade com-fusa: a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas”. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 9, p. 25-54, 2011. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/181>. Acesso em 10.11.2016.

ABREU, Mauricio de A. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar Editor, 2013 [orig. 1987].

ANDRADE, Carlos Fernando de S. L. *Rio de Janeiro: Urbanismo em Tempos de Retração*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

ANDREATTA, Verena. *Cidades quadradas paraísos circulares: os planos urbanísticos do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

ARANTES, Antonio Augusto. *Paisagens Paulistanas: Transformações do espaço público*. Campinas: Editora Unicamp, 2000.

ARGAN, Giulio C. *História da Arte como História da Cidade*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1992 [orig. italiano 1983].

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Metrópole e cultura. São Paulo no meio século XX*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *Representação de Projetos de Arquitetura*. Rio de Janeiro: ABNT, 1994.

BECKER, Howard. *Falando da sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009 [orig. inglês 2007].

BECKER, Howard. *Mundos da Arte*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008, [orig. inglês 1982]

BENCHIMOL, Jaime Larry, Pereira Passos, um Haussmann Tropical. *A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992.

BIENENSTEIN, Glauco. “O espetáculo na cidade e a cidade no espetáculo: grandes projetos, megaeventos e outras histórias”. *Anais do Encontro Nacional da ANPUR*, Rio de Janeiro: ANPUR, 2011. Disponível em:

<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/3074/3009>. Acesso em: 9 de fevereiro de 2015.

BIENENSTEIN, Glauco. et. al. “Megaeventos e metrópoles: insumos do Pan-2007 e perspectivas para as Olimpíadas de 2016”. In: MASCARENHAS, Gilmar; BIENENSTEIN, Glauco; SÁNCHEZ, Fernanda (orgs.). *O Jogo Continua: Megaeventos esportivos e cidades*. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, p. 123-163, 2011.

BONELLI, Marília G. “Estudos sobre profissões no Brasil”. In: MICELI, Sérgio (org.) *O que ler na ciência social brasileira: 1970-1995*. São Paulo: ANPOCS; Brasília, DF: CAPES, p. 287-330, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011 [orig francês 1989].

BOURDIEU, Pierre. *Ofício de Sociólogo: Metodologia da pesquisa na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 2005 [orig. francês 1968].

BRUAND, Yves. *Arquitetura Contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2012 [orig. francês 1981].

CASTRO, Demian Garcia. *Megaeventos esportivos e empreendedorismo urbano: os Jogos Olímpicos de 2016 e a produção do espaço urbano no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado, Programa de Engenharia Urbana, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

CAVALCANTI, Mariana, FREIRE, Américo. FREIRE-MEDEIROS, Bianca. *Lu Petersen: Militância, favela e urbanismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CAVALCANTI, Nireu Oliveira. *Arquitetos e Engenheiros. Sonho de entidade desde 1798*. Rio de Janeiro: Crea-RJ, 2007.

CHING, FRANCIS D. K. *Dicionário Visual de Arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [orig. inglês 1995].

CHOAY, Françoise. *O Urbanismo: Utopias e realidade, uma antologia*. São Paulo: Perspectiva, 2010 [orig. francês 1965].

CLAEYS, Gregory. *Utopia. A história de uma ideia*. São Paulo: edições SESC SO, 2013 [orig. inglês 2011]

COSTAS, Flávia Carolina. “Nas tramas da revitalização: políticas, conflitos e movimentos na zona portuária do Rio de Janeiro”. *Anais da Reunião Brasileira de Antropologia*, Rio de

Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2012. Disponível em: <http://www.portal.abant.org.br/>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2015.

CURI, Martin. “A disputa pelo legado em megaeventos esportivos no Brasil”. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, v. 19, n. 40, 2013, pp. 65-88. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-1832013000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 3 de maio de 2015.

DOMSCHKE, Vera Lúcia. *O ensino da arquitetura e a construção da modernidade*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

DURAND, José Carlos. “Negociação Política e Renovação Arquitetônica. Contribuição à história social da arquitetura brasileira”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 16, p. 1-32, 1991.

DURAND, José Carlos. *A Profissão de Arquiteto. Estudo sociológico*. Rio de Janeiro: Conselho Regional de engenharia, Arquitetura e Agricultura, 1974.

DURAND, José Carlos. *Arte, Privilégio e Distinção. Artes plásticas, arquitetura e classe dirigente no Brasil, 1855-1985*. São Paulo: Perspectiva, 2009 [orig. 1989].

DURAND, José Carlos; SALVATORI, Elena. “A gestão da carreira dominante de Oscar Niemeyer”. *Tempo Social*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 157-189, nov. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103. Acesso em 11 de novembro de 2014.

EGLER, Tamara Tania Cohen & OLIVEIRA, Fabiana Mabel. “Jogo no Rio”. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 12, p. 87-101, 2010. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/255/239>. Acesso em: 25 de abril de 2015.

FERNANDES, Florestan. *Elementos de Sociologia Teórica*. São Paulo: Ed. USP, 1970 [orig. 1959].

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda (orgs.). *Novo Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

FICHER, Sylvia. *Ensino e Profissão. Os Arquitetos da Poli. Ensino e profissão em São Paulo*. São Paulo: EDUSP, 2005.

FIX, Mariana. *Parceiros da Exclusão. Duas histórias da construção de uma ‘nova cidade’ em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada*. São Paulo: Boitempo, 2001.

FREHSE, Fraya. “Os tempos (diferentes) do uso das praças da Sé em Lisboa e em São Paulo”. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogerio P. (orgs.). *Diálogos Urbanos. Território, culturas, patrimônio*. Coimbra: Almedina, p. 127-173, 2013.

FREHSE, Fraya. “U-topias (urbanas) do pensamento sociológico”. *Estudos Avançados*, v. 26, n. 75, p. 191-206, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000200013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 2 de fevereiro de 2015.

FREHSE, Fraya. *Ô da rua! O transeunte e o advento da modernidade em São Paulo*. São Paulo: Ed. USP, 2011.

FREIRE, Américo, OLIVEIRA, Lucia Lippi (orgs.). *Capítulos da memória do urbanismo carioca*. Rio de Janeiro: Folha Seca: 2002.

FREIRE, Américo, OLIVEIRA, Lucia Lippi (orgs.). *Novas memórias do urbanismo carioca*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008

FRIDMAN, Fania; SIQUEIRA, Eduardo Cezar. “Uma cidade global no Rio de Janeiro”. *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, nº 9, p. 23-40, 2003. Disponível em: http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_9/009_023.pdf. Acesso em: 20 de fevereiro de 2015.

FRÚGOLI JR, Heitor. *Centralidades em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Edusp, 2000.

GEHL, Jan. *Cidade para pessoas*. São Paulo: Perspectiva, 2013. [orig. inglês 2010]

GENNARI, Luciana Alem. “Notas sobre os construtores urbanos na Belle Époque”. *Anais do Encontro Anual da ANPUR*, Rio de Janeiro: ANPUR, 2011. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/3202/3136>. Acesso em: 6 de junho de 2015.

GONDIM, Linda M. P. *O dragão do mar e a Fortaleza pós-moderna: cultura patrimônio e imagem da cidade*. São Paulo: Annablume, 2007.

HOLSTON, James. *Cidade Modernista. Uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 [orig. inglês 1989].

HOUAISS, Antônio (orgs.). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2001.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2009. [orig. inglês 1961]

JENKS, Mike; BURTON, Elizabeth; WILLIAMS, Katie. *The compact city. A sustainable urban form?* Londres: E&FN, 1996.

LEAL, Maria da Glória Faria. *A Construção do Espaço Urbano Carioca no Estado Novo. A indústria da construção civil*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1987.

LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999 [orig. francês 1970].

LEFEBVRE, Henri. *Critique de la Vie Quotidienne. Fondements d'une sociologie de laquotidieneté*. Paris: L'Arche Étudier, 1961.

LEFEBVRE, Henri. *De lo Rural a lo Urbano*. Barcelona: Ediciones Península, 1975 [orig. francês 1970].

LEFEBVRE, Henri. *La Presencia y la Ausencia. Contribución a la teoria de las representaciones*. México: Fondo de Cultura Económica, 2006 [orig. francês 1980].

LEFEBVRE, Henri. *La Production de l'Espace*. Paris: Anthropos, 2000 [orig. francês 1974].

LEITÃO, Geronimo E. Almeida. *O Plano Piloto da Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá, 1970-1980. Um estudo das relações existentes entre o Estado e o capital imobiliário no processo de produção do espaço urbano*. Dissertação de Mestrado, Programa da Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990.

LEITE, Maria de Jesus de Brito. *Formação sensível do arquiteto*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos da Cidade. Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Ed. da Unicamp; Aracaju: Ed. da Universidade Federal de Sergipe, 2004.

LIMA JR, Pedro de Novais. *Uma Estratégia Chamada 'Planejamento Estratégico': Desdobramentos espaciais e a atribuição de sentidos na teoria do planejamento urbano*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

LIMA, Amanda Cavaliere. *Dilemas e contradições da "revitalização" de áreas centrais e zonas portuárias: uma análise à luz dos diferentes produtores do espaço urbano na zona portuária do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

LYNCH, Kevin, *A Imagem da Cidade*, São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2011 [orig. inglês 1997].

MAGALHAES, Alexandre. “O ‘legado’ dos megaeventos esportivos: a reatualização da remoção de favelas no Rio de Janeiro”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 19, n. 40, p. 89-118, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832013000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 3 de maio de 2015.

MAGALHÃES, Roberto A. *A requalificação do centro do Rio de Janeiro na década de 1990: a construção de um objeto difuso*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, 2008.

MARQUES, Eduardo Cesar. “Da higiene à construção da cidade: o Estado e o saneamento no Rio de Janeiro”. *História, ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 51-67, 1995. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701995000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 1 de fevereiro de 2015.

MARQUES, Guilherme; BENEDICTO, Danielle Barros de Moura; LOPES, Bruno. “Pan Rio 2007: manifestações e manifestantes”. In: MASCARENHAS, Gilmar; BIENENSTEIN, Glauco; SÁNCHEZ, Fernanda (orgs.). *O Jogo Continua: Megaeventos esportivos e cidades*. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, p. 237-258, 2011.

MARQUES, Sônia Maria de Barros. *Maestro Sem Orquestra. Um estudo da ideologia da formação do arquiteto no Brasil – 1820-1950*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996 [orig. 1983].

MARQUES, Sônia Maria de Barros; BARBOSA, Maria Ligia. “Arquitetos e Engenheiros. A arte e a ciência nos conflitos profissionais”. *Anais do Encontro Anual da ANPOCS*, São Paulo: ANAPOCS, 2002. Disponível em: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4469&Itemid=317. Acesso em: 14 de fevereiro de 2015.

MARTINS, José de Souza. *A Sociabilidade do Homem Simples. Cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Contexto, 2010 [orig. 2008].

MARTINS, José de Souza. *Sociologia da Fotografia e da Imagem*, São Paulo: Ed. Contexto, 2008.

MASCARENHAS, Gilmar. “O ideário urbanístico em torno do olimpismo: Barcelona (1992) e Rio de Janeiro (2007) ”. In: MASCARENHAS, Gilmar; BIENENSTEIN, Glauco; SÁNCHEZ, Fernanda (orgs.). *O Jogo Continua: Megaeventos esportivos e cidades*. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, p. 41-56, 2011.

MASCARENHAS, Gilmar; BORGES, Fátima; MARQUES, Carla Nogueira. “Como ficam os movimentos sociais em tempos de empreendedorismo urbano? Conflitos e articulações por ocasião do Pan-2007”. In: MASCARENHAS, Gilmar; BIENENSTEIN, Glauco; SÁNCHEZ, Fernanda (orgs.). *O Jogo Continua: Megaeventos esportivos e cidades*. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, p. 195-216, 2011.

MILLS, Charles Wright. “Antigas profissões e novas especialidades”. In: MILLS, Charles Wright. *A Nova Classe Média*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969 [orig. inglês 1951].

MOLINA, Fabio Silveira. *Mega-eventos e Produção do Espaço Urbano no Rio de Janeiro: da "Paris dos Trópicos" à "Cidade Olímpica"*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MONTLIBERT, Christian. *L'impossible autonomie de l'architecte. Sociologie de la production architecturale*. Strasbourg: Presses Universitaires de Strasbourg, 1995.

MOREIRA, Clarissa da Costa. *A Cidade Contemporânea entre a Tabula Rasa e a Preservação: Cenários para o porto do Rio de Janeiro*. São Paulo: UNESP, 2004.

NARUTO, Minoru. *Repensar a formação do arquiteto*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

NUNES, Brasilmar Ferreira Nunes. *Brasília: A fantasia corporificada*. Brasília: Paralelo 15, 2004.

NUNES, Brasilmar Ferreira; MOURA, Heitor Vianna. “Sobre a racionalidade e a espontaneidade na produção do espaço urbano: uma experiência no Morro Vital Brazil em Niterói/RJ”. *Cadernos do PROARQ (UFRJ)*, v. 17, p. 77-88, 2012. Disponível em: <http://www.proarq.fau.ufrj.br/novo/publicacoes/>. Acesso em: 2 de fevereiro de 2015.

OLIVEIRA, Elaine Freitas de. “Revitalização dos centros urbanos: intervenção público-privada na distribuição sócio-espacial da população e movimentos sociais de contestação”. *Anais do Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, São Paulo, ABEP, 2008b. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docspdf/ABEP2008_1221.pdf. Acesso em: 7 de março de 2015.

OLIVEIRA, Elizabeth Lira de. *Política de Urbanização da Cidade do Rio de Janeiro, 1926-1930*. Dissertação de Mestrado, Programa da Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1981.

OLIVEIRA, Márcio Piñon de. “Projeto Rio Cidade: Intervenção urbanística, planejamento urbano e restrição à cidadania na cidade do Rio de Janeiro”. *Scripta Nova*, Barcelona, v. XII,

2008a. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-270/sn-270-117.htm>. Acesso em: 12 de abril de 2015.

OLIVEIRA, Nelma Gusmão de. *O poder dos jogos e os jogos de poder: os interesses em campo na produção de uma cidade para o espetáculo esportivo*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

PAULILO, André Luiz. “Os artífices da metrópole: anotações sobre a transformação da vida urbana carioca depois da Belle Époque”. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 87, p. 513-534, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302004000200010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 de fevereiro de 2015.

PESCATORI, Carolina.. “Cidade compacta e cidade dispersa: ponderações sobre o projeto do Alphaville Brasília”. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 17, p. 40-62, 2015. Disponível em: <http://unuhostedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/4995/4689>. Acesso em 10.11.2016.

POUPART, Jean. “A entrevista do tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas”. In: POUPART, Jean et. al., *A Pesquisa Qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos*, Editora Vozes: São Paulo, p. 215-253, 2010.

RABELO, Clevio. *Arquitetos na Cidade. Espaços profissionais em expansão - Rio de Janeiro, 1925-1935*. Tese de Doutorado, Programa da Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

RABHA, Nina Maria de Carvalho Elias; PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas. *Porto do Rio: construindo a modernidade*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2004.

RAEDER, Sávio. “Conflitos no ordenamento territorial em grandes eventos esportivos”. In: MASCARENHAS, Gilmar; BIENENSTEIN, Glauco; SÁNCHEZ, Fernanda (orgs.). *O Jogo Continua: Megaeventos esportivos e cidades*. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, p. 259-296, 2011.

REZENDE, Vera. *Planejamento Urbano e Ideologia: quatro planos para a cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

ROGERS, Richard; GUMUCHDJIA, Philip. *Cidades para um pequeno planeta*. Barcelona: Gustavo Gili, 2001 [orig. inglês 1997]

ROMERO, Marta A. B; SILVA, Geovany J. A. “O urbanismo sustentável no Brasil. A revisão de conceitos urbanos para o século XXI”. *Arquitextos*, v. I, p. 11-15, 2011. Disponível

em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.128/3724>. Acesso em 10.11.2016.

ROMERO, Marta A. B; SILVA, Geovany J. A. “O urbanismo sustentável no Brasil. A revisão de conceitos urbanos para o século XXI”. *Arquitextos*, v. II, p. 10-16, 2011. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.129/3499>. Acesso em 10.11.2016.

RUBINO, Silvana. *Rotas da Modernidade. Trajetória, campo e história na atuação de Lina Bo Bardi*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

SÁNCHEZ, Fernanda Ester, et. al; “Rio 2016: o projeto olímpico e sua economia simbólica”. *Anais do Encontro Nacional da ANPUR*, Rio de Janeiro: ANPUR, 2011c. Disponível: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/viewFile/3150/3084>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2015.

SÁNCHEZ, Fernanda, et. al. “O que está em jogo? Contradições, tensões e conflitos na implementação do Pan-2007”. In: MASCARENHAS, Gilmar; BIENENSTEIN, Glauco; SÁNCHEZ, Fernanda (orgs.). *O Jogo Continua: Megaeventos esportivos e cidades*. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, p. 219-236, 2011b.

SÁNCHEZ, Fernanda. *A Reinvenção das Cidades para um Mercado Mundial*. Chapecó, Argos, 2010.

SÁNCHEZ, Fernanda. et. al. “Jogos Pan-Americanos Rio 2007: um balanço multidimensional”. In: MASCARENHAS, Gilmar; BIENENSTEIN, Glauco; SÁNCHEZ, Fernanda (orgs.). *O Jogo Continua: Megaeventos esportivos e cidades*. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, p. 99-122. 2011a.

SANTOS, Rosane Rebeca de Oliveira. *O Planejamento da Cidade e o Planejamento dos Jogos? O megaevento olímpico como instrumento de (re)ordenação do território carioca*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SARTOR, Carlos Eduardo. “Imagem da cidade - cidade da imagem: o modelo de intervenção urbana no Rio Cidade”. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, n. 4. 2000. Disponível em: <http://www.cadernosmetropole.net/component/content/article/31/51-4>. Acesso em: 3 de março de 2015.

SEGNINI JR, Francisco. *A Prática Profissional em Discussão*. Tese de Doutorado, Programa da Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SILVA, Lúcia Helena Pereira da, 1963- *História do urbanismo no Rio de Janeiro: administração municipal, engenharia e arquitetura dos anos 1920 à Ditadura Vargas*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2003.

SILVA, Mauro Osorio. *Rio nacional, Rio local. Mitos e visões sobre a crise carioca e fluminense*. Rio de Janeiro: SENAC, 2005.

SOUZA, Jaqueline Adriana Diorio de. *A Prática Profissional do Arquiteto no Brasil. O debate em revistas especializadas (1962-1996)*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2013.

URANI, André *et. al.* “Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro”, *Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade*. Rio de Janeiro: IETS, 2006.

VAINER, Carlos B. “Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro”. *Anais do Encontro Nacional da ANPUR*, Rio de Janeiro: ANPUR, 2011. Disponível em: http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/264189/mod_resource/content/2/Vainer_Cidade%20de%20excecao.pdf. Acesso em: 3 de fevereiro de 2015.

VAINER, Carlos B. “Os liberais também fazem planejamento urbano? Glosas ao ‘Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro’”. In: ARANTES, Otília B. F.; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia. *A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, p. 105-120, 2013b..

VAINER, Carlos, *et. al.* “O plano popular da Vila Autódromo: Uma experiência de planejamento conflitual”. *Anais do Encontro Nacional da ANPUR*, Rio de Janeiro: ANPUR, 2013, Disponível: <http://unuhostedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/4316>. Acesso em: 28 de janeiro de 2015.

VAZ, Lilian Fessler; SILVEIRA, Carmen Beatriz. “A área central do Rio de Janeiro: percepções e intervenções – uma visão sintética no decorrer do século XX”. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, n. 2/3, p. 95-106, 1994. Disponível em: http://www.ippur.ufrj.br/images/M_images/12Cadernos%20IPPUR%20-%20Ano%20VIII%20%20n2-3%20set-dez%201994.pdf. Acesso em: 22 de janeiro de 2015.

VILLAÇA, Flávio. “Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil”. In: DÉAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (orgs.). *O Processo de Urbanização no Brasil*. São Paulo: EDUSP, p. 169-244, 2010 [orig. 1999].

a. Reportagens publicadas no jornal *O Globo*⁴⁵³

BORGES, Waleska; SHIMIDT, Selma, “Porto terá sedes de comitês e Museu Olímpico. Instalações não constavam no dossiê da candidatura”, *O Globo*, Rio de Janeiro, quarta-feira 07.10.2009, Rio, p. 14.

LIMA, Ludmilla, “Nos bastidores do golfe. Gávea e Itanhangá negociam Jogos Olímpicos em seus campos”, *O Globo*, Rio de Janeiro, quinta-feira 05.11.2009, Jornais do Bairro, p. 28-31.

BASTOS, Isabel, “A nova âncora do Porto. Prefeitura pedirá ao COI transferência de instalações: objetivo é revitalizar região central”, *O Globo*, Rio de Janeiro, domingo 02.05.2010, Rio, p. 18.

O GLOBO, “IAB fará concurso para projetos no Porto. Entidade de espera até 300 equipes de arquitetos de todo o Brasil participando”. *O Globo* (seção “Fórum Cidade sede”), Rio de Janeiro, sábado 04.09.2010, Fórum Cidade Sede, p. 17.

O GLOBO, “Fechada parceria para Porto Olímpico. IAB e Prefeitura fazem concurso para escolher projetos; resultado sai em fevereiro”. *O Globo* (seção “Rio”), Rio de Janeiro, sexta-feira 10.09.2010, Rio, p. 29.

MAGALHÃES, Luiz Ernesto, “Rio 2016: obras na Zona Portuária terão concurso. Arquitetos disputarão prêmio de até R\$37,5 mil por dois projetos que farão parte da revitalização da região”, *O Globo*, Rio de Janeiro, sábado 23.10.2010, Rio, p. 25.

MONTEIRO, Flávia, “Concurso Porto Olímpico dá a largada na terça. Serão selecionados projetos para a construção das quatro instalações previstas para a Zona Portuária”, *O Globo*, Rio de Janeiro, domingo 24.10.2010, Morar Bem, p. 3.

O GLOBO, “Aberto para competições. Búzios Golf Club amplia campo e torce para receber Jogos Olímpicos de 2016”, *O Globo* (seção “Rio”), Rio de Janeiro, domingo 13.02.2011, Rio, p. 36.

O GLOBO, *op. cit.*, *O Globo* (seção “Rio”), Rio de Janeiro, domingo 13.2.2011, Rio, p. 36.

BASTOS, Isabela; LIMA, Ludmilla, “Condomínio na Barra vai abrigar campo de golfe. Consórcio assumirá dia 17 os serviços públicos no Porto”, *O Globo*, Rio de Janeiro, quarta-feira 08.6.2011, Rio, p. 18.

DAMASCENO Natanael, *op. cit.*, *O Globo*, Rio de Janeiro, sexta-feira 10.6.2011, Rio, p. 24.

DAMASCENO, Natanael, “Itanhangá diz que campo de golfe poderia ser reformado para 2016. Para presidente do clube, obras custariam menos do que a construção de um novo”, *O Globo*, Rio de Janeiro, sexta-feira 10.06.2011, Rio, p. 24.

⁴⁵³ As reportagens foram listadas em ordem cronológica.

DAFLON, Rogério, “Porto Olímpico do Rio começa a tomar forma. Carioca se alia a arquiteto catalão e vence concurso para construir em 850 mil metros quadrados na Região Portuária”, *O Globo*, Rio de Janeiro, quarta-feira 29.06.2011, Rio, p. 20.

DAMASCENO, Natanael; SIMONE, Candida, “Terreno onde prefeitura quer campo de golfe é alvo de disputa na Justiça. No condomínio Reserva Uno, anúncio de Paes é recebido com surpresa”, *O Globo*, Rio de Janeiro, sábado 09.07.2011, Rio, p. 21.

DURÃO, Mariana, “Porto Olímpico custará mais de R\$ 3 bilhões. Início das obras na área que abrigará Centro de Tecnologia e vilas de Mídia e Árbitros está previsto para 2013”, *O Globo*, Rio de Janeiro, sábado 09.07.2011, Economia, p. 35.

O GLOBO, “De papel secundário a estrela”. *O Globo* (seção “Rio”), Rio de Janeiro, sábado 06.08.2011, Rio, p. 12.

TAVARES, Karina, “Miolo Olímpico. Projeto para o Porto retoma proposta urbanística que o Rio deixou de lado”, *O Globo*, Rio de Janeiro, domingo 07.08.2011, Morar Bem, p. 1,3.

O GLOBO, “Acordo com empresários pode garantir campo de golfe. Iniciativa privada deverá arcar com os custos do projeto, em troca de benefícios urbanísticos”, *O Globo* (seção “Rio”), Rio de Janeiro, domingo 04.03.2012, Rio, p. 32.

JANOT, Luiz Fernando, “Volta por cima”, *O Globo*, Rio de Janeiro, sábado 24.03.2012, Opinião, p. 7.

BASTOS, Isabela, “Porto terá o maior prédio residencial da cidade. Edifícios de 40 andares e 1.330 apartamentos fará parte de conjunto que será construído para as Olimpíadas”, *O Globo*, Rio de Janeiro, segunda-feira 04.06.2012, Rio, p. 17.

BARRETO, Diego, “Escolhido projeto de neto de medalhista olímpico. Paisagem vencedora no concurso da sede de golfe”, *O Globo*, Rio de Janeiro, terça-feira 02.10.2012, Rio, p. 24.

MAGALHÃES, Luiz Ernesto, “Uma tacada polêmica. Projeto de Paes muda lei ambiental para setor privado construir campo de golfe na Barra”, *O Globo*, Rio de Janeiro, sexta-feira 02.11.2012, Rumo à 2016.

MAGALHÃES, Luiz Ernesto, “Mudou de tom. Redução de parque avança e proteção empaca. Câmara vota hoje projeto que libera golfe sem preservar a reserva”, *O Globo*, Rio de Janeiro, quinta-feira 20.12.2012, Rio, p. 21.

MAGALHÃES, Luiz Ernesto, “Câmara vota para discussão de projeto sobre campo de golfe. Emenda que prevê isenção de IPTU e ISS provoca polêmica no plenário”, *O Globo*, Rio de Janeiro, sexta-feira 21.12.2012, Rio, p. 25.

MAGALHÃES, Luiz Ernesto, “Paes joga duro com a Câmara. Prefeito ameaça cancelar parcerias se veto em projeto do pacote olímpico for derrubado”, *O Globo*, Rio de Janeiro, sábado 22.12.2012, Rio, p. 10.

MAGALHÃES, Luiz Ernesto, “Em resposta à Câmara, Paes diz não à especulação. ‘Cancelo os contratos (de obras beneficiadas por manobra de vereadores) e repensamos tudo de novo’, afirma”, *O Globo*, Rio de Janeiro, domingo 23.12.2012, Rio, p. 24.

LEITE, Renata, “Pacote Olímpico: Câmara mantém vetos de Paes. Emendas apresentadas por vereadores no ano passado favoreciam a especulação imobiliária em área da Barra”. *O Globo*, Rio de Janeiro, sexta-feira 15.03.2013, Rio, p. 15.

TAVARES, Karine, “O primeiro residencial do Porto. Unidades mais baratas custam R\$ 420 mil. Projeto é diferente do proposto inicialmente”, *O Globo*, Rio de Janeiro, terça-feira 02.06.2013, Morar Bem, p. 21.

ALENCAR, Emanuel, “Ação pede paralisação das obras do campo de golfe das Olimpíadas. Advogado quer projeto parado até apresentação de relatórios ambientais”, *O Globo*, Rio de Janeiro, quinta-feira 17.10.2013, Rio, p. 19.

MAGALHÃES, Luiz Ernesto, “Porto Maravilha deverá deixar de fazer parte do Projeto Olímpico. Prefeito quer que árbitros e jornalistas fiquem mais perto do Parque, na Barra”, *O Globo*, Rio de Janeiro, sexta-feira 14.03.2014, Rio, p. 13.

NOGUEIRA, Claudio, “Novo cenário. Grama de ouro. Mesma empresa que cuida do gramado do Maracanã vai ser responsável pelo plantio e pela manutenção do piso do futuro campo de golfe das Olimpíadas”, *O Globo*, Rio de Janeiro, sábado 16.03.2014, Esportes, p. 40.

O GLOBO, “Campo de golfe da Barra na mira do MP. Promotores recomendam interrupção das obras em instalação olímpica”. *O Globo* (seção “Rio”), Rio de Janeiro, segunda-feira 31.03.2014, Rio, p.15.

MAGALHÃES, Luiz Ernesto, “Parque ambiental de Marapendi será implementado até 2016. Ideia da prefeitura que área seja marco da realização das Olimpíadas”, *O Globo*, Rio de Janeiro, sexta-feira 25.04.2014, Rio, p. 17.

MAGALHÃES, Luiz Ernesto, “Sem pouso certo. Permanece indefinido o endereço dos 1300 quartos das vilas de Árbitro e de Mídia”, *O Globo*, Rio de Janeiro, quarta-feira 02.07.2014, Rio.

TEIXEIRA, Fábio, “Campo de golfe: nova ação do MP. Órgão quer anular licença ambiental do projeto, cujas obras já passam da metade, segundo Comitê Rio 2016”, *O Globo*, Rio de Janeiro, quinta-feira 21.08.2014, Jornais do Bairro, p. 2.

TEIXEIRA, Fábio, “Olimpíadas: obras do campo de golfe podem ser paralisadas. Juiz dá prazo final para MP, prefeitura e construtora entrarem em acordo”, *O Globo*, Rio de Janeiro, sexta-feira 05.09.2014, Rio, p. 15.

FAJARDO, Washington, “Rio em transformação”, *O Globo*, Rio de Janeiro, quarta-feira 15.10.2014, Opinião, p. 17.

BASTOS, Isabela, “Do Porto para o Anil. Prefeitura transfere vila de acomodações dos Jogos para conjunto do Minha Casa Minha Vida”, *O Globo*, Rio de Janeiro, segunda-feira 24.11.2014, Rio, p. 7.

MAGALHÃES, Luiz Ernesto, “Sem novos edifícios” – “Reservado para o verde. Prefeitura começa a tirar do papel projeto de um grande parque na APA de Marapendi”, *O Globo*, Rio de Janeiro, segunda-feira 29.12.2014, Rio, p. 8.

c. Documentos oficiais relacionados à preparação dos Jogos Olímpicos 2016

AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA. “Matriz de responsabilidade dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos”, Autoridade Pública Olímpica (seção “Sobre a Matriz”), 2014a. Disponível em: <http://www.apo.gov.br/downloads/matriz/201401/matriz.pdf>. Acessado em: 20.06.2015.

AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA. “Plano de Políticas Públicas”. *Autoridade Pública Olímpica* (seção “Legado”), 2014b. Disponível em: http://www.apo.gov.br/site/wp-content/uploads/2014/04/Plano-de-Politiclas-Publicas-Planilhas.mun_.pdf. Acessado em: 20.06.2015.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO, “Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 - Volume I”, *Rio 2016*, (seção “Documentos Oficiais), 2009a. Disponível em: http://www.rio2016.com/sites/default/files/parceiros/dossie_de_candidatura_v1.pdf. Acessado em: 20.06.2015.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO, “Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 - Volume II”, *Rio 2016*, (seção “Documentos Oficiais), 2009b. Disponível em: http://www.rio2016.com/sites/default/files/parceiros/dossie_de_candidatura_v1.pdf. Acessado em: 20.06.2015.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO, “Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 - Volume III”, *Rio 2016*, (seção “Documentos Oficiais), 2009c. Disponível em: http://www.rio2016.com/sites/default/files/parceiros/dossie_de_candidatura_v1.pdf. Acessado em: 20.06.2015.